

LUCAS SCHUAB VIEIRA

DIÁLOGOS TRANSOCEÂNICOS:

Portugal e Brasil na revista A Ilustração Luso-brazileira (1856, 1858, 1859).

ASSIS

2016

LUCAS SCHUAB VIEIRA

DIÁLOGOS TRANSOCEÂNICOS:

Portugal e Brasil na revista A Ilustração Luso-brazileira (1856, 1858, 1859).

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de mestre em História (Área de conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Dr. José Carlos Barreiro

ASSIS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

V665d	Vieira, Lucas Schuab Diálogos transoceânicos: Portugal e Brasil na revista A Ilustração Luso-brazileira (1856, 1858, 1859) / Lucas Schuab Vieira. - Assis, 2016 204 f. : il. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Dr. José Carlos Barreiro 1.Imprensa - Portugal. 2. Portugal - História - Séc. XIX. 3. Periódicos portugueses. 4. Nacionalismo - Portugal. I. Título. CDD 070 946.9
-------	--

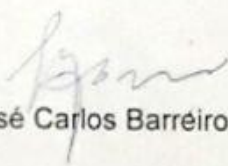
LUCAS SCHUAB VIEIRA

DIÁLOGOS TRANSOCEÂNICOS: Portugal e Brasil na revista A
Ilustração Luzo-brazileira (1856, 1858, 1859)

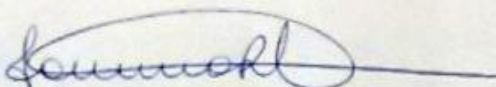
Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP para a obtenção
do título de Mestre em História (Área de
Conhecimento: História e Sociedade)

Data da Aprovação: 09/06/2016

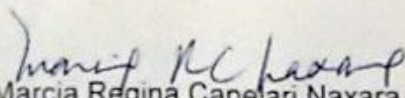
COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROF. DR. José Carlos Barrêiro - UNESP/Assis



Membros: PROFA. DRA. Tânia Regina de Luca - UNESP/Assis



PROFA. DRA. Marcia Regina Capelari Naxara - UNESP/Franca

DEDICATÓRIA

A meus pais, Getúlio Matheus Vieira e Florinda Maria Schuab Vieira,
pelo apoio que sempre deram aos meus estudos, mesmo quando isso
significou distância e saudades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa, assim como sua divulgação em eventos pelo Brasil.

Agradeço ao professor Dr. José Carlos Barreiro pela orientação e pelo apoio dado a essa dissertação.

Agradeço aos professores Dr. Paulo Cesar Gonçalves, Dra. Tania Regina de Luca e Dra. Márcia Regina Capelari Naxara pelas preciosas sugestões dadas a essa pesquisa.

Agradeço em especial algumas pessoas que de algum modo contribuíram com esse trabalho: Wellington Durães, Wesley Dartagnan, Fernanda de Oliveira, Daniel Alves, Juliane Bonfanti, Priscila Domingues e Inês Rocha.

Agradeço a todos os membros da minha família pelo incondicional apoio que sempre me deram em todos esses anos.

Por fim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente estiveram envolvidos neste processo: professores e funcionários da Faculdade de Ciências e Letras UNESP/Assis.

VIEIRA, Lucas Schuab. *Diálogos transoceânicos: Portugal e Brasil na revista A Ilustração Luso-brazileira (1856, 1858, 1859)*. 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

RESUMO

O século XIX presenciou um grande desenvolvimento na produção de imprensa periódica. Tendo em vista a centralidade e a importância dos impressos nessa centúria, esta investigação teve por objetivo analisar a revista “A Ilustração Luso-brazileira”, tomada aqui como objeto de pesquisa e fonte para pensarmos o nacionalismo português. A partir da referida proposta buscamos entender a atuação dessa publicação como protagonista histórica e difusora de um discurso nacionalista na conjuntura de início da Regeneração em Portugal (1851). Refletimos ainda sobre os possíveis propósitos por trás das publicações luso-brasileiras, haja vista o fato de, apesar do título sugestivo, elas falarem pouco da nação brasileira. Outra questão abordada referiu-se às contribuições da revista para o debate acerca da questão ibérica, tema polêmico que ganhou fôlego nas discussões entre os intelectuais do período. Do mesmo modo, tratamos da contribuição do semanário na difusão de um pensamento que buscava a formação da identidade nacional lusa, em reação ao nacionalismo ibérico, propalado por alguns escritores. Trata-se de um momento privilegiado para se pensar esses temas, já que a publicação tem, como pano de fundo, o contexto do romantismo e a querela sobre a união, ou não, de Portugal com a Espanha.

Palavras-chave: Imprensa - Portugal. Portugal - História - Séc. XIX. Nacionalismo - Portugal.

VIEIRA, Lucas Schuab. *Transoceanic dialogues: Portugal and Brazil in the magazine A Ilustração Luso-brazileira* (1856, 1858, 1859). 2016. 204 f. Dissertation (Master's degree in History). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

ABSTRACT

The nineteenth century witnessed a great development in the production of periodical press. Given the centrality and importance of press in this century, those research aims to analyze the magazine “A Ilustração Luso-brazileira”, taking it here as a research object and source to think the Portuguese nationalism. From this proposal we intend to understand the performance of this publication as historical protagonist and diffusing of a nationalist discourse in early juncture of regeneration in Portugal (1851). We reflect further on the possible purpose behind the Luso-Brazilian publications, given the fact that, despite the suggestive title, they speak little of the Brazilian nation. Another issue addressed referred to the review of contributions to the debate on the Iberian issue, a controversial issue and gained momentum in the discussions between the intellectuals of the period. Likewise, we deal with the weekly contribution in spreading a thought seeking the formation of the national Portuguese identity in reaction to the Iberian nationalism, heralded by some writers. It is a privileged moment to think about these issues, since the publication has, as a backdrop, the romantic context and quarrel about unity, or not, of Portugal with Spain.

Keywords: Press - Portugal. Portugal - History - XIX century. Nationalism - Portugal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: D. Pedro V.....	30
Figura 02: Vapor Lusitânia.....	67
Figura 03: Modas.....	70
Figura 04: A Ilustração Luso-brazileira.....	75
Figura 05: Igreja de Santa Eugenia.....	93
Figura 06: Basílica do Coração de Jesus.....	93
Figura 07: Uma vista pittoresca da cidade do Rio de Janeiro.....	99
Figura 08: Antiguidades achadas perto de Sebastopol.....	103
Figura 09: Máquina portátil de vapor, de MM. Tuxford e Filhos.....	104
Figura 10: Baterias fluctuantes.....	105
Figura 11: O Mosteiro da Batalha.....	151
Figura 12: Costumes índios: cerimonia de um casamento.....	154

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. A Regeneração, o desenvolvimento da imprensa e a revista A Ilustração Luso-brazileira (1856; 1858-1859).....	20
1.1 A Regeneração sob o signo do consenso.....	20
1.2 O desenvolvimento da imprensa literária ilustrada e os periódicos luso- brasileiros.....	35
1.3 A <i>Ilustração Luso-brazileira</i> (1856; 1858-1859): uma apresentação.....	48
2. A <i>Ilustração Luso-brazileira</i> (1856, 1858, 1859): colaboradores, textos e ilustrações.....	75
2.1 Colaboradores, temas e artigos publicados nos três volumes.....	75
2.2 As ilustrações na revista e o desenvolvimento da xilogravura em Portugal.....	107
3. A <i>Ilustração Luso-brazileira</i>: a questão ibérica e o nacionalismo português.....	117
3.1 Nações, nacionalismo e identidade nacional.....	117
3.2 O nacionalismo e a questão ibérica.....	129
3.3 A <i>Ilustração luso-brazileira</i> e a reação à questão ibérica.....	142
CONCLUSÃO.....	165
REFERÊNCIAS.....	175
ANEXOS.....	194

INTRODUÇÃO

Nas sociedades atuais, a imprensa periódica, possui inegável importância e enorme poder de influência, contudo, devemos lembrar que foi no decorrer do século XIX que os jornais e revistas começaram a conquistar a extraordinária força que hoje dispõem. Graças, sobretudo, ao alargamento proporcionado pelos progressos técnicos e, no plano econômico, pela utilização da publicidade como fonte de receita, o que fez com que esta se convertesse em uma indústria lucrativa, assentada num público consumidor cada vez mais amplo e heterogêneo. Vivendo ao sabor das ocorrências, das ideologias originárias dos mais distintos quadrantes, das modas, valores, princípios e sistemas de ideias; o periodismo reflete o fervilhar da vida na sua complexidade de aparições, o pulsar das sensibilidades e das disposições dos gostos. Atravessado pelo social, cultural ou histórico, respondendo às curiosidades sobre o que se pensa, diz e realiza, ou mesmo, acerca das novidades que surgem, assim como, sobre o que se encontra no passado e por algum motivo se tornou pertinente rememorar, são elementos que compõem um repertório com grande importância documental para a reconstituição de uma época. Na busca de atender aos anseios dos mais variados leitores, abre-se aos mais diferentes temas, residindo, nessa multiplicidade temática, uma das suas mais-valias enquanto vestígio da diversidade de atividades que assinalam uma conjuntura histórica.¹

A vitória definitiva do liberalismo, em 1834, trouxe a liberdade de imprensa imprescindível para o desenvolvimento dos jornais e revistas do período romântico, aqui balizado entre 1836 e 1865, datas que congregam ampla concordância em termos de delimitação temporal. Tais empreendimentos objetivaram a divulgação cultural, transformando-se no mais influente canal de veiculação de ideias e de constituição de correntes de gostos e de opiniões. Neles cooperaram os maiores escritores do período, particularmente os três nomes que dominaram a primeira geração romântica portuguesa: Alexandre Herculano (1810-1877), Almeida Garrett (1799-1854) e António Feliciano de Castilho (1800-1875). Os quais, engajados cívica

¹ CASTANHEIRA, Maria Zulmira. O papel mediador da imprensa periódica na divulgação da cultura britânica em Portugal ao tempo do Romantismo (1836-1865): matérias e imagens. In: SILVA, Jorge Bastos da; CASTANHEIRA, Maria Zulmira (org.). *Entre classicismo e romantismo. Ensaios de cultura e literatura*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. (Collection: Studies in Classicism and Romanticism, nº 2). pp. 76-106. p. 77.

e politicamente, se utilizaram da imprensa periódica, tendo em vista o seu papel e alcance social, para cumprir um programa de democratização da instrução, ligados à ideia-mestra de transmissão de “conhecimentos úteis”. Na busca de impulsionar a transformação das palavras em ação efetivamente reformadora da realidade portuguesa, em termos materiais e mentais.² Nas palavras de Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal a centúria do Oitocentos foi, indiscutivelmente, o século dos periódicos.³

Tendo em vista a centralidade e a importância da imprensa periódica nessa conjuntura, tomamos, como objetivo central para a realização dessa pesquisa, efetivar uma ampla análise da revista⁴ *A Ilustração Luso-brazileira*. A partir dessa investigação buscamos refletir sobre a atuação do periódico como ator e difusor de um discurso nacionalista. Além disso, refletimos sobre as suas contribuições para o debate acerca da questão ibérica, tema polêmico e que ganhou fôlego nas páginas da imprensa periódica portuguesa e espanhola. Trata-se de um momento privilegiado para se pensar esses temas, já que a publicação tem, como pano de fundo, o contexto do romantismo e o debate sobre o nacionalismo ibérico.

A fonte e objeto de pesquisa examinado consistiu no periódico *A Ilustração Luso-brazileira*,⁵ que foi publicado nos anos 1856, 1858 e 1859, sob a responsabilidade de Antonio José Fernandes Lopes. O periódico destinou-se a

² CASTANHEIRA, Maria Zulmira. *Op. cit.*, p. 77-78.

³ VARGUES, Isabel Nobre; TORGAL, Luís Reis. Produção e reprodução cultural. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O Liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). *Historia de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 575-603. p. 581.

⁴ No periódico apareceram, em alguns momentos, a referência como sendo um jornal ou semanário (periódico semanário). Quase todas as publicações periódicas do período se denominavam como jornal, não havia, ainda, nesse período, uma distinção clara entre jornal e revista. *A Ilustração Luso-brazileira* apesar de se denominar como um jornal apresenta características que lhe aproximam mais das revistas, nesse sentido denominaremos a publicação como “revista”. Dentre estas características, podemos citar: a pouca ênfase nos textos de caráter noticiosos; a frivolidade de diversas de suas publicações (o que a aproximava mais dos magazines); enquanto o jornal possuía um propósito maior no sentido de difundir informações imediatas, a revista aprofundou mais os temas publicados; a característica de ter sido ilustrada; oferecer uma leitura fragmentada; a periodicidade semanal; e o fato de ser uma publicação, sobretudo literária, o que pressupõe um público específico. O semanário encontra-se no contexto em que o gênero revista adquire maior individualidade e expansão em Portugal. Em 1859, ao escrever a introdução para a *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, Luís Augusto Rebelo da Silva, autor contemporâneo, e que foi um dos colaboradores da *Ilustração Luso-brazileira* define o gênero revista como uma publicação periódica que participa a um só tempo da seriedade do livro e da variedade do jornal, “(...) oferecendo uma galeria de quadros, em que as artes e as ciências realcem o lustre próprio pelo brilho do pincel (...)”. Cf. SILVA, Luís Augusto Rebelo. Introdução. *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa, número 01, pp. 03-05, 01 de abr. de 1859. p. 03.

⁵ Tivemos acesso à revista apenas digitalmente, a mesma encontra-se disponível para consulta no site da Hemeroteca municipal de Lisboa. Cf. <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustrLusoBrasil/IlustracaoLusoBrasileira.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

Portugal e ao Brasil, foi aberta a escritores de ambos os países⁶ e publicou somente textos inéditos em Portugal.⁷ Eram publicações semanais, que saíam aos sábados, contendo oito páginas de três colunas, por edição; trazia em cada número charges, retratos e ilustrações relacionados com um ou mais artigos publicados. Não houve publicação em 1857 em consequência, basicamente, da falta de papel, e por dívidas dos assinantes.⁸ Colaboraram com a revista diversos autores de destaque em Portugal, dentre os brasileiros participou apenas o Casimiro de Abreu. O periódico teve como diferencial o fato de ter possuído projetos literários e didáticos, ter sido ilustrado, ter buscado promover o progresso das letras, das artes, bem como a divulgação de diversos tipos de conhecimentos e apresentado em seus artigos uma ampla gama temática. Para a sua distribuição no mercado, à revista contou com uma rede de correspondentes estabelecidos no Brasil e em Portugal.⁹ Seu fim se deu em 1859 por motivos pessoais do editor.¹⁰

Com relação aos referenciais teórico-metodológicos, vale afirmar que, tomamos a imprensa como elemento que ao construir memórias de um tempo, apresenta visões distintas de um mesmo fato servindo como fundamento para a construção do conhecimento, despontando como protagonista histórica que intervém nos processos e episódios de seu tempo de publicação, não se constituindo, portanto, como simples acontecimento.¹¹

Como metodologia de análise da fonte este trabalho teve como primeiro ponto referencial a materialidade do periódico e seus suportes. Nesse sentido, para historicizarmos a fonte, buscamos averiguar as condições técnicas de produção

⁶ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 01, 05 jan. 1856. p. 01.

⁷ SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Ilustração brasileira (1854-1855) e a ilustração luso-brasileira (1856, 1858, 1859): uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa*. 2007. 327 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 2 v.

⁸ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 52, 27 dez. 1856. p. 416; A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 01, 02 jan. 1858. p. 01.

⁹ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 25, 19 jun. 1856. p. 200.

¹⁰ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 52, 31 dez. 1859. p. 412.

¹¹ DARTON, Robert; ROCHE, Daniel. (orgs.). *A Revolução impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. Trad. Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996; NEVES, Lúcia M. B. P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania M. B. da C. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 10.

vigentes e a verificação, dentre tudo que se dispunha, do que e porque foi escolhido.¹² Investigamos a forma como o impresso chegou às mãos dos leitores, sua aparência física, formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, ilustrações, a estrutura e divisão do conteúdo, as relações com o mercado, a natureza dos capitais nele investidos, a publicidade, o público que visava atingir, os objetivos propostos,¹³ assim como, inquirimos sobre a sua ampla gama temática.¹⁴

Verificamos, também, as condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que, prendem-se a contextos socioculturais específicos, que nos permitem localizar o periódico em uma série, uma vez que este não se constitui em um objeto único e isolado.¹⁵ Portanto, o conteúdo em si não foi dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa Portuguesa.¹⁶

Com relação ao conteúdo levamos em consideração a subjetividade de quem escreve, pois, “(...) a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.¹⁷ Os discursos contraem significados de muitas formas, inclusive pelos processos tipográficos e de ilustração¹⁸ que os cercam. A ênfase em determinados temas, a linguagem e a natureza do conteúdo associam-se ao público que a revista pretende atingir.¹⁹

Trabalhamos com o que foi publicado, o que por si só já envolveu um espectro de questões, pois foi preciso averiguar as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa, assim como, ter sido publicado implicou atentar para o local em que se deu a publicação, o que atribuiu determinado significado as notícias

¹² LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-153. p. 132.

¹³ DE LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, 2006, p. 138.

¹⁴ MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História* [online], São Paulo, v.22, n.1, p. 59-79, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742003000100003>. Acesso em: 08 set. 2013. p. 60-61.

¹⁵ DE LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, 2006, p. 139.

¹⁶ Tais propostas foram estabelecidas por, e possuem diversos pontos em comum, entre as propostas das historiadoras Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins. Cf. DE LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, 2006, p. 138 - 139; MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, 2003 p. 60-61.

¹⁷ DE LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, 2006, p. 139.

¹⁸ As ilustrações inseridas nos periódicos constituem, segundo Martins, representações com forte carga documental, merecendo, portanto, análise mais detida. Cf. MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, 2003. DE LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, 2006, p. 140.

¹⁹ DE LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, 2006. p. 141.

e as hierarquias que as atravessam. A atenção foi voltada também para os destaques conferidos aos acontecimentos.²⁰

Outra característica levada em consideração é a revista enquanto espaço de discussões intelectuais, de relações afetivas e de sociabilidades. O que torna o periódico um projeto coletivo, por agregar pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendeu difundir a partir da palavra escrita ou ilustração. Nesse sentido, procuramos identificar atenciosamente os sujeitos e grupos responsáveis pela linha editorial, averiguamos suas biografias, obras publicadas e atuações profissionais. Estabelecemos quais foram os cooperadores mais frequentes e quais textos publicaram. Examinamos a escolha dos títulos e quais foram os artigos programáticos, que deram conta dos propósitos e expectativas, do mesmo modo que forneceram vestígios da leitura de futuro e passado compartilhada por seus propugnadores.²¹ Apresentou-se também como relevante inquirirmos sobre as ligações cotidianas da revista com diferentes poderes e interesses financeiros.²²

Levamos em consideração e avaliamos as nuances e a complexidade da produção, circulação, consumo e papel social do fazer jornalístico em Portugal, tal como, às várias redes de sociabilidade que se constituíram entre diversos periódicos entrelaçados ao contexto do qual se encontravam inseridos,²³ com ênfase para as funções sociais desempenhadas pela revista.

Os redatores foram encarados como novos agentes culturais e políticos e, as redações, interpretadas como espaços que aglutinaram pensadores de diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que atribuem estrutura ao campo intelectual e permitiram refletir acerca da variedade, formação, estruturação e dinâmica destes. O sumário que se expõe ao leitor resulta de “intensa atividade de bastidores”. O texto inserido no periódico necessitou, portanto, de uma análise circunstanciada do seu lugar de inserção, e recebeu uma abordagem que fez dos impressos, de forma sincrônica, fonte e objeto da pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos em uma análise crítica.²⁴

²⁰ DE LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, 2006, p 140.

²¹ *Ibidem*.

²² *Ibidem*.

²³ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 23-43. MOREL, Marco. *Op. cit.*, p. 39.

²⁴ DE LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, 2006. p. 141.

Buscamos traçar uma análise circunstanciada da segmentação que preside o periódico e da ilustração que o completa.²⁵ Com relação à segmentação da revista intentamos definir o seu norte, procurando inferir o público para o qual se dirigia, identificando interesses, valores e técnicas de cooptação de mercado. Esse tipo de impresso preside uma dinâmica própria, pois, está inserido no sistema de produção, circulação e consumo, com vistas à ampla divulgação no mercado. Portanto, tal periódico possui um pré-requisito que é corresponder às expectativas dos consumidores que pretende atingir e expandir seu público, viabilizando-se como mercadoria rentável.²⁶

Toda a rica gama de temáticas diversificadas, públicos e conteúdo, mereceram estudos circunstanciados no quadro da revista como fonte histórica, razão pela qual não nos limitamos somente à análise do discurso destas publicações. Buscamos, portanto, o confronto com suas partes, bem como suas contextualizações e decodificações, seja na desconstrução do discurso como na análise das ilustrações que a compõe.²⁷

Ao longo da pesquisa, frases e imagens do periódico somente puderam ser entendidas a partir do conhecimento do imaginário construído em seu próprio tempo.²⁸ A iconografia foi estudada com a atenção voltada para as representações sociais e funções cumpridas por ela, junto ao texto, na publicação.²⁹ No caso deste trabalho, optamos por restringir nossa abordagem à mensagem das ilustrações em contraposição à sua forma.³⁰ Buscamos, portanto, aqui, recuperar o que este tipo de documento tem a nos dizer enquanto construção de imaginários e representação de uma época.³¹ As imagens são uma construção discursiva que depende de formas históricas de percepção e leitura, das linguagens e técnicas disponíveis, dos conceitos e valores vigentes.³²

²⁵ MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, 2003, p. 62-63.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, 2003, p. 69.

²⁸ MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, 2003, p. 60; CAMARGO, Ana Maria de Almeida In: DE LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, 2006.

²⁹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Morfologia das cidades Brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP* [online], São Paulo, n. 30, p. 144-155. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25914>>. Acesso em 16 nov. 2013. p.152.

³⁰ Esta abordagem no trabalho com imagens também foi feita pela autora Lília Moritz Schwarcz no livro *As barbas do Imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos*. (1998).

³¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit.*, 1998.

³² MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Op. cit.*, 1996, p. 16-17.

Tais parâmetros teórico-metodológicos nos orientaram no decorrer da pesquisa. A qual teve como objetivos: trabalhar o periódico como um todo e situá-lo dentro da história e do processo de desenvolvimento da imprensa ilustrada em Portugal na tentativa de perceber quais foram suas contribuições e inovações, assim como, suas especificidades, visando contribuir de forma substanciada para a historiografia sobre a imprensa do século XIX. Além disso, analisar como os temas referentes ao nacionalismo foram trabalhados e representados pelos intelectuais que escreveram na revista, as influências recebidas por estes do romantismo, e os desdobramentos de tais questões para Portugal. Assim como, relacionar este tema ao contexto histórico do país, tendo em vista a relevância do mesmo para o entendimento da cultura, da sociedade e da política, no geral, e da polêmica em torno da questão ibérica, no particular.

O debate acerca da nação, da identidade nacional e do nacionalismo desperta interesse pela sua relevância no contexto atual e tendo em vista a pertinência e proliferação dos estudos acerca das identidades nacionais nas últimas décadas do século XX e início do XXI, sobretudo, junto dos acadêmicos que se debruçaram sobre a problemática das nações, dos sentimentos de pertença, das lealdades partilhadas e dos diversos modos de reprodução das mesmas. A conjuntura internacional das últimas décadas do século XX foi crucial para a ampliação das pesquisas em torno da identidade nacional. A força das transformações políticas sucedidas no Leste e centro europeu, os permanentes desafios da globalização e o acréscimo e diversificação das migrações internacionais consistem-se em elementos fundamentais nesse sentido.³³

Além disso, o fato da revista ter como objetivos a promoção do progresso das letras e das artes em Portugal, dentre outras características, nos instigou para melhor explorá-la, ainda mais se aliarmos a isso, o fato de que tal revista carece de estudos,³⁴ sobretudo, do ponto de vista da História, que tenham uma análise crítica e que busquem dar visibilidade a tal periódico demonstrando suas particularidades, contribuições e ações em meados do século XIX. Objetivamos no estudo desse periódico oferecer contribuições relevantes para a História da imprensa em Portugal e no Brasil, sob a

³³ AMANTE, Maria de Fátima. (Cord.). *Identidade nacional entre o discurso e a prática*. Porto: CEPESE; Fronteira do Caos Editores, 2011.

³⁴ Sant'Anna ressalta a dificuldade em se precisar o número de tiragem da revista devido à falta de trabalhos e estudos sobre o periódico *A Ilustração Luso-brazileira*. Cf. SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Op. cit.*, 2007, p. 93.

ótica da discussão sobre nação, nacionalismo e identidade nacional, tal como propusemos em nossa problemática de trabalho.

Em meio às diversas publicações periódicas do século XIX, a escolha desta revista em específico ocorreu em virtude de sua inserção no contexto do romantismo e do início da tradição das publicações luso-brasileiras que procuravam estreitar os laços entre Brasil e Portugal por meio da imprensa.³⁵ Tal característica, dentre outras, definiu a revista como boa escolha para trabalharmos os objetivos propostos.³⁶ O recorte temporal de 1856 a 1859 se deu em função de ser este o período em que a revista foi publicada e circulou em ambos os países.

No capítulo um foi apresentado o contexto de início do período da Regeneração em Portugal, seu significado, principais acontecimentos, economia, cultura e política, com destaque para o reinado de D. Pedro V. Abordamos o desenvolvimento da imprensa no período, em particular das publicações periódicas literárias, ilustradas e luso-brasileiras. Discutimos, ainda, os autores que trabalharam com a revista e de que maneira eles trabalharam e, a seguir, foram expostas as características básicas do periódico em seus três anos de publicação 1856, 1858 e 1859.

No capítulo dois foi apresentado quem eram os editores da revista, os principais colaboradores, sua ampla gama temática, a estrutura e divisão dos conteúdos e os destaques predominantes, tal como, as visões de passado e expectativas de futuro prevaletentes nos artigos. Foram abordados, igualmente, as iconografias presentes nas páginas impressas e o desenvolvimento da xilogravura (gravura de madeira) em Portugal.

No capítulo três foi exposto o debate em torno da definição dos conceitos de nação, nacionalismo e identidade nacional, do mesmo modo que discutida a importância do nacionalismo em Portugal no período de início da Regeneração, tendo em vista a querela em torno da questão ibérica. Tratamos, também, da contribuição da revista na difusão de um pensamento que buscava a formação da identidade nacional lusa, em reação ao nacionalismo ibérico, propalado por alguns escritores. Foram, igualmente, analisados os discursos nacionalistas presentes nos artigos, com

³⁵ MÜLLER, Fernanda. *No limiar entre literatura, memória e História: A “galeria da imprensa” Luso-brasileira na revista Brasil-Portugal (1899-1914)*. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 26, n.1, p. 255-270, jan. /Jun. 2010. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25588/14163>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

³⁶ Abordagem semelhante à de Fernanda Muller fez o autor Mauro Nicola Póvoas ao ressaltar que *A Ilustração Luso-Brasileira* buscou estreitar as relações entre Brasil e Portugal. Cf. PÓVOAS, Mauro Nicola. *Op. cit.*, 2012.

destaque para os temas referentes à Ibéria, história, literatura, propriedade literária, e a defesa de uma produção cultural, artística e teatral nacionais.

1 - A Regeneração, o desenvolvimento da imprensa e a revista *A Ilustração Luso-brazileira* (1856; 1858-1859).

Apresentamos neste capítulo o contexto de início do período da Regeneração em Portugal, seu significado, principais acontecimentos, economia, cultura e política, com destaque para o reinado de D. Pedro V. Abordamos o desenvolvimento da imprensa no período, em particular das publicações periódicas literárias, ilustradas e luso-brasileiras. Discutimos, ainda, os autores que trabalharam com a revista *A Ilustração Luso-brazileira* e de que maneira eles trabalharam e, a seguir, expomos as características básicas do periódico em seus três anos de publicação 1856, 1858 e 1859.

1.1 A Regeneração sob o signo do consenso.

Para entendermos a conjuntura histórica que propiciou o surgimento e a produção da revista temos que repassar, em linhas gerais, alguns aspectos sobre a situação política, econômica, social e cultural em que Portugal se encontrava no início da segunda metade do século XIX. Período denominado por Regeneração. Tendo em vista que, as condições históricas não compõem um pano de fundo imóvel à frente do qual decorre o processo de criação e circulação da revista, mas constituem-se em uma relação permanente de influência recíproca entre a imprensa periódica e o meio social, político e cultural.³⁷

Da historiografia portuguesa sobre o século XIX destaca-se a importância da regeneração como período de construção do Portugal moderno, consubstanciado em um Estado Liberal e numa sociedade e economia de viés burguesa e capitalista. Assim como o corte que a mesma operou no processo histórico, tendo em vista o período anterior, compreendido entre 1834 e 1851, à época da institucionalização do liberalismo. “O triunfo da Regeneração sobre o cabralismo foi a versão portuguesa do triunfo da era do capital sobre a era das revoluções, significando a definitiva superação do período essencialmente fundador do liberalismo monárquico”.³⁸

³⁷ TENGARRINHA, José. *Nova História da imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de leitores, 2013. p. 879.

³⁸ SARDICA, José Miguel. A política e os partidos entre 1851-1861. *Análise Social* [online], Lisboa, vol. xxxii (141), 1997, p. 279-333. Disponível em:

Segundo José Miguel Sardica o quadro cronológico da Regeneração encontra-se estabelecido: de 1851 a 1890, quatro décadas áureas de suposta “acalmia política”³⁹ e diversos melhoramentos materiais; e de 1890 a 1910, duas décadas de instabilidade política e de crise institucional, moral e, sobretudo, material. Ou seja, quarenta anos de consolidação e estabilização da ordem liberal e vinte anos de contestação dessa mesma ordem. Particularizando ainda mais, o período de 1851 a 1890 é subdividido, canonicamente, entre antes da Fusão (1851-1865), e após a Fusão (1868-1890), que uniu no governo os moderados históricos e os regeneradores.

40

Confrontado com essa cronologia refletiremos um pouco mais sobre os acontecimentos que permeiam os anos de 1856 a 1859, período de publicação da revista e que compreende o reinado de D. Pedro V e do governo do presidente do Conselho de Ministros de Portugal, marquês (depois duque) de Loulé (Nuno Moura Barreto, 1804-1875). Contudo, para entendermos as circunstâncias e acontecimentos nos quais esse recorte temporal se circunscreve temos que regressar alguns anos para compreender o início do período da regeneração em Portugal.

Segundo a historiadora Miriam Halpern Pereira a sociedade portuguesa desde os anos 20 do século XIX assentava-se, sobretudo, na atividade agrícola e no comércio externo. Portugal encontrava-se sem o Brasil, principal base colonial da sua economia desde o século XVII. As possessões orientais e as colônias africanas não possuíam um papel de relevo, dentro desse quadro, a economia portuguesa teve que se adaptar à nova divisão internacional de trabalho.⁴¹

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841071B6tBX9hq5Jn11LV2.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2015. p. 285.

³⁹ Segundo José Miguel Sardica essa alegada acalmia política é um *topos* de tão frequentes, quanto revisitáveis leituras. O autor concorda que signifique uma superação da anarquia endêmica anterior a 1851, embora falte explicar o que mudou e por que. Porém, se por “acalmia política” se entender a supressão do conflito político, estaremos, segundo Sardica, perante mais um dos lugares-comuns que é preciso desmistificar. SARDICA, José Miguel. *A Regeneração sob o signo do consenso - A política e os partidos entre 1851-1861*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013. p. 11.

⁴⁰ SARDICA, José Miguel. *Op. cit.*, p. 07-13. Fusão é a denominação dada a curta experiência de um governo que uniu os dois partidos, os regeneradores e os moderados históricos. Aliança que se findou com uma revolta popular por nome “janeirinha”. Cf. RAVARA, António Pinto. Os partidos políticos liberais na “primeira fase do rotativismo parlamentar” (1851-1865). *Análise Social* [online], Lisboa vol. XII, nº 46, 1976, pp. 363-367. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914148U2uLI4zj8Zc35SP3.pdf>>. Acesso em 31 dez. 2015. p. 367.

⁴¹ PEREIRA, Miriam Halpern. Diversidade e crescimento industrial. In: TENGARRINHA, José; (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. pp. 217-240. p. 219.

Em 1834 tem-se a extinção do corporativismo da Idade Média que impedia o desenvolvimento do capitalismo liberal em Portugal. Houve um crescimento do comércio exportador, sobretudo do vinho, e o desenvolvimento das indústrias têxtil, de vidros, de papel e de louças, dentre outras. Esse crescimento deu-se concomitante à separação do trabalhador dos seus meios de produção nas cidades ou no meio rural, principalmente em Lisboa e no Porto. Alguns fatores, como, por exemplo, a exploração das terras incultas, a eliminação dos antigos direitos sobre a livre circulação de produtos e a introdução da mecanização na agricultura favoreceu o desenvolvimento, em especial do arroz, da criação de gado para exportação e da expansão da viticultura. As revoltas e rebeliões populares, como a Patuleia (1846-1848) e a Maria da Fonte⁴² (1846), são sintomas das mudanças ocorridas nas relações sociais de produção no campo. Exceto nas regiões de Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa a economia de subsistência foi destruída. Foi nessa conjuntura econômica que se deu a formação de um excedente de mão-de-obra que migrou para os grandes centros urbanos, Lisboa e Porto, e para o exterior.⁴³

A Regeneração, iniciada em 1851, abre um novo ciclo da História de Portugal, assinalado pelo triunfo do capitalismo, a atenuação dos conflitos sociais e a afirmação da burguesia.⁴⁴ Segundo Rui Ramos, depois de 1851, o tempo foi de “progressismo”.⁴⁵ O equilíbrio do sistema consolidar-se-á, contudo, mediante o funcionamento regular das instituições.⁴⁶ 1851 é o ano em que ocorreu o golpe de Estado do Marechal Duque de Saldanha, que deu início a uma nova etapa política em Portugal, designada por Regeneração. Esse movimento político e social buscou harmonizar as múltiplas facções do liberalismo e conciliar os interesses da alta burguesia com as camadas rurais e a pequena e média burguesia. Nesse sentido, promoveu-se uma série de

⁴² Também conhecida como Revolução do Minho, foi uma revolta popular, advinda das guerras liberais, organizada contra o governo cartista. Cf. CABRAL, Manuel Villaverde. Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo. *Análise Social* [online], Lisboa, vol. XII (45), 1976, 106-126. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223913439J8oEO0wc9Bm37QI9.pdf>>. Acesso em 22 nov. 2015. p. 114.

⁴³ PASCKES, Maria Luisa Nabinger de Almeida. Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (sécs. XIX e XX). *R. História* [online], São Paulo, n. 123-124, p.35-70, ago. /jul. 1990/1991. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18636/20699>. Acesso em: 12 dez. 2014.

⁴⁴ SOUSA, Fernando. Introdução. In: SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. X 1ª ed. 2004. pp. 09-16. p. 09.

⁴⁵ RAMOS, Rui (cord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 7ª ed. 2012. p. 535.

⁴⁶ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A regeneração e o seu significado. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O Liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 101-107. p. 101.

reformas e garantiu-se, no âmbito político, o rotativismo partidário. As reformas foram possíveis graças a um conjunto de fatores e instrumentos diversos, porém complementares que se encontravam em ordem à reestruturação e renovação da vida política, econômica, social e cultural do país. Dos quais podemos salientar a modernização do sistema de transporte, a estatística, a codificação jurídica, a expansão da banca, a imprensa escrita, etc.⁴⁷ Ou seja, estabelecer uma renovação no sistema político e buscar o desenvolvimento de infraestruturas basilares e necessárias para fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento de Portugal.

Segundo António Marques, como ato isolado, a Regeneração resultou somente do despeito e do ódio do Marechal duque de Saldanha, pelas várias demissões sofridas, e pela tentativa do conde de Tomar Costa Cabral, de afastá-lo da cena política.⁴⁸ Contudo, a Regeneração, como movimento revolucionário, foi muito mais do que isso. Os preparativos para esse acontecimento vinham de anos antes e contou com a colaboração de representantes da intelectualidade, como Alexandre Herculano, da política, como Rodrigo da Fonseca Magalhães e do mundo financeiro, como o cientista José Lourenço da Luz (diretor do Banco de Portugal). Como utopia, almejava, de fato, regenerar o país (e, daí o seu nome, de longa tradição na história portuguesa). Regenerar recolocando-o ao trilho liberal “puro”, onde não ocorressem lutas políticas sem sentido, nepotismo, compadrio, corrupção, e diversos outros males que assolavam o país e mantinha-o em uma situação de dependência cultural e, sobretudo, material face aos países mais desenvolvidos do globo.⁴⁹

Defendiam a revolução como meio de união nacional e tinham o Cabralismo⁵⁰ como inimigo comum e indispensável a se combater, pois este era tido como símbolo de todos os males e da obstrução dos avanços e da via rápida de conciliação. A regeneração surgiu, portanto, como uma “união” de anticabralistas de diferentes tendências político-ideológicas, agrupando desde patuleias até cartistas

⁴⁷ SOUSA, Fernando. *Op. cit.*, p. 09.

⁴⁸ MARQUES, António Henrique de Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) *Nova História de Portugal: Portugal e a instauração do liberalismo*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. IX 1ª ed. 2002. p. 617-618.

⁴⁹ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. X 1ª ed. 2004. p. 467.

⁵⁰ Cabralismo é a designação pela qual ficou conhecido o governo de António Bernardo da Costa Cabral, que durou de 1842 a 1846. Cf. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A restauração da Carta Constitucional: Cabralismo e anticabralismo. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O Liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 91-100.

ultraconservadores. Contudo, não existia um projeto homogêneo que representasse as suas pretensões, o que mais os unia era o fato de serem contrários à política e ao governo de Costa Cabral. Não se apresentava, desse modo, pontos concretos e originais que a definissem como corrente política bem determinada.⁵¹

Os primeiros anos da Regeneração foram assinalados por um conjunto de medidas de amplo alcance em múltiplos domínios. No plano educacional reformou-se o ensino no colégio Militar, reorganizou-se a Academia das Ciências de Lisboa, na Universidade de Coimbra introduziu-se um curso de direito administrativo, estabeleceu-se o ensino técnico industrial e agrícola, nomeou-se o botânico austríaco Friedrich Welwitsch para uma missão científica às colônias e teve início a aplicação de subsídios para a publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*,⁵² do escritor Alexandre Herculano. Nos planos económico e financeiro, decretou-se uma nova lei monetária, decidiu-se a conversão da dívida pública com um empréstimo único de 3%, reestruturaram-se os correios, sendo introduzidos a franquia prévia e o selo postal, reformaram-se as alfândegas (em geral) e a pauta aduaneira, regulamentou-se com novos princípios a fazenda pública. Em substituição à contribuição de diversos impostos, criou-se uma contribuição predial única, adotou-se, oficialmente, o sistema métrico decimal, realizaram-se concursos para o assentamento das primeiras linhas férreas e para a construção de estradas e criou-se o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Nos planos administrativos e políticos, ocorreu a aprovação do primeiro Ato Adicional que deixou o regime mais democrático, instituindo eleições diretas para deputados, as primeiras das quais foram realizadas em dezembro de 1852. O mesmo diploma acabou com a pena de morte para crimes políticos.⁵³ Redefiniu-se a assistência pública. Recriou-se e regulamentou-se o Conselho Ultramarino. Reorganizou-se o Arsenal da Marinha. Publicou-se o primeiro Código Penal.⁵⁴

A política de Obras Públicas do período da Regeneração foi designada por “fontismo” em decorrência do trabalho do ministro António Maria de Fontes Pereira

⁵¹ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. cit.*, 2004. p. 467.

⁵² HERCULANO, Alexandre. *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptores*, Volume I, Fâsciculo II. Lisboa: Typis Academicis, 1860.

⁵³ Mais detalhes sobre esse Ato Adicional encontram-se no capítulo do livro *História de Portugal*. Cf. CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. As constituições. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O Liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 125-139. p. 138.

⁵⁴ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. cit.*, p. 470.

de Melo. Nome que, entre as décadas de 1850 e 1880, figurou no primeiro plano da política portuguesa. Nas palavras de Joaquim Veríssimo Serrão: “(...) foi alguém que fez da política um campo de ação prática (...)”.⁵⁵ Agiu politicamente no intuito de dotar o país de uma ordem institucional favorável a necessária política econômica.⁵⁶ Preocupado em recuperar o país do atraso econômico e tecnológico, Fontes encetou uma política de construção de novos meios de transporte e comunicação, tais como caminhos-de-ferro, pontes, estradas, carros elétricos, pórtos, telefones e telégrafos. Propôs-se a criar riqueza para consolidar o regime constitucional.⁵⁷

Dentre as dificuldades internas da Regeneração encontram-se as diversas alterações ministeriais. Apesar de todos os problemas, a Regeneração triunfou acompanhada de uma estabilidade, dificilmente conseguida no período antecedente. A burguesia almejava um governo forte que lhes garantissem expansão econômica e estabilidade. Aos ideários políticos e utopias substituiu-se a problemática econômica e administrativa. Uma nova lei eleitoral e algumas alterações à Carta pôs termo à divisão de base entre setembristas e cartistas, o que tornou a Carta aceitável para, praticamente todos. A expansão financeira, industrial e mercantil do país harmonizava os interesses de banqueiros, comerciantes, industriais e proprietários rurais aos vários níveis, vinculando, para objetivos comuns, a pequena, média e alta burguesias. As diferenças entre burgueses e aristocratas foram-se amenizando. O alto clero e a nobreza tradicional tinham assegurados, nem que fosse teórico, um lugar de relevo na Câmara dos Pares. O que permitiu uma ascensão social e recompensa formal aos burgueses colaboradores. Por outro lado, as classes inferiores, urbanas ou rurais, foram mantidas no seu lugar, seja devido à escassa alfabetização e politização que as individualizava, ou em consequência das ações deliberadas pelos proprietários e patrões no campo político e econômico. Segundo António Marques de 1851 a 1880 não houve em Portugal, como, aliás, em grande parte da Europa, oposição real às formas de governar, as instituições, às políticas ou estruturas econômicas e sociais. Aproveitando os acasos da conjuntura, verificam-se poucas tentativas de criar essa oposição, porém, não obtiveram resultado.⁵⁸

⁵⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal* - Volume IX (1851- 1890): o terceiro liberalismo. Lisboa: Editorial Verbo, 2007. p. 21.

⁵⁶ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Op. cit.*, p. 104.

⁵⁷ RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Op. cit.* p. 521.

⁵⁸ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. cit.*, p. 469.

No âmbito da produção cultural, o romantismo, enquanto movimento, teve o seu apogeu no processo social e político que desembocou na consolidação do liberalismo monárquico-constitucional, em Portugal.⁵⁹ O movimento romântico é um dos principais eventos da vida intelectual da Europa, sobretudo no que diz respeito a sua vida literária. Esse fenômeno histórico é decorrente das revoluções Francesa e Industrial.⁶⁰ Tem suas raízes na crise de cultura que revolve o século XVIII e prepara as mudanças radicais dos tempos modernos. De acordo com os historiadores Elias Thomé Saliba, Nachman Falbel e Eric Hobsbawm, o romantismo surge como resposta para as mudanças sociais, econômicas e políticas em voga no período.⁶¹

Na ordem política o romantismo corresponde ao desaparecimento das oligarquias reinantes em prol das repúblicas federadas ou das monarquias constitucionais. Introduz o liberalismo, na moral, na política e na arte em substituição do absolutismo religioso, econômico, filosófico, etc. Surge uma nova classe, fundada na ética do dinheiro: a burguesia. Assim como a nobreza se identificava com o Classicismo, a burguesia se identificava com o romantismo, ambas se tornaram categorias sinônimas e descreviam trajetórias semelhantes. Apesar do surgimento do romantismo e a ascensão da burguesia terem se dado de forma concomitante, essa nova classe social se utilizou da estética romântica para se expressar, adquirir voz e estatuto intelectual, e o movimento literário e artístico se uniu à burguesia visando sobreviver e se impor.⁶²

O primeiro desdobramento desse intercâmbio foi a profissionalização do escritor. O literato ou artista insurgido da burguesia produzia uma obra literária ou artística para ser consumida pela classe média, e da qual conseguia recursos financeiros para sua subsistência. A burguesia, por meio do dinheiro, pagava para ter o poder de usufruto da obra, e simultaneamente, pela imagem de si própria que nela encontrava representada. Desse modo, o escritor funcionava como a consciência da classe de que provinha, a burguesia, e como o ideólogo que lhe propunha uma estética e moral singular. A ficção servia, portanto, nas palavras de Massaud Moisés,

⁵⁹ CATROGA, Fernando. Romantismo, literatura e História. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O Liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 463-477. p. 463

⁶⁰ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

⁶¹ FALBEL, Nachman. Fundamentos históricos do romantismo. In: GUINSBURG, J. *O romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. pp. 23-50; SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1991. p. 39-40; HOBBSAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 280.

⁶² MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: romantismo, realismo*. São Paulo: Cultrix, 1984. V. 2. p. 03-12.

“(...) de espelho dum estado de coisas e, simultaneamente, decálogo da sociedade: esta se revia, não exatamente como era, mas como pretendia ser ou aprendia a ser, graças à imagem fornecida pelo escritor”.⁶³

Os românticos opõem-se ao primado das regras, modelos e normas estabelecidos pelos teóricos dos séculos XVI ao XVIII. Defendem o culto à liberdade criadora, admitem que o escritor deva guiar-se pela “inspiração”. Ao universalismo opõem o individualismo, o “eu” passa a ser o centro do universo. O “evasionismo” ou “escapismo” são outras características marcantes. Evasão, sobretudo, em duas direções: no desespero até à morte ou fuga no tempo, em especial a Idade Média, ou no espaço, para terras exóticas, a pátria ou a natureza. Dentre as características do romantismo encontram-se ainda: o egocentrismo, voltado para as razões do coração, sentimentalismo, introjeção, reclusão no próprio “eu”, culto à morte, ao belo, a vida como aventura, etc. O escapismo em direção à natureza, alargando-se, converge para a pátria. Liberal, no que diz respeito às concepções políticas, o romântico se vê fadado à missão civilizadora e redentora das pessoas. Projeta suas próprias inquietações no povo, seu patriotismo nem sempre deixa de ser a amplificação do “eu”. Preconiza-se uma literatura com funções sociais, e nacionais.⁶⁴

Em Portugal, as agitações do contexto político e social, associado ao impacto trazido pelo movimento revolucionário de 1848, favoreceram o advento de uma produção intelectual percorrida por preocupações socialmente reformistas. São exemplos os autores: António Pedro Lopes de Mendonça, Sousa Brandão, Serpa Pimentel, Latino Coelho, José Felix Henriques Nogueira, dentre outros. A corrente romântica inaugurada por Alexandre Herculano e Almeida Garrett, continuaria a crescer, sem oposições de relevo nos primeiros anos da Regeneração.⁶⁵

Existiam também, nesse contexto, múltiplos escritores que davam prova do seu talento nos folhetins de diversos periódicos, na literatura, na produção de poesias ultrarromânticas, nos romances históricos, na historiografia e nos dramas. O teatro encontrava-se engajado na ideia de “formar as almas”, cuja importância política foi logo sublinhada pelos românticos. Esse foi um dos setores que mais importância deu ao problema da educação e do ensino, bem como, a necessidade de se reproduzir

⁶³ MOISÉS, Massaud. *Op. cit.*, p. 03-12.

⁶⁴ MOISÉS, Massaud. *Op. cit.*, p. 12-18.

⁶⁵ HOMEM, Amadeu Carvalho. Linhas gerais da cultura. In: SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. X 1ª ed. 2004. pp. 340-410.

um novo capital cultural e simbólico, lutando, assim, pela construção de um novo teatro, que se queria nacional. O mesmo se deu com relação à música.⁶⁶ Na arquitetura, a estética do período esteve ligada à habitação civil, nomeadamente urbana, sobressaindo os estudos sobre igrejas, palácios e prédios. Relacionou-se, ainda, com o planeamento de cidades e vilas, incluindo a idealização de novos bairros, a criação de jardins e parques, modificação das estruturas já existentes e a pavimentação de ruas.⁶⁷

Segundo Fernando Catroga, o romantismo enquanto movimento cultural, em Portugal, para ser devidamente compreendido necessita que se leve em consideração a forma como as elites intelectuais que o protagonizaram entenderam as relações entre a sociedade e a cultura. Essa postura se aproximou mais de modelos de inspiração iluminista do que das atitudes de pendor estético, dos românticos, ou mesmo do foco subjetivista. O intelectual romântico sentiu-se participante de uma “república das letras” e se via na missão de reformar a “alma nacional”. Por isso o intelectual romântico, assumiu-se, também, como um educador e defendia que apenas uma profunda reforma cultural conseguiria auxiliar na construção de uma nova sociedade, em que os sujeitos: “(...) compreendendo-se como entidades unívocas, interiorizassem igualmente imperativos sociabilitários”. O que explica a valorização do pensamento social romântico e o seu esforço de renovação. De onde parte a sua rejeição dos pontos de vista demasiadamente abstratos e cosmopolitas, peculiares de certo iluminismo do século XVIII. Atitude que se irá revelar “(...) numa maior sensibilidade em relação aos costumes concretos dos povos, ao meio em que eles se inserem e às suas especificidades psicológicas”.⁶⁸

O romantismo teve forte influência nas produções culturais portuguesas de meados do século XIX, assim como, exerceu intenso impacto na estética literária presente nas páginas impressas da revista *A Ilustração Luso-brazileira*. Nessa conjuntura, o Estado português era organizado política e administrativamente em uma monarquia hereditária e representativa, tendo a sua frente um rei pertencente à dinastia de Bragança. De acordo com a Carta Constitucional de 1826, o seu território abrangia, na Europa, os reinos de Portugal e do Algarve, incluindo as ilhas adjacentes (Açores, Madeira e Porto Santo) e, na Ásia e África, os territórios coloniais,

⁶⁶ CATROGA, Fernando. *Op. cit.*

⁶⁷ HOMEM, Amadeu Carvalho. *Op. cit.*

⁶⁸ CATROGA, Fernando. *Op. cit.*, p. 464.

especificados em, na África Ocidental, (Bissau e Cacheu; Angola, Benguela e suas dependências, Cabinda e Molembo; na Costa da Mina, o forte de S. João Baptista de Ajudá as ilhas de São Tomé e Príncipe e as de Cabo Verde, e suas dependências); na Costa Oriental, (Rio de Sena, Moçambique, Inhambane, Quelimane, Sofala e as ilhas do Cabo Delgado); e na Ásia, (Os estabelecimentos de Macau e das ilhas de Solor e Timor, Salsete, Goa, Bardez, Diu e Damão).⁶⁹

Os últimos anos do reinado de D. Maria II foram marcados por um progressivo aumento de sua popularidade. A rainha não pode, contudo, acompanhar a aceleração do país, pois faleceu em novembro de 1853.⁷⁰ A coroa foi herdada por D. Pedro V,⁷¹ filho primogênito. Como este era, ainda, menor, tornou-se necessária uma regência. Assumiu D. Fernando II, seu pai, que manteve a política de apaziguamento e conciliação que já vinha sendo feita. D. Fernando proporcionou aos seus filhos mais velhos duas viagens de estudo pela Europa, as quais fizeram parte de um plano de preparação dos futuros chefes de Estado.⁷² Em setembro de 1855, D. Pedro V assumiu o poder. O monarca tinha concepções próprias sobre as funções de um rei. Entendia que não deveria submeter-se aos governos e partilhar com eles o “ódio” as oposições. Seu reinado durou de 1855 a 1861 e teve como primeiros-ministros o duque de Saldanha (1851-1856) e o então Marquês de Loulé (1856-1859).

⁶⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. Organização administrativa e política. In: MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. X 1ª ed. 2004. pp. 184-202. p. 184.

⁷⁰ Sobre D. Maria II, Cf. LEMOS, Ester. *D. Maria II (A Rainha e a Mulher)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1954; BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *D. Maria II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. (Coleção Reis de Portugal).

⁷¹ Para um perfil político e psicológico de D. Pedro V, Cf. FERREIRA, José Maria de Andrade. *Reinado e últimos momentos de D. Pedro V*. Lisboa: Tipografia Universal, 1861.

⁷² Sobre as viagens ver o livro Cf. VICENTE, Filipa Lowndes, *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX*. Alges: Gótica, 2003. E o capítulo III “viagens ao estrangeiro” da obra “D. Pedro V, um homem e um rei”. Cf. LEITÃO, Rúben Andressen. *D. Pedro V, um homem e um rei*. São Paulo: Texto Editores, 2012. p. 63-93.



Figura 01. D. Pedro V. [xilogravura]. Fonte: A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 01, 05 jan. 1856. p. 04.

Nesse período enfrentaram-se dois grandes problemas que assolaram Portugal: a epidemia de cólera e de febre amarela. Esses problemas de saúde pública urbana não eram novidade, porém a frequência das relações internacionais, as deficientes condições de vida de uma parcela da população das cidades concomitante à intensidade da concentração urbana, no período, possibilitando focos de infecção e

a transmissão rápida de doenças contagiosas, despertaram os poderes públicos para a implementação de medidas que pusessem fim a esses flagelos. A *cholera morbus*, que graça de 1853 a 1856, atacou, sobretudo, Lisboa onde ceifou 3275 pessoas.⁷³ A febre amarela, oriunda do Brasil, matou 6.000 indivíduos em Portugal entre 1856 e 1857.⁷⁴ D. Pedro V visitava os hospitais consolando os enfermos, com isso conquistara bastante popularidade.⁷⁵ A questão da saúde pública urbana estava ligada a existência de água em abundância e com distribuição satisfatória, o que não acontecia no Porto e nem em Lisboa. A esse respeito, face às epidemias, o governo multiplicou os esforços visando o abastecimento conveniente de água à capital.⁷⁶ Além do surto de cólera e febre amarela, no segundo semestre de 1856, veio à inflação das subsistências com a escassez agrícola, agravando ainda mais a situação social nos centros urbanos.⁷⁷

Em 1858 D. Pedro V teve que lidar com os problemas relacionados ao seu casamento e a sucessão da coroa. Por influência de seu pai e com a aprovação das altas casas reinantes da Europa, casou-se com uma princesa Alemã, Stéphanie Von Hohenzollern-Sigmaringen.⁷⁸ O casamento durou pouco, pois a rainha morreu em 17 de julho de 1859, vítima de uma angina diftérica.⁷⁹

O monarca lidou, ainda, com outras duas questões polêmicas: a questão das irmãs de caridade e a problemática com a França envolvendo o navio *Charles et George*. Algumas associações caritativas do Porto e de Lisboa solicitaram as autoridades a vinda para Portugal de irmãs francesas para prestarem assistência hospitalar e, ao mesmo tempo, trabalharem em orfanatos e asilos de crianças. A permissão foi concedida por meio de alvarás ministeriais. Em julho de 1858 começou a se levantar contra elas uma violenta campanha, com reflexos entre os intelectuais, na imprensa, nas câmaras legislativas e no próprio governo. As irmãs eram acusadas

⁷³ A epidemia de Cólera já havia assolado Portugal em 1832-1834; 1848 e em 1851. Cf. MARQUES, António Henrique de Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) *Nova História de Portugal: Portugal e a instauração do liberalismo*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. IX 1ª ed. 2002. pp. 41 e 535.

⁷⁴ O número total de óbitos vítimas da febre amarela varia de acordo com alguns autores, José Tengarrinha, por exemplo, fala em 5000 mortos. TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 836.

⁷⁵ VILHENA, Júlio de. *D. Pedro V e seu reinado*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921. p. 08-09.

⁷⁶ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. cit.*, p. 472-473.

⁷⁷ SARDICA, José Miguel. *Op. cit.*, p. 311.

⁷⁸ O casamento de D. Pedro V com a rainha D. Stéphanie teve ampla cobertura na revista, diversos artigos foram escritos sobre esse assunto. Cf. *A Ilustração Luso-Brasileira*, jornal universal. Lisboa: Tipografia de A. J. F. Lopes, Travessa da Vitória, 52. Volume II. 1858.

⁷⁹ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. cit.*, p. 480-481.

de serem fanáticas e de darem preferência aos mais ricos ao invés dos pobres, além de se dedicarem ao ensino sem terem o devido preparo para isso.⁸⁰ O seu aparecimento preocupava os defensores da inexistência de ordens religiosas, alertando-os para o surto do reacionarismo clerical, uma das preocupações da época.⁸¹ Outro assunto polêmico foi o apresamento do navio francês *Charles et George*. Seu capitão, Étienne Mathurin Rouxel, foi acusado pela armada portuguesa de praticar o tráfico de escravos entre Moçambique e a ilha de Reunião. Furioso, Napoleão III recorreu da sentença e o governo de D. Pedro V foi obrigado a libertar o navio, bem como o seu capitão,⁸² e, ainda pagar indenizações de 340.000 francos.⁸³ De acordo com Oliveira Marques, o episódio demonstra um exemplo de como as grandes potências tratavam as pequenas e da hipocrisia e brutalidade que permeavam as questões internacionais.⁸⁴

D. Pedro V possuía um estilo político ao modo americano, era interventivo, tutelador, crítico, que transformava os ministros em secretários de Estado régios e as reuniões de conselho em árduas batalhas para a autonomia governamental. O ministério do duque de Saldanha caiu em 1856, após desentendimentos com o monarca.⁸⁵ O marquês de Loulé o sucedeu, constituiu novo ministério onde só entravam históricos da velha guarda setembrista. Esse ministério era fraco e sofreu sucessivas modificações ao longo de três anos. Loulé sofreu forte oposição e foi demitido em 16 de março de 1859. Assumiu em seu lugar o duque da Terceira, que uniu os partidos históricos e regeneradores. Com a sua morte no dia 26 de abril de 1860, o conselho passou a ser presidido por Joaquim António de Aguiar. Este último rapidamente pediu demissão, sendo chamado novamente o marquês de Loulé que assumiu em quatro de julho de 1860. Os programas políticos dos ministros visavam à

⁸⁰ Críticas aos trabalhos dessas irmãs de caridade francesa também foram publicadas na revista *A Ilustração luso-brazileira*. *A Ilustração Luso-Brasileira*, jornal universal. Lisboa: Tipografia de A. J. F. Lopes, Travessa da Vitória, 52. Volume II. 1858. p. 255; *A Ilustração Luso-Brasileira*, jornal universal. Lisboa: Tipografia de A. J. F. Lopes, Travessa da Vitória, 52. Volume III. 1859. p. 118, 355, 390, 391.

⁸¹ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. cit.*, p. 473.

⁸² GEORGE, João Pedro. *A Marquesa de Paiva*. Lisboa: Leya, 2015.

⁸³ *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 04, 29 jan. 1859. p. 25.

⁸⁴ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. cit.*, p. 475-477. Sobre esse mesmo tema a revista *A Ilustração Luso-brazileira* noticiou o ocorrido e a solução a que se tinha chegado. Cf. *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 44, 30 out. 1858. p. 345.

⁸⁵ SARDICA, José Miguel. *Op. cit.*, p. 305-306.

continuação dos objetivos básicos do ministério Saldanha: os melhoramentos materiais e o aperfeiçoamento da instrução pública.⁸⁶

De 1854 a 1861 foram tomadas uma série de medidas que foram importantes para o país. No campo da instrução pública: a criação da Direção Geral da Instrução Pública (1859) que colocou na dependência direta do governo todos os níveis de instrução, antigo monopólio da Universidade de Coimbra; reformaram-se o ensino secundário e o veterinário, instituiu-se o ensino técnico-profissional, ampliou-se o número de disciplinas em vários liceus; criou-se, em Lisboa, o curso superior de Letras; multiplicaram-se as vagas para a instrução primária em todo o país, com aumento de aulas para o sexo feminino. No âmbito da cultura, realizaram-se as exposições agrícola e industrial do Porto; a participação de Portugal em certames internacionais e a concessão de bolsas e outras formas de financiamento à investigação e publicação literária e científica. No campo das reformas administrativas e políticas, organizaram-se os serviços em vários ministérios; regularizaram-se os pagamentos de ordenados às funções públicas; organizaram-se o Tribunal de Contas; melhoraram a lei eleitoral; reduziu-se e fixou-se o número de concelhos. No campo social e humanitário, refiram-se a proteção e o financiamento do associativismo, sobretudo no de classe, a fundação de casas-pia e hospitais, asilos, a abolição dos castigos de varadas e pancadas de espada, a libertação parcial dos escravos e dos seus filhos que viessem a nascer, a abolição de alguns trabalhos forçados e do serviço obrigatório de carregadores, o melhoramento das condições de diversas cadeias, o fim do beija-mão real nas cerimônias de corte, etc.⁸⁷

Por fim, vale mencionar, os grandes melhoramentos no campo dos transportes e comunicações e no mundo econômico e financeiro: a construção e reparação de estradas e pontes por todo o país; o funcionamento dos primeiros telégrafos elétricos, privado (1855) e público (1857); abertura dos primeiros caminhos de ferro, de Lisboa ao Carregado (1856), do Carregado à Santarém (1859), com trabalhos acelerados de prosseguimento da rede ferroviária nas vias do Norte e do Sul; o alargamento da iluminação a gás a diversos povoados; os trabalhos de desassoreamento e alargamento dos pórtos e barras; o estabelecimento da navegação regular a vapor

⁸⁶ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. cit.*, p. 477-479.

⁸⁷ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. cit.*, p. 479.

para os Açores; os vários trabalhos hidrográficos em pântanos e rios; diversos estímulos à atividade mineira; a nova pauta aduaneira, etc.⁸⁸

Do ponto de vista do modelo econômico, pode-se afirmar que o período regenerador constitui a época áurea do capitalismo liberal em Portugal: a subordinação da renda fundiária ao lucro industrial, ao nível global, é um fato marcante durante este período. A classe dirigente vai poder obter uma pacificação que tem a sua base material no acesso de camadas tão amplas quanto possível à relativa prosperidade do período. Com vista ao mesmo alargamento da base social do regime, mas só depois de uma operação de saneamento financeiro que atingiu vigorosamente as poupanças da classe média, a Regeneração reduziu ao mínimo a pressão fiscal, abrindo, em contrapartida, as portas ao investimento estrangeiro (francês, belga, inglês e espanhol), numa “equitativa” repartição da dívida pública em 50% interna e 50% externa, reforçando, assim, simultaneamente, a participação de Portugal na cadeia internacional do capitalismo.⁸⁹ Contudo, segundo Amadeu Carvalho, o capitalismo desse período pouco se assemelha aos surtos de desenvolvimento econômico e industrial levados a cabo pela Europa. Em Portugal o protagonismo estatal foi inevitável para dar dinamismo ao mercado interno, dada à dimensão predominantemente ruralista da economia do país.⁹⁰

Politicamente, a Regeneração baseava-se no rotativismo parlamentar, isto é, na alternância pacífica, no poder, das duas alas do liberalismo monárquico.⁹¹ No entanto, só conseguiu manter-se por dominar as Câmaras Legislativas mediante frequentes dissoluções da Câmara dos Deputados e a nomeação de fornadas de pares, ou seja, à custa da subversão dos próprios princípios constitucionais. Anterior ao movimento da Regeneração, as forças constitucionalistas estavam divididas em dois blocos: o Partido Cartista e o Partido Progressista. Após um período inicial de apoio à Regeneração se verificou uma cisão dentro do Partido Progressista, provocada pela dissolução da Câmara dos Deputados, ocorrida em julho de 1852. O partido foi dividido em dois grupos distintos que darão origem ao Partido Regenerador

⁸⁸ SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. cit.*, p. 97-107, 479-480.

⁸⁹ CABRAL, Manuel Villaverde. *Op. cit.*, p. 117-118.

⁹⁰ HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José; (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. pp. 341-359. p. 346.

⁹¹ MEDINA, João. A democracia frágil: a primeira república portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José; (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. pp. 375-390. p. 376.

e o Partido Histórico: ambos eram progressistas. De 1851 a 1856 esteve no poder o ministério da Regeneração. Quando este ministério caiu por falta de apoio na Câmara dos Pares assistiu-se à substituição do poder pelos históricos, porém, apesar do novo chefe do governo ser o marquês de Loulé, líder tradicional do Partido Progressista, o que se nota é uma continuidade do programa liberal e reformista do antecessor.⁹²

O centro triunfou sobre os extremos, estabelecendo um modelo orientado por uma pressão centrista ou centrípeta do campo político, resumível em uma ideia chave: a Regeneração sob o signo do consenso.⁹³ Essas concessões, de ambos os lados, eram justificadas pela necessidade de se levar a cabo os melhoramentos materiais e capitais para o desenvolvimento do país.⁹⁴ A reconciliação significava que o liberalismo, que até o momento fora bandeira de divisão, teria de passar a ser bandeira de “união”. A Regeneração era, portanto, “(...) fundamentalmente um consenso de intenções, colocado numa ordem superior, nacional e, por isso, desejavelmente suprapartidária ou apartidária”.⁹⁵ Com a morte de D. Pedro V em 1861, segundo Duarte de Almeida, terminava o curto interregno de tranquilidade que Portugal havia gozado.⁹⁶ A relativa paz que trouxe a Regeneração, ofereceram perspectivas favoráveis para a abertura cultural aos diversos setores sociais, que se traduziu, entre outros aspectos, em uma maior diversificação dos gêneros jornalísticos. Fenômeno que já vinham acontecendo desde 1834, porém em escala limitada.⁹⁷

1.2 O desenvolvimento da imprensa literária ilustrada e os periódicos luso-brasileiros.

Segundo Gina Guedes Rafael, após 1834, em Portugal, numa sociedade, sobretudo, burguesa, a imprensa desenvolveu-se inserida em um contexto em que a liberdade de opinião possibilitava o amplo debate acerca dos problemas do país. Trazendo à tona questões que interessavam mais diretamente a burguesia e que foi aos poucos atingindo um público mais heterogêneo, é o que referem, por exemplo, O

⁹² RAVARA, António Pinto. *Op. cit.*, pp. 363-367.

⁹³ SARDICA, José Miguel. *Op. cit.*, p. 285.

⁹⁴ RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Op. cit.*, p. 535.

⁹⁵ SARDICA, José Miguel. *Op. cit.*, p. 286-287.

⁹⁶ ALMEIDA, A. Duarte. *Monarquia constitucional: reinados de D. Maria II, D. Pedro V e D. Luis I, 1834-1889*. Lisboa: Edição Romano Torres, 1936. p. 170.

⁹⁷ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 807.

Panorama (1837) dirigido por Alexandre Herculano e a *Revista Universal Lisbonense* (1841-1859) dirigida por António Feliciano de Castilho. A industrialização da imprensa na segunda metade do século XIX, ao lado da substituição do artigo de opinião pela notícia trouxeram diversas e múltiplas mudanças significativas no espaço público.⁹⁸ Desde 1851, com a vitória do regime parlamentar, Portugal conheceu vários progressos e desenvolvimentos na imprensa e, para além da diversificação dos gêneros, um considerável aumento do público leitor.

Na segunda metade do século XIX Portugal registrou muitos avanços no jornalismo de opinião e informação. A democratização da vida política, com o triunfo do regime parlamentar e o aumento do corpo eleitoral, desenvolveu, nas classes populares, o interesse pela informação política, para quem a imprensa escrita, sobretudo os jornais, constituía veículo privilegiado para mantê-los informados sobre os acontecimentos relativos à vida pública, assim como, sobre os discursos nacionalistas e a polémica em torno da questão ibérica. Os jornais por trazerem a publicação de romances populares em folhetins, a exploração de acontecimentos extraordinários, fatos diversos, e pela simplicidade do estilo, iam de encontro com os gostos do público leitor. Apesar da lenta elevação do nível cultural dos sujeitos, o aumento do nível de vida aliado à curiosidade pelo presente imediato, e a diversificação dos gostos vão contribuir poderosamente para a expansão da imprensa escrita, não só no Porto e Lisboa, mas agora, também, nos centros urbanos e nas províncias.⁹⁹ De 1851 a 1864 foram criados 86 novos jornais. Existindo, portanto, uma dispersão dos centros de criação jornalística. Lisboa continuava a ser o núcleo dominante na criação de jornais, algo em torno de 70 por cento, mas pode-se assinalar outros locais importantes, como, por exemplo: Porto, Coimbra, Funchal, Braga, Angra do Heroísmo, Setúbal, Guimarães e Santarém. Este fenómeno demonstrou um aumento da vitalidade cultural e política de outros centros, para além de Lisboa, impulsionados por grupos que mostravam, assim, maior peso no panorama social e cultural nacionais.¹⁰⁰

A imprensa das Províncias permitia alargar a janela do local para o País e o mundo, fazendo com que a população pudesse estar a par dos avanços dos

⁹⁸ RAFAEL, Gina Guedes. Jornais, romance-folhetim e a leitura feminina no século XIX: influências transatlânticas? *Iris* [online]: Recife, v. 01, nº 01, p. 33-42, jul. /dez, 2012. Disponível em:

<<http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/IRIS/article/view/9/7>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

⁹⁹ SOUSA, Fernando. *Op. cit.*, p. 12.

¹⁰⁰ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 792, 846.

conhecimentos e das modernizações e auxiliando, desse modo, para com que as mesmas saíssem da rotina e do conservadorismo. Contribuía para combater os “velhos hábitos”, sempre avessos às transformações, quando por toda parte fazia-se presente uma tendência entusiástica para os melhoramentos materiais e morais, para o desenvolvimento comercial, industrial e agrícola do país. Com a Regeneração, uma parte da sociedade portuguesa sente a necessidade de modernização e de abertura para além do local, fenómeno do qual o movimento jornalístico é expressão.¹⁰¹

Nesse contexto, vinculada ao desenvolvimento da civilização ocidental, a imprensa conheceu a sua idade de ouro, devido a múltiplos fatores, como, por exemplo, a urbanização, o desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações, a elevação do nível de vida, a democratização da vida política, a generalização da instrução, e as progressivas melhorias nas técnicas de produção tipográfica. Os desenvolvimentos consideráveis das técnicas e dos métodos de produção periódicas, ligados à evolução dos meios de informação, de transmissão e à revolução dos transportes, em particular dos caminhos-de-ferro, influenciaram na difusão, multiplicação e, sobretudo, diversificação dos jornais e revistas, os quais passaram a ser um produto de consumo corrente. Tendo que se adaptar ao novo público e as novas condições de concorrência. Graças aos recursos fornecidos pela publicidade, a supressão da taxa do selo e a diminuição dos custos de produção, os impressos, antes produto caro e reservado as elites, vão ter uma baixa significativa no seu preço de venda, alargando, desse modo, o mercado consumidor composto, sobretudo pelas camadas populares urbanas e a pequena burguesia.¹⁰²

Tendo que se adaptar ao novo público e as novas condições de concorrência, o estilo e o conteúdo da imprensa diária alteram-se substancialmente com o aumento do número das tiragens. A imprensa de *opinião* deu lugar à imprensa de *informação* e o jornalismo de *reportagem* substituiu o de *crônica*. Os números de páginas aumentam, a apresentação melhora e os acontecimentos internacionais passam a ter lugar destacado. Surgem páginas especializadas destinadas ao público feminino e o romance em folhetins conquista seu espaço. O crescimento da audiência dos jornais,

¹⁰¹ No entanto, existiam reclamações de que essa imprensa dedicada aos interesses locais não encontrava eco em Lisboa, não tendo, portanto, efeito nos centros de decisão. Assim como, essa imprensa encontrou fortes limitações devidas ao alto grau de analfabetismo e aos meios técnicos de que dispunham. Por isso existia alguns jornais eram redigidos no local, mas impressos fora. Cf. TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 792.

¹⁰² SOUSA, Fernando. *Op. cit.*, p. 12-13.

fez da imprensa um dos vetores fundamentais de expansão e veiculação das ideias liberais. Meio privilegiado da adaptação dos modos de vida e das mentalidades dos novos tempos.¹⁰³

Questões relacionadas com o desenvolvimento das novas vias de comunicação, com a imigração,¹⁰⁴ com a intensificação do movimento comercial, com o aumento progressivo da industrialização de alguns ramos e da agricultura comercial, com a necessidade de combate a especulação financeira e à agiotagem, estiveram presentes na imprensa após o início da Regeneração. Ao mesmo tempo em que se reconhecia a necessidade do aumento da instrução nas variadas vertentes e da ampla divulgação científica e técnica. Correspondendo também à presença mais ativa da mulher nos espaços públicos, aos fenômenos do crescimento dos serviços nos centros urbanos e a maior intervenção cultural da juventude. Tais características tiveram projeção direta na imprensa.¹⁰⁵

Os periódicos apresentaram, nesse contexto, maior variedade, com destaque para os literários, recreativos e científicos. Ao contrário da imprensa que falava sobre política e passou por diversas medidas restritivas de 1840 a 1851, a criação destes periódicos, desde 1834, não havia sido afetada. Segundo Carvalho Protes, de 1641 a 1872 surgiram 1407 jornais, entre os quais: jornais políticos, 850; literários, científicos e recreativos, 261; belas artes e modas, 47; satíricos burlescos e críticos, 45; de anúncios, 42; agrícolas, comerciais, industriais e artísticos, 41; jurisprudência e administração, 40; medicina e farmácia, 26; e militares, 09.¹⁰⁶

Os tipos de publicações periódicas, assim como as temáticas, também são mais diversificados: álbuns, arquivos, anais, crônicas, boletins, revistas, recreios, todos objetivando a mais ampla gama de públicos. Nos primeiros anos da Regeneração a imprensa política continua a ser dominante representando 36 por cento das publicações, seguida dos periódicos culturais e instrutivos (com destaque para os literários), 28 por cento, dos religiosos, oito por cento, e dos comerciais, seis por cento. De 1861 a 1890 surgiram cerca de 3300 novas publicações periódicas e,

¹⁰³ SOUSA, Fernando. *Op. cit.*, p. 13.

¹⁰⁴ Acerca dos escritos na imprensa da Regeneração sobre a imigração. Cf. MONTEIRO, Isilda Braga da Costa; MAIA, Fernanda Paula Sousa. Um título para leitores de dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Isilda Santos de; SOUSA, Fernando de (orgs.). *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013. pp. 205-219.

¹⁰⁵ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 807-808.

¹⁰⁶ PROTES, Henrique de Carvalho. *Statistique de la presse portugaise 1641 à 1872*. Lisboa: Lalllement Frères, 1873. [apud] TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 808.

de 1821 a 1890, 164 revistas, 155 boletins, 52 arquivos, 39 crônicas, 38 álbuns, 34 anais e 27 recreios.¹⁰⁷

Libertos dos constrangimentos do governo de Costa Cabral e, principalmente, com a revogação da “lei das rolhas” e a supressão ou abrandamento das restritivas medidas administrativas e legislativas que recaiam sobre a imprensa, o movimento jornalístico se intensifica, atingindo seu ápice no ano de 1854, seguido de 1851 e 1852. No ano de 1857 assistiu-se um grande impulso dos periódicos, com publicações diversas. Entre os anos de 1851 a 1864 foram criados 48 periódicos, em média, por ano. Segundo os escritos de um autor contemporâneo, por nome João José de Sousa Teles, em 1863 circulavam em Portugal 202 periódicos. Predominavam os semanários, seguido pelos diários, dos quinzenários, dos bissemanais e dos mensários. Nesse contexto começam a se expandir as publicações pertencentes ao gênero revista. Contudo, o tempo de vida dos periódicos era curto, em geral, não ultrapassavam dois anos.¹⁰⁸

Jorge Pedro Sousa chama a atenção para o grande aumento de publicações populares noticiosas nesse contexto, onde rapidamente determinados empresários portugueses se aperceberam do vantajoso mercado que compunha a imprensa popular noticiosa, com preços acessíveis, neutral, e difusão massiva, já existente em outros países. Por meio da iniciativa privada, Portugal viu, desse modo, transfigurar-se o panorama jornalístico. Principiou, então, a reaparecer periódicos populares e noticiosos, voltados para toda a sociedade, se utilizando de meios financeiros e técnicos que propiciavam amplas tiragens, baixo custo por número (despesas sustentadas, em grande parte, pela publicidade). Não adotavam qualquer linha político ideológica, buscavam descrever fatos relevantes ou simplesmente interessantes, com a “verdade e a objetividade possíveis”. Para este feito, se utilizavam de uma linguagem clara e acessível, fugindo das polêmicas e discussões. Com esses jornais, se estabelece, em Portugal, a fase do jornalismo industrial, isto é, a imprensa vista como uma indústria semelhante às demais, como um negócio, que oferecerá a matriz para os tempos futuros.¹⁰⁹

¹⁰⁷ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 808, 846.

¹⁰⁸ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 845-846.

¹⁰⁹ SOUSA, Jorge Pedro. Uma História do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974. *BOCC – Biblioteca Online de Ciência da Comunicação da Universidade da Beira* [online]. Covilhã: Portugal, pp. 01- 85, 2008a. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>>. Acesso em 07 jan. 2016. p. 30.

A revista *A Ilustração Luso-brazilera*, publicada pela primeira vez em 1856, é um exemplo de periódico ilustrado pertencente ao contexto do romantismo e de início da expansão das publicações lusitanas do gênero revista. Esse semanário pertence ao movimento da imprensa literária, ilustrada e instrutiva. Os periódicos que apresentam essas características, em geral, encontravam-se preocupados com a formação do gosto dos leitores e com a publicação de textos instrutivos e literários. Esses objetivos encontravam-se, quase sempre, explícita ou implicitamente nos editoriais dos mesmos, os quais buscavam atingi-los.¹¹⁰

A imprensa romântica de língua portuguesa¹¹¹ suplantou múltiplos empecilhos que dificultavam seu desenvolvimento, como, por exemplo: o indiferentismo que existia e a falta de condições sociais, econômicas e políticas que possibilitassem o seu alargamento. Apesar dessas condições adversas e dos inúmeros obstáculos esse tipo de publicação conseguiu influenciar e, de certa forma, lançar as bases para um aumento significativo que ocorreria a posteriori desse tipo de impresso em Portugal. Dentro dessa conjuntura de desenvolvimento e multiplicações dos números de periódicos surgiram publicações que de alguma forma se diferenciavam em termos de propósitos da grande maioria dos demais impressos. Esse é o caso de duas publicações ilustradas: a revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855)¹¹² e a revista *A Ilustração Luso-brazilera* (1856, 1858, 1859).¹¹³

¹¹⁰ SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Op. cit.*, p. 51-52.

¹¹¹ Não há um consenso entre os estudiosos desses periódicos que estabeleçam balizas de cronologia que enquadrem - de igual modo - a fase romântica da imprensa. José Tengarrinha, por exemplo, atribui-lhe um recorte temporal que vai de 1820 a 1875, António Reis situa entre 1836 a 1866, enquanto que para Silva Pereira e Rocha Martins vai de 1833 até a década de 50 do século XIX. Cf. TENGARRINHA, José. *Op. cit.*; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *O jornalismo português, resenha chronologica de todos os periodicos portugueses impressos e publicados no reino e no estrangeiro, desde o meiado do seculo XVII até á morte do saudoso rei senhor d. Luiz I*; bem como dos jornais em língua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo. Lisboa: Antiga casa Bertrand, J. Bastos, 1896; MARTINS, Francisco da Rocha. *Pequena História da imprensa portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1941; REIS, António do Carmo. O poder da imprensa no Porto Romântico. *Revista de História* [online], Porto, volume 09, pp. 291-350, 1989. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6418.pdf>>. Acesso em 27 jan. 2016. p. 294.

¹¹² A revista *Ilustração Brasileira* teve início em fevereiro de 1854, esse periódico era impresso na tipografia da viúva Vianna Junior que se situava na Rua D'Ajuda, nº 79 no Rio de Janeiro. A revista era uma publicação mensal e trouxe em cada número, em geral, um total de 24 páginas com duas colunas cada. Essa revista se assemelhava a outras da época em termos de formato e de conteúdo seu diferencial ficava por conta de representar um momento importante no desenvolvimento das revistas literárias pelo cuidado apresentado em suas gravuras as quais ilustravam diversos textos publicados na revista. Cf. SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Ilustração Brasileira* (1854-1855): Uma leitura representativa de nossa primeira revista ilustrada. *Revista Ágora* [online], Vitória, n. 09, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1930>>. Acesso em 10 dez. 2014. p. 01.

¹¹³ SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Op. cit.*, p. 13.

Desde 1848, a abundante produção literária, que irrompera com o setembrismo, é retomada. A literatura continua a ter uma presença marcante no jornalismo, quer com os periódicos especificamente literários, quer com os de outros gêneros, como, os políticos, os instrutivos e os recreativos. A inclusão de uma parte de literatura nos periódicos, independente do gênero deste, visava atrair leitores. Chegando até mesmo a acontecer de alguns periódicos se proclamarem literários, embora a literatura não fosse o seu conteúdo principal. Como é o caso de *A Utilidade: Jornal Literário e Recreativo* (1848), que era, de fato, jornal de anúncios. Não sendo, assim, possível delimitar, de forma nítida, os periódicos “literários” e os “não literários”, excetuando-se as publicações nomeadamente políticas. Recreativos, literários e instrutivos e até os que pretendiam alcançar um público feminino apresentavam muitas matérias comuns. Para melhor compreender esse fenômeno será preciso levar em consideração o fato de que o gosto pela leitura da imprensa em Portugal se generalizou muito desde 1834, a forte influência dos jornais de “instrução popular”, como é exemplo *O Panorama* (1837-1868), colaborou para isso.¹¹⁴

Nesse contexto a popularização de obras instrutivas e de entretenimento se deu, também, com relação à publicação de livros. Tanto em Lisboa como no Porto várias coleções com esse viés saíram dos prelos das tipografias. Com preços acessíveis, essas publicações faziam parte de um engajamento, de intelectuais e escritores, de um projeto educativo que visava popularizar obras de grandes pensadores. Nesse sentido, foram compilados manuais informativos que versavam sobre temas diversos, como, por exemplo, matemática, história, geografia, gramática, direito, física, moral cívica, religião, etc. Foram editados livros de escritores do presente e do passado. Diversos romances estrangeiros, sobretudo franceses, foram traduzidos para o português. Inúmeros títulos de Xavier de Montepin, Paul de Kock, Adolph Belot, Eugène Sue, Georges Ohnet, Júlio Verne, Victor Hugo, Honoré de Balzac, Émile Zola e Alexandre Dumas (pai e filho) foram lidos pelos portugueses e brasileiros que tiveram acesso a essas obras.¹¹⁵

O público pretendido foi uma das características novas apresentada pela imprensa literária. Sobretudo desde 1848, pôr influência democratizante da Revolução de Paris, as classes populares receberam maior atenção, e passou a ser considerado

¹¹⁴ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 686.

¹¹⁵ EL-FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 50-53.

como um meio imprescindível para sua libertação social a ilustração, “(...) ao mesmo tempo em que se encarecia o essencial papel moralizante da literatura na sua formação”. Nesse sentido uma grande parte do jornalismo que se produzia teve como objetivo a moralização e ilustração das camadas baixas. A imprensa literária também era voltada para outros dois públicos alvos: o juvenil e o feminino. Alguns periódicos declaravam expressamente dirigir-se às senhoras ou a “ambos os sexos”. O que demonstra o considerável alargamento da prática da leitura entre as mulheres, com algum estatuto social e nível cultural, para as quais as publicações literárias atraíam mais atenção. Nas publicações portuguesas, a divulgação da literatura da Europa romântica, sobretudo francesa, foi acentuada. A presença da literatura francesa no jornalismo português era muito intensa, seja pelos muitos anúncios de obras à venda em Portugal, traduzida ou não, ou por meio das traduções de romances publicados em folhetins, principalmente os históricos, que estavam na moda.¹¹⁶

Visando um alargamento do público consumidor, muitos desses periódicos eram, simultaneamente, literários e recreativos, incluindo em suas folhas poesias, enigmas pitorescos, charadas, episódios insólitos da vida real, anedotas, máximas, pensamentos morais, historietas, contos, fábulas, lendas, etc. Aspectos que, também, aparecem nos periódicos econômicos e políticos. Apesar de todo esse esforço empregado no sentido de captação de leitores, normalmente essas publicações viveram com dificuldades. Seja por escassez de assinantes ou por dívidas destes, de acordo com as frequentes queixas, o que fez com que a maioria tivesse curto período de vida.¹¹⁷ A revista *A Ilustração Luso-brasileira* (1856-1859) é um exemplo ilustrativo desse tipo de imprensa, porém com um diferencial: era uma publicação luso-brasileira. Publicou 156 exemplares ao longo dos seus três anos de circulação e foi a primeira de uma série de nove publicações periódicas ilustradas que, também, possuíam o objetivo de serem voltadas para Portugal e o Brasil. A existência de um público leitor no Brasil, e, aproveitando um mercado potencialmente alargado pela emigração, fez com que se criassem as condições necessárias para o surgimento de um novo seguimento de publicações periódicas em Portugal, os jornais ou revistas que, sendo portugueses, incorpora nos seus títulos a referência direta ao Brasil.¹¹⁸

¹¹⁶ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 686-687, 808-809.

¹¹⁷ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 687, 809.

¹¹⁸ ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. 1993, 450f. Tese (mestrado em História Moderna e Contemporânea) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal; MONTEIRO, Isilda Braga da Costa; MAIA, Fernanda Paula Sousa. *Op. cit.*, p. 208.

Essas publicações, que circularam na segunda metade do século XIX, trouxeram estampadas em seus títulos esse propósito de tentar estabelecer uma relação entre Brasil e Portugal contando com escritores brasileiros (poucos) e portugueses (a maioria), são elas: *A Ilustração Luso-brasileira* (1856-1859); *Revista de Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-1858); *Revista contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1864); *Revista de Portugal e Brasil* (1873-1874); *Os dois mundos: Ilustração para Portugal e Brasil* (1877-1881); *A Ilustração: Revista Quinzenal para Portugal e Brasil* (1884-1892); *A Ilustração de Portugal e Brasil: Semanário Científico, Literário e Artístico* (1885); *A Revista Ilustração Luso-brasileira* (1893); e o periódico *Brasil-Portugal* (1899-1914). Esses periódicos podem ser tidos como empreendimentos que abarcaram os dois lados do Oceano Atlântico e objetivaram uma espécie de “pan-lusismo”, experiência que nem sempre obteve algum sucesso.¹¹⁹

A *Revista de Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-1858) teve como redatores António Feliciano de Castilho (1800-1875) e Luiz Fillipe Leite. Foi publicada de julho de 1857 a abril de 1858, em Lisboa. Sua impressão se deu pela Imprensa União Typographica e media aproximadamente 33 centímetros. A revista possuía crença na educação pública e no florescimento da cultura, angariou bastante prestígio na época, porém teve vida curta.¹²⁰

O periódico *Revista contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1864) foi fundado por Ernesto Biester (1829-1880), António Xavier de Brederode (1835-1867) e José Maria de Andrade Ferreira (1823-1875), e, publicado de abril de 1859 a abril de 1864, em Lisboa, pela Typographia do Futuro e media 24 centímetros. Foi uma publicação mensal, inspirou-se na francesa *Revue des Deux Mondes* e contou com a

¹¹⁹ Nessa afirmação Mauro Nicola Póvoas não se referiu as publicações: *Revista de Portugal e Brasil* (1873-1874); *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-1858); o periódico *Brasil-Portugal* (1899-1914); e da *Revista contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1864). O autor trabalhou apenas com as outras 05 revistas. PÓVOAS, Mauro Nicola. *Op. cit.*, p. 54.

¹²⁰ SANTOS, Manuela; RAFAEL, Gina Guedes. (orgs.) *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Portugal: Biblioteca Nacional, 1998. V. II; TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 829; BALEIRO, Rita; RIBEIRO, Filipa Perdigão. A fundação de periódicos literários no terceiro quartel do século XIX: em defesa da literatura ou em prol da política e da educação? *Estudos Ibero-Americanos* [online], PUCRS, v. 39, n. 2, pp. 323-343, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/14484>>. Acesso em: 01 jan. 2016. p. 331.

colaboração de diversos escritores de destaque, os quais já tinha colaborado com a revista *A Ilustração Luso-brazileira*.¹²¹

A *Revista de Portugal e Brasil* foi publicada de outubro de 1873 a setembro de 1874, em Lisboa, pela Imprensa de J. G. Souza Neves, sob a direção de Luciano Cordeiro e Rodrigo Afonso Pequita e media 29 centímetros.¹²²

O periódico *Brasil-Portugal* foi uma publicação quinzenal, publicada em Lisboa, de fevereiro de 1899 a agosto de 1914 e simpática a causa monárquica. Os diretores eram Augusto Castilho, Jayme Victor e Lorjó Tavares. Essa publicação divulgou assuntos diversos e dirigiu-se as elites, sobretudo as residentes no Brasil e nas colônias.¹²³

O periódico *Os dois mundos: Ilustração para Portugal e Brasil* (1877-1881) era uma revista mensal editada e impressa em Paris e a cada número publicou 16 páginas, trazendo nelas textos, gravuras¹²⁴ e propagandas. Seu proprietário-gerente era Salomão Sáraga. Sua impressão dava-se na Tipografia Charles Unsinger,¹²⁵ com papel de qualidade. O número avulso era vendido a 300 réis. A revista publicou três volumes, o primeiro foi publicado de 31 de agosto de 1877 a 31 de julho de 1878, o segundo foi publicado de maio de 1879 a abril de 1880, o terceiro volume foi publicado de maio de 1880 a abril de 1881. Os três volumes publicaram 12 números por ano. Houve uma interrupção na publicação de agosto de 1878 a abril de 1879. Os agentes do periódico foram, para o Brasil, Francisco Gonçalves de Queirós¹²⁶ e David Corazzi,¹²⁷ para Portugal.¹²⁸

Diversos escritores portugueses colaboraram publicando na revista *Os dois mundos: Ilustração para Portugal e Brasil*. Dentre eles, destacam-se: Antero de Quental, Guiomar Torresão, Fausto de Azevedo, Almeida d'Eça, Fialho de Almeida, Xavier da Cunha, Mendes Leal, Gervásio Lobato, Joaquim de Araújo, João de Deus,

¹²¹ MESQUITA, Pedro Teixeira. *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*. Hemeroteca Digital. Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/RevistaContemporaneadePortugaleBrasil.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2015; TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 813.

¹²² SANTOS, Manuela; RAFAEL, Gina Guedes. *Op. cit.*, p. 245.

¹²³ CORREA, Rita. *Brasil-Portugal*. Hemeroteca Digital. Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/BrasilPortugal.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2015.

¹²⁴ As gravuras eram litografias e traziam retratos de diversas personalidades, dentre outros temas.

¹²⁵ Localizada na Rua du Bac, número 83, em Paris.

¹²⁶ Localizada na Rua da Quitanda, número 78, Rio de Janeiro e, durante um período, Rua da Alfândega, número 41.

¹²⁷ Localizada na Rua da Atalaia, número 42, em Lisboa.

¹²⁸ PÓVOAS, Mauro Nicola. *Op. cit.*, p. 59-60.

Bento Morena, Oliveira Martins, Bulhão Pato, Júlio César Machado e Ramalho Ortigão. Os escritos publicados foram de gêneros diversos, como, por exemplo, textos literários, noticiosos, variedades, comentários de fatos recentes e curiosidades. Essa revista, assim como *A Ilustração Luso-brazileira*, apresentou uma proposta, aparentemente bem definida em termos de ser um empreendimento voltado para Brasil e Portugal, porém, ambas publicaram poucos artigos com a colaboração de escritores brasileiros ou textos que aludiram diretamente ao Brasil e a realidade do que se passara nesse país.¹²⁹

O periódico *A Ilustração: Revista Quinzenal para Portugal e Brasil* (1884-1892) era uma revista de alta qualidade gráfica que foi publicada de 05 de maio de 1884 a 1º de fevereiro de 1892. Das cinco revistas para Portugal e Brasil mencionadas acima, essa é a que trouxe em suas páginas o maior número de contribuições de escritores brasileiros. Ao todo a revista publicou 184 exemplares. Essa publicação possui diversas semelhanças com a revista *Os dois mundos: Ilustração para Portugal e Brasil*, que se dão com relação ao local de impressão, as publicidades, o tamanho (40 cm. X 29 cm.), a parte gráfica, os colaboradores e agentes. Publicou 16 páginas em cada número contando com diversas ilustrações, seu diretor era Mariano Pina (1860-1899).¹³⁰

Publicou uma ampla gama temática variando entre textos literários, fatos da atualidade, biografias, curiosidades, crônicas, etc. Dentre os temas presentes nas gravuras publicadas (cerca de 10 por número), estão: fotografias; retratos de personalidades; cenas cotidianas, sobretudo de Paris; desenhos relacionados com fatos da atualidade; e reproduções de quadros diversos. Dentre os escritores portugueses que contribuíram com a revista encontram-se: Eça de Queirós, Julio César Machado, Fialho de Almeida, Cesário Verde, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Antero de Quental e Eugênio de Castro. Do estrangeiro, sobressaem-se nomes como o francês Émile Zola e americano Edgar Allan Poe, e, dentre os brasileiros, sobressaem-se: Olavo Bilac, Luís Murat, Alberto Oliveira, B. Lopes, Luís Guimarães, Raimundo Corrêa, Medeiros e Albuquerque, que publicaram, em geral, contos, críticas e poemas diversos.¹³¹ Havia sido publicada, nessa revista, referências diretas a personalidades brasileiras e homenagens em forma de poemas

¹²⁹ Ibidem. p. 60-62.

¹³⁰ Ibidem. p. 62-63.

¹³¹ Ibidem. p. 63-65.

e dedicatórias a diversos brasileiros. O fim da publicação ocorreu no dia 1º de fevereiro de 1892 por motivos econômicos como, por exemplo, as diferenças do cambio e a elevação dos direitos pautais sobre trabalhos tipográficos importados.¹³²

O periódico *A Ilustração de Portugal e Brasil: Semanário Científico, Literário e Artístico* (1885) era uma revista continuadora direta da *Ilustracion Ibérica*, de Barcelona. A revista *Ilustracion Ibérica* foi publicada de 1883 a 1898, era um semanário literário, científico e artístico editado por Juan Ramón Molinas¹³³ e dirigida pelo escritor e crítico de arte Alfredo Opisso i Vynias. Devido ao acolhimento desse periódico espanhol em Portugal a intenção com a criação da revista *A Ilustração de Portugal e Brasil: Semanário Científico, Literário e Artístico*¹³⁴ foi fazer um periódico com as mesmas características da publicação espanhola e que alcançasse o mundo lusófono. O número avulso dessa publicação, vendido em Lisboa, era de 50 réis, enquanto que a assinatura anual (52 números) saía por 2.600 réis. No Brasil o preço dessa publicação era o dobro do valor cobrado em Portugal. O diretor da revista era o Gervásio Gonçalves Lobato (1850-1895); o administrador da revista era D. José Sambruno; e o editor, Romão Molinas (1875-1908).¹³⁵

A revista *A Ilustração de Portugal e Brasil: Semanário Científico, Literário e Artístico* foi publicada de 03 de janeiro a 28 de março de 1885, medindo 34 por 24 centímetros, totalizou ao longo de toda sua publicação 13 números, todos contendo 16 páginas, em numeração contínua. Dentre os colaboradores portugueses sobressaem-se: Manuel Barradas, Guiomar Torresão, Júlio César Machado, E. A. Vidal, Eugenio de Castro, Pedro Vidoeira, Fernando Caldeira, Maximiliano de Azevedo, Augusto Brochado, Gomes Leal, Jaime Vítor, Alfredo Galis, Abel Acácio, Júlio de Matos, Gabriel Cláudio, e António da Cunha. Dentre os brasileiros, sobressai-se Luís Guimarães.¹³⁶

Dessas revistas ilustradas para Portugal e Brasil, *A Revista Ilustração Luso-brasileira* (1893) foi a de vida mais curta, tendo circulado apenas 06 números desse periódico. Seu escritório era localizado na Rua de Maubeuge, número 29, em Paris.

¹³² Ibidem. p. 67-68, 2009.

¹³³ Nascido em 17 de abril de 1875 em Comayagüela, Honduras, e faleceu em 02 de novembro de 1908 em San Salvador, El Salvador.

¹³⁴ A revista foi dirigida e administrada em dois endereços, na Rua do Ouro, número 210, 2º, em Lisboa e no estabelecimento tipográfico de Barnabé Baseda na Rua de Villarroel, número 17, em Barcelona (Espanha).

¹³⁵ PÓVOAS, Mauro Nicola. *Op. cit.*, p. 68-69.

¹³⁶ Ibidem. p. 69-70, 2009.

Em Portugal, sua agência ficava na livraria Ferin, localizada na Rua Nova do Almada, números 70 e 74, em Lisboa. Foram dois os diretores dessa publicação: o artístico, Jorge Colaço; e o literário, José Barbosa.¹³⁷ Os dois números dessa publicação que podem ser consultados apresentam textos literários. Dentre seus colaboradores, sobressaem-se: Luís Murat, Manuel de Moura, Gomes Leal e Urbano Duarte. Valentim Magalhães era o correspondente literário brasileiro. A revista objetivava o progresso cultural do Brasil e de Portugal, tendo em vista ser um periódico ilustrado para ambos os países e prometeu colaborações literárias e artísticas, realizadas originalmente por brasileiros e portugueses.¹³⁸

Vale lembrar que, exceto as revistas *A Ilustração Luso-brasileira* (1856-1859), *Revista de Portugal e Brasil* (1873-1874), *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-1858), o periódico *Brasil-Portugal* (1899-1914), e da *Revista contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1864), as demais, apesar de tratarem, sobretudo de autores, temas e obras diretamente vinculados a Portugal não podem ser vistas como publicações “portuguesas” ou “lisboetas”, pois eram impressas ou mantinham seus escritórios em cidades como Barcelona e Paris. O que é indicativo, por um lado, da falta de estrutura e condições técnicas de produção vigentes em Portugal que possibilitassem a manutenção do padrão gráfico desses periódicos, e, por outro, sinaliza para interferência de culturas diversificadas no diálogo entre Portugal e Brasil. Além disso, o fato de serem impressas em cidades estrangeiras e distantes encareciam e dificultavam ainda mais a vida dessas publicações, o que pode ter influenciado diretamente na pouca duração dessas revistas.¹³⁹

Contudo, os exemplos acima apresentados das publicações que se lançavam para além do local, visando públicos cada vez mais amplos e longínquos são representativos do desenvolvimento e da força que a imprensa angariou na segunda metade do século XIX.¹⁴⁰ A opinião expressa, em 1846, pela *Revista Universal Lisbonense* (1841-1859) era retomada: “O jornalismo, o vapor, e os carris-de-ferro

¹³⁷ Apenas dois números dessa revista estão disponíveis para pesquisa na BNP (Ano, 01, número 01, 05 jun. 1893 e o ano 01, número 06, 05 out. 1893) os outros números da revista *A Revista Ilustração Luso-brasileira* não podem ser consultados por estarem em mau estado. O exemplar de número 06 tem, 12 páginas e está sob a administração da *Sociedade dos Grandes Jornais Ilustrados*, localizado na Rua de Provence, número 40, em Paris e nesse número o diretor literário é Xavier de Carvalho. Cf. PÓVOAS, Mauro Nicola. *Op. cit.*, p. 71.

¹³⁸ PÓVOAS, Mauro Nicola. *Op. cit.*, p. 71-73.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 74.

¹⁴⁰ Problematizações acerca dos propósitos e do debate historiográfico sobre as publicações luso-brasileiras será feito na conclusão desse trabalho.

são, segundo se diz, os três mais poderosos agentes da civilização moderna que hoje se conhecem; e d'entre eles o jornalismo é o mais poderoso".¹⁴¹ Esse pensamento é ilustrativo no sentido de demonstrar a força reconhecida que a imprensa do período romântico português possuiu e a forte crença em sua missão civilizadora. Segundo Fernando de Sousa, a imprensa escrita, único meio de informação coletiva reinando sem concorrentes, jamais voltou a ter a forma e o prestígio que angariou na segunda metade do século XIX.¹⁴²

Foi nesse panorama, da década de 50 do século XIX, de grandes transformações, de início da Regeneração, da industrialização em processo, de mudanças diversas na imprensa com o início das publicações luso-brasileiras e da expansão da economia capitalista liberal com relativa calma para os governantes que fora produzida e publicada a revista *A Ilustração Luso-brasileira*. Empreendimento sob a responsabilidade do livreiro Antonio José Fernandes Lopes, o qual era dono da Tipografia do Panorama, em Lisboa, local onde o periódico foi impresso.

1.3 A Ilustração Luso-brasileira (1856; 1858-1859): uma apresentação.

Pelo até aqui exposto como pano de fundo, faremos agora uma apresentação das características gerais da revista, com destaque para a produção da mesma, a escolha do título, dificuldades enfrentadas, os editoriais, objetivos e públicos visados, o preço de venda, circulação, público leitor, publicidade, relações com o mercado e as causas que levaram ao encerramento desse empreendimento. Começamos pela exposição dos autores, de diferentes campos do saber, que fizeram menção à revista, em suas produções, ao longo da História. Vale lembrar que, exceto a Benedita de Cássia Lima Sant'Anna e o Mauro Nicola Póvoas, nenhum desses autores trabalhou a revista como objeto principal e foco de suas análises.

O primeiro autor que mencionou a revista foi Innocencio Francisco da Silva no livro *Diccionario bibliographico portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicáveis a Portugal e ao Brasil* (Tomo VIII), publicado pela Imprensa Nacional, em

¹⁴¹ ETHNOGRAPHIA do jornalismo. In: *Revista Universal Lisbonense*. Tomo V, número 48, pp. 572-573, 21 de maio de 1846. p. 572.

¹⁴² SOUSA, Fernando. *Op. cit.*, p. 13.

Lisboa, no ano de 1867. O autor se referiu ao periódico quando escreveu o verbete sobre Antonio José Fernandes Lopes, dono e editor da revista.¹⁴³

O segundo texto onde a revista apareceu mencionada foi a obra *História da literatura portuguesa desde as origens até a atualidade*, publicada em 1921, cujo autor Joaquim Mendes dos Remédios, ao discorrer sobre o teatro português no século XVIII citou *A Ilustração Luso-brazileira* como fonte consultada para falar sobre a vida¹⁴⁴ e obra de António José da Silva.¹⁴⁵

No livro *Pequena História da imprensa portuguesa*, publicado em Lisboa, em 1941, o jornalista e historiador Francisco da Rocha Martins descreveu alguns dos principais acontecimentos da história do jornalismo português desde o século XVII, e, conseguiu concatenar em um número reduzido de páginas a trajetória histórica da imprensa em Portugal até os últimos anos da década de 30 do século XX.¹⁴⁶ Rocha Martins ao discorrer sobre os periódicos ilustrados em Portugal mencionou o aparecimento da revista *A Ilustração Luso-brazileira* em meio a outros periódicos.¹⁴⁷

Raimundo Magalhães Junior no livro *Poesia e vida de Casimiro de Abreu*, publicado em 1972, escreveu que, para Casimiro, não foi difícil, no ano de 1856, ter escrito nas principais publicações portuguesas que estampavam trabalhos literários, sendo, por exemplo, o caso da revista *A Ilustração Luso-brazileira*, que divulgou muitos dos seus versos. Para o autor a chegada do jovem poeta Casimiro de Abreu ao periódico fora muito profícua. Acrescenta-se ainda que, não era frequente, segundo Magalhães Junior, a presença de escritores brasileiros em Lisboa, assim como, os contatos de Portugal com o Brasil eram difíceis, pois as viagens eram lentas e espaçadas. A colaboração do jovem poeta Casimiro de Abreu, segundo o autor: “falando tanto nas paisagens brasileiras, de insólito colorido tropical, além de

¹⁴³ SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*: Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil (Tomo VIII). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

¹⁴⁴ António José da Silva (Rio de Janeiro, 8 de maio de 1705 – Lisboa, 19 de outubro de 1739). Judeu, dramaturgo e escritor que foi preso pela inquisição portuguesa e morto na fogueira. A sua vida foi retratada no filme luso-brasileiro “O judeu” dirigido por Jom Tob Azulay. O filme teve estreia em Lisboa em sete de Setembro de 1995 no cinema Tivoli e estreia no cinema Alcântara a oito de Janeiro de 1999. Tem estreia internacional nesse mesmo dia no cinema Film Forum, em Nova Iorque. Estreou no Brasil em 16 de janeiro de 1999. Este filme iniciou-se em 1987, sendo concluído somente no ano de 1996, nesse intervalo, sete atores morreram, dentre eles, Dina Sfat e Felipe Pinheiro.

¹⁴⁵ REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos. *História da literatura portuguesa desde as origens até a atualidade*. Cidade do Porto: Lumen empresa internacional editora, 1921, p. 439. Disponível em: <<http://archive.org/stream/histriadalitera00remgoog#page/n10/mode/2up>>. Acesso em 31/08/2013.

¹⁴⁶ MARTINS, Francisco da Rocha. *Pequena História da imprensa portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1941.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 110.

representar singular novidade para os leitores portugueses, ajudava a justificar o título da publicação”.¹⁴⁸ Outros dois autores, Maximiano de Carvalho e Silva¹⁴⁹ e José Veríssimo,¹⁵⁰ também fizeram referências à contribuição que o Casimiro de Abreu outorgou à revista.

Lilia Moritz Schwarcz, em 1998, na obra *As barbas do imperador*, utilizou-se de algumas ilustrações contidas no periódico no sentido de corroborar com o assunto, por ela, abordado. Schwarcz ressaltou o aparecimento na revista das reproduções das representações positivas da monarquia brasileira.¹⁵¹

Manuel Loff mencionou a revista *A Ilustração Luso-brazileira*, a título de exemplo, em meio a outros impressos periódicos ao asseverar que, em meados do século XIX, em Portugal, “(...) se dirimían discusiones politicoideológicas, más bien filosóficas como se solía decir en el lenguaje de la época, en revistas sustancialmente efímeras (...)”.¹⁵²

Erico J. Siriuba Stickel fez comentários sobre a obra *O Rio de Janeiro na literatura portuguesa*,¹⁵³ coletânea organizada por Jacinto Prado Coelho, publicada em 1965, e ressaltou a ampla utilização nesta de ilustrações originalmente publicadas no periódico *A Ilustração Luso-brazileira*.¹⁵⁴

Louise Farias da Silveira fez algumas ponderações a respeito da carreira de escritores brasileiros e portugueses que publicavam em periódicos do Brasil e de Portugal em meados do século XIX. A autora analisou alguns artigos críticos

¹⁴⁸ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Poesia e vida de Casimiro de Abreu*. São Paulo: LISA, 1972, p. 30, 43, 136.

¹⁴⁹ SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Sousa da Silveira: o homem e a obra, sua contribuição à crítica textual no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença Edições; [Brasília]: INL, 1984, p. 322-323.

¹⁵⁰ MATOS, José Veríssimo Dias. *História da literatura brasileira*. Brasília, DF: Universia Livros, 2011. [E-book]. Disponível em: <<http://library.umac.mo/ebooks/b24922183.pdf>>. Acesso em: 13/09/2013, p. 144.

¹⁵¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19, 151, 176, 571.

¹⁵² LOFF, Manuel. *Un país visto desde arriba: revistas politicoculturales en el Portugal contemporáneo (1820-1974)*. *Cercles: revista d'història cultural* [online], Barcelona, núm: 6 Els portaveus culturals a l'espai mediterrani, v. 01, n. 6, pp. 126-156, 2003. Disponível em:

<<http://www.raco.cat/index.php/Cercles/article/viewFile/191148/262951>>. Acesso em 05 mar. 2016.

[“(...) foram resolvidas discussões político-ideológicas bastante filosóficas, como se costumava dizer na linguagem da época, nas revistas substancialmente efêmeras com repositório Literário”]. (Tradução nossa).

¹⁵³ PRADO COELHO, Jacinto do. (Org.) *O Rio de Janeiro na literatura portuguesa*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro. 1965.

¹⁵⁴ STICKEL, Erico João Siriuba. *Uma pequena biblioteca particular: subsídios para o estudo da iconografia no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 495.

publicados na revista e abordou temas como a relação existente entre o autor, o mercado e a propriedade literária.¹⁵⁵

Maria Pace Chiavari se utilizou de uma passagem da revista, no texto *O exórdio de uma cultura urbana no Brasil no final do século XIX e início do século XX: A leitura das imagens produzidas pelos fotógrafos italianos presentes naquela época no Brasil*, para embasar sua afirmação sobre a singularidade brasileira frente aos outros estados da América do Sul, segundo ela, nesse período do segundo reinado o cenário político e econômico do Brasil se destacou, tendo como sonho do Imperador Pedro II transformar o país no ponto central da civilização do Novo Mundo.¹⁵⁶

Benedita de Cássia Lima Sant'Anna, pioneira e principal pesquisadora desta revista, discutiu em sua tese de doutorado¹⁵⁷ o papel deste periódico para o estudo da imprensa literária e ilustrada romântica em Portugal e no Brasil. Para esta autora, a publicação da revista *A Ilustração Luso-brasileira* veio na esteira de uma publicação ilustrada lusitana em ascensão. A pesquisadora afirmou que o periódico contou com a colaboração de homens empenhados em promover o progresso das letras, das artes, bem como a divulgação de diversos tipos de conhecimentos, o que atendeu uma parte das expectativas que Antonio José Fernandes Lopes manteve com relação à revista que editava. A autora ainda ressaltou que, ao publicar em suas páginas uma grande variedade de retratos, ilustrações e obras literárias, o periódico contribuiu, certamente, para informar e agradar o leitor português e brasileiro da época. Sant'Anna também concluiu que, mesmo não tendo sido uma publicação inovadora, a revista veio na esteira da tradição ilustrada lusitana em ascensão, pois amparou o jornal *O Panorama* (1837 - 1868) no que havia sido começado por essa publicação em Portugal, confirmando a existência da imprensa de ilustração lusitana,¹⁵⁸ assim

¹⁵⁵ SILVEIRA, Louise Farias da. A propriedade literária no século XIX sob o viés das revistas *A Ilustração Luso-Brasileira* e *A Ilustração: Revista Quinzenal para Portugal e Brasil*. In: Anais do XXVIII Seminário Brasileiro de Crítica Literária/ XXVII Seminário de Crítica do Rio Grande do Sul/ I Encontro Nacional de Escrita Criativa, 2012, Porto Alegre: Rio Grande do Sul. *Anais...* PUC – Rio Grande do Sul.

¹⁵⁶ CHIAVARI, Maria Pace. *O exórdio de uma cultura urbana no Brasil no final do século XIX e início do século XX: A leitura das imagens produzidas pelos fotógrafos italianos presentes naquela época no Brasil*. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 1, 2005, Campinas, SP. *Anais...* Campinas, SP: 2005. pp. 101-111. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atasleha.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2013, p. 37.

¹⁵⁷ SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Ilustração brasileira (1854-1855) e a ilustração luso-brasileira (1856, 1858, 1859): uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa*. 2007. 327 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 2 v.

¹⁵⁸ No Brasil podemos citar como pertencentes a esses momentos iniciais da litografia, periódicos tais como: *A Marmota* (1849); *O Cabrião* (1866); *Revista Ilustrada* (1876); *O diabo coxo* (1864); *Brasil*

como, cumpriu significativamente com os objetivos propostos em seus editoriais de apresentação.¹⁵⁹

Fernanda Müller destacou que, promovida principalmente por portugueses que se encontravam afetados financeiramente com o rompimento das relações e acordos comerciais que havia estabelecidos de antemão com o Brasil, é notória, nessa conjuntura, um crescente número de publicações com a finalidade de amenizar e suavizar tais diferenças. Segundo ela, além da presença marcante de jornalistas portugueses na imprensa brasileira a colônia lusitana no Brasil também fomentou publicações direcionadas ao público imigrante, dentre as quais, a autora mencionou a revista *A Ilustração Luso-brazileira*.¹⁶⁰

Germana Maria Araújo Sales afirmou a importância dos periódicos pela sua permanência em cumprir sua missão de levar o romance ao patamar maior, assim como sua divulgação pelas diversas províncias da nação, deixando, portanto, de circular unicamente no Rio de Janeiro e, dentre os periódicos semanais que cumpriam a esse propósito, encontram-se, *A Ilustração Luso-brazileira*, dentre outros.¹⁶¹

Mauro Nicola Póvoas ao tratar da relação literária entre Brasil e Portugal no século XIX no artigo *Fragments de História da literatura: relatos e resultados de uma pesquisa em Portugal* destacou que a revista estampou, já em seu título, o objetivo de procurar estreitar as relações entre Brasil e Portugal, contando com a colaboração de escritores brasileiros e portugueses. Segundo ele, esse periódico pode ser tido como um empreendimento que abarcou os dois lados do Oceano Atlântico e objetivou uma espécie de “pan-lusismo”, experiência que nem sempre obteve algum sucesso. O autor ressaltou ainda a característica de ser uma imprensa ilustrada em um momento em que evocava os inovadores recursos do desenho, acarretando a atração de um público novo, que em um primeiro momento, não era identificado com as práticas de leitura “tradicionais”, pautadas apenas na leitura e decodificação de textos. Póvoas afirmou que a revista foi o primeiro periódico de ilustrações que surgiu na segunda

Ilustrado (1855); *Vida fluminense* (1868); *Semana ilustrada* (1860); *O mosquito* (1869); *A Marmota na corte* (1852); *Ilustração brasileira* (1854); *Lanterna mágica* (1844); e, *O Mequetrefe* (1875). Em Portugal podemos citar: *O Panorama* (1837); *O calcanhar de Aquiles* (1871); *O Binóculo* (1871) e *Mapa de Portugal* (1871).

¹⁵⁹ SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Op. cit.*

¹⁶⁰ MÜLLER, Fernanda. *Op. cit.*, p. 257.

¹⁶¹ SALES, Germana Maria Araújo. “*Ainda romance*”: trajetória e consolidação do gênero no Brasil oitocentista. *Floema*, Bahia, Ano VII, n. 9, p. 73-90, jan. /jun. 2011, p. 81.

metade do século XIX, voltado para Portugal e Brasil, sendo detentor de forte teor literário e de divulgação da literatura.¹⁶²

Hélder Garmes ao falar sobre a vida e obra de Antônio Feliciano Marques Pereira,¹⁶³ no artigo *A cultura sino-portuguesa no século XIX e o ta-ssi-yang-kuo*, ressaltou a sua contribuição para o desenvolvimento do meio literário de Macau e suas colaborações para diversos periódicos dentre eles *A Ilustração Luso-brazileira*.¹⁶⁴

A recepção crítica da literatura brasileira em Portugal, durante o século XIX, foi tema de estudo realizado por Eduardo Melo França. Nessa empreitada o pesquisador se debruçou sobre periódicos especializados, antologias e estudos desse período. O autor trabalhou com publicações brasileiras presentes em alguns periódicos portugueses, dentre esses periódicos, encontra-se a revista *A Ilustração Luso-brazileira*.¹⁶⁵

Dentre os autores que mencionaram em algum momento a revista *A Ilustração Luso-brazileira* encontram-se ainda: Renato Menezes Ramos,¹⁶⁶ Isilda Monteiro e Fernanda Maia,¹⁶⁷ José Aderaldo Castello,¹⁶⁸ Casimiro Josê Marques de Abreu e Ilka

¹⁶² PÓVOAS, Mauro Nicola. *Fragments de História da literatura: relatos e resultados de uma pesquisa em Portugal*. *Letras de Hoje*, Rio Grande do Sul, v. 47, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/12768/8527>>. Acesso em: 03 nov. 2013, p. 359-360. Mesma abordagem, também, foi feita pelo autor em um capítulo de livro intitulado *Um projeto para dois mundos: as ilustrações luso-brasileiras*. Cf. PÓVOAS, Mauro Nicola. *Um projeto para dois mundos: as ilustrações luso-brasileiras*. In: JUNIOR, Alvaro Santos Simões; CAIRO, Luiz Roberto; RAPUCCI, Cleide Antonia. (orgs.). *Intelectuais e imprensa: aspectos de uma complexa relação*. São Paulo: Nankin, 2009. pp. 53- 75.

¹⁶³ Antônio Feliciano Marques Pereira (1839-1881) foi um jornalista e escritor tendo escrito livros de natureza histórica sobre Macau, assim como sobre a presença de Portugal no Oriente.

¹⁶⁴ GARMES, Hélder. *A cultura sino-portuguesa no século XIX e o ta-ssi-yang-kuo*. *Via Atlântica*, São Paulo, s/v, n. 6, p. 65-82, out. 2003. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via06/via06_06.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2012. p. 74.

¹⁶⁵ FRANÇA, Eduardo Melo. *A recepção da literatura brasileira em Portugal durante o século XIX*. Recife: Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Letras, 304 f, 2013; A recepção de Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu e Junqueira Freire em Portugal no século XIX. *TODAS AS LETRAS X* [online], São Paulo, v. 16, n. 2, p. 110-121, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/LETRAS/v16n02/v16n02a09.pdf>>. Acesso em 31 out. 2015.

¹⁶⁶ Renato Menezes Ramos, do ponto de vista da história da arte, analisou algumas gravuras sobre militares que se encontravam publicadas no periódico. Cf. RAMOS, Renato Menezes. *Sobre Heróis, Dândis e Militares*, em a “Ilustração Luso-Brasileira”. In: VALLE, Arthur; DAZZI, Camila; PORTELLA, Isabel (orgs.) *Oitocentos* [Tomo III] Intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2014. pp. 424-433.

¹⁶⁷ MONTEIRO, Isilda Braga da Costa; MAIA, Fernanda Paula Sousa. *Op. cit.*

¹⁶⁸ CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1962, p. 161, 163.

Brunhilde Laurito,¹⁶⁹ Maria de Lourdes Lima dos Santos,¹⁷⁰ Massaud Moisés,¹⁷¹ Ernesto Rodrigues;¹⁷² José Tengarrinha;¹⁷³ Tania Regina de Luca,¹⁷⁴ Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva,¹⁷⁵ Luciana Stegagno Picchio¹⁷⁶ e Fernando de Castro Brandão.¹⁷⁷

Antes de adentrarmos na exposição das particularidades do semanário, vale ressaltar que percorremos os autores, de diferentes disciplinas, que mencionaram em suas produções a revista *A Ilustração Luso-brazileira* ao longo da história. Contudo, nenhum desses autores trabalhou a revista como objeto principal e foco de suas análises. Fogem a essa regra a pesquisadora Benedita de Cássia Lima Sant'Anna e o autor Mauro Nicola Póvoas que apresentaram, nos respectivos textos mencionados acima, descrições básicas da revista. Vale destacar que, nenhum desses pesquisadores trabalhou a revista com foco na reflexão sobre a produção de um discurso nacionalista por parte dos intelectuais que contribuíram com o periódico.

O século XIX testemunhou diversos progressos que ocorreram na imprensa: na apresentação gráfica, incluíram-se gravuras em madeira e ilustrações litográficas; na técnica tipográfica destaca-se o aparecimento, em 1860, do primeiro prelo a vapor em Portugal; no conteúdo das publicações, para além dos temas políticos nacionais e

¹⁶⁹ ABREU, Casimiro Josê Marques de; LAURITO, Ilka Brunhilde. *Casimiro de Abreu*. São Paulo: Abril Educação, 1982, p. 09-10.

¹⁷⁰ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). *Análise Social* [online], vol. XV (57), 1979-1º, 69-115. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989683G4pJl3dx8lt15TY4.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015. p. 44; 46.

¹⁷¹ MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*. São Paulo: Cultrix, 2001, V. 01. p. 349; MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: romantismo, realismo*. São Paulo: Cultrix, 1984. V. 2. p. 43.

¹⁷² RODRIGUES, Ernesto. Portugal-Brasil na imprensa portuguesa de oitocentos. *Revista Convergência Lusíada* [online]. n. 32, pp. 07-19, julho - dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/323.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

¹⁷³ TENGARRINHA, José. *Nova História da imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de leitores, 2013.

¹⁷⁴ LUCA, Tania Regina de. Revista *Ilustração* (1884-1892): Notas iniciais de pesquisa. In: BARBOSA, Socorro de Fatima P. *Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, pp. 209-232. p. 211. LUCA, Tania Regina de (org.). *Catálogo da Hemeroteca do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap)*. Assis: FCL - Unesp - Assis, 2011. p. 32-33.

¹⁷⁵ SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa da. *O Espelho Fraternal: O Brasil no discurso do republicanismo português (c. 1889 – c. 1914)*. 2012. 351 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, História, Universidade de Lisboa, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Évora, Lisboa, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7373/1/ulsd063777_td_Maria_Silva.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2014. p. 16.

¹⁷⁶ PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 242.

¹⁷⁷ BRANDÃO, Fernando de Castro. *Da monarquia constitucional à República (1834-1910): uma cronologia*. Lisboa: Europress, 2003, p. 96.

internacionais, os periódicos passaram a publicar artigos científicos, crônicas da vida mundana, críticas literárias e folhetins; e para assegurar a qualidade dos artigos, a grande maioria dos escritores portugueses da época escrevia nos jornais e revistas.¹⁷⁸ Entretanto, as redações eram compostas, em grande parte, por jornalistas mal pagos o que fazia com que os mesmo acumulassem outras profissões.¹⁷⁹

Paralelamente, uma das maiores dificuldades que se levantavam à imprensa periódica era o papel, pela sua escassez e seu alto preço, esse foi, com efeito, um dos principais problemas que atravancavam o desenvolvimento e a produção nas tipografias do país. Sendo que, só a partir de meados de 1870, com os progressos da indústria nacional de papel e uma favorável regulamentação é que os periódicos começaram a ultrapassar estas dificuldades que se constituíam em tão agudo obstáculo ao desenvolvimento da imprensa.¹⁸⁰ Este foi, conforme o exposto até aqui, o contexto de produção e florescimento da imprensa especializada, como é o caso da imprensa literária, à qual pertence à revista aqui analisada.¹⁸¹

A revista *A Ilustração Luso-brasileira* é uma publicação luso-brasileira, literária, ilustrada e instrutiva. Foi publicada pela primeira vez, em Lisboa, no dia cinco de janeiro de 1856, sob os desígnios de seu proprietário, o empresário Antonio José Fernandes Lopes, o qual era dono da Tipografia do Panorama situada na travessa da Vitória número 52 em Lisboa, capital de Portugal, local onde o periódico era impresso. A direção do semanário esteve ao encargo do escritor Luiz Augusto Rebello da Silva.

No que diz respeito ao título da revista vale ponderar que essa fora, em determinados momentos, designada pelos seus redatores como um jornal, sob o

¹⁷⁸ No que diz respeito ao trabalho dos escritores para os periódicos, vale recorrermos ao artigo do autor Ernesto Biester sob o título *Uma viagem pela litteratura contemporânea. (Oferecida ao sr A. Herculano) J. S. Mendes Leal Junior*, publicado no número 29 do primeiro volume, que fala sobre o tempo que a imprensa e o trabalho jornalístico tomam dos escritores e o quanto isso é prejudicial para o desenvolvimento de sua carreira literária. Biester faz uma crítica à imprensa, segundo ele: “Há no nosso país um pecado original que vicia de ordinário as páginas dos publicistas. As questões de doutrina em que pode brilhar a sisuda lição e o verdadeiro talento degeneram logo em controvérsia renhida, em geral não se defendem theses, não se justificam princípios. A polêmica arma-se de alusões venenosas despenhando a discussão por um princípio de que os espíritos sérios afastam os olhos com repugnância. (...) Nada mais nobre do que a imprensa periódica, sempre que usa da palavra para esclarecer: nada mais odioso do que ela quando, substituindo as pessoas às coisas, provoca os rancores e deprava os juízos”. Com relação ao poder da imprensa, escreveu Ernesto Biester: “Com razão lhe chamou um plublicista eminente o *quinto poder*. É effectivamente um poder no estado, o maior de todos talvez; mas por isso mesmo que é poder propende para o abuso, e ser cortesão dele é tão ignóbil mester como ser adulator de qualquer outro”. Cf. *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 29, 19 jul. 1856. p. 227.

¹⁷⁹ CRATO, Nuno. *Comunicação social: A imprensa – iniciação ao jornalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 36-40; BALEIRO, Rita; RIBEIRO, Filipa Perdigão. *Op. cit.*, p. 326.

¹⁸⁰ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 871-873.

¹⁸¹ BALEIRO, Rita; RIBEIRO, Filipa Perdigão. *Op. cit.*, p. 326.

título: *jornal universal, literário, científico e ilustrado*, e, em outros momentos, como revista.¹⁸² Ainda não existia, nesse contexto, uma definição clara que diferenciava os periódicos, quase todos eram denominados “jornais”. O título que apareceu ao longo dos três volumes, isto é, dos 156 números publicados foi “*A Ilustração Luso-brazileira*”. O título presente na publicação do periódico encadernada, nos três volumes, foi: “*A Ilustração Luso-brasileira. Jornal Universal*”.¹⁸³ A inclusão da frase “jornal universal” é possível que tenha se dado pelas características da revista no sentido de ter publicado assuntos de diferentes continentes e países, como, por exemplo, as inúmeras publicações abordando a China ou as tribos e povos do interior do continente africano, dentre outros exemplos.

Com relação à escolha do título vale uma indagação, afinal quais teriam sido as motivações que estariam por trás desse editor para ter criado o periódico com um título expressando o termo “ilustração” e fazendo referência direta ao Brasil e Portugal? Se considerarmos que o surto de revistas e jornais ilustrados do século XIX foi motivado pela questão da “moda” das gravuras e dos retratos adornando as revistas para atingir um público maior, quais foram as preocupações e motivações para a união entre Portugal e Brasil no título? Saudades, sendo assim, do Império que começava, ao longo do século XIX, lentamente a desmoronar? Nostalgia, por parte de Portugal, da relação de dominação que mantinha com o Brasil? Tentativa, do outrora colonizador, de auxiliar a nação aparentemente mais fraca e despreparada, o recém-criado Brasil? Ou, então, inspiração na união de duas culturas, entre o “antigo” (o europeu) e o “recente” (o americano), na direção do que fazia a *Revue des Deux Mondes*?¹⁸⁴ Talvez uma, outra, todas ou nenhuma das opções. O que de fato aconteceu foi que o projeto das “ilustrações”, assim como de outras publicações

¹⁸² SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Op. cit.*, p. 96.

¹⁸³ Note que nesse caso a palavra “brasileira” aparece com “s” ao invés de “z” como aparece nos números da revista.

¹⁸⁴ *Revue des Deux Mondes* (Revista dos Dois Mundos) é uma revista francesa sendo uma das mais antigas a circular pela Europa. Essa revista foi fundada por Prosper Maurois e Ségur-Dupeyron, seu primeiro número foi publicado no primeiro dia de agosto de 1829. Charles Buloz comprou a revista em 1831. A revista mudou de título em 1945 e em 1956 ela fundiu-se com a *Hommes et Mondes* e foi transformada em uma revista mensal em 1969, diferente de antes quando era bimestral. A publicação retornou ao seu título original e a ser bimestral em 1982. Segundo os autores Mateus Henrique Pereira e o Mauro Franco Neto, essa revista objetivou, em termos de estratégias de intervenção, uma tentativa de aproximação da França com o estrangeiro, criando um suporte repleto de representações do “outro”. Cf. PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; NETO, Mauro Franco. Revista Brasileira (1857-1861): apropriações do “outro” como termômetro da ilustração. *Anos 90* [online], Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 251-280, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/RevistaBrasileiraPereiraFrancoNeto.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015. p. 258.

periódicas similares, que trouxeram estampados em seus títulos “Brasil” e “Portugal”, para os portugueses, se existia até esse momento alguma mágoa político-ideológico, objetivava levar informação e cultura brasileira para o leitor português, num esforço de integração. Essa tentativa de conexão entre ambos os países não obteve fruto ao longo do século XX, pois o Brasil se afirmou cada vez mais como nação independente e com diversas especialidades.¹⁸⁵

Essa junção entre as três palavras chaves (Brasil – Portugal – Ilustração) presentes no cabeçalho dos periódicos, revela-se repleta de significados, no instante em que evoca, a um só tempo, os inovadores recursos da ilustração, que se espalhavam pelo mercado editorial europeu, nesse período, e a revista conservadora *Revue des Deux Mondes* (1829 e circula até hoje). As novidades introduzidas pelas gravuras e ilustrações presentes nas publicações em meados do século XIX atraíram um público que não era, a princípio, identificado com as práticas de leitura “tradicionais”, ou seja, aquela que se delimita à decodificação de letras emparelhadas em linhas e parágrafos. A revista francesa *Revue des Deux Mondes* trazia estampado em seu título a intermediação entre dois mundos diferentes, o “novo” e o “velho”, o “selvagem” e o “civilizado”, de modo que ambos se abrangessem mutuamente, se consistindo em uma inspiração para os empreendimentos lusitanos, como, por exemplo, *A Ilustração Luso-brasileira*, dentre outros.¹⁸⁶ Até porque o que se guardou da revista francesa é, segundo Ana Luiza Martins, uma recordação que a cristalizou como revista de superior qualidade, característico do que existia de melhor no gênero.

187

Essas revistas ilustradas voltadas para a veiculação de informações instrutivas, culturais, sócio históricas e literárias buscaram estabelecer uma “ponte” entre Brasil e Portugal, dois países que havia se separado não fazia muito tempo, e, por meio da utilização da gravura, recurso que estava se popularizando, buscaram difundir a leitura e facilitar o acesso às produções artísticas e literárias de brasileiros e, sobretudo, portugueses, assim como, facilitar o acesso às notícias.¹⁸⁸

¹⁸⁵ Tal indagação também fora feita por Mauro Nicola Póvoas, o qual apontou estes questionamentos acerca da referência direta estampada nos títulos das revistas a Portugal e Brasil e quais teriam sido as motivações que levaram esses sujeitos a investirem nessas publicações voltadas para os dois países. Cf. PÓVOAS, Mauro Nicola. *Op. cit.*, p. 74. Problematizações a respeito dos propósitos e do debate historiográfico sobre as publicações luso-brasileiras será feito na conclusão desse trabalho.

¹⁸⁶ Mauro Nicolás Póvoas. *Op. cit.*, p. 54.

¹⁸⁷ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. p.77.

¹⁸⁸ Mauro Nicolás Póvoas. *Op. cit.*, p. 55.

Segundo Tania Regina de Luca, no século XIX multiplicaram-se, sob diferentes idiomas, publicações periódicas que se utilizavam em seus títulos dos termos “ilustração” ou “ilustrado”. O progresso da comunicação que se encontrava em curso, nessa centúria, abriu possibilidades para o desenvolvimento da produção cultural e para o confronto de saberes. Nesse contexto, a produção de revistas e jornais impressos tornava-se uma possibilidade acessível para os intelectuais e, segundo a pesquisadora, a expressão “ilustração” igualmente reportava-se ao ideal legado dos filósofos iluministas de “(...) livrar a humanidade da ignorância e difundir o saber, para o que se contava com a imagem, arma poderosa propiciada pelo progresso da indústria gráfica”. Nessa conjuntura, a aproximação entre Portugal e Brasil tornou-se necessária.¹⁸⁹

Ao longo dos anos de 1856, 1858 e 1859 a revista foi publicada semanalmente, saindo todos os sábados, sem que existisse nenhuma interrupção.¹⁹⁰ O periódico contém oito páginas, em numeração contínua, de três colunas por edição. Totalizando, ao final de cada ano, 52 números, 156 no todo, e um total de 418 páginas, por volume, (formato análogo ao de outras revistas ilustradas do período).¹⁹¹

Para dispormos dos objetivos e do norte que a revista pretendia seguir temos que analisar os textos de apresentação que abrem a publicação da revista nos diferentes anos. Os escritos de apresentação, ou textos programa, correspondem ao editorial do primeiro número de um jornal ou revista no qual se expõe a afirmação das intenções dos editores e se revela a orientação específica das publicações, assim como, seus objetivos.¹⁹²

O artigo de apresentação, escrito por Mendes Leal Junior, que abriu a publicação da revista em seu primeiro número trouxe a afirmação de que o periódico

¹⁸⁹ LUCA, Tania Regina de. *Op. cit.*, p. 209-210.

¹⁹⁰ Exceto no terceiro número, do primeiro ano, onde o editor advertiu e pediu desculpas aos assinantes sobre o fato do periódico não ter saído no sábado. O motivo foi uma repentina doença que acometeu o diretor da revista. Cf. *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 03, 19 jan. 1856. p. 24.

¹⁹¹ Fechando, assim, o primeiro volume encadernado da revista *A Ilustração Luso-Brasileira. Jornal Universal*. A primeira menção que aparece com relação à venda da coleção encadernada se dá na publicação do número 48 do segundo volume, mais precisamente no dia 27 de novembro de 1858, com um preço em Lisboa de 3.600 réis (em papel) e 4.200 réis (encadernado). *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 44, 30 out. 1858. p. 384.

¹⁹² BALEIRO, Rita; RIBEIRO, Filipa Perdigão. A fundação de periódicos literários no terceiro quartel do século XIX: em defesa da literatura ou em prol da política e da educação? *Estudos Ibero-Americanos* [online], PUCRS, v. 39, n. 2, pp. 323-343, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/14484>>. Acesso em: 01 jan. 2016. p. 324.

seria nacional para dois mundos e, afirmou que os periódicos, em seus diferentes formatos, visavam um só fim que era trazer, de forma incessante, as páginas em que a curiosidade humana buscava encontrar a vida diária. Segundo Mendes Leal, já não bastava mais a história, pois essa julgava tarde e necessitava de tempo e reflexão para fixar os seus juízos. O autor ressaltou, ainda, a necessidade da crônica, mas uma crônica, segundo ele, “palpitante”, “imediata” e “ardente das comoções”. Existe, além disso, há menção ao fato de que a revista seguiria o padrão das outras ilustrações lançadas em outros países. Seria “(...) destinada há dois povos, irmãos por sangue, por costumes, por língua e religião (...)”. Mendes Leal afirmou que a revista se comprometeria a lembrar de sua origem e seus fins, buscando ser de ambos e para os dois países, segundo sua natureza e seus meios.¹⁹³

No texto que abre a publicação em 1858, os editores afirmaram que os periódicos portugueses, por serem pequenos e publicarem poucas gravuras, não podiam garantir meios de subsistência aos gravadores das xilogravuras, o que fazia com que muitos desses artistas se afastassem desse ofício para dedicarem-se às outras profissões. A revista, por seu tamanho, e carecendo de figuras em uma extensa escala empregaria os xilogravuristas existentes e se comprometeria em deixar um espaço para a publicação das xilografias. O objetivo com isso era oferecer meios de subsistência aos mesmos, destinando um espaço nas páginas para que publicassem suas ilustrações. Ao passo que, ao mesmo tempo, incentivaria os que tivessem esse dom a investir na carreira de gravuristas e desenhistas, pois notariam a importância e um lugar específico dedicado as imagens no semanário.¹⁹⁴

O periódico se comprometera a primar na representação fiel das melhores gravuras estrangeiras, sendo que, para isso, já havia contratado os respectivos clichés¹⁹⁵, na escolha dos “formosíssimos” panoramas nacionais, na representação dos personagens nacionais, na descrição artística de diferentes povos do globo, seus trajes, hábitos, cidades e monumentos. A união do artigo com a gravura possibilitaria, segundo a revista, desempenhar o seu título de ilustração aos olhos e ao espírito, por

¹⁹³ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 01, 05 jan. 1856. p. 01.

¹⁹⁴ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 01, 02 jan. 1858. p. 01.

¹⁹⁵ Cliché significa “placa de metal, geralmente zinco, gravada foto mecanicamente em relevo, obtida por meio de estereotipia, galvanotipia ou fotogravura, destinada à impressão de imagens e textos em prensa tipográfica”. Cf. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* [eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

serem com a reunião destes dois poderosos agentes que melhor se compenetra o leitor do assunto descrito. No que diz respeito à parte literária do periódico, os editores estavam satisfeitos, apenas almejavam dar continuidade ao que já tinha sido apresentado no primeiro ano.¹⁹⁶

No número 51, do segundo volume, o editor assumiu o compromisso de publicar artigos ilustrados sobre o Brasil e Portugal. Afirmou que a publicação passou por dificuldades ao longo do ano, sobretudo por dívidas dos assinantes, e anunciou que seriam feitos melhoramentos na revista. Prometeu a publicação de textos sobre paisagens, povoações, costumes e história, tanto de Portugal como do Brasil. A revista cumpriu com esse compromisso no que diz respeito às publicações sobre Portugal, porém foram escassos os escritos sobre o Brasil.¹⁹⁷

Nas páginas de apresentação da revista no terceiro volume os editores fizeram três questões, que consideravam pontos essenciais na vida dos periódicos e que revelavam o passado e indicavam o futuro dos mesmos, são elas: se teria desempenhado com honra o encargo assumido; se teriam cumprido cabalmente o seu programa; e se teriam agradado seus leitores. Como resposta o texto afirma que, o amor à verdade que possuíam faria com que respondessem com um não diante das duas primeiras indagações, entretanto, justificavam não ter sido por falta de desejos e empenho de suas partes. O objetivo de seguir o padrão e de estar à altura em qualidade e conteúdo dos periódicos ilustrados estrangeiros não conseguira o êxito

¹⁹⁶ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 01, 02 jan. 1858. Semanal. p. 01.

¹⁹⁷ Segundo o texto, sob o título, *Aos senhores assignantes*, o periódico iria: "(...) continuar no seguinte anno, e esperamos que este seu terceiro volume se hade publicar sob auspícios mais favoráveis. As difficuldades, que sempre costumam acompanhar e embaraçar este genero de publicação em seus primeiros tempos, teem vindo em larga escala combater, transtornar, e muitas vezes inutilizar os desejos e esforços da empresa. Com o auxilio da experiência, da perseverança, e da propria acção do tempo, contamos ir vencendo os obstáculos, que se teem oposto ao desenvolvimento e aperfeiçoamento deste jornal. O novo anno, pois, nos vai proporcionar ocasião para lhes fazermos alguns melhoramentos; não tantos, e logo, como desejáramos, mas alguns, que pouco a pouco se irão sucedendo, a maneira que se forem superando as difficuldades. O que desde já podemos prometer é a publicação de artigos illustrados sobre Portugal e Brazil. Consagraremos bastante espaço nas columnas deste semanário para tratarmos dos monumentos, povoações, paisagens, costumes e história, d'estes dois países tão separados pela natureza, e tão estreitamente unidos pelos vínculos da fraternidade, pela homogeneidade de leis, de usos, e de idiomas, e enfim pela própria comunidade de interesse. Poremos todo o empenho, finalmente, em enriquecer o jornal com o maior número de estampas interessantes, e absolutamente inéditas em varia-lo para que os diversos paladares ahi achem algum alimento agradável; e em exigir dos artistas progressivo aperfeiçoamentos. Confiamos em que os nossos desejos e esforços serão devidamente avaliados, e que hão de ir tornando a *Illustração Luso-brazileira* digna de benevolento acolhimento público". Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 51, 18 dez. 1858. p. 408.

pretendido. A prática e o tempo puseram fim às ilusões e mostravam o quanto faltavam, em Portugal, os meios que motivavam, protegiam e engrandeciam as letras e as artes em outros países. No país, as circunstâncias pelas quais dependiam o sucesso desses periódicos eram indiferentes ou contrárias, sendo, por vezes, mais adversas do que insensíveis.¹⁹⁸

Dentre os problemas encontrados foram citados: a pouca quantidade de artistas hábeis; a impossibilidade de recompensar de forma justa o mérito desses artistas; a concorrência das publicações periódicas estrangeiras, sobretudo francesas, que eram mais nítidas, baratas, bem escritas, formosas, e adornadas de excelentes gravuras; a falta de gosto pela leitura nas regiões do interior de Portugal, assim como, nos dois grandes focos de população e “civilização”, Lisboa e Porto, (acrescentam-se a isso o alto grau de analfabetismo); e, por fim, o favor concedido, por lei, a umas indústrias em detrimento de outras. Esses foram os principais motivos e empecilhos, elencados pelo texto, existentes no país, que atrapalhavam o desenvolvimento da literatura e dificultavam o progresso dos jornais literários e de entretenimento.¹⁹⁹

Todos esses motivos contribuíram para o não cumprimento da missão para a qual o periódico havia se proposto. O artigo aponta que houve melhorias nos últimos anos, apesar das dificuldades enfrentadas. Não descreve quais foram esses aperfeiçoamentos, mas afirma que tais avanços ainda estavam muito aquém dos desejos dos editores. Como promessa para esse novo volume que se iniciava fora escrito apenas que a revista se comprometeria a ir melhorando aos poucos, de acordo com o que fosse possível. Quanto à questão se teria ou não agradado os seus leitores o texto afirma não poder responder e, se compromete, dada a diversidade dos leitores, publicar escritos variados, para que fossem possíveis cativar e agradar o maior número de leitores possíveis.²⁰⁰

Os editoriais expostos acima, nos permitem ter acesso às ideias fundadoras da revista, isto é, aquilo que os jornalistas almejavam que se constituíssem e as finalidades a se cumprir ao longo dos números. Dos textos depreende-se que os principais públicos visados e objetivos da revista eram ser nacional para dois povos,

¹⁹⁸ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 01, 08 jan. 1859. Semanal. p. 01.

¹⁹⁹ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 01, 08 jan. 1859. p. 01-02.

²⁰⁰ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 01, 08 jan. 1859. p. 01-02.

Brasil e Portugal, tendo por comprometimento a publicação de artigos de interesse dos públicos de ambos os países. Além de buscar estar à altura qualitativamente das publicações estrangeiras de mesma característica, assim como, manter-se aberta a novos e “talentosos” escritores portugueses ou brasileiros. Possuiu, também, a finalidade de incentivar a arte de produzir desenhos em madeira e buscou contar com a representação fiel das melhores gravuras estrangeiras. Se comprometeu, igualmente, a publicação de escritos inéditos, e não ficar repetindo textos que já se encontravam presentes em outros periódicos.²⁰¹

Estes escritos revelam-se “autorretratos” dos objetivos e problemas enfrentados pelos editores e demonstram preocupações com o público leitor. Entretanto, é imprescindível ter presente que estes “autorretratos” nem sempre se concretizam, um dos motivos refere-se ao fato de que a ideia é, em grande parte, atrair novos leitores e, como tal, são naturais que se exagerem as intenções dos editores, sobretudo pelo fato de não se conseguir prever na totalidade o norte que a publicação tomará a curto, médio e longo prazo.²⁰²

No ano de 1857 dois motivos emblemáticos fizeram com que a publicação da revista, durante todo o ano, não ocorresse: a falta de papel e o fato de diversos assinantes das províncias não terem quitado a dívida referente à assinatura do periódico. A esse respeito, no último número de publicação da revista o editor esclarece que muitas razões ponderosas, incluindo-se a falta de papel, fizeram com que Antonio José Fernandes Lopes suspendesse naquele momento, possivelmente de forma provisória, a publicação do semanário. O mesmo fez um aviso aos senhores assinantes que já tinham pago tudo, ou parte atinente à publicação da revista no ano de 1857, para receberem a quantia referente à sua assinatura.²⁰³

O primeiro número do periódico publicado no dia 02 de janeiro de 1858 trouxe como justificativa principal para a não publicação da revista em 1857 a “(...) falta de condigna retribuição por parte de alguns correspondentes (...)”. Segundo o editor, haveria uma necessidade latente de regularizar as contas da publicação e esse longo período sem publicar fora usado a fim de obter as quantias que se encontravam em débito e para assegurar, ao mesmo tempo, a cooperação de novos assinantes que

²⁰¹ SANT’ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Op. cit.*, p. 98; *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 01, 05 jan. 1856. p. 01.

²⁰² BALEIRO, Rita; RIBEIRO, Filipa Perdigão. *Op. cit.*, p. 324.

²⁰³ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 52, 27 dez. 1856. p. 416.

aceitassem o convite para colaborarem financeiramente ao tornarem-se assinantes do periódico.²⁰⁴ Nessa introdução do segundo volume da revista o editor pede encarecidamente aos senhores assinantes das províncias que quitassem as dívidas sobre o primeiro volume de publicação da revista ameaçando-os, que caso não o fizessem, poderiam passar pelo desgosto de terem seus nomes divulgados nos jornais políticos do reino.²⁰⁵

Um motivo, apontado pelo editor como importante para que a revista voltasse a ser publicada, consistiu na interrupção sentida pelos assinantes que acompanharam a publicação ao longo do ano de 1856. Os quais reclamaram do vácuo que a não publicação em 1857 acarretou nas letras em Portugal. Para estes, as matérias instrutivas e de recreio escritas por importantes autores que já possuíam nomes conhecidos e de reputação prometeriam um futuro de sucesso para a publicação do periódico.²⁰⁶

Percebe-se, também, a preocupação dos responsáveis por esse empreendimento no sentido de manter um padrão de qualidade da publicação que garantisse a essa estar ao nível das características esboçadas por outros periódicos estrangeiros de mesma natureza, sobretudo os franceses, onde o progresso também foi lento, entretanto conseguiram atingir o grau de perfeição a que a gravura e a tipografia podiam chegar, naquele contexto. Tendo em vista os limites e progressos dos desenvolvimentos técnicos a que as condições de produção vigentes, em Portugal, nesse período histórico, chegaram.²⁰⁷

Do desejo de glória nas “artes pátrias” é que surgiram os diversos apelos feitos ao editor para dar sequência à publicação do periódico, cujo primeiro ano havia sido um mero ensaio. Assim como, um dos estímulos para continuar a publicação advinha do incentivo que a mesma poderia dar ao desenvolvimento da gravura de madeira

²⁰⁴ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 01, 02 jan. 1858. Semanal. p. 01.

²⁰⁵ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 01, 02 jan. 1858. Semanal. p. 08. No dia 27 de novembro de 1858 (número 49 do segundo volume da publicação), o editor ao fazer propaganda da publicação do primeiro volume da revista encadernado afirmou que a publicação fora “(...) por graves motivos interrompida em 1857 (...)”, não há menção sobre quais seriam esses motivos, mas apenas a afirmação de que se constituíram em causas “graves”. Segundo o anúncio, a publicação do primeiro volume encadernado encontrava-se à venda na casa do editor e livreiro Antonio José Fernandes Lopes, localizada na Rua Áurea, números 227 e 228, em Lisboa. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 44, 30 out. 1858. Semanal. p. 384.

²⁰⁶ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 01, 02 jan. 1858. Semanal. p. 01.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 01.

(xilogravura), a qual, segundo indica o texto, atingiu um grau de perfeição relativo às poucas publicações que se tinha, em Portugal, dessa natureza.²⁰⁸

No tocante a materialidade do periódico e seus suportes, vale indagarmos-nos acerca das intencionalidades do editor Antonio José Fernandes Lopes na década de 50 do século XIX em investir na revista *A Ilustração Luso-brazileira* e no jornal *O Panorama*,²⁰⁹ dois periódicos com diversas semelhanças.

Quais seriam as dimensões do universo de leitores com poderes aquisitivos que os possibilitassem serem assinantes de um, ou mais, periódicos em Portugal e no Brasil? Fernandes Lopes acreditava ser possível separar esse universo de leitores, pois o que mais diferenciava as duas publicações era o formato, a qualidade e o custo. O preço de venda da revista, avulso, que aparece no primeiro número do volume um, é de 120 réis, ao passo que *O Panorama* poderia ser adquirido por 30 réis, número quatro vezes inferior ao de sua congênere. A revista *A Ilustração Luso-brazileira* possui o dobro da dimensão do jornal *O Panorama* o que lhe proporcionou enormes vantagens no tocante à dimensão das gravuras e dos textos, pois possuía uma

²⁰⁸ Ibidem, p. 01.

²⁰⁹ Esse periódico representara um verdadeiro paradigma da imprensa literária romântica portuguesa. Fernandes Lopes lançou a revista *A Ilustração Luso-brazileira*, nos padrões do jornal *O Panorama*, periódico que editava. Cada número da revista continha ilustrações diretamente relacionadas com alguns dos textos que se encontravam na publicação. Cf. SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *A Ilustração Luso-Brasileira* (1856 e 1858-1859): uma leitura apresentativa. *TriceVersa*, Assis, v.1, n.2, pp. 01-16, Nov. 2007- abr. 2008, p. 96-97. O jornal *O Panorama: jornal litterário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* foi lançado como órgão da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis em maio de 1837 e era publicado semanalmente até 1868 existindo nesse período mudanças de propriedade e algumas interrupções na publicação. O *Panorama* foi publicado em cinco séries: A primeira de 1837 a 1841, totalizou cinco volumes; a segunda foi de 1842 a 1844, com 3 volumes; a terceira série foi o período mais difícil e conturbado para a publicação e correspondeu aos anos de 1846 a 1856 (nessa fase a publicação não conseguiu cumprir a meta anual de edições nem o ritmo de sair semanalmente) no total essa série totalizou 05 volumes publicados; a quarta edição foi de 1857 a 1858 e publicou os dois volumes esperados; a quinta série compreendeu os anos de 1866 a 1868 e foram publicados mais 3 volumes. O editor e livreiro Antonio José Fernandes Lopes relançou o *Panorama* em 1846. Durante esse período a Guerra da Patuléia dificultou e trouxe alguns problemas para o periódico fazendo com que a publicação não fosse regular. Os 52 números que deveriam ficar prontos em 1847 foram concluídos apenas em dezembro de 1852. A existência do *Panorama* se deu em meio ao ambiente de guerra civil que desencadeou com a revolução de 1820 e que durou até 1851. O jornal *O Panorama* buscou a regeneração do país, por meio da concretização da consciência de identidade nacional e da construção de um projeto político entre os diferentes grupos liberais em luta, para este fim, teve como objetivo formar cidadãos "instruídos" e "ilustrados", independentes economicamente e livres politicamente. Este periódico era um jornal de instrução popular e visou cidadãos de todas as classes. Tratou-se de ser um jornalismo interveniente, instrutivo e universal. Interveniente na medida em que buscou mudar a realidade na qual estava inserido; instrutivo, pois procurou veicular conhecimentos e informações de valor "ativo"; e universal, pois buscou seu público leitor em todas as classes de cidadãos, sobretudo a pequena e média burguesia, rural e urbana. Cf. CORREA, Rita. *O Panorama* (1837-1868). Hemeroteca Digital, Lisboa (23 de nov. 2012). (pdf) Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Panorama.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

gramagem de papel superior, media aproximadamente 28 centímetros por 20 centímetros.²¹⁰ Portanto, podemos concluir que os dois periódicos se destinavam a públicos diferentes e possuidores de poderes aquisitivos distintos.²¹¹

O preço de venda do primeiro volume da revista, em Lisboa, foi de 3.600 réis a assinatura anual, 1.920 réis a assinatura semestral, 1.000 réis a assinatura trimestral e os números avulsos foram vendidos a 120 réis. Nas províncias, por 4.000 réis a assinatura anual, 2.100 réis a semestral, e no ultramar e estrangeiro (moeda forte) por 5.000 réis. Esse valor se manteve ao longo dos 52 números publicados no ano de 1856.

O segundo volume da revista era vendido por 4.000 réis à assinatura anual e o preço do número avulso por 90 réis. Nas províncias o valor cobrado era 4.300 réis e no ultramar e estrangeiro (moeda forte) a 5.000 réis. Preço que se manteve inalterado ao longo dos 52 números publicados no ano de 1858. Os valores de venda da assinatura semestral e trimestral não aparecem nesse segundo volume e podemos perceber que o preço da assinatura anual em Lisboa teve um aumento de 400 réis, ao passo que o valor do número vendido avulso passou de 120 para 90 réis. Nas províncias o valor passou de 4.000 para 4.300 réis, um acréscimo no valor de 300 réis, enquanto que o valor de venda no ultramar e estrangeiro (moeda forte) se manteve inalterado conservando os mesmos 5.000 réis.

O terceiro volume da revista *A Ilustração Luso-brazileira* era vendido por 4.000 réis à assinatura anual e o preço do número avulso por 90 réis. Nas províncias o valor cobrado era 4.300 réis e no ultramar e estrangeiro (moeda forte) a 5.000 réis. Vale ponderar que assim como ocorrera com os dois volumes precedentes o preço desse terceiro volume se manteve inalterado ao longo dos 52 números publicados no ano de 1859. Além disso, manteve os valores iguais aos cobrados sob o segundo volume.

O preço da revista, 120 réis o número avulso, a título de comparação, podemos dizer que, confrontando com os salários recebidos pelos trabalhadores dos arrozais em Portugal, em 1854, nos distritos de Leiria e Aveiro, os salários variavam entre 180 a 240 réis para os homens e 120 a 160 réis para as mulheres. A média anual dos salários, para os homens, no distrito de Coimbra era de 211 réis, o das mulheres variavam entre 60 e 120 réis. Em 1857 o salário no distrito do Porto esteve entre 140 a 200 réis, a média salarial era de 170 réis. Portanto, podemos dizer que o preço de

²¹⁰ PÓVOAS, Mauro Nicolás, *Op. cit.*, p. 55.

²¹¹ CORREA, Rita. *Op. cit.*, p. 01.

um número avulso da revista, era o valor que uma mulher chegava a ganhar trabalhando nos arrozais no distrito de Coimbra, em 1854.²¹²

As circulações das notícias que conectavam Portugal ao resto do mundo eram feitas via telégrafos elétricos e navios a vapor. O vapor e a eletricidade foram os elementos que possibilitaram uma maximização da velocidade de transmissão de informações no período. Contudo, a título de exemplo, levava-se 25 dias para receber, em Londres, notícias vindas da Índia.²¹³ Em Portugal, as notícias levavam 37 dias para chegar de Roma, 75 de Nova York, 35 de Antuérpia, 22 de Londres, 21 de Paris e 09 dias de Madri.²¹⁴ Portanto, não existia a urgência das notícias e informações. A revista era entregue aos assinantes pelos correios e, ao Brasil, chegou por meio dos navios transatlânticos onde era distribuída aos devidos correspondentes nas principais capitais.²¹⁵

A seguir, um navio a vapor português, criado em 1856, do tipo dos transatlânticos que eram utilizados para a circulação dos impressos e a globalização da cultura no século XIX.²¹⁶

²¹² RELATÓRIO sobre a cultura do arroz em Portugal e sua influência na saúde pública apresentado a sua excelência o sr. ministro dos negócios do Reino pela comissão creada por portaria de 16 de maio de 1859. Lisboa. Imprensa Nacional, 1860. p. 469.

²¹³ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 28, 10 jul. 1858. p. 219.

²¹⁴ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 870-871.

²¹⁵ Foram publicados os correspondentes do editor em ambos os países, tal publicação ocorreu em diversos números e afirmava que, são correspondentes do editor: em Coimbra, a Imprensa da Universidade; no Porto, o sr. A. R. da Cruz Coutinho; Vianna do Castello, o sr. A. J. Pereira; Penafiel, o sr. Maximiano Dias de Castro; Setúbal, o sr. Manuel José Ferreira; Ilha de S. Miguel, o sr. M. C. D'Albergaria Valle; Ilha Terceira, o sr. J. M. de Mesquita Pimentel; Ilha da Madeira, o sr. Antonio José D'Araujo; Rio de Janeiro, o sr. Manuel José Vieira da Costa; Bahia, o sr. Rodrigo José Ferreira Guimarães; Pernambuco, o sr. Miguel José Alves; Pará, o sr. Manoel Gomes de Amorim; Maranhão, o sr. Joaquim José de Oliveira. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 25, 21 jun. 1856. p. 200.

²¹⁶ Sobre o vapor Lusitânia e uma descrição detalhada do mesmo Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 33, 20 ago. 1859. p. 262.

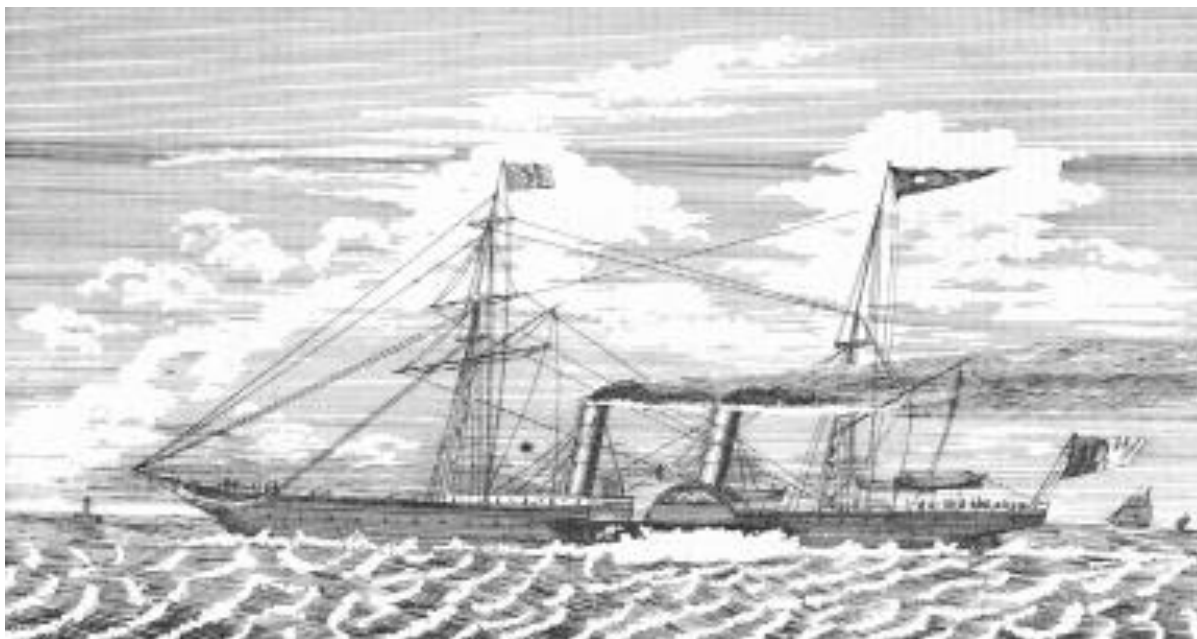


Figura 02. Vapor *Lusitânia*. [Xilogravura]. Fonte: *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 33, 20 ago. 1859. p. 261.

A revista circulou, também, nas escolas dos distritos do Reino, sob a responsabilidade da Sociedade Madrepóra, instalada no Rio de Janeiro, que distribuiu exemplares aos professores, portanto a revista foi utilizada no auxílio da educação em Portugal e, provavelmente, também no Brasil.²¹⁷ O ensino foi uma das questões que mais preocupou os intelectuais oitocentistas, pois era tido como condição de prosperidade e liberdade para a nação.²¹⁸ Fenômeno que teve reflexo direto na produção de periódicos do período.

²¹⁷ O trecho, a seguir, publicado no número 02 do terceiro volume é ilustrativo nesse sentido: “Tendo a sociedade Madre Pura, do Rio de Janeiro, tomado duzentas assignaturas d’este semanário para distribuir por alguns dos professores dos districtos do reino, e tendo nos deixado livre a escolha dos mesmos, enviámos o jornal aos senhores professores, constantes da relação junta, a quem pedimos o obsequio de nos acusarem a recepção”. Cf. *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 02, 15 jan. 1859. p. 16. No trecho aparece escrito “Sociedade Madre Pura”, mas foi um erro da revista a qual publicou uma retificação no número 08 se retratando, com os seguintes dizeres: “Tendo se por equivoco publicado errado o nome de uma sociedade de portuguezes, que se acha instalada no Brazil, e cujo fim é promover a instrucção popular, pedem-nos os interessados a rectificação do nome da mesma sociedade, que é Madrepóra, e não Madre Pura”. Cf. *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 08, 26 fev. 1859. p. 64. Nos números seguintes fora publicado o distrito, o conselho, e a relação com os nomes dos professores a quem era remetida a revista. Houve um desentendimento entre a revista e os professores que fez com que os professores comesçassem a enviar cartas ao semanário pedindo o cancelamento do envio, talvez por não terem entendido os motivos do envio, e acharam que teriam que pagar pelos exemplares. Cf. *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 10, 12 mar. 1859. p. 80.

²¹⁸ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). *Análise Social* [online], vol. XV (57), 1979, 69-115. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989683G4pJl3dx8lt15TY4.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015. p. 30.

Foi a partir de meados do século XIX que a imprensa granjeou novos públicos: O público já não se resumia aos nobres, aos comerciantes mais abastados ou aos políticos. O preço é ainda restritivo para as classes trabalhadoras, mas o proprietário, o comerciante, o cidadão mais folgado e o professor passam a ler regularmente a imprensa escrita.²¹⁹ Assiste-se, também a uma maior diversificação dos gêneros jornalísticos, fenômeno revelador do alargamento do campo dos leitores as mais variadas sensibilidades e interesses sociais e culturais.²²⁰ Em Lisboa, assim como acontecia em outras cidades do período, os jornais e revistas passavam de mão em mão e eram lidos, com certa frequência, em locais públicos como os cafés ou as barbearias. Além do mais, a divulgação da literatura adquiria um papel regenerador da sociedade e estabelecia uma profunda, e ao mesmo tempo, dinâmica relação entre a literatura e a sociedade em renovação, isto é, a literatura passa a ser encarada como ferramenta de transformação social e política.²²¹

A preocupação assumida pela revista em levar a literatura a uma mais ampla camada da população não era exclusiva desse periódico, antes era um reflexo do contexto. Em Portugal existia a necessidade de instruir aqueles que menos tinham acesso à educação, missão partilhada pela imprensa do período. Um exemplo deste anseio de instruir um maior número de pessoas são as leis sobre o ensino, promulgadas a partir de 1832, decretando a liberdade e a gratuidade do ensino nos primeiros anos de escolaridade.²²² Durante o reinado de D. Pedro V (1855-61), no período em que esta revista foi produzida e circulou em Portugal e no Brasil, a instrução pública foi tema de destaque, ao lado do progresso material, e muitas medidas foram tomadas nesse sentido.²²³

A nova classe de leitores, em traços gerais, não dispunha de uma educação literária requintada, como a da aristocracia assente nos modelos clássicos, nem grandes preocupações e exigências formais. Buscavam uma aquisição fácil e rápida de conhecimentos gerais e úteis, assim como, acompanhar os debates sobre os grandes problemas da administração pública. A promoção social da burguesia, abrindo-lhes as portas de novos espaços de sociabilidade, impunha-lhes uma

²¹⁹ CRATO, Nuno. *Op. cit.*, p. 35.

²²⁰ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 848-849.

²²¹ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*; BALEIRO, Rita; RIBEIRO, Filipa Perdigão. *Op. cit.*, p. 327.

²²² BALEIRO, Rita; RIBEIRO, Filipa Perdigão. *Op. cit.*, p. 330.

²²³ FRANÇA, José Augusto. *O romantismo em Portugal: Estudo de factos socioculturais*. 3. ed. Braga: Livros Horizonte, 1999. p. 241-254; BALEIRO, Rita; RIBEIRO, Filipa Perdigão. *Op. cit.*, p. 330.

necessidade de uma cultura mais vasta. O que explica, em parte, o êxito que muitos periódicos, surgidos após 1834, tiveram divulgando uma cultura “ligeira” com tendência de diversão, a que amiúde se aliava uma preocupação recreativa e instrutiva, com um componente literário frequentemente presente e visando os públicos femininos e juvenis.²²⁴ O alargamento da leitura às camadas mais jovens resulta, sobretudo, de dois fatores: o aumento da instrução, o que também elevam o nível de interesses culturais; e o aumento pelas preocupações político-sociais, sendo mais exigente a necessidade de intervir conscientemente.²²⁵

Os periódicos necessitavam vender, no mínimo, 300 exemplares, para cobrir os custos, quando não haviam encargos com a redação, feitos pelo próprio editor, algo frequente. Contudo, os periódicos de maior projeção, em Lisboa, não ultrapassavam o número de 1500 tiragens. Além disso, a razão indicada, em muitos dos casos, para a extinção de um periódico, eram os problemas financeiros decorrentes da tiragem, considerada insuficiente para manter a publicação.²²⁶

No que diz respeito às relações que a revista manteve com o mercado e sobre a natureza dos “possíveis” capitais investidos nesta, tudo indica que o semanário se mantinha com os recursos advindos das assinaturas pagas pelos leitores e pela venda dos números avulsos.²²⁷

²²⁴ OUTEIRINHO, Maria de Fátima. Da crónica-folhetim no oitocentismo português: algumas (in)visibilidades. In: SILVA, Jorge Bastos da; CASTANHEIRA, Maria Zulmira (org.). *Entre classicismo e romantismo. Ensaaios de cultura e literatura*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. (Collection: Studies in Classicism and Romanticism, nº 2). pp. 159-171. p. 165; TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 623.

²²⁵ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 853-854. Ainda no que diz respeito à recepção e ao público leitor, vale acrescentar que fora publicado no texto introdutório do terceiro volume da revista a pergunta se o periódico estaria agradando seus leitores. Como resposta o texto afirma não poder responder a essa indagação e, se compromete dada a heterogeneidade dos leitores, publicar textos diversos, para que fosse possível, com isso, cativar e agradar o maior número de leitores possíveis. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 01, 08 jan. 1859. p. 02.

²²⁶ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 621-622.

²²⁷ Houve alguns momentos em que *A Ilustração Luso-brazileira* fez algum tipo de menção ou propaganda de outros periódicos, o que são indicativos das relações de sociabilidade mantidas com outras publicações. São exemplos dessa menção os textos: *Bombeamento e tomada de Kinburn*, onde foi publicado na íntegra uma carta de autoria do senhor H. Rouland (ilustrador) endereçada ao diretor do periódico *A Ilustração Francesa*; o texto *Bibliographia*, de autoria de Andrade Ferreira, esse texto fala e faz propaganda da *Revista Peninsular*, apresenta o intuito do seu programa e discorre sobre a influência literária e social que essa publicação poderia exercer sobre a Espanha e Portugal, assim como os resultados que poderiam advir para a aliança e intimidade das ideias entre os esses dois povos; o texto *Bibliographia. A Litographia encyclopédia industrial*, apresenta uma descrição e faz propaganda do jornal *A Litographia encyclopédia industrial*; e o texto *Scitas protestantes na América do Norte*, que reproduz o texto publicado no *Church Journal* (Jornal da Igreja de Nova York) onde foram apresentadas as diferentes seitas religiosas protestantes existentes em Nova York, dentre outros escritos.

Não havia publicidade de produtos e objetos à venda, as únicas propagandas eram de livros publicados pelo editor da revista, o senhor A. J. Fernandes Lopes.²²⁸ Apareceram também gravuras, com um texto descritivo, de peças de roupas e apetrechos que estavam na moda, visando o público leitor feminino, mas sem indicar valores, ou lojas que a vendessem, porém não deixou de dar publicidade a esses vestuários. Outra propaganda veiculada pela revista em seu primeiro volume foi de um evento de caridade ocorrido em Lisboa.²²⁹



Figura 03. *Modas*. [Xilogravura] Fonte: *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 08, 23 fev. 1856. p. 61.

²²⁸ Como o dono e editor da revista o senhor Antonio José Fernandes Lopes era um livreiro e trabalhava no ramo da impressão de livros apareceram em alguns números propagandas dos livros que se encontravam no prelo, ou seja, prestes a serem publicados. Ao longo das publicações, foram, portanto, feitas diversas propagandas dos livros que se encontravam à venda na casa do editor A. J. F. Lopes, na Rua Aurea, 227 e 228, em Lisboa, Portugal. Nessas propagandas dos livros aparecem muitos dos textos literários que havia sido ou estavam sendo publicados na revista, assim como aparecem à venda obras escritas pelos mesmos autores que publicavam na revista. O fato desses textos literários publicados em diversos números serem oferecidos aos leitores em formato de livro demonstrou, dentre outras coisas, certo comprometimento dos editores e autores para com o público leitor que não pode ter acesso a todos os números e, logo, não pode acompanhar toda a história, seja de um drama, ou um romance-folhetim.

²²⁹ Teve publicidade no número 23 do primeiro volume da revista a “Festa no passeio público em favor das casas de asilo da infância desvalida de Lisboa”, nesse número, foi publicada na íntegra o programa para a festa. Como justificativa para essa publicação apareceu escrito que “(...) o fim todo de caridade a que esta festa se destina é a sua verdadeira recomendação”. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 23, 07 jun. 1856. p. 183-184.

Dentre os possíveis capitais investidos na revista podemos citar, ainda, um “possível” auxílio financeiro por parte do governo. Como um exemplo da busca por esses recursos governamentais para colaborar no custeio destes empreendimentos temos a passagem em que Innocencio Francisco da Silva na obra *Diccionario bibliographico portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil* (Tomo VIII), publicado em 1867, ao escrever o verbete sobre Antonio José Fernandes Lopes mencionou que outros tentaram empreendimentos com as mesmas características da iniciativa levado a cabo por Fernandes Lopes que são de reproduzirem obras dos autores clássicos nacionais, e não obtiveram sucesso, pois, dentre outros fatores, não conseguiram recursos suficientes do governo para levarem adiante esse empreendimento. Segundo Innocencio da Silva, esse fomento do governo era fundamental para cobrir parte das despesas, pois em Portugal obras desse gênero encontravam poucos leitores.²³⁰

No Brasil o apoio dado pelo Imperador D. Pedro II aos periódicos foi fundamental para o seu funcionamento. Contar com o apoio do imperador, para essas publicações do período do romantismo, significava garantir maior aceitação nas diferentes camadas sociais, além de serem viáveis financeiramente, independentes dos lucros que obtinham. Em uma sociedade com uma população letrada muito pequena, onde a maioria da população era formada por negros (escravos e libertos) e índios, desprovidos de instrução e renda própria, o periódico que não obtivesse recursos financeiros do Imperador dificilmente conseguiria publicar por muitos anos. As publicações no Brasil foram dependentes do auxílio financeiro, pois não existia no Brasil um público leitor em quantidades suficientes para manter essas publicações apenas com a venda de números avulsos, ou assinaturas anuais ou semestrais. Essa colaboração era vantajosa para ambas às partes, para os periódicos, pois conseguiriam ter uma situação financeira saudável e para o Imperador, o senhor D. Pedro II, pois ter o seu nome vinculado às revistas e jornais auxiliava na garantia de ter credibilidade nos grupos e espaços de sociabilidade dos intelectuais do período, além de garantir que não seriam publicados, nas páginas impressas, nada que o desabonasse aos olhos do povo.²³¹

²³⁰ SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.*, p. 200.

²³¹ SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. Guanabara (1849-1856): considerações sobre um período do Romantismo brasileiro. In: ROBERTO, Cairo Luiz; AZEVEDO, Sílvia Maria; PEREIRA, Márcio Roberto (orgs.). *Dispersa memória: Escritos sobre representação e memória na literatura brasileira*. Bauru, SP: Editora UNESP, 2009b. pp. 197-211. p. 199.

Fazem-se presentes na revista algumas pequenas mudanças que dão indicativos de sua relação com o mercado. Os objetivos dessas modificações apontam para um esforço no sentido de contenção de despesas e adaptação a esse mercado. Três itens corroboram com essa tese: o sumiço da “ficha técnica”; os textos, de diversas naturezas, em sua grande maioria, passaram a não apresentar assinatura de autoria; e a redução do preço em 25% nas vendas dos números avulsos. Uma hipótese que também pode ter relação com uma adaptação à demanda do mercado foi o aumento no número de publicações das gravuras e o fato dos preços das assinaturas anuais não terem sofrido alterações na passagem do segundo para o terceiro volume, o qual foi vendido por 4.000 réis à assinatura anual e o preço do número avulso por 90 réis.²³²

Por fim, vale acrescentar que, apesar dos objetivos “nobres”, da ampla colaboração e de todos os esforços empregados faltaram condições e circunstâncias adequadas a Portugal para possibilitar com que a revista concretizasse com o êxito pretendido os seus desígnios.²³³ Alguns itens foram cruciais nesse sentido, como, por exemplo, a concorrência que era desleal com periódicos ilustrados de outros países, mas que circulavam em Portugal, sobretudo os jornais franceses, que eram mais baratos que os nacionais além de serem ornados de excelentes gravuras, nítidos e bem escritos. Outro fator de peso era o atraso em que se encontravam as artes em Portugal, na ausência ou no baixo número de artistas hábeis no país, assim como, na falta de boa recompensa que estivesse à altura do mérito dos bons artistas. No alto grau de analfabetismo e na falta de interesse pela leitura nas regiões mais interiorizadas do reino, bem como, nos dois grandes polos de concentração da população portuguesa letrada: Lisboa e Porto.²³⁴ Portanto, o não cumprimento em parte com os objetivos propostos se deu muito mais por circunstâncias externas do que pela falta de empenho dos seus realizadores e colaboradores.²³⁵

No número 52 do terceiro volume da revista, Antonio Lopes anunciou o fim da publicação, alegando que, “(...) em consequência do fatal golpe porque há pouco acaba de passar, com o falecimento de sua esposa ficando-lhe oito filhos, o mais velho

²³² Nas províncias o valor cobrado foi 4.300 réis e no ultramar e estrangeiro (moeda forte) a 5.000 réis, valores que se mantiveram iguais para os anos de 1858 e 1859.

²³³ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 01, 08 jan. p. 01; SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Op. cit.*, p. 98.

²³⁴ SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Op. cit.*, p. 98-99.

²³⁵ SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Op. cit.*, p. 99; *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 01, 08 jan. p. 01-08.

dos quaes conta oito anos, suspende por algum tempo a *Illustração (...)*” porque enquanto pai e “(...) responsável pela educação de seus filhos, ou hade cuidar d’esse dever ou applicar-se à direção do mesmo jornal”.²³⁶ Em seguida lança um anúncio aos assinantes avisando-os que se quisessem completar a sua coleção da revista deveriam dirigir-se à Rua do Oiro nº 227 e 228, local onde seria possível obter os volumes completos, ou mesmo alguns números avulsos, pagando pelo preço da assinatura.²³⁷ A intenção de suspender a publicação apenas por algum tempo e logo após retorná-la não se concretizou. O número 52 da revista *A Illustração Luso-brazileira*, lançado em 31 de dezembro de 1859, foi a última publicação do periódico.

Segundo Mauro Nicola Póvoas o fato da publicação ter sido encerrada devido a uma tragédia pessoal demonstrou, de certa forma, o amadorismo desses tipos de empreendimentos da época, em que tragédias pessoais acabavam por interferir nos negócios dos envolvidos.²³⁸ Apesar dos esforços empreendidos visando sempre a cooptação de novos leitores, normalmente os periódicos desse período, que partilhavam de características similares, viveram com dificuldades, especialmente financeiras, seja por escassez de assinantes ou por dívidas destes, como frequentemente se queixavam. Motivos que fizeram com que a maior parte tivesse vida curta.²³⁹

Diversos autores de destaque em Portugal colaboraram publicando artigos na revista o que trouxe aos leitores uma pluralidade significativa de produções literárias, escritos em prosa de ficção, peças teatrais, romances, poemas, artigos instrutivos, noticiosos, críticos, sobre lugares públicos, etc., porém, com relação ao segundo ano não podemos afirmar se houve essa ampla colaboração, pois boa parte dos textos encontra-se sem a indicação do autor. Para melhor compreendermos o periódico temos que conhecer um pouco mais sobre quem eram esses colaboradores mais

²³⁶ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 52, 31 dez. 1859. p. 412.

²³⁷ *Ibidem*.

²³⁸ PÓVOAS, Mauro Nicola. *Op. cit.*, p. 56-57.

²³⁹ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 687, 809. Algo que fora um problema bastante presente ao longo desses três volumes de publicação da revista era a dívida dos assinantes. O trecho, a seguir, foi frequentemente publicado no fim das páginas: “Os senhores assignantes que ainda não pagaram o corrente anno d’este jornal queiram ter a bondade de o mandarem satisfazer quanto antes; bem como os que quiserem continuar, mandarão renovar para não soffrerem interrupções na remessa dos números, porque nenhuma folha será remetida sem ter previamente sido paga a assinatura”. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 51, 18 dez. 1858. Semanal. p. 408.

frequentes, os editores, e quais foram os temas e ilustrações mais publicados pela revista. Tópicos que serão abordados, a seguir.

2. A *Ilustração Luso-brazileira* (1856, 1858, 1859): colaboradores, textos e ilustrações.

Nesse capítulo apresentamos os editores da revista, os principais colaboradores, sua ampla gama temática, a estrutura e divisão dos conteúdos e os destaques predominantes, assim como as visões de passado e expectativas de futuro prevaletentes nos artigos. Abordamos, igualmente, as iconografias presentes nas páginas impressas e o desenvolvimento da xilogravura em Portugal.

2.1 Colaboradores, temas e artigos publicados nos três volumes.

Nos 156 números publicados ao longo dos três volumes, no alto da primeira página, apareceu uma gravura (Figura 04), igual em todos os exemplares, e a escrita “A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA” (em letra maiúscula). Abaixo dessa ilustração veio indicados o número, o volume, o dia, o mês em que a revista estava sendo publicada e o preço. Após essas informações, ilustradas na imagem, apareceu, quase sempre, o sumário dos textos e das gravuras.



Figura 04. *A Ilustração Luso-brazileira*. [Xilogravura]. Fonte: *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 45, 06 nov. 1858. p. 353.

Nessa gravura podemos perceber uma divisão em duas composições distintas: na primeira à direita está representado o Brasil e na segunda à esquerda, Portugal. No centro da composição brasileira, indicada, principalmente, por seu Escudo de Armas, está um quadro representando o largo do Paço do Rio de Janeiro.²⁴⁰ Em seu entorno se encontram elementos que simbolizam alegoricamente o exótico e o selvagem, a saber, a cobra, as flechas, armamentos e apetrechos indígenas, as plantas tropicais, a folha de fumo e a bananeira. Por sua vez, no centro da composição portuguesa, também, sugerida pelo seu respectivo Escudo de Armas, está a praça do comércio, em Lisboa, emoldurada por plantas como a videira e a oliveira, as armas europeias, a figura mitológica do dragão, o baú e os instrumentos musicais, ou seja, aspectos que representam o mundo ocidental “civilizado”.

Em primeiro plano, ao centro, mediando uma relação entre ambas às composições encontra-se a provável imagem de Niké, a Deusa grega da vitória. Coroada com um facho de luz, que representa o conhecimento (ilustração), Niké observa o lado português, enquanto está com o seio desnudo do lado brasileiro, a mão de Niké encontra-se abaixada no lado brasileiro e elevada no lado português, representando ser Portugal superior, de algum modo, ao Brasil. Carregando duas coroas de louros, uma em cada mão, Niké parece oferecê-las a ambas as nações. A xilogravura, portanto, é uma alegoria que expressa os principais objetivos da revista, ou seja, ser uma publicação voltada para dois mundos, distintos entre si, porém ligados à busca da vitória que é a difusão, de forma lúdica, do conhecimento “ilustração”.

Antonio José Fernandes Lopes, apesar de não ter assinado nenhum artigo, foi o principal responsável por esse empreendimento, tendo sido seu proprietário e editor. Fernandes Lopes era comerciante, tipógrafo e editor com tipografia própria, dono de uma livraria na Rua Aurea, números 227 e 228, em Lisboa. De sua oficina foram publicados, além da revista *A Ilustração Luso-brazileira* e o jornal *O Panorama*, os jornais *O Futuro* e *A Discussão* os quais se fundiram formando o periódico *A Política Liberal*. Em sua tipografia foi publicado um grande número de volumes e opúsculos

²⁴⁰ Na composição que representa o Brasil, o litoral provavelmente foi desenhado tendo como inspiração a gravura, em aquarela do Jean Baptiste Debret, de 1818, do Largo do Paço (atual Praça Quinze de Novembro), no Rio de Janeiro, dadas as semelhanças encontradas. A imagem mostra o Paço, as Igrejas da Rua Direita, os prédios ao lado do Largo e o Chafariz da Pirâmide com o cais antigo. Cf. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Vol.1. São Paulo: Martins, 1954. p. 141.

de diversas espécies, como, por exemplo, romances, histórias, dramas, poesias e sermões, ou seja, variadas obras, incluindo as dos principais escritores contemporâneos de Portugal, tendo sido muitas delas anunciadas na revista.²⁴¹

No número 09 do primeiro volume da revista foi apresentado o nome do diretor e dos redatores do periódico, onde consta que este estava sob a direção de Luiz Augusto Rebello da Silva,²⁴² e faziam parte da sua redação: Rodrigo Botelho da Fonseca Paganino Junior (Lisboa, 1835 - Lisboa, 1863),²⁴³ Raimundo António de Bulhão Pato (Bilbau, 1828 - Lisboa, 1912),²⁴⁴ Luíz Augusto Xavier Palmeirim (Lisboa, 1825 - Lisboa, 1893),²⁴⁵ Luiz Fillipe Leite (Lisboa, 1828 - Lisboa, 1898),²⁴⁶ José de

²⁴¹ SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.*, p. 200; CORREIA, Rita. A ilustração luso-brazileira: jornal universal. Hemeroteca Digital. Lisboa, (19 de agosto de 2008). (pdf) Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/IlustrLusoBr.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2014. p. 01.

²⁴² Luiz Augusto Rebello da Silva nasceu em Lisboa, no dia 02 de abril de 1821, frequentou os estudos de humanidades que constituíam a educação clássica. Era discípulo confesso de Alexandre Herculano. Seu desenvolvimento intelectual e o dom como orador foram despertados quando se fundou a Sociedade Philomática em 1838. Foi no periódico dessa sociedade, *O Cosmorama Litterario* (1839-1840), que publicou seus primeiros ensaios e escreveu *A Tomada de Ceuta*. Rebello da Silva colaborou com múltiplos periódicos, dentre os quais encontram-se: *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1865); *A Época*; *Achivo Pittoresco* (1857-1868); *O Panorama* (1837-1868); e a *Revista Universal Lisbonense* (1841-1853). Sob a autoria de L. A. Rebello da Silva foram publicados no primeiro volume da revista *A Ilustração Luso-brazileira* 15 textos, versando sobre diferentes temas, dentre estes textos encontram-se o texto biográfico sob o título *O Tenente-Coronel Magnan - Chefe de Estado Maior da 4ª Divisão*.

²⁴³ Rodrigo Botelho da Fonseca Paganino Junior (Lisboa, 1835 - Lisboa, 1863) foi um jornalista português, escritor, tradutor e médico-cirurgião pela escola médico-cirúrgica de Lisboa, tendo se destacado pela sua forte atuação no caso da epidemia de febre amarela que ocorreu nesse distrito. Colaborou, também, com o *Panorama* e foi um dos fundadores do *Jornal de Belas-Artes* e da revista *Arquivo Universal*, tendo contribuído, para essa revista, entre os anos (1859-1861). Em seus escritos podemos perceber que seus interesses iam além da medicina. Algo que se evidencia com a publicação de diversos textos, dentre eles encontram-se: as narrativas intituladas, *Os contos do tio Joaquim* (publicado em 1861 em forma de livro); os ensaios *Os homens de sciencias contemporâneos*. João José Pereira; e com a publicação do texto sob o título *A instrução pública em Portugal*.

²⁴⁴ Raimundo António de Bulhão Pato (Bilbau, 1828 - Lisboa, 1912) foi um ensaísta, poeta e memorialista português, autor de diversas obras e sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa. Colaborou com os periódicos: *A Quinzena: Literatura Modas e Teatros* (1851) e *O Pirata: Jornal Literário e de Espetáculos* (1856), dentre outros. Bulhão Pato foi o autor de 20 textos publicados todos no primeiro volume da revista. Dentre esses textos, sobressaem-se: o romance *Jorge*. *Romance contemporâneo*.

²⁴⁵ Luíz Augusto Xavier Palmeirim (Lisboa, 1825 - Lisboa, 1893) foi jornalista, escritor, crítico, contista, poeta ultrarromântico, dramaturgo e político português, tendo sido colaborador ativo do jornal *O Panorama*. No semanário *A Ilustração Luso-brazileira*, em 1856, foram publicados três textos de sua autoria, o drama *O sapateiro de escada* e duas poesias.

²⁴⁶ Luiz Fillipe Leite (Lisboa, 1828 - Lisboa, 1898) foi jornalista, escritor, professor colaborou no jornal *O Panorama*, dentre outros. Em 1854 fundou a Associação dos Professores do Reino e das Ilhas. Na revista *A Ilustração Luso-brazileira* publicou quatro artigos, incluindo uma biografia do historiador francês Augustin Thierry (1795-1856).

Torres (Ponta Delgada, 1827 - Lisboa, 1874),²⁴⁷ José da Silva Mendes Leal Junior (Lisboa, 1820 - Cintra, 1886),²⁴⁸ José Maria de Andrade Ferreira (Lisboa, 1823 - Lisboa, 1875),²⁴⁹ José Maria Latino Coelho (Lisboa, 1825 - Sintra, 1891),²⁵⁰ Francisco Maria Bordalo (Lisboa, 1821 - Lisboa, 1861),²⁵¹ Francisco Gomes D'Amorim (Póvoa

²⁴⁷ José de Torres (Ponta Delgada, 1827 - Lisboa, 1874) foi um jornalista e escritor, além de ter sido funcionário público e sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. Ficou conhecido por suas investigações acerca da História açoriana. Colaborou por diversas vezes com o Jornal *O Panorama* e com o jornal *A Pátria* (1855 - 1856). José de Torres publicou na revista *A Ilustração Luso-brazileira*, no primeiro volume, dois romances folhetins *Constância de Jesuíta* e *Alda* e um texto religioso sob o título *Pregador célebre em Paris no século XVII*. No segundo volume não há texto publicado de autoria de José de Torres. No terceiro volume José de Torres publicou 04 textos onde se sobressaem: *Reinado de D. Affonso VI*; o ensaio, *Uma revolução na Índia portuguesa*; o fragmento *Reinado de D. Pedro II. Portugal em 1687*; e um texto sob as cartas de jogar sob o título *O jogo*.

²⁴⁸ José da Silva Mendes Leal Junior (Lisboa, 1820 - Cintra, 1886) era diplomata, político, jornalista, escritor e dramaturgo português. Foi diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa e colaborou publicando artigos no jornal *O Panorama*, na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1865), na *Revista Universal Lisbonense* (1841-1853), *Revista Peninsular*, dentre outros periódicos. No primeiro volume da revista *A Ilustração Luso-brazileira* publicou seis textos, com destaque para a publicação do romance-folhetim *Ir a Roma e não ver o papa (aventuras de um caçador)*. Além desse romance, Mendes Leal, publicou ainda dois textos sobre assuntos diversos, duas poesias, um texto biográfico sobre o visconde de Almeida Garrett. No segundo volume não aparece como autor em nenhum texto e no terceiro volume publicou o drama *Alva estrella. Drama em cinco actos*.

²⁴⁹ José Maria de Andrade Ferreira (Lisboa, 1823 - Lisboa, 1875) foi jornalista e escritor. Colaborou no Jornal *O Panorama* e na revista *A Ilustração Luso-brazileira*. Escreveu sobre os mais variados assuntos, sobretudo, crítica dramática e literária. Publicou 25 artigos na revista, tendo sido um dos autores que mais contribuiu com textos para o periódico no primeiro volume. Dentre esses textos, publicados por José Maria De Andrade Ferreira, podemos citar: *Revista litteraria do ano de 1855*; *bibliographia*; *chronica semanal*; e *physiologia das plateias de Lisboa*.

²⁵⁰ José Maria Latino Coelho (Lisboa, 1825 - Sintra, 1891) formado em engenharia militar, seguiu carreira militar tendo chegado ao posto de general, notabilizou-se como escritor por suas obras de caráter ensaístico e sócio histórico. Foi, ainda, jornalista e político português tendo sido secretário perpétuo e efetivo da Academia Real das Ciências de Lisboa. Fundou e dirigiu o periódico *O Farol: Periódico de Instrução e Recreio* (1848-1849). Colaborou com os Jornais *A Semana*, *O Panorama* e com a *Revista Popular*. Dentre as suas contribuições para a revista *A Ilustração Luso-brazileira* destacamos o texto de análise literária sob o título *D. Manuel José Quintana e a literatura castelhana moderna* que refletiu o seu pendor iberista.

²⁵¹ Francisco Maria Bordalo (Lisboa, 1821 - Lisboa, 1861) foi um escritor, autor de diversas obras, jornalista e Tenente da Armada Nacional portuguesa. Atuou como redator do jornal *Distração Instructiva* (1842) e redator principal do jornal português *A Pátria* (1855- 1856) tendo colaborado, ainda, com outras publicações periódicas. Bordalo publicou 04 textos no primeiro volume da revista *A Ilustração Luso-brazileira*, são eles o romance-folhetim *Feliz achado!* um texto sobre regiões da África sob o título *O sertão d'África*, um texto biográfico sobre a vida e obra do escritor da Grã-Bretanha Lourenço Sterne (1713-1768) e um texto de viés biográfico em homenagem a morte do escritor literário Alain-René Lesage (1668-1747). No segundo volume da revista publicou um texto religioso sob o título *D. Ignez Gracias Cardoso* e no terceiro volume publicou o romance-folhetim *A menina dos cabelos brancos*.

de Varzim, 1827 - Lisboa 1891),²⁵² Ernesto Biester (Lisboa, 1829 - Lisboa, 1880),²⁵³ António Pedro Lopes de Mendonça (Lisboa, 1826 - Lisboa, 1865),²⁵⁴ António de Serpa Pimentel (Coimbra, 1825 - Lisboa, 1900),²⁵⁵ Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (Lisboa, 1810 - Santarém, 1877),²⁵⁶ Francisco Romano Gomes Meira, A. D'Oliveira Marreca e Francisco Pereira D'Almeida.²⁵⁷

²⁵² Francisco Gomes de Amorim foi um romancista, poeta e dramaturgo português. Nascido em Portugal, aos 10 anos migrou junto de seus irmãos para o Brasil, em específico, a província do Pará. Colaborou com diversas publicações periódicas, dentre elas, encontram-se: *O Panorama* (1837); *Revista Universal Lisbonense* (1841-1859); *Archivo Pittoresco: Semanário Ilustrado* (1857-1868); *Ribaltas e Gambiarras* (1881); e *O Pantheon* (1880-1881).

²⁵³ Ernesto Biester (Lisboa, 1829 - Lisboa, 1880) foi um empresário do Teatro Nacional D. Maria II, além de ter sido um escritor português de grande prestígio literário, jornalista, crítico literário e dramaturgo. Colaborou amplamente com o jornal *O Panorama*, sobretudo, durante os anos 1846 a 1856. Contribuiu de forma significativa com a revista *A Ilustração Luso-brazileira* em seu primeiro ano de publicação, tendo sido o autor de 54 textos e o principal autor da seção "Crônica semanal".

²⁵⁴ António Pedro Lopes de Mendonça (Lisboa, 1826 - Lisboa, 1865) foi jornalista, professor de literatura moderna, romancista e dramaturgo, onde se destacou mais amplamente no campo da crítica literária. Começou cedo sua carreira no mundo das letras, aos 14 anos fez a tradução de um romance de Alexandre Dumas e aos 17 publicou sua primeira obra original *Cenas da vida Contemporânea*. Mendonça chegou a ingressar na carreira naval e em 1846 participou do movimento dos setembristas. Foi, também, sócio efetivo da Academia Real das Ciências de Lisboa. Destacou-se como ativista social ao defender um socialismo utópico (com influências de, entre outros, Proudhon, Saint-Simon, Fourier e Louis Blanc) e romântico que buscava melhorar as condições de vida e de trabalho do operariado. Foi um escritor romântico e um pensador político-social que colaborou com diversos periódicos e publicou várias obras. Colaborou no jornal *A Revolução de Setembro* de 1846 a 1858, onde desenvolveu o gênero do folhetim tendo sido o introdutor deste gênero entre os portugueses. Junto com Sousa Brandão fundou, em 1850, o jornal *Eco dos Operários: revista social artística e litteraria* (1850-1851), principal jornal português a difundir o recente ideário socialista. Dentre os periódicos que Lopes de Mendonça colaborou, encontram-se, entre outros: *A Semana*, *Anais das Ciências e das Letras*; *A Quinzena: Literatura Modas e Teatros* (1851); *Revista Peninsular*; *Revista Universal Lisbonense*; e o jornal *O Panorama*. Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo VIII. Lisboa: Imprensa Nacional. 1867. p. 267-268.

²⁵⁵ António de Serpa Pimentel (Coimbra, 1825 - Lisboa, 1900), formado em matemática, foi jornalista, escritor e dramaturgo, ocupou o cargo de ministro e secretário de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 1859 a 1860, após esta função, foi conselheiro do tribunal de contas, tendo sido por diversas vezes reeleito deputado, apresentou forte atuação no governo da Monarquia Constitucional Portuguesa. Contribuiu com os periódicos *O Farol: Periódico de Instrução e Recreio* (1848-1849), o *Jornal do Comercio* e da *Correspondência de Portugal*, dentre outros.

²⁵⁶ Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (Lisboa, 1810 - Santarém, 1877) era político, jornalista, historiador, romancista e poeta. Foi considerado um dos introdutores e um dos maiores expoentes do romantismo em Portugal. Participou das lutas liberais que se desenvolveram a partir de 1828, fruto da dissolução das cortes e a revogação da carta constitucional por D. Miguel. Colaborou como Redator principal do jornal *O Panorama*, foi diretor do *Diário do Governo* e colaborou, ainda, com publicações como: *O Paiz* (1851), *A Pátria* (1853), *O Português* (1853), dentre outras. Cf. PEREIRA, Leonardo de Atayde. *O sentido de História para Alexandre Herculano: uma interpretação romântica (1830-1853)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10022010-154126/pt-br.php>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

²⁵⁷ Dentre os redatores encontram-se Francisco Romano Gomes Meira, A. D'Oliveira Marreca e Francisco Pereira D'Almeida, ambos não aparecem indicados como autores em nenhum dos textos publicados nos 03 volumes da revista *A Ilustração Luso-brazileira*. Sabe-se pouco sobre esses dois autores. Não foram encontradas por nós dados sobre suas biografias.

Os editores que colaboraram com a revista estão entre os principais autores contemporâneos de Portugal. Os mesmos são autores de dramas, de poesias, de artigos históricos, de romances e, também, atuaram no ramo jornalístico divulgando suas produções literárias. Além disso, o grosso dos grandes escritores portugueses do século XIX esteve associado à prática jornalística.²⁵⁸ As publicações periódicas serviam para o lançamento e reconhecimento dos autores, ofereciam, enfim, condições para formar um profissional de letras.²⁵⁹

Alguns além da atuação como escritor tinham cargos públicos, ou eram políticos de destaque, ou mesmo militares de carreira. Dentre as diversas obras, à venda, que são anunciadas na revista, várias foram escritas pelos mesmos autores que colaboravam com o periódico. Vários desses intelectuais, em geral, contribuíam com outras publicações periódicas e, muitos deles, já tinham cooperado ou, ainda, colaboravam com o jornal *O Panorama* (1837-1868). Esse amplo leque de contribuintes possibilitou com que a revista publicasse, sem atrasos, artigos versando sobre os mais diferentes assuntos.

Cada ano de publicação é referente a um volume, no primeiro volume o periódico contou com a colaboração de 32 autores diferentes²⁶⁰ e foram publicados 463 textos distintos, desse total em 181 não houve indicação de criador e nos outros

²⁵⁸ TRIGO, Salvato. Palavras prévias. In: AAVV (Eds.). *Jornalismo e literatura. Actas do II encontro Afro-Luso-Brasileiro*. 1986, Porto. Lisboa: Editorial Vega, 1988. p. 9-14. p. 13.

²⁵⁹ SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos. *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1988. p. 165.

²⁶⁰ O cooperador mais frequente nesse primeiro ano de publicação foi Ernesto Biester autor de 54 textos diferentes. Ernesto Biester publicou apenas 3 tipos de textos, são eles: 39 textos sob o título “chronica semanal”; 14 textos sobre análise literária; e 1 texto sobre assuntos diversos (Dentro desse grupo de textos sobre “assuntos diversos” estão textos de grande variedade temáticas, como, por exemplo: história natural, política, animais, plantas, modas, obituário, dentre outros). Os outros dois autores que mais colaboraram com a publicação foram o Andrade Ferreira e o R. A. de Bulhão Pato. Andrade Ferreira publicou 25 textos sendo 07 sobre temas diversos e 06 sobre artes, música e pintura, dentre os outros temas abordados por esse autor encontram-se: análise literária (04 textos); romances (02 textos); religiosos (02 textos); lugares (02 textos); arqueologia (01 texto); e crônica (01 texto). Raimundo António de Bulhão Pato publicou 20 textos desse total 16 são poesias, 01 é sobre temas diversos, 01 é sobre análise literária e o outro é sobre uma vila.

282 apareceram à autoria.²⁶¹ Dentre os principais colaboradores encontram-se: Ernesto Biester (54 artigos) e Andrade Ferreira (25 artigos).²⁶²

No segundo volume da revista (1858) foram publicados 455 textos distintos, desse total, em 380 não há indicação de autor e nos outros 75 aparecem à autoria.²⁶³ Nesse ano, ao todo, colaboraram com a revista 17 autores diferentes. Ignácio de Vilhena Barbosa (Lisboa, 1811 - Lisboa, 1890)²⁶⁴ foi o principal colaborador nesse segundo volume de publicação, sendo o autor de 49, do total de 75 artigos com indicação de criador.²⁶⁵

²⁶¹ Desse total de 282 textos com indicação de autor estão inclusos 79 textos assinados apenas com a inicial "M". Esses textos são de diferentes características e versam sobre múltiplos temas, sobretudo, 46 textos sobre variedades diversas, 10 textos de viés noticioso, 08 textos biográficos e 14 textos sobre lugares e monumentos, dentre outros. 08 textos assinados com a inicial "A", dentre esses textos assinados com a inicial "A" encontram-se 04 poesias, 01 texto sobre arte, 01 texto sobre vila, 01 texto sobre castelo e 01 texto biográfico. 04 textos tendo como indicação de autoria apenas a inicial "S" e um texto que sugere como autor as iniciais "F. P.". Vale lembrar que diversos textos foram publicados com continuidade em outros números é o caso, sobretudo, dos romances, que sempre ocuparam mais de um número, e da crônica semanal que fora publicada em quase todos os números nesse primeiro volume. A "Chronica semanal" abordou assuntos diferentes e, em geral, conectados com os acontecimentos ou apresentações teatrais que havia se sucedido naquela semana, principalmente, em Lisboa.

²⁶² Na sequência aparecem Raimundo António de Bulhão Pato (20 textos); L. A. Rebello da Silva (15 textos); Casimiro de Abreu (11 textos); e F. D. D'Almeida e Araujo (09 textos). Dentre os outros 24 colaboradores que também publicaram nesse primeiro volume da revista, lembrando que todos eles publicaram abaixo de 07 textos, encontram-se: R. Paganino (07 textos); Mendes Leal Junior (06 textos); C. J. Caldeira (05 textos); F. M. Bordalo (04 textos); e A. de Serpa (04 textos); Lopes de Mendonça (01 texto); Luiz Filipe Leite (04 textos); Luiz Augusto Palmeirim (03 textos); J. M. Latino Coelho (01 texto); J. de Torres (03 textos); A. Herculanio (01 texto); E. A. Calas (02 textos); Arturo de Marcoartu (01 texto); Augusto C. O. Braga (01 texto); Souza Monteiro (01 texto); J. A. Da Silva (01 texto); F. F. Benevides (01 texto); Camillo Castello Branco (01 texto); A. Da Silva Tullio (01 texto); João Guilherme Teixeira (01 texto); F. Soares Franco Júnior (05 textos); e M. Carvalho (03 textos).

²⁶³ Apresentam-se nos como um mistério e algo contraditório, tendo em vista os objetivos da revista no sentido de promover o desenvolvimento das letras em Portugal e no Brasil, a pouca indicação dos nomes dos autores que publicaram no segundo volume do periódico. Tanto no primeiro volume como no segundo encontram-se diversos textos sem indicação de autoria, mas, sobretudo no segundo essa indicação é muito escassa. Apenas 20 escritores colaboraram com a publicação em 1858, sendo que muitos destes publicaram apenas um texto.

²⁶⁴ Ignácio de Vilhena Barbosa (Lisboa, 1811- Lisboa, 1890) foi um arqueólogo, historiador e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Colaborou, também, com os periódicos *O Panorama* e o *Archivo Pittoresco*. Na revista *A Ilustração Luso-brazileira* Ignácio de Vilhena Barbosa escreveu sobre temáticas bastante distintas, sendo 24 textos sobre ilhas, vilas e cidades, 06 textos sobre edifícios, castelos e igrejas e 06 textos sobre lugares diversos, 01 texto biográfico, 01 texto militar e outros 07 textos sobre temas variados.

²⁶⁵ Alfredo Possolo Hogan foi o segundo autor que mais colaborou tendo publicado, ao todo, 06 textos. Alfredo Possolo Hogan publicou o romance-folhetim *Memórias do coração*, o texto *Galeria histórica* (apresenta a biografia e os feitos do príncipe de Tiberiade), duas poesias, publicou ainda os textos *A gravura* (apresenta a história das utilizações de gravuras simbólicas) e *O padre voador* (aborda os feitos científicos do Padre Gusmão na construção de um balão). Antonio Mendes Leal publicou 04 poesias, João Dantas de Sousa publicou 03 textos e J. J. Mendes Cavalleiro publicou 02 textos, o restante dos outros 15 autores publicaram apenas 01 texto nesse segundo volume. Os 15 autores que publicaram apenas um texto são: João d'Aboim; J. A. X. de Magalhães; Julio Cesar Machado; H. V. D (Provável que seja Henrique Van-Deiters); Marquez de Rezende; P. V. D.; N. V. D.; Lopes de Mendonça; Henrique Van-Deiters; A. H.; G. A. M.; F. M. Bordalo; e F. E. Leoni.

No terceiro volume o periódico contou com a colaboração de 32 autores e foram publicados 391 artigos, desse total em 192 não há indicação de autor, e nos outros 199 aparecem indicados à autoria. Assim como ocorrera no segundo volume, o principal contribuinte desse terceiro ano foi, também, Ignácio de Vilhena Barbosa.²⁶⁶ Ele é o criador de 91 do total de 199 artigos em que aparece a indicação de autoria. J. I. d'Araujo foi o segundo autor que mais cooperou nesse ano, tendo publicado 22 poesias.²⁶⁷

A atividade jornalística conferia a esses intelectuais um meio privilegiado de projetar publicamente suas ideias e agrupar pessoas em torno delas. Assim como, ascender socialmente, atingir notoriedade pública, e em muitos casos, construir uma carreira política e ocupar altos cargos na administração pública, inclusive no governo. Além de atingirem posição de destaque e relevo no meio intelectual, os jornalistas, viam abrirem-se lhes as portas da alta burguesia, da aristocracia e de novos espaços de sociabilidade.²⁶⁸ Apesar de todos os ganhos, o trabalho de jornalista não era algo

²⁶⁶ Ignácio de Vilhena Barbosa publicou textos sobre temáticas bastante diversas, sendo a maioria de seus textos sobre vilas e cidades, 51 textos no total, dentre as outras temáticas publicadas pelo autor encontram-se: 16 textos abordando temas como as praças, residências, pontes, estradas, rios, monumentos, lugares, fortes, etc.; 10 textos falando sobre edifícios, igrejas, castelos, hospitais, palácios, residências, etc. Dentre os textos publicados pelo autor nesse terceiro volume destacam-se: *Personagens históricas*, nesse texto Vilhena Barbosa apresenta diversos trajes usados nas diferentes épocas e por diferentes nações sendo os trajes ilustrados nas gravuras que acompanham o texto; o texto histórico sob o título *A última tentativa dos holandeses contra a cidade da Bahia*; o texto *Lendas nacionais*; os contos sob o título *Contos populares da Irlanda*; e o texto *Personagens históricos*, onde o autor narra a biografia de diversos personagens históricos.

²⁶⁷ Alfredo Possolo Hogan e Henrique Van-Deiters publicaram 14 artigos, cada um. Alfredo Possolo Hogan publicou 07 poesias e dentre os outros textos publicados sobressaem-se: o romance *Memórias do coração*; o texto sob o título *Educação*; o texto histórico relatando as biografias e os feitos dos participantes das cruzadas, sob o título *Galeria histórica*; o texto *A propriedade litteraria*, onde o autor faz uma reflexão sobre as propriedades das obras literárias; o romance-folhetim *Dois mulheres da época*; além de diversas poesias, incluindo uma sobre o Brasil, sob o título *Canção da commedia drama, As Brasileiras*. Dentre as publicações de Henrique Van-Deiters destacamos: as poesias *O engeitado* e *A Mundanaria*; a lenda *O judeu errante*; o conto, *Nas ruínas*; a fábula indiana sob o título *Arzeb*. Francisco Serra publicou 08 textos, sendo 05 poesias; o drama comédia *O amor e o dever*; o conto *Fragmento*; e uma nota de falecimento do doutor José Manuel da Veiga. F. E. Payant publicou 06 textos onde destacamos a publicação do texto de análise literária sob o título *Esboço sobre a literatura inglesa*. 06 textos foram publicados com indicação de autoria das iniciais "G. A. M.", onde podemos destacar, a resenha literária *O genio da língua portuguesa*. Os outros 16 autores que contribuíram com a revista nesse terceiro volume publicaram 04 ou menos textos, são eles: Lopes de Mendonça (04 textos); Antonio Maria Garcia Junior (04 textos); Hipolito Pereira Garcez (02 textos); A. H. d'Oliveira Pires (02 textos); J. R. d'Oliveira Santos (02 textos); J. C. L. (01 texto); F. S. (01 texto); Marquez de Resende (01 texto); B. (01 texto); Moreira (01 texto); Pinto Neves (01 texto); Joaquim Rodrigues Guedes (01 texto); Antonio Mendes Leal (01 texto); José de Torres (04 textos); F. M. B. (01 texto); J. J. Mendes Cavalleiro (01 texto); F. M. Bordalo (01 texto); J. C. da Costa (01 texto); Alfredo d'Ataide (01 texto); José da Silva Mendes Leal Junior (01 texto); F. D. d'Almeida Araujo (01 texto); B. S. Magalhães (01 texto); M. P. da Fonsaeca e Castro (01 texto); M. J. Pereira Marinho (01 texto); Antonio Mendes Leal (01 texto); e Alfredo Pires (01 texto).

²⁶⁸ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 848.

fácil. A esse respeito chama à atenção acerca da cooperação desses escritores para os periódicos, um artigo escrito por Ernesto Biester e publicado no número 29 do primeiro volume, que discorre sobre o tempo que o trabalho jornalístico toma dos escritores, algo em torno de 04 a 05 horas por dia, e o quanto isso é prejudicial para o desenvolvimento de sua carreira literária. Segundo Biester, três qualidades são prejudiciais para o trabalho na imprensa, são elas: a “consciência”, o “brio” e o “pundonor”. Para ele, os adeptos desse ofício acabam por terem que se sujeitar a uma condição imposta que é olhar aos fins, sem atentar aos meios. Conclui que, alguns autores que se envolveram nesse “tirocínio” jornalístico ou abandonaram o ofício ou sentiram-se indignados com o que lá encontraram.²⁶⁹

Essa ampla colaboração dos intelectuais possibilitara com que a revista pudesse se destacar por possuir uma vasta gama temática em seus números, tendo publicado romances, lendas, contos, ensaios, fábulas, escritos sobre teatros, lugares na natureza, cachoeiras, rios, narrativas de viagens, fatos diversos, instruções, artigos científicos, artísticos, embarcações, textos sobre personalidades contemporâneas, políticos, escritores e militares de diversos países e, sobretudo, portugueses. Tendo por diversas vezes publicado o retrato desses sujeitos, além de reflexões sobre política (pouco sobre a política do período), história, documentos históricos, achados arqueológicos, gravuras diversas, instituições de arte (como a Academia Real de Belas Artes de Lisboa), cultura, artes cênicas, administração pública, progressos técnicos e científicos, aforismos e informações etimológicas, religião e instituições religiosas, castelos, templos, cidades, vilas, ilhas, aldeias, povos, edificações, animais, plantas, obituários, músicas, arquiteturas, modas e notícias bibliográficas referentes a livros publicados pelo editor da revista. Além disso, fora publicado uma variedade de artigos dispersos e não recorrentes que versavam sobre os mais diferentes assuntos.²⁷⁰

²⁶⁹ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 29, 19 jul. 1856. p. 227.

²⁷⁰ Como exemplo desses textos, podemos citar os artigos: *Peixes andarilhos*, que fala sobre a existência na China de três espécies de peixes que conseguem andar sobre as ervas húmidas fazendo assim um longo caminho de uma ribeira à outra; *Cães contrabandistas*, esse texto descreve o funcionamento do contrabando e a utilização de cães para as práticas dos contrabandos; *Os zerdos*, espécie de animal mamífero e carnívoro encontrado na África; *Sphinge*, texto sobre as esfinges; *Os peixes electricos*, estudo acerca da eletricidade animal; *Pesca do coral*, fala sobre a pesca e o comercio do coral em diversas partes do mundo; o texto histórico *Quanto valia ter rabicho no anno de 1799*, fala como que o uso do rabicho foi considerado ser um bom vassalo e católico fiel a majestade durante o período da contra revolução de Nápoles no ano de 1799; *Valor da prática*, discorre sobre os benefícios advindos do domínio do ofício; o texto, sem título, que fala sobre a

Para sistematizar a ampla gama temática e a quantidade de artigos livres publicados sobre cada assunto fizemos uma divisão em 11 grupos, reunindo em cada um dos grupos escritos separados por afinidade de conteúdo, assim como fizemos uma separação para as 04 seções.²⁷¹ Diversos artigos contem temas que fazem parte de mais de um grupo, nesse caso, para fins de classificação, escolhemos o tópico central. Abaixo segue uma tabela e um gráfico ilustrativo contendo as 15 repartições e a quantidade e porcentagem de textos que foram publicados nos três volumes da revista *A Ilustração Luso-brazileira* (1856, 1858, 1859).

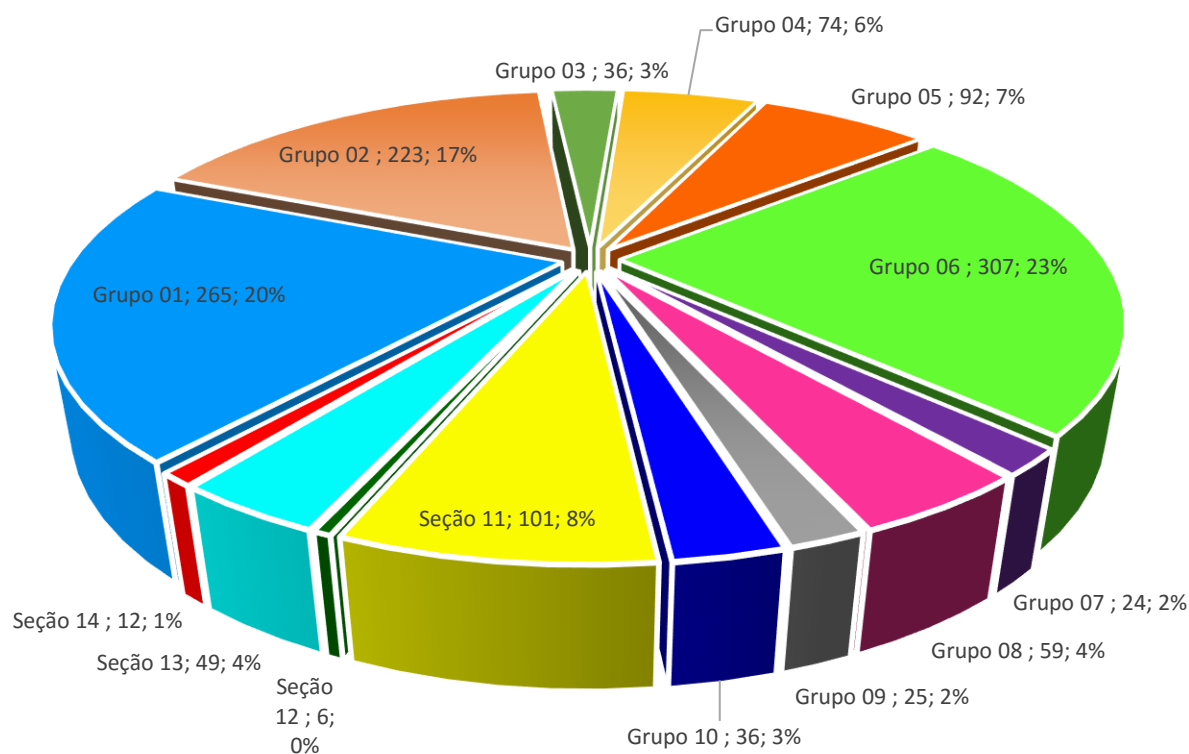
Artigos livres.	QUANTIDADE DE ARTIGOS LIVRES PUBLICADOS EM CADA ANO POR GRUPO TEMÁTICO.				
	Volume 01 (1856)	Volume 02 (1858)	Volume 03 (1859)	TOTAL	%
Grupo 01 - (Textos diversos).	90	119	56	265	20,2%
Grupo 02 - (Produção literária).	70	58	95	223	17%
Grupo 03 - (Textos e ensaios de análise e crítica literária).	29	01	06	36	2,7%
Grupo 04 - (Textos de viés biográfico).	37	30	07	74	5,6%

aquisição da sociedade zoológica de Londres de um casal de Gansos-cisnes da Austrália, espécie rara e em extinção; e o texto *A arvore do leite*, arvore que produz uma espécie de leite, dentre outros.

²⁷¹ Os artigos sobre temáticas muito diversas foram todos enquadrados na primeira seção. A classificação dos textos por temas fora feita de acordo com a definição dada pela própria revista, pelos autores Benedita de Cássia Lima Sant'Anna e Mauro Nicola Póvoas ou por nós mesmos. Os textos classificados por nós foram feitos de acordo com os temas centrais, lembrando que diversos textos falaram sobre vários temas.

Grupo 05 - (Textos sobre edifícios, igrejas, castelos, hospitais, palácios, instituições, residências, etc.).	28	33	31	92	7,02%
Grupo 06 - (Textos sobre lugares públicos).	85	107	115	307	23,3%
Grupo 07 - (Textos religiosos “cristianismo”).	08	15	01	24	1,8%
Grupo 08 - (Textos sobre história, documentos históricos e sobre achados arqueológicos).	17	19	23	59	4,4%
Grupo 09 - (Textos sobre progressos técnicos, invenções, estradas de ferro, telégrafos, etc.).	14	11	00	25	1,9%
Grupo 10 - (Textos sobre artes, Teatros, músicas, arquiteturas, danças, pinturas, etc.).	18	13	05	36	2,7%
Seções.	Quantidade de seções publicadas em cada ano.				
	Volume 01 (1856)	Volume 02 (1858)	Volume 03 (1859)	TOTAL	%
Seção 11 - (História da atualidade).	00	49	52	101	8,2%
Seção 12 - (Noticiário).	06	00	00	06	0,6%
Seção 13 - (Crônica semanal).	49	00	00	49	3,7%
Seção 14 - (Revista Política)	12	00	00	12	1,4%
TOTAL DE TEXTOS PUBLICADOS.	463	455	391	1309	100%

Gráfico 01 – A Ilustração Luso-brazileira (1856; 1858-1859).



(O gráfico acima é um complemento da tabela, o primeiro número que aparece corresponde ao grupo temático ou seção, o segundo à quantidade de textos e o terceiro à porcentagem aproximada, por exemplo, o grupo 01 do gráfico de pizza agrupa os textos diversos, os quais somam ao todo 265 artigos livres, o que representa 20% das publicações).

A disposição dos artigos revela a preponderância que teve as publicações sobre conhecimentos diversos, noticiosos, sobre cidades, lugares e os escritos literários. As produções literárias, em termos quantitativos, somam 17 por cento das publicações, porém, vale lembrar que a maioria foi publicada tendo sequência em diversos números. No surto literário da imprensa do período a poesia teve forte presença. Na revista soma 12,7 por cento dos textos.²⁷² Focando frequentemente,

²⁷² No primeiro volume da revista foram publicados ao todo 51 poesias versando sobre temas e assuntos diversos. Os dois principais autores que publicaram poesias foram o R. A. de Bulhão Pato, que publicou 16 poesias e o Brasileiro Casimiro de Abreu, que publicou 10 poesias. Havia variações quanto às datas das poesias, algumas não indicavam data, outras eram de 1851, algumas de 1852,

numa perspectiva progressista, questões humanitárias como a pena de morte, a escravidão e assuntos sociais como os especuladores da alta burguesia e a corrupção. Contribuía deste modo, para fomentar a opinião pública nos grandes debates que ocorriam nos espaços de sociabilidade acerca dos temas presentes desde o princípio da década de 1850. Essa poesia, em geral feita por jovens, tem uma atitude mais crítica do que a sua predecessora, com repúdio do lirismo piegas e do formalismo literário. De algum modo, pode se considerar, como sinal precursor de novas correntes.²⁷³

A poesia foi o campo estético mais adequado à objetivação do “eu” romântico. A grande maioria da poesia romântica tinha perdido a força lírica que outrora tivera com Garret e Herculano. Caindo em repetições de imagens e metáforas em que a morte e o amor-paixão se tornaram dominantes sob um contexto medievalista, ou inspirado no exótico ou no folclore. Desse modo, iam ao encontro das sensibilidades de um público burguês letrado, cujo gosto, entretanto, ajudava a formar.²⁷⁴ Na revista soma 12,7 por cento dos textos²⁷⁵ e, dentre os temas presentes nas poesias, para além do culto ao amor romântico e à morte, encontram-se ainda: solidão do homem em confronto com a imensidão do universo e de Deus; natureza exótica; religião; o pecado; o horizonte apocalíptico da escatologia cristã; a busca pelo perdão; referências biográficas; saudades; moralização; esperanças; despedidas; e flores, dentre outros tópicos.

algumas de 1854, e outras de 1855 e 1856. No segundo volume da revista publicaram-se 41 poesias, 22 sem indicação de autor. O autor que mais contribuiu com a publicação de poesias era Antonio Mendes Leal, autor de quatro poesias. No ano de 1859 ocorrera um acentuado aumento no número de poesias publicadas, passando de 41 poesias em 1858 para 74 poesias em 1859, estão inclusos entre essas 74 publicações alguns sonetos. Desse total, 10 não apresentaram a indicação de autor. Os autores que mais contribuíram foram o J. I. d'Araujo (22 poesias), Henrique Van-Deiters (11 poesias) e Alfredo Hogan (07 poesias).

²⁷³ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 810.

²⁷⁴ CATROGA, Fernando. *Op. cit.*, p. 475-477.

²⁷⁵ No primeiro volume da revista foram publicados ao todo 51 poesias versando sobre temas e assuntos diversos. Os dois principais autores que publicaram poesias foram o R. A. de Bulhão Pato, que publicou 16 poesias e o Brasileiro Casimiro de Abreu, que publicou 10 poesias. Havia variações quanto às datas das poesias, algumas não indicavam data, outras eram de 1851, algumas de 1852, algumas de 1854, e outras de 1855 e 1856. No segundo volume da revista publicaram-se 41 poesias, 22 sem indicação de autor. O autor que mais contribuiu com a publicação de poesias era Antonio Mendes Leal, autor de quatro poesias. No ano de 1859 ocorrera um acentuado aumento no número de poesias publicadas, passando de 41 poesias em 1858 para 74 poesias em 1859, estão inclusos entre essas 74 publicações alguns sonetos. Desse total, 10 não apresentaram a indicação de autor. Os autores que mais contribuíram foram o J. I. d'Araujo (22 poesias), Henrique Van-Deiters (11 poesias) e Alfredo Hogan (07 poesias).

Foram publicados diversos artigos de análise e crítica literária.²⁷⁶ Tais escritos, em geral, buscaram noticiar a publicação de obras importantes em Portugal e outras localidades. São artigos bastante informativos, contendo algumas críticas, mas o que se sobressaíram foi uma breve apresentação dos autores, suas biografias, formações, influências, obras importantes publicadas e, sobretudo, elogios diversos aos escritores e aos livros analisados. Algo comum era a reprodução de pequenos trechos das obras no sentido de dar ênfase aos enaltecimentos acerca da importância destas.

Os artigos de caráter noticiosos apareceram em apenas três tipos de seção, são elas: “Revista política”; “Noticiário” e “Crônica semanal”.²⁷⁷ Os escritos sob a rubrica “revista política” e “noticiário” abordaram, sempre que apareceram publicados, notícias sobre o que estava acontecendo em diversas regiões do mundo, que o diretor achou interessante publicar.

Os escritos sob o título “Revista política” apareceram em 12 publicações, à primeira delas foi ao primeiro número da revista e o último foi no número 15. Em todos esses artigos o principal assunto discorrido foi a Guerra da Criméia.²⁷⁸ Quanto à autoria, 10 foram assinados apenas com a inicial “M.” e os outros dois não apresentaram autoria. Não existiu uma página específica para que essa publicação aparecesse, ora veio na primeira página da publicação, ora em outra página aleatória e ora na última página. Em síntese, esses artigos traçaram um panorama histórico das guerras e conflitos espalhados pela Europa, deram atualizações sobre a Guerra da Criméia, apresentaram um panorama sobre as reuniões que foram acontecendo em Paris para tratar as negociações de paz e estabeleceram os balanços acerca dos desfechos e perdas acarretados por essa batalha.

²⁷⁶ Dentre esses textos destacamos: *Revista literária* escrito por Luiz Filipe Leite; *Uma viagem pela literatura contemporânea (Oferecida ao s.r. A. Herculano)* L. A. Rebello da Silva escrito por Ernesto Biester; *D. Manuel José Quintana e a literatura castelhana moderna* escrito por J. M. Latino Coelho; *Revista literária do ano de 1855*, escrito por Andrade Ferreira; e *Os homens de ciencias contemporâneos. João José Pereira*, escrito por Rodrigo Paganino; *Esboço sobre a litteratura inglesa*, escrito por F. E. Payant; *Litteratura portuguesa*, sem indicação de autor; e os textos *Milton* e *Oliver Goldsmith*, ambos do autor Lopes de Mendonça.

²⁷⁷ Uma exceção encontra-se no número 24 onde sob o título “Miscellanea” estão agrupadas notícias diversas onde não aparece o nome do autor, mas apenas a inicial “M”.

²⁷⁸ A exceção foi o número 07 onde a “Revista política” abordou somente a história dos congressos diplomáticos. No número 04 do primeiro volume da “Revista política” Além da Guerra da Criméia aborda também as exposições universais que estavam acontecendo em Paris. No número 12 aborda, também, a notícia da gravidez da Imperatriz dos franceses e notícias sobre os desentendimentos que estavam ocorrendo entre Inglaterra e os Estados Unidos da América.

Os textos sob a rubrica “Noticiário”²⁷⁹ apareceram em 07 publicações, sempre na última página da revista e sem indicar autoria. A primeira aparição se deu no número 01 da revista e a última no número 07. Os assuntos tratados foram diversos, como, por exemplo: viagens do ministro dos negócios estrangeiro de Portugal; notícias referentes à Guerra da Criméia e sobre o papel da imprensa na cobertura desse conflito;²⁸⁰ apontamentos sobre um naufrágio nas costas marítimas do reino; notícias sobre a prorrogação da lei para troca e giro das moedas de ouro e prata, cuja ordem foi retirar de circulação, etc.

Quanto aos artigos designados “Crônica semanal”, esses apareceram em 49 dos 52 números publicados nesse primeiro volume.²⁸¹ Quase sempre a crônica semanal vinha na última página da publicação. Desses 49 artigos, 09 não apresentavam nome de autor, em um o autor foi o Andrade Ferreira, os outros 39 foram escritos pelo Ernesto Biester. O conteúdo noticioso apareceu em algumas dessas publicações. Em boa parte deles o que se sobressaíram foram análises críticas versando sobre alguns assuntos diversos, mas, sobretudo as apreciações recaíram sobre as peças de teatro apresentadas em Portugal e com relação à atuação dos atores. A seção “Crônica semanal” visou, em especial, manter bem informado o leitor português e brasileiro sobre os acontecimentos semanais relacionados às produções culturais, principalmente, de Lisboa. Dentro dessas atualidades no campo da produção cultural era dado especial destaque para as produções relacionadas às artes cênicas.

A partir do número 43, desse primeiro volume, a seção “Crônica semanal” mudou de tom e passou apenas a indicar o nome de algumas companhias teatrais e em qual teatro elas apresentariam. Do número 43 em diante as análises sobre as peças teatrais que se apresentavam na semana e sobre a atuação dos atores deixam de aparecer. Os artigos passaram a divulgar somente notícias diversas sobre múltiplos assuntos e de diferentes países e continentes. Cada notícia era apresentada

²⁷⁹ No número 07 o texto sob a rubrica noticiário adverte para o fato de que as questões políticas de Portugal, a qual, segundo está escrito, não é foco do Jornal, só serão dadas as que se referirem a assuntos econômicos ou de grande vulto.

²⁸⁰ A Guerra da Criméia teve ampla cobertura na imprensa do período. Sobre a relação entre o conflito e a imprensa escreveu Jorge Pedro Sousa e Bernard Lewis. Cf. SOUSA, Jorge Pedro. Uma breve História do jornalismo no Ocidente. *BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação* [online], Covilhã – Portugal, p. 01-284, 2008b. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2016. p. 114-115; LEWIS, Bernard. *O que deu errado no Oriente Médio?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 60-63.

²⁸¹ A crônica semanal apenas não apareceu nos números 24, 34 e 52 do primeiro volume da revista.

em apenas um parágrafo, sem divisão por subtítulos, e trazia notícias variadas, no geral, sem relações diretas entre si.

Até o número 44 os textos “Crônica semanal” foram escritos por Ernesto Biester, exceto no número 40 onde o artigo foi escrito por Andrade Ferreira. Do número 45 em diante não apareceram os nomes dos autores que escreveram e, como afirmado acima, ocorreu uma mudança clara de tom e o conteúdo passou a ser, principalmente, noticioso.²⁸² O que nos deixa algumas indagações, como, por exemplo, o que teria motivado os editores e as pessoas responsáveis pela publicação a realizarem essa mudança no perfil do texto? Quais os motivos que fizeram com que o escritor Ernesto Biester parasse de escrever a “Crônica semanal”? Teria ocorrido algum desentendimento entre o escritor e o dono da publicação? Haveria alguma influência financeira no sentido de dificuldades no pagamento do cronista, dentre outros autores? Ou teria sido uma exigência dos assinantes? O fato é que no segundo e terceiro volumes da publicação a “Crônica semanal” não apareceu, assim como não houve uma justificativa para o fim de sua publicação.²⁸³

Os textos noticiosos foram publicados em 49 dos 52 números da revista no ano de 1858, sempre sob a rubrica “História da atualidade” e, desses 49, nenhum apresentou indicação de autor. Tais artigos foram inseridos sempre na primeira página, em alguns números alcançando, também, a segunda página.²⁸⁴

Os artigos sob a rubrica “História da atualidade” publicados no segundo e terceiro volumes são semelhantes aos publicados no primeiro volume sob a rubrica “Revista política” e “Crônica semanal” (do número 45 em diante).²⁸⁵ A “História da atualidade” não divulgava as atualidades culturais produzidas em Portugal e em outros países, assim como, não trouxe os últimos acontecimentos relacionados às artes cênicas e nem as análises sobre as peças teatrais e à atuação dos atores que se

²⁸² Ao todo foram publicados 39 artigos sob a rubrica “Crônica semanal” com autoria de Ernesto Biester.

²⁸³ Não houve nenhum artigo com a indicação de autoria de Ernesto Biester nem no segundo e nem no terceiro volumes de publicação da revista.

²⁸⁴ A exceção foi no número 22 onde o texto “História da atualidade” foi publicado nas 06 primeiras páginas do total de 08 páginas, o motivo desse texto longo sobre a atualidade foi à ampla cobertura dada, na revista, da cerimônia e dos festejos que estavam acontecendo em Portugal em comemoração à chegada da rainha D. Esthephania à Barra do Tejo, após o casamento com o rei D. Pedro V, assim como, foi reproduzido nesse texto o discurso que a câmara municipal de Lisboa dirigiu ao rei D. Pedro V e a resposta dada pelo rei na câmara.

²⁸⁵ Isto é, apenas no período em que os textos “Chronica semanal” passaram a serem textos noticiosos, ou seja, a partir da publicação do número 45 em diante quando há uma mudança clara de tom e o conteúdo passa a ser, sobretudo, noticioso.

apresentaram na semana. Esses textos, ao longo dos 49 números no segundo volume e 52 no terceiro em que foram publicados, detiveram-se a divulgar somente notícias diversas sobre assuntos múltiplos e de diferentes países e continentes.²⁸⁶ O que fez jus ao título da publicação encadernada, que foi: “Jornal universal”. Cada notícia era apresentada, comumente, em apenas um parágrafo sem divisão por subtítulos. Esse formato de escrita e apresentação das notícias se deu, provavelmente, pelo fato das informações chegarem a Portugal por meio dos telégrafos elétricos.

Os textos sob o título “Crônica semanal” foram presença constante na revista, no seu primeiro ano de publicação, e, sempre foram publicados na última ou antepenúltima página do semanário. Antes de se tornarem apenas noticiosos, tinham como características o fato de serem escritos por um único autor, Ernesto Biester, exceto no número 40 em que foi escrito por Andrade Ferreira. Com isso torna-se possível afirmar que o leitor pode ter se familiarizado e acostumado com esse tipo de publicação, já que era um artigo bastante regular, publicado em praticamente todos os números e com características semelhantes em cada publicação. A “Crônica semanal” veiculou em suas páginas atualidades dos acontecimentos semanais, sobretudo culturais, e com especial enfoque sobre os acontecimentos relacionados com as artes cênicas. Sempre com comentários, análises e resenhas sobre os dramas e a atuação individual dos atores, sobretudo feitas por Ernesto Biester. O qual desenvolveu ao longo desses artigos, narrativas com um forte teor nacionalista e anti-ibérico. Se contrapondo, desse modo, ao nacionalismo ibérico, veiculado por partes da intelectualidade lusa.

De modo geral se voltavam para os acontecimentos de Portugal, especialmente, de Lisboa, todavia existiram diversos casos em que as análises se recaiam sobre as produções culturais de outros países, sejam eles: franceses, ingleses, italianos, espanhóis, etc. Outra característica marcante era a forte tendência de valorização das produções nacionais, ocorrendo, em alguns casos, críticas à tendência dos portugueses em imitarem as produções francesas sem valorizar o nacional. Ao mesmo tempo em que a todo o momento era denunciado o atraso em que vivia Portugal com relação às produções culturais e o quanto eram escassos os autores de dramas no país. Apareceram nesses textos reflexões sobre as deficiências

²⁸⁶ Houve alguns números em que apenas foram citadas as companhias de teatro que havia apresentado na semana, mas sem uma análise aprofundada da apresentação e desempenho das mesmas.

de criações de novas obras literárias e poéticas em Portugal e críticas a alguns escritores portugueses.

Estiveram presentes, nesses artigos, igualmente, preocupações com a necessidade de que existisse mais repertórios portugueses nos teatros nacionais, assim como, surgiram reflexões acerca da necessidade de se valorizar e fornecer subsídios para os autores dos dramas. No número 33 a crônica semanal noticiou e comentou a respeito das diversas agitações populares que estavam acontecendo em Lisboa. Os protestos eram contra a carestia do pão e tinham como gritos de ordem: “viva D. Pedro V” e “abaixo os monopolistas”. Dentre as reivindicações encontravam-se pedidos de redução do preço do pão. Esses protestos foram violentamente reprimidos pelas forças armadas.²⁸⁷ Esse é um exemplo dos tipos de temas abordados, mas, de forma geral, o que se sobressaíram foram as análises e resenhas críticas sobre as peças teatrais encenadas, principalmente, no Teatro de D. Maria II, em Lisboa.

No primeiro volume da revista foram publicados 37 artigos biográficos, sem uma página específica de publicação. Geralmente buscava mostrar quem era o sujeito, sua origem familiar, infância, sua formação, trabalhos desenvolvidos, e ponderações sobre seus livros escritos. No segundo volume foram divulgados 30 artigos biográficos. No terceiro volume houve uma queda acentuada na publicação desses textos, essa diminuição acompanhou a tendência que já vinha desde o primeiro volume, tendo sido publicado apenas 07 escritos dessa natureza. As biografias foram sobre: personalidades históricas, reis, príncipes, políticos, militares, barões, religiosos, escritores, médicos, cientistas, dentre outros.

Há na revista um claro alinhamento com os preceitos do cristianismo. Ao longo dos três volumes foram publicados 24 artigos religiosos, praticamente todos sobre o cristianismo. Também estiveram presentes diversos textos sobre edifícios da Igreja católica. Expondo a localização, história e descrição detalhada do interior, exterior e arquitetura, assim como, diversos desses edifícios foram representados nas gravuras,

²⁸⁷ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 33, 16 ago. 1856. p. 264.

como, por exemplo, a Igreja de Santa Eugenia,²⁸⁸ em Paris, e uma imagem da Basílica do Coração de Jesus.²⁸⁹

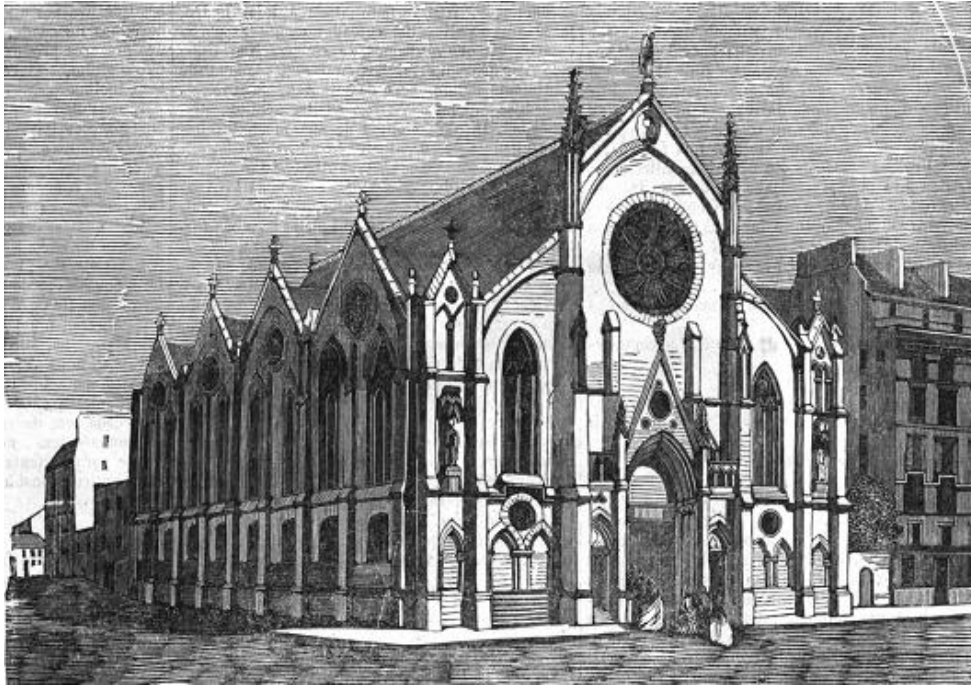


Figura 05. *Igreja de Santa Eugenia*. [Xilogravura]. Fonte: *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 04, 23 jan. 1858. p. 28.



Figura 06. *Basílica do Coração de Jesus*. [Xilogravura]. Fonte: *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 35, 28 ago. 1858. p. 276.

²⁸⁸ A Igreja de Santa Eugenia é um edifício arquitetado pelo Senhor Boileau com uma arquitetura que une as tradições da arte ogival com os materiais que a Idade Média não usava empregar. Descrição detalhada desse edifício encontra-se no artigo *Egreja de Santa Eugenia, em Paris*. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 04, 23 jan. 1858. p. 27-30.

²⁸⁹ Edifício inaugurado em 1790. A história e uma descrição pormenorizada dessa Basílica encontram-se no artigo *A rel Basílica do Santíssimo Coração de Jesus*. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 35, 28 ago. 1858. p. 279-280.

O cristianismo se fez presente na maioria dos artigos,²⁹⁰ sejam eles literários, instrutivos, noticiosos, sobre esculturas, pinturas, teatros, etc. Diversas gravuras representam imagens diretamente ligadas com o cristianismo. Houve poucas abordagens sobre outras religiões, como é o caso, por exemplo, do texto sobre a inauguração do templo de Saint-Dié, religião protestante na França e do artigo *Uma Rua de Moka* que fala sobre Maomé e o Alcorão.

Transposto o período de retração que se seguiu às revoluções liberais na Europa, a Igreja retomou a investida contra a apatia dos cristãos e o ateísmo que se manifestava com expressão em diversos movimentos de livre pensamento, socialismo, democracia, republicanismo e cientificismo. Nesta batalha, a Igreja emergiu como o último reduto dos valores da sociedade tradicional. Após o período revolucionário da década de 40, a reação clerical e religiosa reacendeu-se ainda com mais força em diversos países, incluindo Portugal. A questão religiosa, a par da polêmica política, assumiu importância mediante o que se dizia representar o avanço dos ataques aos valores perenes da Igreja e a descrença. Os periódicos mais conservadores, sobretudo os legitimistas, foram veículos de relevo na defesa da Igreja tradicional.²⁹¹

Diversos artigos pró e contra a Igreja foram veiculados na imprensa do período nesse grande combate que envolvia a questão religiosa. Num contexto em que as preocupações com o desenvolvimento material são dominantes, a Igreja era alvo de sucessivos ataques pelos liberais, que almejavam abolir as suas regalias e privilégios seculares. Neste sentido, os cristãos saem em defesa da Igreja, “(...) em luta contra os que pretendem restabelecer o poder “maldito” de satanás (...)”, nesta linha destacando-se: *A Missão Portuguesa: Jornal Religioso* (1854-1856).²⁹² O que explica

²⁹⁰ Um exemplo desse alinhamento encontra-se no texto publicado por Rodrigo Paganino onde o autor teceu reflexões acerca da influência que a religião católica e o clero deveriam exercer, e já exerciam, sobre a educação. O texto *A vaca dos cornos de ouro* (reprodução da fábula de Argus), publicado no primeiro volume, é ilustrativo desse alinhamento com os preceitos moral do cristianismo, esse texto fora uma metáfora sobre a religião e expressara um esforço da Igreja no sentido de extrair de tudo um ensino dogmático. Souza Monteiro publicou, no primeiro volume, um importante texto sobre a história do período medieval e a religião católica sob o título *A idade média e a Igreja Católica*.

²⁹¹ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 757.

²⁹² TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 757-758.

a ampla presença da religião na revista *A Ilustração Luso-brasileira*. Com destaque para a polêmica em torno das irmãs francesas de caridade.

Ao longo dos três volumes foram publicados 92 artigos sobre edifícios, tais como, igrejas, mosteiros, castelos, hospitais, palácios, residências, etc. Como características gerais ofereciam aos leitores as suas localizações, um pouco de suas histórias, assim como, uma descrição detalhada do interior, exterior e arquitetura dos mesmos. Por vezes foram, também, escritos quais acontecimentos e personagens históricos tiveram alguma relação com aqueles edifícios, principalmente no que diz respeito aos castelos e palácios. Em diversos casos ocorreu à representação do edifício na gravura acompanhando o texto.

A revista publicou fartamente em seus três anos de circulação artigos sobre lugares públicos, como, por exemplo, ilhas, vilas, aldeias, cidades, praças, pontes, rios, etc. A grande maioria desses escritos abordavam regiões portuguesas, porém alguns não se referiam a Portugal, dentre essas publicações sobressaem-se a importância dada por parte dos editores ao Império Chinês. Diversos artigos trouxeram curiosidades, história e fatos sobre a China, por vezes denominada, pela revista, como “Reino das flores”.

O principal autor dos artigos sobre a China foi o jornalista C. J. Caldeira e a principal região abordada foi Macau, que fora colonizada e administrada por Portugal durante um longo período. No artigo *Reino das Flores* existe a menção sobre o fato de que na China não foram desconhecidas às aspirações para, por meio de profundas reformas na organização social, conseguissem melhorar as condições de vida do povo. Segundo Caldeira, as ideias socialistas já se fizeram presentes e tinham estado muito em voga na China no século XI, onde produziu muita agitação. O líder popular que encabeçara essas ideias fora o reformista Wang-ngan-ché que formou escola e tornou-se chefe dos partidários dessas ideias reformistas tendo sido chamado ao poder por um Imperador da dinastia dos Tong e posto em prática algumas de suas ideias inovadoras. Segundo os princípios que professara o líder Wang-ngan-ché o estado devia apoderar-se de todos os recursos da nação, para evitar a exploração do homem pelo homem, e impedir que as classes laboriosas fossem oprimidas pelos ricos “ociosos”.²⁹³

²⁹³ Em suma o seu sistema buscou nivelar as fortunas e as condições dos indivíduos e, segundo C. J. Caldeira, no seu desenvolvimento apresentara diversas ideias, teorias ou utopias do moderno socialismo. As reformas efetivadas por Wang-ngan-ché não obtiveram resultados e, por fim, foram os

Foram publicados, também, 36 artigos tendo como temas centrais: teatros, músicas, arquiteturas, danças, pinturas, etc. Alguns se ocupavam em estabelecer uma descrição detalhada de alguma obra de arte e apresentava um pouco das características do seu autor.²⁹⁴ Os escritos dessa natureza foram ao encontro dos interesses e objetivos da revista no sentido de buscar a promoção e o desenvolvimento das artes nacionais em Portugal.²⁹⁵

Nos dois primeiros volumes foram publicados 25 artigos sobre temas como: progressos técnicos, invenções, estradas de ferro, telégrafos, etc. Escritos sobre esses temas não foram publicados no terceiro ano. Publicaram-se, ainda, 265 textos de instruções diversas e curiosidades versando sobre uma multiplicidade temática enorme, dentre esses temas, destacamos: história natural, política, animais, plantas, modas, educação, obituário, etc.²⁹⁶

Vale destacar dois outros temas que apareceram na revista e encontravam-se intimamente ligados as preocupações do momento: a caridade e a febre amarela. A revista manifestou em algumas ocasiões apoio à caridade. Um exemplo desse apoio encontra-se na publicidade dada, no primeiro volume da revista, sobre a *Festa no passeio público em favor das casas de asilo da infância desvalida de Lisboa*. Nesse número, foi publicado na íntegra o programa para a festa e, como justificativa para essa publicação apareceu escrito que, “(...) o fim todo de caridade a que esta festa se destina é a sua verdadeira recomendação”.²⁹⁷

socialistas perseguidos e expulsos do Império em 1129. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 25, 21 jun. 1856. p. 193-194.

²⁹⁴ Um exemplo encontra-se no texto *A partida do gado*, esse artigo fez o anúncio e descrição do quadro “A partida do gado” do senhor Thomaz José da Annuniação, pintor da Academia das Bellas Artes.

²⁹⁵ Em 1856 foram publicados 18 textos sobre essas temáticas, sendo 07 sem indicação de autor, 04 assinados com a inicial “M”, 01 assinado com a inicial “A” e 06 textos de autoria de Andrade Ferreira. Sobre esse grupo temático, no primeiro volume, destacamos: *A Academia das Bellas-Artes de Lisboa e a necessidade de uma reforma*; *Revista Musical - Segismundo Thalberg*; *Physiologia das platéas de Lisboa* (texto sobre teatro); *Bellas Artes*; *Exposição da Academia das Bellas-Artes de Lisboa, em 1856*; todos do autor Andrade Ferreira. No segundo volume foram publicados 13 textos sobre esses temas, desses, 12 não tem indicação de autoria e o outro é do autor Alfredo Hogan. No ano de 1859 foram publicados cinco textos, um foi escrito por Ignácio de Vilhena Barbosa e os outros 04 sem indicação de autoria. Dentre os textos publicados destacamos: *Extravagante modo de criar pintores*, esse texto fala sobre o regresso à Paris de um artista que havia viajado à Argélia para pintar alguns quadros da paisagem de lá. Dentre os textos sobre esses temas publicados, em 1859, destacamos: *Canova*, que fala sobre o escultor Antonio Canova. No ano de 1859 foram publicados cinco textos, um foi escrito por Ignácio de Vilhena Barbosa e os outros 04 sem indicação de autoria.

²⁹⁶ Fez se presente na revista, em alguns momentos específicos, erratas indicando erros de digitação em algum texto publicado nos números anteriores.

²⁹⁷ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 23, 07 jun. 1856. p. 183-184.

O tema da febre amarela apareceu na seção “história da atualidade”, sobretudo no terceiro volume, foram escritos artigos sobre pessoas que tinham falecido por conta da febre amarela. A febre como algo capaz de levar as pessoas ao óbito se fez presente, também, nos romances publicados ao longo dos três volumes, o que demonstrou a existência, no imaginário dessas pessoas, de forte preocupação com o tema. O principal romance a falar sobre a febre amarela foi *A menina dos cabelos brancos*, do autor F. M. Bordalo. No número 22 do terceiro volume foi noticiado que o Ministério do Reino havia repassado a quantia de dois contos trezentos e oitenta e três mil setenta e três réis em metal para a construção de um asilo no Convento de Nossa Senhora da Penha, na França, para as crianças órfãs que tinham perdido seus pais, vítimas da febre amarela.²⁹⁸

Ao longo dos três volumes de publicação da revista surpreende a pouca quantidade de escritos sobre o Brasil. Algo que não condiz com os objetivos expressos pelo semanário no sentido de ser uma publicação para dois países: Portugal e Brasil.

Dentre os artigos que abordam o Brasil, no primeiro volume, encontram-se: *Payé-Tome. Tradição* que abordou o sincretismo religioso existente no Brasil, por meio de uma antiga tradição do Rio de Janeiro que falava sobre um velho vestido de branco com um cajado que aportou naquelas praias, o nome Payé-Tomé foi utilizado pelos jesuítas para fazerem os brasileiros lembrarem-se do apóstolo S. Thomé; o artigo *Revista Literária Brasil: Portugal e Brasil-Opúsculo Humanitário* por B. A. Rio de Janeiro, 1831, escrito por Luiz Filipe Leite que fez uma análise literária sobre o livro *Opúsculo humanitário* de 1834, da autora Nize Floresta Brasileira Augusta;²⁹⁹ o poema *Minha Terra* do poeta brasileiro Casimiro de Abreu que exaltou a beleza do Brasil, datado de 15 de Março de 1856, Casimiro ainda publicou o romance-folhetim *Camilla. Memórias d’uma viagem* que fez referências ao Brasil; *Vista do convento de Nossa Senhora da Boa Viagem na Bahia do Rio de Janeiro*, escrito por Andrade Ferreira, se propôs a descrever a região do convento; a biografia de *Antonio José da Silva*, esse artigo traçou considerações gerais acerca do Brasil e desse intelectual brasileiro em específico; o texto *Inauguração do caminho de ferro da Bahia*, que falou da importância desse caminho de ferro no sentido de acelerar as comunicações; o artigo

²⁹⁸ A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 22, 04 jun. 1859. p. 169.

²⁹⁹ O livro *Opúsculo humanitário* de 1834, é da autora brasileira Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), conhecida pelo pseudônimo Nize Floresta Brasileira Augusta.

Brazil (Tupinambás), que instruiu sobre os Tupinambás; *Pará*, que falou sobre a região do Pará e alguns costumes dos índios que habitavam essa região; *A vila rica de Ouro Preto*, que apresentou características gerais da vila; e o documento histórico, por título, *Manuscriptos inéditos*.

Na introdução do segundo volume os editores da revista reafirmaram o compromisso de que a publicação seria voltada para os dois países. O que não se refletiu em termos de quantidade de publicações sobre o Brasil. Dentre os textos que abordaram o país, no segundo volume, encontram-se: *O diamante*, falou de algumas minas de diamantes do Brasil; *O senhor D. Pedro II, Imperador do Brazil*, que discorreu sobre aspectos gerais da nação brasileira, apresentou uma biografia do Imperador D. Pedro II e ponderou sobre a família Imperial; *Os Guaycurus*, apresentou essa tribo “belicosa” que habitou o sertão do Brasil, descreveu seus hábitos e costumes e as relações conflituosas que tiveram com os portugueses; *Brazileira*, poesia que falou sobre a região; e o texto *A sociedade Madre Pora*, que abordou a questão da imigração.

No ano de 1859 não houve, na introdução, a reafirmação do compromisso de que a publicação seria voltada para os dois países. O que se sobressaiu nesse escrito foi uma justificativa do porque a revista não havia conseguido cumprir com êxito todas as suas promessas e objetivos.³⁰⁰

Dentre os textos que abordam o Brasil, no terceiro volume, encontram-se: *Os camacans ou Mongoyos* e *O rio da cachoeira no Brazil*, os dois escritos por Ignácio de Vilhena Barbosa; *Grutas e montanhas* e a poesia *Canção da commedia drama*, *As Brasileiras*, ambas do autor Alfredo Hogan; *Uma vista Pittoresca do Rio de Janeiro* (figura 06)³⁰¹ e *Palácio do Governo em Pernambuco* os dois sem indicação de autor; o artigo *A última tentativa dos holandeses contra a cidade da Bahia*, também do escritor I. de Vilhena Barbosa; e o artigo *Reinado de D. Pedro II. (Fragmento). Portugal em 1687*, de autoria de José de Torres.

³⁰⁰ A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 01, 08 jan. 1859. p. 01.

³⁰¹ Uma descrição detalhada sobre o conteúdo que compõe a gravura encontra-se no artigo *Uma vista Pittoresca do Rio de Janeiro*. Cf. A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 05, 05 fev. 1859. p. 34.



Figura 07. *Uma vista pittoresca da cidade do Rio de Janeiro.* [Xilogravura]. Fonte: *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 05, 05 fev. 1859. p. 36.

Com relação à estrutura e a divisão dos conteúdos do periódico podemos afirmar que, de forma mais geral, a revista *A Ilustração Luso-brazileira* apresentou uma parte literária, uma parte noticiosa e uma parte instrutiva e de recreio. No primeiro volume a matéria noticiosa se desdobrou, principalmente, por três seções: “Revista Política”, “Noticiário”, e “crônica semanal”. Fora essas três seções, o que se sobressaíram foram artigos livres “instrutivos” e de “recreio” versando sobre as mais diversas temáticas.

Com relação à parte literária a diversidade também foi grande, variando desde poesias, lendas, contos, crônicas, sonetos, dramas, romances, fábulas, ensaios, resenhas e artigos críticos de análise literária. Esses textos geralmente eram publicados sem páginas fixas e com continuidade em vários números seguidos. Vale lembrar que os sonetos foram publicados somente no terceiro volume e a crônica somente no primeiro, os outros gêneros se fizeram presentes em todos os três anos.

Nos anos de 1858 e 1859 a matéria noticiosa apareceu sobre a rubrica “História da atualidade” dedicando-se, sobretudo, a divulgar temas sobre a política nacional e internacional, além de outros “fait-divers”, sem indicar autoria. Com relação ao texto

noticioso podemos dizer que este no primeiro volume da revista não foi publicado regularmente, mas apenas em alguns números e não teve uma página fixa de publicação. No tocante ao segundo e terceiro volumes da revista os escritos noticiosos foram publicados sob a rubrica “história da atualidade” e, quase sempre, apareceram na primeira página.

O que nos leva a algumas indagações a respeito de quais teriam sido as motivações que levaram o editor e responsável pela revista quando da publicação do segundo e terceiro volumes, quase sempre, a abrir o jornal com os escritos noticiosos. Porque do artigo noticioso estar na primeira página e não em outra qualquer, ou mesmo na última, como já havia sido publicado no primeiro volume quando a “crônica semanal” passou a ser noticiosa e perdeu suas características de crônica? Seria uma estratégia mercadológica para estimular a venda de números avulsos? Haveria algum tipo de hierarquia nos artigos? Seria, no imaginário do editor, os escritos noticiosos mais importantes que os textos literários ou de instruções diversas? O que sabemos é que os artigos “história da atualidade”, em 1858, só não foram publicados nos números 20, 21 e 52 e nos 49 números em que foi publicado apareceu na primeira página. Em 1859 esse escrito foi publicado em todos os 52 números, e, exceto nos números 01 e 29, apareceu na primeira página.

Outro escrito que manteve certa regularidade com relação à página em que era inserido foi o anúncio das obras publicadas pelo empresário dono e editor da revista *A Ilustração Luso-brazileira*, o senhor Antonio José Fernandes Lopes, esse texto, nos números em que apareceu, sempre foi publicado na última página. Os demais artigos não mantiveram regularidade com relação à página em que fora apresentado e nem estiveram presentes em todos os números.

Os artigos instrutivos e de recreio foram apresentados de forma aleatória entre as oito páginas de cada número, existindo casos específicos em que foram publicados com continuidade em dois ou mais números. No geral, eram textos pequenos e publicados em um único número. Dentre os principais temas abordados, podemos citar: história natural, botânica, biologia, medicina, obituários, modas, tribos, povos, cidades, vilas, ilhas, aldeias, militares, castelos, igrejas, templos, palácios, hospitais, residências, pontes, estradas, ruínas, lagos, lugares, rios, árvores, praças, monumentos, religiosos, documentos históricos, história, achados arqueológicos, progressos técnicos, invenções, estradas de ferro, ciências, guerras, curiosidades

sobre a China, pinturas, artes cênicas, músicas, esculturas, dentre outros temas diversos.

Recrear instruindo, isto é, de forma lúdica, foi um objetivo partilhado por alguns periódicos do período, que elevavam a importância da difusão da cultura como fator de progresso da sociedade, superando os ambientes circunscritos das “monumentais obras literárias” ou também conhecidos por “livros colossais”, que o povo olhava, admirava, mas os abandonava por não conseguir entender nem interpretar. Alguns periódicos dessa natureza foram criados no período, entretanto, os limites definidores desse gênero não são precisos, por vezes encontrava-se uma parte literária, temas econômicos, folhetins, dentre outros, podendo, devido à diversidade de temas, confundir-se com a imprensa enciclopédica.³⁰²

Em meio a esse amplo leque de artigos, alguns acontecimentos tiveram especial destaque na revista ao longo dos três anos. Podemos destacar, a esse respeito, nomeadamente, três eventos que tiveram uma cobertura diferenciada e uma ênfase maior, são eles a Guerra da Criméia, o casamento³⁰³ do rei D. Pedro V com a rainha D. Estefânia de Hohenzollern Sigmaringen, principalmente, as festividades em comemoração à chegada da rainha no dia 17 de maio no Tejo e a morte da Rainha D. Estefânia, em 15 de julho de 1859, com apenas 22 anos.³⁰⁴

³⁰² Dentre os periódicos desse estilo criados encontram-se, dentre outros: *O Cosmopolita* (1843-1846); *A Distração Instrutiva: Jornal Literário* (Lisboa, 1842-1843); *O Papagaio* (1845); *Minerva Lusitana: Jornal de Instrução e Recreio* (1842); *A Polca: jornal de literatura, Recreio e Teatros* (1845); *O Ilustrador; Jornal Crítico, Instrutivo e Recreativo* (1845-1846); *O Cinco Réis: Jornal de Interesse Público* (1843); *Foral Transmontano: Periódico Mensal de Instrução e Recreio* (1845-1847); e *Revista Recreativa: Periódico Literário e Industrial* (1846). Cf. TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 597-598.

³⁰³ O casamento entre D. Pedro V e a rainha D. Estefânia aconteceu em 29 de abril de 1858, não havendo cobertura e nem noticiários na revista publicados nos números anterior e após a data. A cobertura ficou por conta dos preparativos para a chegada da Rainha, a bordo da corveta “Bartholomeu Dias”, no dia 17 de maio de 1858 na Barra do Tejo. Foi publicado todo o programa para as festividades que aconteceriam na recepção da rainha D. Estefânia. Assim como, os detalhes que se sucederam durante a viagem da rainha, a qual saiu de Berlim no dia 02 com destino à Dover no dia 06 a bordo da real corveta “Bartholomeu Dias”. Foi publicada, inclusive, uma justificativa pelos editores do porque esse número 20 havia dedicado especial atenção a esses acontecimentos, segundo os editores: “Este número [20] assim como o seguinte em consequência da solenidade do consórcio real unicamente consta dos festejos com que a capital recebeu a sua Majestade a Rainha”. Esta justificativa foi também publicada no número 21. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 20, 15 maio. 1858. p. 160.

³⁰⁴ A morte da Rainha D. Estefânia ocorreu em 15 de julho de 1859, com 22 anos. No sábado após esse acontecimento, número 29 da revista, foi publicada uma série de textos relacionados a essa tragédia, fora dada continuidade à publicação desses textos, também, no número 30. Foram publicados, sonetos, poesias, e textos em consolação ao rei D. Pedro V de Portugal, o texto *História da atualidade* se concentrou a noticiar apenas fatos ligados a esse acontecimento. Dentre as poesias, sobressaem-se: *A morte de S. Magestade a rainha a senhora D. Estephania*, do autor J. I. d’Araujo; *Anjo rainha*, do autor H. Van-Deiters; e *A sua Magestade el-rei o senhor D. Pedro V*, do autor F. D. d’Almeida e Araujo. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 29, 23 jul. 1859. p. 225-232.

A Guerra da Criméia (1853-1856) foi um tema que apareceu por diversas vezes ao longo da publicação do primeiro volume da revista, sendo abordado, sobretudo, nos textos noticiosos. Mesmo após o fim da Guerra que se deu em fevereiro de 1856, o tema, em ocasiões diversas, tornou a aparecer, demonstrando o quanto o assunto ainda se fazia presente e permeava o imaginário e as preocupações dos editores. Segundo Eric Hobsbawm, essa batalha foi o acontecimento que mais se aproximou de uma guerra geral europeia entre 1815 e 1914. O desdobramento foi uma carnificina internacional que envolveu a Rússia de um lado e a França, Inglaterra e Turquia de outro, com um saldo de aproximadamente 600 mil mortos. Desse total, 500 mil morreram por doença, dentre essas mortes, incluem-se: 30% das tropas francesas, 22% das tropas inglesas e 50% das tropas russas.³⁰⁵

No que diz respeito aos artigos programáticos, que apresentam finalidades e expectativas, bem como, proporcionam vestígios da leitura de futuro e passado compartilhada por seus defensores,³⁰⁶ a preocupação com o passado foi mais evidente. A apreensão com o presente só apareceu, sobretudo, nos textos noticiosos, a saber: “*Crônica semanal*”; “*Revista política*”; e “*História da atualidade*”. A reflexão acerca do futuro foi praticamente inexistente, salvo algumas exceções.³⁰⁷

A preocupação com o passado foi uma constante na revista, diversos textos tiveram como tema a história, o que evidenciou o fato de que o passado e as tradições tiveram importância para a revista. Os artigos sobre vilas, cidades, ilhas, aldeias, dentre outros, sempre buscavam apresentar um pouco da história e da fundação desses lugares. A história foi um tópico constante e fez parte da estrutura da grande maioria dos artigos. Assim como, foram publicados fragmentos de documentos históricos e escritos falando sobre achados arqueológicos, como, por exemplo, diversos objetos que remetem à antiguidade clássica, encontrados perto de Sebastopol.³⁰⁸

³⁰⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Op. cit.*, p. 90.

³⁰⁶ DE LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, p. 140.

³⁰⁷ Uma importante reflexão sobre o tempo, passado, presente e futuro foram apresentados em dois textos em específico, o primeiro foi o texto *Um conto de Hoffmann* escrito por R. Paganino publicado no número 20 do primeiro volume. O tema central trabalhado nesse texto foi o desenvolvimento da ciência. O segundo foi o artigo *Quadras históricas*, publicado no número 21 do terceiro volume, que teceu uma reflexão acerca da história e do tempo.

³⁰⁸ Foram publicados, também, textos biográficos sobre personalidades públicas do passado, feitos militares de guerras que já havia acabado. Dentre os textos que abordaram o passado, sobressaem-se: *A Corte de D. João III. Estado Moral e econômico do país no meados do Século XVI*, esse texto é a reprodução de um fragmento inédito do VII livro da história do estabelecimento da inquisição em Portugal escrito pelo historiador Alexandre Herculano; o texto sobre a idade média do escritor Souza



Figura 08. *Antiguidades achadas perto de Sebastopol*. [Xilogravura]. Fonte: *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 11, 15 mar. 1856. p. 84.

Pouco se falou, pela análise dos escritos, a respeito das visões que os colaboradores da revista tinham para com o futuro. O principal artigo a expor uma visão de como pensavam esses autores e quais eram suas perspectivas para com o futuro encontra-se no artigo de António de Serpa, sob o título, *Memórias extemporâneas. Viagem a Lisboa no século XX*. António de Serpa afirmou que o botequim seria o símbolo da civilização do futuro (século XX). O autor estabeleceu uma reflexão sobre como seria esse botequim, quais objetos existiriam nele, como seriam os charutos, os óculos, como que seriam os jornais e como se dariam as relações de sociabilidades dentro desse espaço. António de Serpa escreveu sobre a chegada de um novo personagem, um suposto político que fazia diversos discursos, no encadeamento desses fatos, o autor refletiu sobre como seria a política e mostrou exemplos fictícios de políticos que venderam suas convicções por um prato de lentilhas.

Monteiro intitulado *A idade média e a Igreja Católica*; o texto *Galeria histórica*, publicado ao longo do segundo volume, que apresentou uma série de biografias sobre os personagens envolvidos nas cruzadas; a reprodução do documento histórico, no número 30 do segundo volume, que foi uma carta escrita por Américo Vespúcio, da ilha de Cabo Verde a Lourenço Pedro Francisco de Médicis, em 04 de junho de 1501. No terceiro volume, dentre os textos de viés histórico, sobressaiu-se a reprodução de um trecho do livro *História Geral do Brasil* do senhor Varnhagen sob o título *A expulsão dos holandeses do Brasil (1645- 1654)*.

A preocupação com o futuro apareceu mais nos escritos sobre os avanços e progressos técnicos e científicos de uma determinada área, foi o caso, por exemplo, dos artigos: *Maquina portátil de vapor*, de MM. Tuxford e Filhos (figura 09), que apresentou os avanços técnicos e ganhos que viriam com a utilização dessa máquina que estava sendo divulgada nas exposições universais; *Importância dos telégrafos elétricos*, que mostrou a relevância desse tipo de telégrafo no sentido de acelerar a informação no futuro; *Baterias fluctuantes* (figura 10), esse texto discorreu sobre alguns progressos técnicos que aconteceram na Guerra da Criméia e seu efeito para os futuros combates, em particular, as baterias flutuantes (Embarcações cobertas com uma chapa de ferro).

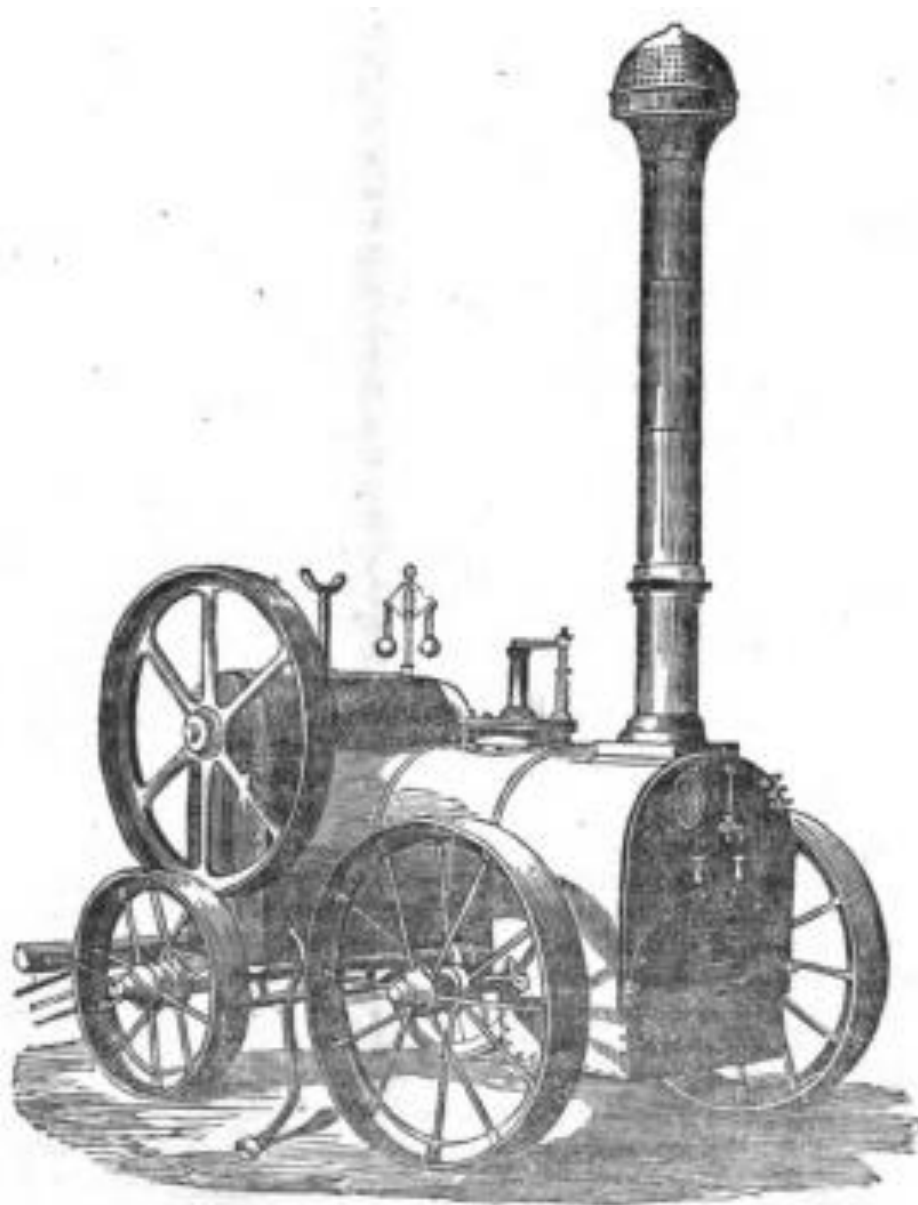


Figura 09. *Maquina portátil de vapor*, de MM. Tuxford e Filhos. [Xilogravura]. Fonte: *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 04, 25 jan. 1856. p. 32

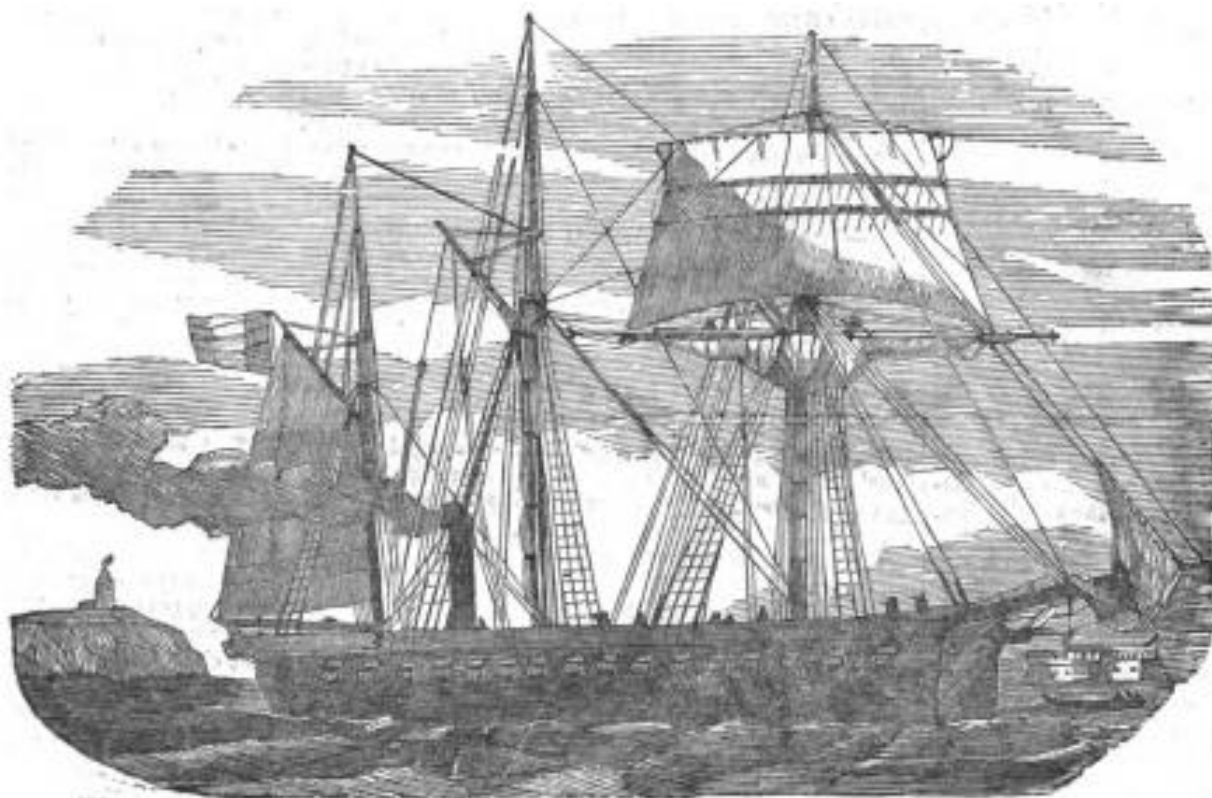


Figura 10. *Baterias fluctuantes*. [Xilogravura]. Fonte: *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 35, 30 ago. 1856. p. 276.

A apreensão sobre o futuro se fez presente, também, nos escritos sobre artes cênicas, onde foi evidente uma preocupação para com o destino do teatro nacional. Encontra-se, também, no artigo, escrito por Andrade Ferreira, sob o título *A Academia das Bellas-Artes de Lisboa e a necessidade de uma reforma*, onde o autor desenvolveu uma reflexão acerca do atual estado em que as artes se encontravam em Portugal. Preocupado com o futuro do desenvolvimento da arte nacional, propôs uma série de soluções para assegurar o pleno melhoramento das produções artísticas no país.

Os artigos não deixam claro quais eram as visões de passado e expectativas de futuro que os escritores, ou editores, tinham. Os textos que abordaram o passado, em geral, foram sob uma perspectiva de uma tradição gloriosa, de grandes conquistas, extensas batalhas, homens notáveis, líderes importantes, heróis proeminentes, construções de edificações magníficas, fundações de belas vilas e cidades. A visão sobre o passado foi voltada para a ideia de um progresso contínuo, algo que sempre melhora, nunca regredi, portanto, um passado “glorioso”, vivido em

comum, significava, no presente, a possibilidade da existência de um futuro “promissor”.

De certa forma essa visão, também, está refletida nos textos que tratam do futuro. O qual foi visto como algo que será melhor do que o passado, e, sobretudo, mais satisfatório que o presente. Lugar onde existirão novos inventos, a ciência terá dado passos largos rumo ao progresso técnico, as comunicações se darão com maior velocidade e, os povos serão mais “civilizados”. Pode-se dizer, em linhas gerais, que as visões de passado e expectativas de futuro se davam mais no sentido de interpretar esse passado como algo importante para a formação do patriotismo e do nacionalismo. Um passado em que os objetos, coisas, pessoas, e lugares estão em constantes transformações, com expectativas de um futuro que caminhe rumo ao progresso técnico, científico, material, cultural e intelectual. Algo que, de certa forma, refletiu o contexto do período de início da Regeneração em Portugal, ou seja, o período dos melhoramentos materiais, preocupações com o aumento da educação, desenvolvimento do capitalismo em Portugal e na Europa e da expansão das indústrias, comunicações, imprensa, telégrafos e estradas de ferro.

Uma hipótese que indica para uma preocupação com o presente e o futuro pode ser trabalhada a partir da ideia de que ao levar esses conhecimentos diversos, o autor do periódico, pretendia contribuir para a formação de cidadãos mais cultos, reflexivos e “civilizados” capazes de pensar a realidade do país, fazer diagnósticos e propor soluções diversas, pois ao conhecer o passado de diversas regiões de Portugal, diversas vilas, cidades, etc., e um pouco da administração política do reino, isso poderia contribuir na formação de uma identidade nacional e um patriotismo capaz de mobilizar esses sujeitos, letrados ou não, a se mobilizarem para trabalhar em prol de melhorias para o país, sem com isso cair para o âmbito do debate das diversas correntes políticas liberais existentes.

As motivações por trás das publicações podem ser várias. A esse respeito podemos lançar uma série de hipóteses, como, por exemplo: o lucro advindo da venda de assinaturas, ou seja, um meio de conseguir se manter financeiramente; auxiliar no desenvolvimento da educação pública em Portugal e no Brasil (algo comum para os periódicos da época); buscar a formação de um público letrado capaz de debater os destinos da nação portuguesa e, quiçá brasileira; promover o acesso ao debate e a divulgação das produções artísticas e literárias, com ênfase clara para a produção nacional portuguesa; prover a elite financeira e culta de ambos os países com uma

leitura agradável e prazerosa sobre literatura e instruções diversas; prover os imigrantes portugueses residentes no Brasil e nas colônias de notícias e atualidades culturais de Portugal; funcionar como um espaço privilegiado de sociabilidade voltado para o debate e a crítica por parte dos intelectuais portugueses acerca das produções culturais, literárias e artísticas; além de contribuir no desenvolvimento das letras e das artes em Portugal.

Para a transmissão das mensagens, presentes nos artigos, a revista contou com o auxílio da gravura: poderoso instrumento de potencialização das ideias, sobretudo se considerarmos o alto grau de analfabetismo. De acordo com a definição de Graça Afonso, uma gravura é o produto final que resulta da transferência de um suporte, uma matriz, para outro podendo ser um papel, um tecido, um velino,³⁰⁹ etc., possibilitando a sua reprodução. A matriz varia podendo ser metal (cauco gravuras), zinco (zincogravuras), pedra (litografias) ou madeira (xilogravuras). Foi na Índia, na China e na Pérsia que se praticou pela primeira vez, no ramo da estampagem de tecidos, a técnica da reprodução de um suporte de madeira para outro de natureza distinta, no caso os tecidos. O primeiro país a se utilizar da técnica de talhar desenhos para a ilustração de livros foi a China.³¹⁰ As ilustrações presentes no periódico foram confeccionadas por meio da utilização da técnica da xilogravura.

2.2 As ilustrações na revista e o desenvolvimento da xilogravura em Portugal.

A xilogravura, antes mesmo de o impresso surgir, introduziu no mercado a preços acessíveis, indulgências, baralhos de cartas de jogar, calendários com gravuras coloridas à mão, cenas do cotidiano religioso, imagens de santos, etc.³¹¹ A palavra “xilogravura” tem sua origem etimológica oriunda do grego xylon (madeira) e graphein (escrita).³¹² A madeira é um recurso material barato, fácil de encontrar, de

³⁰⁹ O papel velino é uma pele de animal mamífero (animais natimortos ou recém-nascidos) preparados para receber textos e impressões diversas afim de produzir, livros, códices e páginas soltas. Sua diferença com relação ao pergaminho se dá, pois esse é um papel muito compacto, liso e acetinado o que é possível pelo fato desse ser produzido de peles de melhor qualidade.

³¹⁰ AFONSO, Graça. *O Archivo Pittoresco e a evolução da gravura de madeira em Portugal*. 2007. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/ActasdeColoquiosConferencias/textos/ArchivoPGravura.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

³¹¹ AFONSO, Graça. *Op. cit.*

³¹² MENEZES, Fernando Chui de. Xilogravura – O sertão do nosso olhar. *Trama Interdisciplinar* [online], São Paulo, Ano 01, Vol. 01, pp. 180-188, 2010. Disponível em:

trabalhar e amplamente utilizada pelo homem ao longo da história, o que possivelmente explique a larga disseminação e utilização desse tipo de material como matriz para a confecção de gravuras. Xilogravura é uma: “(...) gravura obtida pelo processo da xilografia”, xilografia significa: “(...) arte de gravar em madeira. Técnica de impressão em que o desenho é entalhado com goiva, formão, faca ou buril em uma chapa de madeira”.³¹³

Segundo Luís Chaves, entre os séculos XV e XVII pode-se distinguir duas variações de gravuras classificadas pela produção de textos, uma “erudita” e uma “popular”. A gravura “erudita” era feita em buril e a partir do século XVI fazia-se presente em artigos sobre estudos científicos, romances e tratados religiosos e, a gravura “popular”, feita com a técnica da xilogravura, que se fazia presente, de forma predominante, na literatura de cordel. Segundo Chaves, o desenvolvimento da gravura, em Portugal, esteve sempre atrelado à imprensa.³¹⁴

Na Península Ibérica a imprensa chegou ao ano de 1473 e era produzida com matrizes xilogravadas. A imprensa, em Portugal, chegou por via dos judeus e absorveu a influência Alemã. Em 1492 Abrahão de Ortas instalou uma oficina de imprensa em Leiria e foi o impulsionador da tipografia e da gravura no país. As primeiras ilustrações impressas, em geral, versavam sobre temas religiosos. É em Braga que surgiu o primeiro impressor cristão, o senhor João Gherling. Nicolau da Saxónia e Valentim Fernandes fixam-se em Lisboa, em 1495, e imprimem diversas gravuras religiosas com influência Alemã. A tipografia e as gravuras feitas por cidadãos portugueses são efetuadas no Porto, a partir de 1497, com Rodrigo Alvarez. O que domina a produção das ilustrações nos séculos XV e XVI são as gravuras em madeira que se subdividem em dois tipos: a gravura, ou seja, ilustrações de estampas e figuras; e a ilustração de ornato, como, por exemplo, as vinhetas, as portadas e as cercaduras.³¹⁵

Surgem também, a par dessa produção de figuras de viés religioso, as gravuras satíricas ilustrando a literatura de cordel do período, como foram os exemplos dos autores António Ribeiro Chiado, Baltazar Dias, Alonso Alvares e Gil Vicente. No século

<<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/viewFile/2151/1501>>. Acesso em: 07 out. 2015. p. 182.

³¹³ LAROUSSE, Ática. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 2001. p. 1042.

³¹⁴ SANTOS, Renata. *A imagem gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. p. 25.

³¹⁵ AFONSO, Graça. *Op. cit.*, p. 02.

XVI a xilogravura continuou a predominar em Portugal, enquanto que entrava em decadência na Alemanha. Nas últimas décadas desse século, o metal começou a ser utilizado em grande escala, um exemplo foi a sua adoção na obra *Livro de Horas* de D. Manuel I, impresso de grande tiragem. Em 1574 tem-se a primeira gravura produzida em metal, em Portugal. Essa gravura intitula-se *Sucesso do segundo cerco de Diu* e foi feita por Jerónimo Luís. Popularizou-se no país, no século seguinte, a gravura estrangeira a talho-doce.³¹⁶ Predominou, entre os portugueses, durante o período Filipino, as gravuras de metais, produzidos por estrangeiros, principalmente, franceses e flamengos. Enquanto que a gravura de execução nacional continuou a ser a xilogravura da literatura de cordel. Esse contato com gravadores de outras nacionalidades influenciou os gravadores portugueses.³¹⁷

O século XVIII foi o período em que a gravura de metal alcançou sua máxima perfeição, sendo executadas por gravadores flamengos e franceses trazidos para Portugal por D. João V. Entre os portugueses continuavam a predominar a produção das xilogravuras feitas pelos populares. As gravuras em metal não eram feitas por gravadores portugueses, pois estes não sabiam gravar em metal. A primeira oficina tipográfica em Portugal foi estabelecida em 1720 por D. João V com a fundação da Academia Real da História Portuguesa³¹⁸ e, dentre os artistas que trabalharam nessa oficina, destaca-se: Théodore Harrewyn (impressor e estampador); e Pedro Rochefort (abridor de estampas). Sob a direção do gravador António Joaquim de Figueiredo foi criada em 1749 a Escola de Desenho e Gravura do Arsenal do Exército onde se ensinava a gravar em buril.³¹⁹ Com a morte de D. João V e o terremoto de 1755 os artistas estrangeiros ou regressaram aos seus países ou morreram ou deixaram de trabalhar.³²⁰

Esses fatos transformaram negativamente a arte de gravar no País, a qual só ressurgiu em 1768 com outros artistas e influências diferentes. D. José I em seu reinado criou duas escolas que existiram até quase a segunda metade do século XIX,

³¹⁶ Talho-doce é gravura feita com buril ou gravura feita com entalhe. Cf. HOUAISS, Antonio. *Op. cit.*

³¹⁷ AFONSO, Graça. *Op. cit.*, p. 02-03.

³¹⁸ A Academia Real da História Portuguesa foi uma instituição acadêmica de ensino criada por decreto por D. João V em 08 de dezembro de 1720 e funcionou até 1776 sendo substituída posteriormente pela Academia Real de Ciências de Lisboa. Esta instituição tinha por objetivo escrever a História de Portugal e dos seus domínios ultramarinos tendo sido uma das manifestações do iluminismo em Portugal.

³¹⁹ O buril é um instrumento de aço cuja ponta cortante em v é utilizada para abrir traços finos para gravar em madeira ou metal. Cf. HOUAISS, Antonio, *Op. cit.*

³²⁰ AFONSO, Graça. *Op. cit.*, p. 03-04.

são elas: a Aula de Gravura da Casa Literária do Arco do Cego, dirigida por José da Cunha Taborda, sendo integrada, em 1801, na oficina régia; e a Aula de Gravura da Imprensa Régia que funcionou de 1768 até 1786 e teve como mestre Joaquim Carneiro da Silva. Essas duas escolas ensinavam a gravar em metal com água forte. Florentino Francisco Bartolozzi veio para Portugal e fundou uma escola de gravura em sua casa introduzindo a técnica do ponteadado.³²¹ Esta escola funcionou apenas entre 1802 e 1815, ano em que seu mestre, Bartolozzi, veio a falecer. Sucedeu-se a essa escola a Academia das Belas Artes, em 1836, sob a regência de Benjamin Conte, coadjuvado pelo seu discípulo Domingos José da Silva.³²² Todas essas escolas focavam em ensinar a abrir gravuras em metal e não em madeira. No século XIX observa-se, aplicada aos periódicos, um renascimento da gravura em madeira, mas em madeira de topo, pois sua dureza permitia grandes tiragens. Em Portugal os gravadores encontravam-se intrinsecamente ligados aos periódicos e a realidade da produção das gravuras encontrava-se muito distante da realidade apresentada, por exemplo, na Alemanha e em outros países no mesmo período.³²³

A primeira notícia ilustrada que apareceu na imprensa portuguesa foi em primeiro de agosto de 1716, no periódico *Gazeta de Lisboa*. A notícia era referente a um caso teratológico raro. O artigo falava sobre duas crianças que nasceram ligadas pela cintura e com um só ventre, ao lado do texto acompanhava uma gravura ilustrando a notícia.³²⁴

Na década de 1840 surgiram na Europa os primeiros periódicos ilustrados com fotografia, como, por exemplo: *The Illustrated London News* (Londres, 1842) e a publicação francesa *L'illustration* (Paris, 1843). Nesses periódicos as fotografias foram publicadas por meio do processo da xilogravura, sendo copiadas à mão nas matrizes de madeira e depois “abertas” pelos artesãos.³²⁵ Em Portugal, embora não fosse ignorada a reprodução de clichês fotográficos, o processo não era utilizado por causa da má qualidade do papel e por várias dificuldades técnicas. Apenas na passagem do século XIX para o XX, resolvidas partes dessas dificuldades técnicas, e a melhora

³²¹ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, 2013, p. 863.

³²² TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). História de Portugal. Lisboa: Editora Estampa, 1998. p. 571.

³²³ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 863.

³²⁴ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 863.

³²⁵ ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Do gráfico ao foto-gráfico: a presença da fotografia nos impressos. In: CARDOSO, Rafael (org.) *O design brasileiro, antes do design*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. pp. 60-93. p. 63-64.

significativa do papel, possibilitaram a entrada definitiva da fotografia nos impressos periódicos.³²⁶

No Brasil a xilogravura foi amplamente utilizada na imprensa e, sobretudo, na literatura de cordel. Braz Sinibaldi talvez tenha sido o primeiro xilógrafo a atuar no Brasil, em 1817 gravou “armas reais”. Com a chegada da Corte no Rio, três instituições podem ser destacadas como núcleos criadores de imagem gravada, são elas: O Arquivo Militar, o Colégio das Fábricas e a Impressão Régia.³²⁷

A xilogravura é a arte e técnica de produzir gravuras em relevo tendo como matriz a madeira. Existem dois tipos de corte feitos na madeira que definem os dois tipos de xilogravuras diferentes: o corte feito na vertical ou na horizontal. O corte no sentido da altura, ou seja, no sentido longitudinal do tronco, no sentido da fibra, dá a madeira em fibra. O corte ao meio, isto é, no sentido perpendicular ao eixo da árvore produz a madeira de topo. A madeira em fibra é extraída de árvores de fruto, como, por exemplo, o cedro, a nogueira, a tília, a macieira, a cerejeira e a pereira. Esse tipo de madeira é compacto e fácil de trabalhar. O desenho em fibra é a técnica mais antiga do talhe em madeira para a confecção de gravuras, assim como, é o processo utilizado para a gravura artística atual. A madeira em fibra pode ser aberta com formões retos, em bisel,³²⁸ em v, goivas³²⁹ e maço³³⁰ ou com canivetes. Para ser trabalhada necessita de ser presa em uma mesa com grampos. A madeira de topo é extraída do buxo, sendo possível trabalhá-la como no metal, pois essa madeira é dura e regular e, o fato de produzir matrizes bastante resistentes a torna apta a ser utilizada em publicações de grandes tiragens. A madeira em topo é aberta com buris de pontas diversas e é trabalhada em cima de uma almofada de couro redonda e cheia de areia fina, sob a qual se vai rodando a madeira de acordo com o manejo do buril. Tanto nas gravuras de topo, como nas de fibra, a espessura da madeira deve ser de 22 milímetros, ou seja, espessura igual à dos caracteres tipográficos. Foi na Inglaterra no século XVIII

³²⁶ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 866.

³²⁷ FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada*. São Paulo: Edusp, 1994.

³²⁸ Bisel é o nome dado ao corte em angulo obtuso que o gravador faz utilizando um cinzel (instrumento manual que tem numa extremidade uma lâmina em metal bastante resistente e que é usada para entalhar materiais duros como, por exemplo, a madeira). Cf. HOUAISS, Antonio, *Op. cit.*

³²⁹ Goivas é uma ferramenta de seção côncavo-convexa que tem o corte do lado côncavo e é utilizada por gravadores e artesãos para talhar madeira, ferro ou pedra. Cf. HOUAISS, Antonio, *Op. cit.*

³³⁰ Maço é uma ferramenta em forma de um paralelepípedo, podendo ser de ferro ou madeira, usada pelos gravadores para bater em formão, goiva ou ferramenta semelhante para trabalhos de entalhe em madeira.

que surgiu essa técnica de talhar a madeira e acabou por substituir o metal e a própria madeira em fibra, por ser mais barata e rápida de executar.³³¹

Para a obtenção da gravura de topo a madeira é cortada em pequenos quadrados que são colados uns aos outros, a matriz é então alisada e polida assemelhando-se em dureza ao metal. É talhada com riscos finos, picotado ou com pontos, podendo ser profundos ou superficiais, o que varia de acordo com os efeitos de luz e cor que se pretende que apareça na gravura final. A superfície escavada fica branca e o relevo é tintado e fica preto. Na gravura de topo os traços, muito próximos e finos, dão uma ilusão de cinzento enquanto que a zona branca é reduzida, já na gravura de fibra a superfície branca predomina. A gravura de topo surgiu para ilustrar revistas, jornais e livros visando uma reprodução mais rápida e com menos custos na produção. O gravador de topo era um profissional abridor de madeira e, em geral, não um artista. Os desenhos eram feitos pelos artistas e abertos na madeira pelos gravadores podendo ocorrer os casos em que o gravador também é o artista responsável pelo desenho e vice-versa. Com a gravura em topo, executadas com o buril, eram possíveis obter os efeitos das paisagens, dos retratos, das arquiteturas, conseguidos com a utilização dos traços paralelos, livres e cruzados conseguindo com isso produzir a ilusão da sombra e dos esbatidos, com a gravura em fibra não se obtinha esses efeitos.³³²

Os periódicos *O Ocidente* (1878-1915), *O Archivo Pittoresco: Semanário Ilustrado* (1857-1868) e a revista *Jornal de Belas Artes* (1843-1846) foram os que mais desenvolveram a gravura de topo, fazendo com que essas se assemelhassem em qualidade as produzidas por metal. Dentre os gravadores portugueses do século XIX sobressaíram-se: Francisco Pastor, Rafael Pimenta, Diogo Netto, Caetano Alberto e João Pedroso.³³³

A gravura de topo iniciou-se em Portugal com *O Panorama* em 1837 e como não havia escola instituída o que prevaleceu foi a cópia, o decalque da gravura estrangeira.³³⁴ As primeiras gravuras publicadas no *Panorama* são inexpressivas e se juntam ao fato do papel dessa publicação ser de pouca qualidade. A qualidade das gravuras publicadas no *Panorama* foi melhorando ano após ano a ponto de nos seus

³³¹ AFONSO, Graça. *Op. cit.*, p. 04-05.

³³² *Ibidem*, p. 05.

³³³ *Ibidem*, p. 05-06.

³³⁴ SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira. *O Panorama (1837-1844): Jornalismo e ilustração em Portugal na Primeira metade de oitocentos*. Covilhã – Portugal: LabCom, 2014.

últimos anos de publicação apresentar gravuras de qualidade expressivas. José Maria Baptista Coelho e Manuel Maria Bordalo Pinheiro estão entre seus colaboradores artísticos mais destacados.³³⁵

De um modo geral, os periódicos da primeira metade do século XIX como, por exemplo, *O Panorama* (1837-1868), o *Archivo Popular: Leituras de instrução e recreio, semanário pinturesco* (1837-1843), a *Ilustração* (1845), o *Recreativo* (1848), a *Revista Popular* (1849-1854), e a revista *A Ilustração Luso-brazileira* (1856-1859) se utilizavam da xilogravura (gravura em madeira) para ilustrarem suas páginas, porém estas eram de traços incertos, desequilibrados e grosseiros. As gravuras publicadas no *Jornal de Belas Artes* (1843-1846), diferente dos citados acima, foram mais aperfeiçoadas, nessa publicação José Maria Baptista Coelho e Manuel Maria Bordalo Pinheiro demonstram suas qualidades artísticas, porém é graças ao *Archivo Pittoresco: Semanário Ilustrado* (1857-1868) com Nogueira da Silva que se operou um grande desenvolvimento nessa arte.³³⁶

Na revista *A Ilustração Luso-brazileira* foram publicados alguns artigos abordando o tema da Litografia,³³⁷ o que demonstrou que os editores se interessavam, de alguma forma, por essa outra técnica de produzir gravuras para estampar nas páginas impressas. As gravuras impressas foram feitas utilizando-se da técnica da xilogravura. Não foi publicado nenhum texto sobre xilogravuras.³³⁸

A não indicação dos autores das imagens, na grande maioria delas, é algo que contradiz o objetivo da revista no sentido de buscar promover o desenvolvimento das artes em ambos os países. Afinal, quais foram os motivos que fizeram com que não houvesse a indicação dos autores das gravuras, sobretudo no primeiro e terceiro volumes? Seriam as gravuras compradas de outras publicações? O porquê de a direção do periódico ter mantido o anonimato com relação aos autores da maioria das ilustrações é, além de contraditório com relação aos objetivos propostos, um mistério.

No primeiro ano de publicação, ao longo dos 52 números, foram publicadas 239 gravuras, desse total, em 225 não apareceu indicação de autoria e nas outras 14

³³⁵ Ibidem.

³³⁶ AFONSO, Graça. *Op. cit.*, p. 05-06.

³³⁷ Litografia é um processo de obtenção de gravuras por meio de desenhos executados com tinta graxenta sobre uma superfície calcária (pedra). Cf. HOUAISS, Antonio, *Op. cit.*

³³⁸ Dentre os textos publicados sob a temática da litografia encontram-se: *Gravura e Lithographia produzida pela acção da Luz*, esse texto abordou a invenção e o processo de fabricação de gravuras a partir da ação da luz; e o artigo *A lithographia*, esse texto discorreu sobre a técnica da litografia, apresentou as peripécias de Senefelder com a litografia e, por fim, falou sobre a imprensa tipográfica e as origens da litografia. Esses dois textos foram publicados no segundo volume.

apareceu inserido na imagem a assinatura do autor. Dentre os criadores que aparecem nas ilustrações, no primeiro volume, podemos citar: Mario, 01 gravura; Bonelli, 01; Flora, 04;³³⁹ Vidal, 07;³⁴⁰ e, por fim, as iniciais “B. P.” que, como sabemos, são de Manuel Maria Bordalo Pinheiro,³⁴¹ autor de uma das ilustrações.³⁴²

Ao longo dos 52 números do segundo volume da revista foram publicadas 274 gravuras, desse total, em 98 apareceu à indicação do autor na legenda.³⁴³ Dentre os criadores das ilustrações, podemos citar: Vidal Senior, 30 gravuras; Vidal Junior, 29;

³³⁹ Pouco se sabe sobre esse, ou essa, artista que trabalhava executando a arte de gravar tanto as litografias como as xilogravuras, as características de suas ilustrações foram o movimento e a graciosidade, seus desenhos surgiram com frequência nos periódicos *Archivo Pittoresco*, *Panorama* e na *Revista Popular*. Essa autora/autor publicou ao todo 04 gravuras, são elas: Nova Pinacoteca de Munic; ponte nova de colônia; Sebastopol vista das muralhas do Hospital; e o retrato de Victor Manuel, rei da Sardenha.

³⁴⁰ “Vidal” tanto pode ser Vidal Senior como Vidal Junior ou um terceiro, não sabemos, apareceu apenas à palavra “Vidal” inserida, em geral, no canto inferior da gravura, supõe-se que esses dois autores, Vidal Senior e Vidal Junior, sejam pai e filho, suas gravuras caracterizam-se por possuírem um traço duro, ambos colaboraram no *Archivo Pittoresco*, no *Panorama* e na revista *A Ilustração Luso-brazileira*, e, quando trabalharam juntos em uma mesma gravura assinavam com as iniciais “V. V.”. Ao todo ao longo desse primeiro volume (1856) existem 07 gravuras assinadas por Vidal, são elas: retrato do Tenente-General Liprandi; festa de beneficência – Passeio público - vista de dia; a paz de 1814. Templo da Concórdia; o vapor “Uncle Sam”, assinado por Vidal; retrato do Sr. Williams defensor de Kars; reprodução do quadro “Vem-te embora”; e O lago de Gaube.

³⁴¹ Manuel Maria Bordalo Pinheiro (Lisboa, 1815 - Alcolena, 1880) foi um escultor, desenhista, gravador, pintor e como profissão era funcionário público. Foi influenciado pela produção artística espanhola, esculpiu bustos, fundou jornais literários e ilustrados, pintou retratos e quadros, burilou gravuras e ilustrou poemas. Bordalo gravava inovando sem ter tido mestre ou escola que lhe ensinasse a técnica, foi um desbravador da produção de gravuras em Portugal, trabalhou tendo que adivinhar os métodos e as técnicas pela simples observação das publicações estrangeiras, suas gravuras publicadas no *Panorama* (1837) seguiam o modelo francês da *La Magasin Pittoresque* (1833-1838), este gravador trabalhou por diversas vezes em parceria com o gravador Coelho. Colaborou no *Panorama*, no *Archivo Pittoresco*, no *Jornal de Belas Artes* (1843), na *Revista Popular* (1849-1853), *Epocha* e *Museu Pittoresco*. Cf. AFONSO, Graça. *Op. cit.*, p. 14. Na revista foi autor do retrato do 2º Duque de Lafões, assinado com as iniciais “B. P.”.

³⁴² Os nomes dos autores quando aparecem no primeiro volume é como assinatura e parte da gravura como um todo e não uma menção do periódico na legenda da gravura como sendo a ilustração obra desse ou daquele autor/artista. No número 22 do volume 01 na página 173 aparece abaixo de uma gravura a seguinte escrita “Quadro de M. H. Le Jeune” com relação a essa gravura não podemos afirmar se ela foi feita pelo artista M. H. Le Jeune ou se é apenas a reprodução de um quadro do senhor M. H. Le Jeune feita por um artista anônimo. O fato é que a gravura é uma representação de um quadro do artista M. H. Le Jeune apresentado em março de 1856 na exposição do Instituto Britânico.

³⁴³ Até a publicação do número oito do segundo volume nenhuma gravura apresentou assinatura de autor. No número oito tem-se a primeira indicação de criador da ilustração e à diferença da forma como fora feita no primeiro volume a indicação não apareceu como parte da gravura ou inserida no desenho, mas como indicação feita pelos editores na legenda da gravura.

João Maria Baptista Coelho Junior, 25;³⁴⁴ Baracho, 09;³⁴⁵ Rebello, 02; e J. M. Correa, 01.³⁴⁶ Do número 08 até o 33 os editores indicaram na legenda de quase todas as gravuras o autor. A partir do número 34 em diante, o nome do autor da ilustração deixa de aparecer sem uma justificativa por parte da revista desse desaparecimento. No terceiro volume da revista foram publicadas 205 gravuras e, em nenhuma delas apareceu à indicação do autor, nem inserida nas gravuras nem nas legendas que indicavam os respectivos títulos.

Com relação à repartição das gravuras ao longo das páginas, podemos dizer, quanto ao primeiro volume, que a distribuição fora feita de forma aleatória e, em maior ou menor grau, de acordo com a página em que se encontrava o texto que explicava a imagem para os leitores. As páginas em que mais apareceram gravuras foram, em geral, a terceira e, sobretudo, a quarta.³⁴⁷ No que diz respeito ao segundo volume houve uma maior padronização, tendo sido estas publicadas, normalmente, nas páginas centrais da revista, ou seja, entre a terceira e a quinta página. Sendo que muitas das vezes, ocupou toda a superfície da página. Podemos perceber nesse segundo volume uma maior separação entre o texto explicativo e a gravura, estando, por diversas vezes, as ilustrações publicadas em uma página e o escrito que a explica em outra, algo que se manteve no terceiro volume. Houve publicações de gravuras nas outras páginas, mas, de um modo geral, com exceção do primeiro volume, as xilogravuras se concentraram nas páginas centrais de cada número da revista.

³⁴⁴ Coelho Junior era filho de José Maria Baptista Coelho, outro artista que também fazia gravuras e era companheiro de trabalho de Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Coelho Junior, assim como seu pai, produziu gravuras de grande qualidade tendo como um dos seus grandes feitos ter conseguido transmitir a ilusão da perspectiva em suas gravuras sobre arquitetura e ter tido um grande domínio sobre a técnica do claro/escuro, chegou a gravar em parceria com Pedroso e trabalhou por diversas vezes com os desenhos do artista Barbosa de Lima, colaborou com suas gravuras, por diversas vezes, no *Archivo Pittoresco*. Cf. AFONSO, Graça. *Op. cit.*, p. 20.

³⁴⁵ Pouco se sabe sobre este gravador, no *Archivo Pittoresco* iniciou sua colaboração nos primeiros quatro tomos (1857-1860) sendo o único gravador a assinar, neste periódico, figuras típicas e as gravuras de fauna, e, executou gravuras de Nicolau Tolentino que eram desenhadas por Nogueira da Silva.

³⁴⁶ No número 21 (22 de maio 1858), na página 168 a gravura por título *Arcos na frente da Praça do comércio* apareceu indicando como autor apenas "Vidal", não sabemos se se referiu ao Vidal Junior ou ao Vidal Senior ou a um terceiro autor que também possuiu o nome Vidal. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 21, pp. 161- 168, 22 maio. 1858. p. 168.

³⁴⁷ Algo bastante comum nos 52 números do primeiro volume foi a inclusão de uma gravura na primeira página da revista, mesmo que, em geral, o texto ao qual aquela gravura fazia referência aparecia em outra página de forma aleatória. Em apenas 10 desses números não apareceram ilustrações na primeira página, além, da gravura presente no título da revista. O mesmo pode ser dito quanto ao segundo volume, neste apareceu uma ilustração na primeira página em 48 dos 52 números. No que diz respeito ao terceiro volume a aparição de uma gravura na primeira página não teve a mesma frequência, neste volume, em 23 números a gravura não apareceu publicada na página inicial.

Vale ressaltar que as gravuras se encontravam publicadas com um ou mais textos que tinham a função de explicar detalhadamente a ilustração para os leitores da revista.³⁴⁸ Dentre os assuntos representados nas imagens é perceptível uma ligação com questões do romantismo e naturalismo temas estéticos em voga. Isso se fez presente, por exemplo, na grande quantidade de ilustrações sobre a natureza, nas gravuras de arquitetura, dos costumes, das pessoas de diversas regiões, das ilhas, das vilas, dos lugares, dos rios, das cachoeiras, das árvores, etc. As imagens propuseram-se a apresentar representações do belo, da riqueza, da religião, dos grandes feitos dos homens, de lugares bonitos, de monumentos, de edifícios, de castelos, progressos técnicos e científicos, de igrejas, das esculturas, dos retratos dos heróis nacionais e internacionais, das batalhas, das cidades, ilhas, vilas, curiosidades, dentre outros temas. Com relação aos assuntos que não foram representados nas imagens encontramos, por exemplo, a pobreza, o camponês, os problemas sanitários, as doenças como a febre amarela, os escravos, etc. É notória a pouca representação feita de aspectos do Brasil. Nas gravuras foram ressaltados o belo e o glorioso enquanto que os problemas sociais existentes no Brasil e em Portugal estiveram ausentes.³⁴⁹

As imagens foram amplamente publicadas, pois, para além do valor comercial e estético agregado, o uso das imagens fazia parte de um contexto histórico de publicações periódicas em que a publicação de gravuras nas páginas, especialmente, das revistas, estava se popularizando. As viagens eram dispendiosas e espaçadas, muitos dos lugares ao redor do mundo foram vistos e conhecidos pelo público leitor por meio das gravuras veiculadas pela imprensa ilustrada. Além do que, a inclusão das gravuras auxiliava na venda dos exemplares, haja vista o fato de que era uma novidade para o período. Assim como os artigos, as imagens, publicadas na revista veicularam, também, discursos com teor nacionalista, buscando ressaltar aspectos característicos da nacionalidade portuguesa, haja vista o fato de que se encontravam envoltos na polêmica sobre o nacionalismo ibérico.

³⁴⁸ Existiram poucos casos em que foram publicadas imagens sem relação com algum dos escritos. Seu lugar na publicação foi, em geral, na última página, provavelmente para ocupar o espaço final que sobrou na página.

³⁴⁹ Houve dois casos em que o Jornal *O Panorama* reproduziu textos e gravuras relacionadas a esses artigos, originalmente publicados na *Ilustração Luso-brazileira*, citando a respectiva fonte, os artigos são: Casa de campo de Lord Brougham, em Cannes; e *Nova Pinakotheca de Munich*. Não foram encontrados indícios que possibilitem afirmar que a *Ilustração Luso-brazileira* se utilizou de gravuras publicadas a priori em algum outro periódico.

3. A *Ilustração Luso-brasileira*: a questão ibérica e o nacionalismo português.

Nesse capítulo apresentamos o debate em torno da definição dos conceitos de nação, nacionalismo e identidade nacional, discutimos ainda a importância do nacionalismo em Portugal, no período de início da Regeneração, tendo em vista a querela em torno da questão ibérica. Do mesmo modo, tratamos da contribuição da revista na difusão de um pensamento que buscava a formação da identidade nacional lusa em reação ao nacionalismo ibérico propalado por alguns escritores. Foram igualmente analisados os discursos nacionalistas presentes nos artigos do periódico com destaque para os temas referentes à Ibéria, história, literatura, propriedade literária, e a defesa de uma produção cultural, artística e teatral nacionais.

3.1 Nações, nacionalismo e identidade nacional.

A revista *A Ilustração Luso-brasileira* foi produzida e circulou no contexto do romantismo português. O movimento romântico possuiu, dentre suas variadas particularidades, o engajamento nacionalista de seus propugnadores, algo que se fez presente nas páginas impressas do periódico. Desde o século XIX, o nacionalismo apresenta-se como fenômeno político importante para a humanidade. Foi empregado com diversas finalidades e pelas mais variadas ideologias, até mesmo por aquelas que se afirmavam como opostas, a priori, a essa ideia. Apesar do que pensavam e afirmavam os nacionalistas, a nação, com o sentido político que lhe é conferido hodiernamente, é um fenômeno relativamente recente. Apesar da existência de antigas referências à nação, não se atribuía a esta um valor político. Ligada à ideia de soberania, após a Revolução Francesa, esse valor lhe será conferido para se transformar no eixo da legitimidade política. O Estado-Nação substituiu o trono e o altar, como último objetivo de lealdade política.³⁵⁰

Segundo Guimarães, nacionalismo é o sentimento de entender a nação a que se pertence, independente da razão, melhor do que as demais, e, conseqüentemente, com mais direitos. A xenofobia, o racismo e a arrogância imperial são manifestações extremadas desse sentimento. Os movimentos nacionalistas expressivos do ponto de

³⁵⁰ ROCAMORA, José António. Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico. *Análise Social* [online], Lisboa, vol. 28, nº 122, pp. 631-652, 1993. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223291686V6eKP4us1Qn25WR8.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016. p. 631.

vista político, cujas aparições históricas mais simples decorrem da identidade étnica, linguística ou de pertencimento, no passado, a uma organização política, têm, segundo Guimarães, como sua principal finalidade o estabelecimento de um Estado ou a transformação das políticas deste para defender ou privilegiar interesses dos que integram certo movimento. Nacionalismo é, além disso, o anseio de afirmação e de independência política perante um Estado estrangeiro “opressor”. Ou, quando este já se tornou independente, o desejo de garantir em seu território “(...) um tratamento pelo Estado melhor, ou pelo menos igual, ao tratamento concedido ao estrangeiro, seja ele pessoa física seja jurídica”.³⁵¹

O preconceito de considerar a sua nação melhor do que as outras têm sua origem no pensamento de que as divindades teriam selecionado um povo, certa nação, como eleita. Ou seja, a nação como um grupo de sujeitos que veneravam determinada divindade. Essa convicção possui consequências políticas até hoje, constituindo o Oriente Próximo, talvez, o principal e mais complexo foco de tensão no mundo. O Japão é outro exemplo, na medida em que o Imperador era considerado Filho do Sol e, como tal, representava a junção concreta entre os japoneses e a divindade suprema. O mesmo se dava com relação à China, cujos imperadores acreditavam estarem diretamente ligados às divindades celestiais. Já o caso dos Estados Unidos é distinto, contudo, as raízes do nacionalismo americano podem ser localizadas na religião protestante. A Alemanha foi o palco onde se desenvolveu um dos principais movimentos nacionalistas, com base na superioridade de uma suposta raça ariana, germânica e pura que emanaria na tomada do Estado pelo Partido Nacional Socialista. Os nacionalismos nos Estados desenvolvidos, em particular nas Grandes Potências, e sua aspiração de superioridade nacional redundaram em políticas expansionistas e agressivas, tanto no continente europeu como, igualmente, na formação dos impérios coloniais. Com a ideia de inferioridade dos povos e das culturas locais, assim como, eventualmente, o pensamento de que seriam seres humanos distintos e em geral, inferiores.³⁵²

O nacionalismo é definido a partir de diversos pontos de vistas, porém, que coincidem em afirmar como nacionalista qualquer movimento que visa à formação ou

³⁵¹ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos avançados* [online], São Paulo, vol.22, nº 62, pp.145-159, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016. p. 145.

³⁵² GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Op. cit.*, p. 145-146.

a manutenção de determinado Estado Nação.³⁵³ O nacionalismo propunha-se fazer coincidir o Estado, fenômeno de índole política com contornos precisos, com a nação, a qual não tem uma demarcação tão concisa por ser decorrência de análises subjetivas. De acordo com Rocamora, para forjar um Estado Nação existiam dois caminhos: “(...) tomar como base o Estado e criar sentimentos de identidade nacional coincidentes com ele ou partir do que se considerava uma nação para moldar sobre ela um Estado”. O que permite a coexistência, numa mesma área, de diversos nacionalismos.³⁵⁴

A definição da identidade como sendo política e nacional, está ligada a um discurso que se tornou possível a partir da ocasião em que a Revolução Francesa possibilitou à nação uma soberania absoluta. Desde então, torna-se iminente a necessidade de diferenciação de um tipo de comunidade e consciência coletiva. Desvinculada de preocupações corporativas e religiosas, critérios aos quais, nos contextos medievais e pré-modernos, as identidades comumente surgiam vinculadas.³⁵⁵

A produção intelectual que busca problematizar a identidade nacional concentra-se, a princípio, na gênese da nação, inscrevendo-se nos desenvolvimentos teóricos que resultarão nos arquétipos ditos “de construção da nação” e que se ocupam da assimilação de elementos (e da sua natureza), de exclusão e de inclusão. Neste contexto, surgem discursos polarizados, em torno de concepções políticas, cívicas e subjetivas de “construção” nacional, em oposição às propostas étnicas, culturais e objetivas. Dois autores são incontornáveis a esse respeito, por um lado, Ernest Renan no seu ensaio *Qu'est-ce qu'une nation?*³⁵⁶, (1882), na justificação dos elementos políticos e cívicos na construção nacional, e de outro, Johann Herder, na

³⁵³ BREUILLY John. *Nacionalismo y Estado*. Barcelona: Pomares-Corredor, 1990. p. 13.

³⁵⁴ ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 634. Em meio a esse debate, Eric J. Hobsbawm chamou a atenção para a importância de se desenvolver uma perspectiva de análise adequada “à visão dos de baixo”, o que denominou “protonacionalismo popular”. Cf. HOBBSAWM, Eric J. *Op. cit.*

³⁵⁵ AMANTE, Maria de Fátima. (coord.). *Identidade nacional entre o discurso e a prática*. Porto: CEPESE; Fronteira do Caos Editores, 2011. p. 12

³⁵⁶ RENAN, Ernest. “Qu' est-ce qu' une nation? (Conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882)”. In: CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da. (ed.). *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)*. S/l, Editora Lulu.com, 2011. pp. 29-44.

obra, *Ideas for a Philosophy of Mankind* (1784-91),³⁵⁷ que provê a base para a argumentação em volta dos fatores linguísticos e étnicos.³⁵⁸

Ernest Renan se opôs a concepção étnica da nação, dominante no último quartel do século XIX, manifestando-se em prol da ideia de nação de raiz “voluntarista-moral”, isto é, como um princípio espiritual resultante da vontade coletiva. Renan defendeu que “uma nação é uma alma, um princípio espiritual”, resultante do “(...) desejo claramente expresso de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (...) um plebiscito de todos os dias”.³⁵⁹ Essa concepção subjetivista alia elementos objetivos, mas se impõem os de caráter mais subjetivos traduzidos no consentimento diário, no desejo de viver junto, na vontade de perpetuar o valor da herança indivisa que se recebeu. A perspectiva de Renan é correspondente com as ideias liberais que Stuart Mill havia defendido anos antes em *Considerations on representative government*, ao alegar que a nacionalidade é a ambição de todos os membros de um governo representativo, escolhido por sua vontade: “Onde o sentimento de nacionalidade existe sob qualquer forma, existe um caso de *prima facie* para unir todos os membros sob um mesmo governo, e um governo separado para eles mesmos (...)”, isto para afirmar que a questão do governo deve ser decidida pelos governados.³⁶⁰

De modo oposto, Herder persiste nos fatores de natureza fundamentalmente culturais, que não dependem da opção dos indivíduos. Não se escolhe a nação, nasce-se nela. Entre os elementos de inclusão destacam-se a língua, que considera expressão viva dos povos. O universalismo francês, contrário à cultura única, defendeu que a língua é um meio fundamental para o conhecimento da cultura e dos valores de uma nação, deste modo incentivou a procura pelas raízes nacionais. A vernaculização da nação tornou-se a finalidade para muitos países europeus. Os folcloristas buscaram, junto do povo, os dialetos mais antigos, as lendas e a poesia que atestem a autenticidade nacional. No contexto da modernidade, a identidade

³⁵⁷ Essa obra é um tratado de história e filosofia originalmente publicado em quatro partes, o que inclui 20 livros. Cf. HERDER, Johann Gottfried. *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*. Riga: Johann Friedrich Hartknoch, 1784-91.

³⁵⁸ AMANTE, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 12.

³⁵⁹ Esta conferência pronunciada por Ernest Renan tem como pano de fundo a guerra franco-prussiana e a anexação alemã da Alsácia e Lorena. O que possivelmente explique o pensamento expresso pelo autor no sentido de afirmar que as fronteiras não decorrem da geografia, língua, religião ou raça, mas sim dos desejos dos grupos em persistir enquanto comunidades. Definindo, assim, a nacionalidade no sentido de uma cultura comum difundida como identidade coletiva. Deste modo busca refutar as teorias antropológicas baseadas na raça. Cf. RENAN, Ernest. *Op. cit.*

³⁶⁰ MILL, John Stuart. *Considerations on representative government*. Londres: Parker, son, and Bourn, 1861. p. 193.

portuguesa foi ponderada também em termos da sua “etnogênese”, tornando-se, os habitantes de Portugal, segundo Bastos, num “(...) tópico ensaístico obsessivo”.³⁶¹

O tema da identidade portuguesa foi debatido nas últimas décadas do século XIX e XX por diversos intelectuais sob o filtro de diferentes campos do saber: história, sociologia e antropologia. As referências teóricas enunciadas acima exerceram forte influência sobre os escritos acerca da identidade da nação. Com efeito, as teses da origem da nação portuguesa surgem polarizadas. Na década de 70 do século XIX, Teófilo Braga, ao estilo herderiano, romântico, buscou na literatura e nas tradições populares o *ethos* nacional.³⁶² Da sua análise sobre a história nacional depreende-se a presença do povo como elemento fundamental nos momentos de viragem.³⁶³

Anos antes, Almeida Garrett, atestando a importância da tradição e do passado como balizas de cultura e da identidade de uma nação, pesquisou as lendas e tradições populares, material que embasa a sua obra *Romanceiro e Cancioneiro geral* (1843).³⁶⁴ A relevância da singularidade esteve sistematicamente ressaltada e a distinção foi a tônica que permeou os discursos românticos. Na última década do XIX esse discurso sofreu um significativo revés: o otimismo dará lugar à ideia de decadência, reproduzida em contextos diversos. Como destacou João Leal, a reflexão sobre a identidade portuguesa se transformará. A construção da nação deixa de ser o tópico dominante, sendo substituída pela interrogação desta à luz das teses decadentistas.³⁶⁵

Autores de diversos quadrantes da elite intelectual novecentista reproduziram uma imagem negativa da cultura e identidade portuguesa. Historiadores, escritores e políticos defenderam uma “(...) teoria do desvio histórico”.³⁶⁶ A reflexão sobre a vida social, política e cultural portuguesas, levou-os a procurar no passado os motivos da “decadência”. Para intelectuais como Oliveira Martins e Antero de Quental, era como se o país tivesse perdido o rumo a partir do século XVI. Esta perspectiva mais negativista esteve presente na passagem do século XIX para o XX. O debate se dava

³⁶¹ BASTOS, José Gabriel Pereira. *Portugal europeu. Estratégias identitárias inter-nacionais dos portugueses*. Oeiras: Celta Editora, 2000. p. 05; AMANTE, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 13.

³⁶² BRAGA, Joaquim Teófilo Fernandes. *História da Litteratura Portuguesa- Introdução*. Porto: Editora Imprensa Portuguesa, 1870; AMANTE, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 13.

³⁶³ MATOS, Sérgio Campos. *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

³⁶⁴ GARRET, João Baptista da Silva Leitão de Almeida. *Romanceiro e cancionero geral*. Lisboa: Typographia da Sociedade propagadora dos conhecimentos úteis, 1843. Vol. 1.

³⁶⁵ LEAL, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000. p. 56.

³⁶⁶ MATOS, Sérgio Campos. *Op. cit.*

em torno dos diferentes modos de interpretar a decadência nacional, suas causas e possíveis soluções. Destacando-se duas correntes: o saudosismo e o racionalismo crítico.³⁶⁷

O poeta Teixeira de Pascoaes na obra *A arte de ser português* retomou a exploração das tradições populares e defendeu que o saudosismo não é apenas um traço da literatura, mas, também, o “modo de ser”, e, desse modo, se constitui em uma particularidade da “alma nacional”.³⁶⁸ Com o autor, recupera-se o nacionalismo cultural e realçam-se a diferenciação e o exclusivismo nacionais. A saudade é a “realidade essencial” da nação, à qual almeja voltar. Em sua reflexão sobre as causas da decadência nacional, o poeta, aponta o “estrangeirismo” como uma das mais significativas. De modo oposto, António Sérgio criticou a centralidade atribuída ao exclusivismo nacional e apostou numa perspectiva mais universalista e cosmopolita da identidade portuguesa. Acreditava que não era na valorização do passado que se resolveria os problemas do presente ou se “restauraria” a identidade nacional, mas sim no desenvolvimento do espírito crítico das elites intelectuais. Ideia que se manteve influente principalmente na historiografia portuguesa até a década de 70 do século XX. O que, como observa Matos,³⁶⁹ foi motivado pelo fato do escritor ter criticado veementemente o nacionalismo conservador e exclusivista presente nas últimas décadas do século XIX, que acabou por se impor no período do Estado Novo.³⁷⁰

Dentre os autores contemporâneos que se debruçaram sobre a definição dos conceitos, identificamos uma discussão recente sobre a nação, o nacionalismo e a identidade nacional, que merece aqui ser explanada, em virtude de sua estreita conexão com o tema desenvolvido. A nação é concebida por Liah Greenfeld, Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Ernest Gellner, dentre outros, como decorrência de uma construção histórica ou invenção.³⁷¹ Segundo Gellner, por exemplo, “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem”,³⁷² já que é o Estado o verdadeiro construtor da

³⁶⁷ AMANTE, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 14.

³⁶⁸ PASCOAES, Teixeira de. *Arte de Ser Português*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1991.

³⁶⁹ MATOS, Sérgio Campos. *Op. cit.*

³⁷⁰ AMANTE, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 14-15.

³⁷¹ MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *Civilização e Barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde de Uruguai*. 2006. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2006. p. 16.

³⁷² GELLNER, Ernest. *Thought and change: nature of human society series* World University. Londres, Reino Unido: Weidenfeld and Nicolson, 1964. p. 169.

nação.³⁷³ Eric Hobsbawm aborda o nacionalismo como fenômeno histórico, destinando especial atenção às mudanças e transformações desse conceito, enfatizando o “(...) elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações”.³⁷⁴

Para Iara Andrade identidade nacional é, também, um termo subjetivo, definindo uma representação formulada por intelectuais com interesses diversos. Nas palavras de Stuart Hall: “(...) as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”.³⁷⁵ Trata-se, pois, de um discurso que busca homogeneizar hábitos, povos e costumes distintos atribuindo-lhes semelhanças construídas.³⁷⁶ Benedict Anderson,³⁷⁷ Renato Ortiz³⁷⁸ e Maria Stella Martins Bresciani,³⁷⁹ também, concordam com as concepções subjetivas do termo. Definindo-o como formado por discursos construídos e imaginados.³⁸⁰ Por fim, Renato Ortiz acrescenta que a identidade nacional está intimamente unida a uma reinterpretação do popular por determinados grupos sociais, razão pela qual, para ele, toda identidade é uma construção simbólica, e pressupõe um componente que homogeneiza e outro que diferencia dos demais povos.³⁸¹

Seguindo essa linha de interpretação o conceito de nação será pensado neste capítulo de acordo com os pressupostos dos autores acima comentados, mais especificamente como Benedict Anderson bem o definiu. Ou seja, como uma comunidade política imaginada, inerentemente limitada e ao mesmo tempo, soberana. É imaginada porque os membros das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros. É uma comunidade, pois, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. É limitada

³⁷³ GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Trad. Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1983.

³⁷⁴ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 18-19.

³⁷⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11^o ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 48.

³⁷⁶ ANDRADE, Iara. Algumas reflexões sobre o conceito de identidade nacional. In: Encontro regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio, 14, 2010, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: NUMEM, 2010. pp. 01-11. Disponível em:

<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1271958796_ARQUIVO_IdentidadeNacional.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2013. p. 01-10.

³⁷⁷ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³⁷⁸ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

³⁷⁹ BRESCIANE, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 2^a ed., rev. São Paulo: Editora UNESP. 2007. p. 31.

³⁸⁰ ANDERSON, Benedict. *Op. cit.*

³⁸¹ ORTIZ, Renato. *Op. cit.*, p. 08-09.

porque mesmo a maior delas, possui fronteiras finitas, para além das quais existem outras nações. E soberana porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina.³⁸²

A nação é uma *comunidade imaginada*, porque aqueles que a constituem nunca encontrarão ou conhecerão a maioria dos outros e a ideia de coletivo se faz presente na mente de cada um. A gênese dessa comunidade imaginada deve-se à reunião de dois fatores: o capitalismo e a tipografia. O livro, em língua vernácula, teria sido a primeira mercadoria a ser produzida em massa. As consequências de tal conjunção fizeram-se sentir no plano da consciência nacional, pois permitiu a um público maior comunicar e identificar-se entre si. O material escrito confere uma uniformização e fixa à linguagem, assim como, também, contribui para outorgar um sentido de continuidade à nação, objetivada como coletivo que existe no tempo. Em síntese o que tornou possível as novas comunidades imagináveis foi uma interação semiconsciente, porém explosiva, entre um sistema de produção e relações de produção capitalistas, uma tecnologia de comunicação, a imprensa, e uma fatalidade, a heterogeneidade linguística dos seres humanos.³⁸³

Segundo José Mattoso, a identidade nacional resulta da percepção que os próprios cidadãos têm de formarem uma coletividade humana. Tendo em vista que essa coletividade tem uma existência histórica, antes de iniciar qualquer reflexão, faz-se necessário não negligenciar o fato de que a identidade nacional foi continuamente revestindo diferentes formas ao longo dos tempos, portanto resulta de um processo histórico que passou por distintas fases até alcançar a expressão que atualmente conhecemos.³⁸⁴

No final do século XX e início do novo milênio o interesse das ciências humanas e sociais pela identidade nacional conhecem novas orientações. O desenvolvimento das perspectivas construtivistas da realidade social, a maior projeção das teses pós-estruturalistas que desprendem o sujeito da ação dos condicionalismos estruturais e lhe atribuem maior protagonismo, assim como, o reconhecimento da inaptidão do Estado Nação e da cultura nacional, enquanto categorias mutuamente exclusivas,

³⁸² ANDERSON, Benedict. *Op. cit.*, p. 32-34.

³⁸³ ANDERSON, Benedict. *Op. cit.*, p. 78.

³⁸⁴ MATTOSO, José João da Conceição Gonçalves. *A identidade nacional: Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Brodrado, 1998.

para dar conta do processo de construção e representação da identidade nacional, independente do caso, tornam o *ethos* nacional menos atraente.³⁸⁵

Tomada como objeto de estudo, a identidade, nas suas várias dimensões, tornou-se cada vez mais desafiadora. As referências às crises de identidade, às identidades múltiplas, aos ressurgimentos identitários, etc., revelam como a definição de si e do outro se sucedem em contextos cada vez mais competitivos. A conceptualização da identidade passa a ser encarada como um processo e não mais como um estado. Anthony Smith apontou a identidade nacional como a mais duradoura das identidades coletivas. Não é estática, encontra-se em construção, dando resposta às preocupações e necessidades diversas, assim como, é objeto de leituras e experiências muito distintas, apesar de, como assinala Smith: “sempre dentro de determinados limites”.³⁸⁶

As identidades nacionais são suscetíveis à mudança. Capazes de influenciar e de se deixarem influenciar; são, nas palavras de Mattoso, “abertas”, relacionais, em permanente construção.³⁸⁷ A confrontação com o diferente enriquece-as e o diálogo valoriza-as.³⁸⁸ Na sua representação encontram-se envolvidos aspectos de natureza objetiva, como, por exemplo: a cultura, o território, as memórias históricas, etc., e subjetiva, manifestada não só na crença de pertença, como também nas adjacências que se conferem a essa pertença, isto é, na percepção que os povos têm de formarem uma coletividade humana.³⁸⁹ Mas, ainda, no modo como, discursivamente, reproduzem essa percepção. Segundo Maria Amante, a nação impõe-se como uma construção mental, não apenas como uma comunidade imaginada como lhe designou Anderson,³⁹⁰ para reforçar a sua desvinculação territorial, localizada, estruturada no conhecimento dos pares, mas, principalmente, “(...) como uma construção discursiva que é produzida e reproduzida, transformada e desmantelada dessa forma: discursivamente”.³⁹¹

Na contemporaneidade a abordagem surge cada vez mais afastada da “essencialização”. Apreendendo-se nas dimensões de autoconsciência susceptíveis

³⁸⁵ AMANTE, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 15.

³⁸⁶ SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Trad. Cláudia Brito. Lisboa: Gradiva, 1991. p. 17; AMANTE, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 15-16.

³⁸⁷ MATTOSO, José João da Conceição Gonçalves. *Op. cit.*

³⁸⁸ MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Portugal, identidade e diferença*. Lisboa: Gradiva, 2007.

³⁸⁹ MATTOSO, José João da Conceição Gonçalves. *Op. cit.*, p. 05.

³⁹⁰ ANDERSON, Benedict. *Op. cit.*

³⁹¹ AMANTE, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 15-16.

de reprodução quotidiana, *banal*,³⁹² ou sob o contorno de *narrativa*.³⁹³ Os trabalhos que se debruçaram sobre a identidade portuguesa acompanharam este afastamento. Pesquisas mais recente dão ênfase na memória,³⁹⁴ nas representações por alusão a categorias internacionais,³⁹⁵ nas práticas discursivas voltadas para os elementos simbólicos,³⁹⁶ o que se configura em uma abordagem menos voltada à origem, ou seja, à identificação dos elementos e categorias de essencialização, e, um enfoque maior aos processos, às relações que o seu caráter “aberto” impõe, e à construção discursiva da identidade.³⁹⁷

Afirmar que a identidade nacional é construída ou imaginada, não significa que seja irreal, visto que “(...) criam sentimentos e práticas sociais que realmente despertam na população um sentimento de pertencimento”.³⁹⁸ Segundo José Carlos Reis, ela é uma realidade que abarca as mais viscerais paixões de um indivíduo.³⁹⁹ Para Benedict Anderson, “as comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”.⁴⁰⁰ Renato Ortiz afirma que, o que existe são uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em contextos variados, e não uma identidade autêntica.⁴⁰¹ De acordo com Lilia Moritz Schwarcz: “Mais que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções.”⁴⁰²

³⁹² BILLIG, Michael. *Banal nationalism*. Londres: Sage, 1995.

³⁹³ BHABHA, Homi K. *Nation and narration*. Londres: Sage, 1990.

³⁹⁴ CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*. Lisboa: Almedina, 2009; SOBRAL, José Manuel. O norte, o sul, a raça, a nação. Representações da identidade nacional portuguesa. *Análise Social* [online], Lisboa, Volume 34, (171), pp. 255-284, 2004. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218705452Q0nRE7ep1Tg38ZJ4.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

³⁹⁵ MIRANDA, Joana. *Identidade nacional: do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta, 2000; BASTOS, José Gabriel Pereira. *Op. cit.*

³⁹⁶ MEDINA, João. *Portuguesismo(s)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006; CUNHA, Luís. *A nação nas malhas da sua identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Afrontamento, 2001.

³⁹⁷ AMANTE, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 16.

³⁹⁸ ANDRADE, Iara. *Op. cit.*, p. 10.

³⁹⁹ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calon a Bonfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁴⁰⁰ ANDERSON, Benedict. *Op. cit.*, 33.

⁴⁰¹ ORTIZ, Renato. *Op. cit.*, p. 8.

⁴⁰² SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário). [Apresentação]. In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 09-17. p. 10

Alguns pensadores, de origens diversas, ensaiaram aproximações referentes ao conceito de identidade nacional portuguesa. António Fonseca afirma que desde a instauração, no século XIX, do regime representativo em Portugal, que se colocou a problemática entorno da definição do carácter nacional em termos modernos.⁴⁰³ Garret e Herculano foram os iniciadores dessa matéria, retomada depois pelos intelectuais novecentistas da geração de 70. Partindo de uma análise mais científica, encontram-se as pesquisas pioneiras de Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis.⁴⁰⁴

Não foram apenas os portugueses que se preocuparam com a definição de si mesmos. O intelectual espanhol Miguel de Unamuno pondera, em escritos datados do início do século XX, que “o povo de Portugal é triste, mesmo quando sorri (...)”,⁴⁰⁵ considerando ainda que “a mansidão, a meiguice portuguesa só se encontra à superfície; raspai-a e logo haveis de encontrar uma violência plebeia que chegará a assustar-vos”, o ensaísta conclui que, “(...) o Português é constitucionalmente um pessimista”.⁴⁰⁶

Manuel Cabral se refere à procura da “essência nacional portuguesa” como algo que tem sido buscado a partir do nacionalismo romântico até o seu congelamento pelos ideólogos do Estado Novo. Culminando, segundo Cabral, nos duvidosos caracteres nacionais do etnólogo Jorge Dias.⁴⁰⁷ Com efeito, no início do século XX surgiram diversas obras sobre esse tema, e com diferentes títulos, como por exemplo: *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* (Jaime Cortesão, 1929), *Arte de Ser Português* (Teixeira de Pascoaes, 1920) ou mesmo *Porque me Orgulho de Ser Português* (Albino Forjaz de Sampaio, 1915). Apesar desses trabalhos, foi somente

⁴⁰³ Temos que ter em mente, ainda, que por meio de ações individuais e da interação com outros, “(...) as pessoas influenciam os microssistemas onde vivem, criam condições para o seu próprio desenvolvimento e geram uma *função circular* entre a pessoa e o ambiente”. De acordo com este pressuposto, os graus de coordenação da vida humana, desde o nível histórico, sociocultural ou individual, estão integrados “(...) no funcionamento humano, originando ‘redes de ações’, dentro de um dado ambiente ecológico”. Isto é, por meio das relações entre as decorrências das ações individuais sobre o contexto e das implicações deste sobre as ações individuais é que os indivíduos se tornam agentes ativos do seu próprio desenvolvimento, e, deste modo, agentes ativos de uma constante e consecutiva recriação do carácter nacional. Cf. FONSECA, António Manuel Godinho da. Do carácter nacional à expressão das diferenças individuais. In: LAGES, Mário Ferreira; MATOS, Artur Teodoro (coord.). *Portugal: percursos de interculturalidade*. Lisboa: Acidi, 2008. pp. 07-28. p. 26.

⁴⁰⁴ FONSECA, António Manuel Godinho da. *Op. cit.*, p. 07-28.

⁴⁰⁵ Carta a Manuel Laranjeira de 1908, In: Cf. MELLO, Fernando Ribeiro de. *De Fora para Dentro*. Lisboa: Edições Afrodite, 1973. p. 159.

⁴⁰⁶ Por Tierras de Portugal y España (1908), In: Cf. MELLO, Fernando Ribeiro de. *De Fora para Dentro*. Lisboa: Edições Afrodite, 1973. p. 167-171.

⁴⁰⁷ CABRAL, Manuel Villaverde. A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância. *DADOS – Revista de Ciências Sociais* [online], Rio de Janeiro, Vol. 46, n. 3, pp. 513 a 533, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a04v46n3.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

com as obras do etnólogo Jorge Dias, a saber: *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, (1955),⁴⁰⁸ e *Estudos do Carácter Nacional Português*, (1960),⁴⁰⁹ que se consagrou a primeira experiência sistemática para definir a identidade basilar dos Portugueses e expor o seu carácter. Segundo Dias, a personalidade psicossocial do povo português poderia, talvez, ser explicada pelas diversas tendências das populações que formaram o país.⁴¹⁰

Após Jorge Dias, outros autores, partindo de múltiplas perspectivas e diferentes abordagens, deram sequência nas pesquisas sobre o tema. A esse respeito podemos citar os contributos de João Leal, *Etnografias Portuguesas. Cultura Popular e Identidade Nacional* (2000); Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha, *A Identidade Portuguesa* (1993); José Mattoso, *A Identidade Nacional* (1998) e *Identificação de Um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal* (1991); Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as Duas Razões* (1990); António Quadros, *Portugal, Razão e Mistério* (1986/1987) e *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos* (1989); Orlando Ribeiro, *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas* (1945) e *A Formação de Portugal* (1987); Maria de Lourdes Belchior, *Sobre o Carácter Nacional ou para Uma Explicação de Portugal. Ensaio* (1982); Manuel Antunes, *Repensar Portugal* (1979); Martim de Albuquerque, *A Consciência Nacional Portuguesa* (1974); Manuel Braga da Cruz, *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual. Alguns Resultados de Um Inquérito* (1989); e, por fim, Ana Alexandre Fernandes, *Identidade Nacional e Cidadania Europeia* (1998).⁴¹¹

⁴⁰⁸ DIAS, António Jorge. *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Coimbra: Tipografia de Atlântida, 1955.

⁴⁰⁹ DIAS, António Jorge. *Estudos do Carácter Nacional Português*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

⁴¹⁰ DIAS, António Jorge. *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Coimbra: Tipografia de Atlântida, 1955; FONSECA, António Manuel Godinho da. *Op. cit.*

⁴¹¹ Cf. LEAL, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. Cultura Popular e Identidade Nacional. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000; SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel. *A Identidade Portuguesa*. In: MATTOSO, José. (dir.). *História de Portugal*. Vol. 04: António Manuel Hespanha (coord.). O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 19-37; MATTOSO, José João da Conceição Gonçalves. *A identidade nacional: Portugal*. Lisboa. Brodrado, 1998; MATTOSO, José João da Conceição Gonçalves. *Identificação de Um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal*, 1096-1325. Oposição. Lisboa: Editorial Estampa, 1991; LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. 3ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990; QUADROS, António. *Portugal, Razão e Mistério*. 2ª Ed. Lisboa: Guimarães editores, 1999; QUADROS, António. *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989; RIBEIRO, Orlando. *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*. Coimbra: Coimbra Editora, (1945, com várias reedições); RIBEIRO, Orlando. *A Formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987; BELCHIOR, Maria de Lurdes. *Sobre o Carácter Nacional ou para uma 'Explicação' de Portugal*.

Em Portugal, na conjuntura de publicação da revista *A Ilustração Luso-brazileira*, alargando-se ao longo de toda a segunda metade do século XIX, os escritos sobre o nacionalismo encontravam-se envoltos em um aceso debate ideológico sobre os caminhos do futuro da nacionalidade. Em pauta encontrava-se a “questão ibérica”, problemática decorrente de racionalidades supranacionais envolvidas numa complexa querela peninsular e europeia. Discursos proeminentemente teóricos, desprovidos ora de confirmação histórica, ora de franca implantação. O *iberismo* não foi, entretanto, excepcionalmente acadêmico, pelo que animou uma ampla literatura apologética, de contestação, ou analítica, produzida ao longo de várias décadas e estendida por diferentes gêneros, sobretudo, os periódicos.

3.2 O nacionalismo e a questão ibérica.

O termo *iberismo* foi empregado para fazer alusão à união política de Portugal com a Espanha. Contudo, esta foi arquitetada de formas muito díspares. O uso político dessa expressão em Portugal colaborou para deformar ainda mais o significado do *iberismo*. Utilizado como calúnia para difamar o antagonista político, assim como, para fazer alusão a atitudes anexionistas, fantasiosas ou reais, porém explicáveis unicamente dentro de um nacionalismo genuinamente espanhol. Em meados do século XIX, embora os grupos partidários da união ibérica fossem heterogêneos, todos coincidiam no fato de serem liberais ou ideologicamente herdeiros do liberalismo. Conferiam, portanto, grande importância à vontade popular como condição para formalizar uma adesão sempre imaginada de modo pacífica e fraternal. Posteriormente, apareceram interpretações da união mais inclinadas para outros aspectos do que pela vontade popular. Por vezes, tais atitudes provinham de sujeitos que se imaginavam como elementos integrantes de uma pátria ibérica, mas noutras intencionava-se apenas alargar as fronteiras da Espanha. Em todos os casos, os

(Ensaio). *Nação e Defesa [online]*, Lisboa, Ano VI, pp. 11-31, Jan-Mar, 1982. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2872/1/NeD21_MariadeLoudesBelchior.pdf>. Acesso em 05 fev. 2016; ANTUNES, Manuel. *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, 1979; ALBUQUERQUE, Martim de. *A Consciência Nacional Portuguesa: ensaio de história das ideias políticas*. Lisboa: [s.n.], 1974; CRUZ, Manuel Braga da. Nacionalismo e Patriotismo na sociedade portuguesa actual – Alguns resultados de um inquérito. *Nação e Defesa [online]*, Lisboa, Ano XIV; n. 49, pp. 12-32, jan. /mar., 1989. Disponível em: <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD49.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2016; FERNANDES, Ana Alexandre. Identidade Nacional e Cidadania Europeia. In: PAIS, José Machado; CABRAL Manuel Villaverde. (orgs.). *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras, Celta, 1998.

herdeiros do liberalismo reagiram, censurando estes projetos de união, estranhos ao espírito fraternal que possuíam.⁴¹²

O iberismo foi um produto do liberalismo inicial e, na medida em que este se desenvolveu e se fracionou, passou, ao longo do tempo, para variados setores ideológicos, alcançando, também, o movimento operário. Com a mudança geral de orientação do nacionalismo, a partir da década de 1870, tornou-se mais reiterado encontrar nacionalistas ibéricos não iberistas, isto é, que não localizavam no consentimento popular uma condição prévia à união. Na maioria dos casos por interpretarem que a nação era uma entidade anterior e encontrava-se acima da vontade da população que a compunham. Entretanto, o iberismo persistiu como tendência largamente predominante no seio do nacionalismo ibérico.⁴¹³

No século XIX e primeiras décadas do XX, a Europa oscilava em meio a duas tendências aparentemente contraditórias, a progressão tangível do nacionalismo e a afirmação generosa do internacionalismo. Nesta conjuntura, Portugal confrontou-se com a recolocação das doutrinas iberistas, apregoadas por vários pensadores portugueses e por vastos setores espanhóis. Desde a monarquia à república, a questão ibérica teve forte presença. Foram realizados inúmeros projetos que tendiam a união peninsular defendendo as mais diversas fórmulas políticas. O objetivo comum era inaugurar uma nova era de “grandeza” hispânica. Consoante às preferências ideológicas de cada grupo ou indivíduo; do unitarismo ou dualismo ao federalismo.⁴¹⁴

Segundo Sampaio Bruno, as raízes da polémica questão ibérica, submergem na plena “primavera dos povos”, mais especificamente o emblemático ano de 1848.⁴¹⁵ Num contexto utópico, quando 400 portugueses e espanhóis emigrados em Paris constituíram o Clube Democrático Ibérico, e, nas ruas da cidade, aclamaram a união

⁴¹² Em 1861 os autores Abdón de Paz e Pio Gullón abordaram o tema da união ibérica, em seus respectivos livros de análises econômicas. De um modo diferenciado, pois partiam de uma postura de superioridade espanhola e de desprezo pela vontade e identidade portuguesas. Cf. PAZ, Abdon. *Espanã y Portugal*. Madrid: Imprenta de Isidoro Peciña, 1861; GULLÓN, Pio. *La fusión ibérica*. Madrid: Imprenta de Gabriel Alhambra, 1861. Distintos iberistas como Sinibaldo de Mas reagiram a esses postulados. Cf. MAS, Sinibaldo. *La Iberia*, 3.a ed., Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1854, p. 50; ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 638.

⁴¹³ A abertura ao movimento operário produziu-se por meio do republicanismo federal. Na mudança de uma ideologia para a outra surgiram iberistas como Fernando Garrido em Espanha e Antero de Quental em Portugal. Cf. ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 638-639.

⁴¹⁴ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Portugal no tempo do Romantismo. In: Museu Nacional Soares dos Reis. (Org.). *As belas-artistas do romantismo em Portugal*. Porto: Instituto Português de Museus, 1999. pp. 10-18. p. 10-11.

⁴¹⁵ BRUNO, Sampaio. *Os Modernos publicistas portugueses*. 2ª ed. Porto: Livraria Chradron de Lello & Irmão Editores, 1987. p. 80.

peninsular empunhando a bandeira da Ibéria.⁴¹⁶ Apesar de este ideal ter sido, em partes, defendido pelos periódicos republicanos da época, a questão é desencadeada apenas em 1851 com a publicação do livro *A Ibéria*, do espanhol Sinibaldo de Mas, o qual defendeu a união pacífica de ambos os países sob a fórmula monárquica, e enfatizou os benefícios econômicos resultantes para Portugal.⁴¹⁷ A dimensão utópica predominava nos textos publicados que defenderam essa ideia.⁴¹⁸ As fusões racionais e espontâneas entre os povos com afinidades representavam os apaziguamentos e as reconciliação entre eles, o desarmamento de dois exércitos, uma nova vitória da humanidade, um degrau a mais na escala da civilização. Desejava-se um processo de união que garantisse a liberdade e progresso dos dois povos peninsulares “(...) sem tyrannizar Portugal, que deveria começar pelas relações intellectuais, seguida das económicas, com o estabelecimento de um *zollverein* pleno”. Feito que se apresentava como, conveniente já que continha “o único porvir feliz que restava aos habitantes de Portugal”.⁴¹⁹

José Félix Nogueira, um dos principais teóricos do republicanismo português, por sua vez, concebeu uma federação de municípios que consistiria, a nível externo, com a federação dos povos ibéricos. Em suas pesquisas apresentadas no livro *Estudos sobre a reforma em Portugal* (1851), explicou que a vantagem dessa opção era deixar incólume a individualidade nacional e asseverar a assistência e felicidade dos povos. A federação proporcionaria um acréscimo de força, riqueza e bem-estar. A idealizada Federação Peninsular necessitaria de corresponder à divisão provincial já estabelecida pela história e pela tradição, sendo constituída por quinze estados: Portugal e as catorze províncias espanholas (Leão, Estremadura, Andaluzia, Granada, Múrcia, Valência, Aragão, Catalunha, Navarra, Biscaia, Astúrias, Galiza,

⁴¹⁶ PRADA, António Moliner. *La Federación Ibérica y la Revolución de 1848. Ler História*, Lisboa, nº 16, 1989. p. 125.

⁴¹⁷ MAS, Sinibaldo de. *A Ibéria: memoria sobre la conveniencia da uniao pacífica e legal de Portugal e Hispania*. 3ª ed. Lisboa: Typographia do Progresso, [1851], 1855.

⁴¹⁸ Um exemplo é a obra, *Sinopse da História da Península desde a Invasão dos Árabes até Hoje*, que contém 42 pequenos mapas da península, e questiona-se, no último, acerca da data em que aconteceria a Ibéria. Latino Coelho, um dos editores da revista *A Ilustração Luso-brazileira*, foi o tradutor deste livro e o autor do seu prólogo. Coelho, nesse texto, divulgou a sua crença na grande federação da Europa, causadora de paz e equilíbrio, ambicionando pela “diminuição progressiva do número dos estados independentes”.

⁴¹⁹ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Iberismo e nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia. *Revista de História das ideias* [online], Coimbra, Volume 31, p. 257-284, 2010. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53834/2/cmeirelespereiraiberismo000120585.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

Castela-a-Nova e Castela-a-Velha). Esta desintegração da Espanha reflete o anseio de assolar a supremacia política castelhana sobre as remanescentes regiões com as quais Portugal formaria um acordo político, compondo-se uma ampla nação peninsular: a Ibéria dos Povos.⁴²⁰

A justificação da utopia ibérica assumiu duas fórmulas dominantes. Por um lado, à republicana federalista que à saudade das antigas autonomias locais (províncias, municípios, *fueros*) combinava a doutrina federativa embasada nos exemplos da Suíça e dos Estados Unidos da América. Por outro, a monárquica unitária, que buscava a junção peninsular sob uma coroa, única, colocava o tema principal na restauração da importância da Península, no pacto das nações e na noção de prosperidade econômica, nas palavras de Carlos Caldeira, na promessa do “imenso porvir de grandeza e glória”.⁴²¹ Contudo, apesar da falta de concordância com relação ao modo da federação peninsular, este caminho federalista guiará as reflexões republicanas e progressistas do século XIX, confiantes de que a livre associação dos povos descobriria os seus rumos.⁴²²

Esta visão otimista encontra-se presente nos escritos do açoriano Joaquim Maria da Silva, que em 1854 antecipava a instauração dos Estados Unidos da Ibéria, segundo ele: “Felizes os que então viverem! Beneméritos da humanidade os que concorrerem com os seus esforços e vontades para o alcance e realização dessa idade de ouro, de paz, de fraternidade”. O autor, em sua visão utópica, prognosticava uma conciliação supranacional, pois avaliava que para além da união peninsular, a missão da união ibérica baseava-se em dar início “a grande reforma do gênero humano”. No pensamento de Joaquim Silva, na sequência da união dos povos da península, as ex-colônias portuguesas e espanholas na América também se juntariam, depois viriam às demais nações, uma a uma, “(...) até que o gênero humano se funda em uma só família com uma só religião, com uma só língua, com uma só lei”.

423

⁴²⁰ NOGUEIRA, José Félix Henriques. *Estudos sobre a reforma em Portugal*. Lisboa: Typographia Social, 1851. - 2 v; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *Op. cit.*, p. 260.

⁴²¹ CALDEIRA, Carlos José. *Apontamentos duma Viagem de Lisboa à China*. Lisboa: Tip. de Castro & Irmão, 1852-53, vol. 02. p. 287. Os títulos e as transcrições se apresentam em grafia atualizada.

⁴²² PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *Op. cit.*, p. 261.

⁴²³ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *Felizes os que então viverem! Estados Unidos da Ibéria – Uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva*. (Edição de texto, introdução e notas). Braga: Edições Quasi IFLUP, Coleção Biblioteca das Utopias, 2006; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Iberismo e nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia. *Revista de História das ideias* [online], Coimbra, Volume 31, p. 257-284, 2010. Disponível em:

O ideal ibérico adotava, de forma derradeira, a configuração de um utopismo quase messiânico, que resolveria os problemas urgentes do país, principalmente políticos e econômicos, e ia de encontro aos anseios filosóficos e humanitários de gerações mais insatisfeitas. Raimundo Capela, por exemplo, escreveu na *Gazeta de Notícias* o seguinte: “A união ou a fusão ibérica parecia-lhe e parecia a todos nós uma conveniência política e uma necessidade fisiológica”.⁴²⁴ O que não é verdade, tendo em vista que não houve um consenso sobre as vantagens ou malefícios que resultariam dessa união, assim como, muitos foram mudando de posicionamento a respeito desse tema ao longo dos anos.⁴²⁵

Muito mais intensa do que a propaganda ibérica foi a de sentido contrário. Sua divulgação se deu, a partir dos anos 1850, por todos os meios de comunicação. O principal veículo de promoção das ideias anti-ibéricas foi a imprensa periódica. A chamada “questão ibérica” esteve presente nas páginas da quase totalidade dos periódicos portugueses do século XIX. Marcou presença, também, na revista *A Ilustração Luso-brazileira*. Há de se considerar, também, toda uma vasta literatura produzida com esse objetivo. Contudo, a mensagem não era transmitida apenas pela palavra escrita e lida, mas, igualmente, pela palavra ouvida e cantada, em contextos tão distintos como, por exemplo, a escola, ou a igreja, a festa popular ou o teatro. Promovida por este clima, criou-se, em 1861, a Associação 1º de Dezembro, com Comissão Central em Lisboa e fragmentada em numerosas delegações regionais, que inscreveu o ritual de celebração da Restauração na liturgia cívica nacional, promoveu a criação de “lugares de memória” e reivindicou, ordenadamente, a reorganização militar da nação. Rememorou-se, de forma reiterada, a memória de 1580; a lembrança do domínio filipino lançava o receio de reprodução da história e essa dominação significava o “(...) abismo cavado para sempre entre as duas nacionalidades”.⁴²⁶

Para além da sua forte presença na imprensa, a questão ibérica, ainda, penetrou múltiplos domínios da literatura da época que vai da historiografia ao romance, do opúsculo ao prefácio, do drama à carta, da canção à caricatura, do opúsculo ao ensaio, da oratória à sátira, da poesia ao sermão, etc. Ganhou

<<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53834/2/cmeirelespereiraiberismo000120585.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2016. p. 261.

⁴²⁴ CAPELA, Raimundo. [apud] PAXÊCO, Fran. *A escola de Coimbra e a dissolução do romantismo*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, Livraria Editor, 1917. p. 64.

⁴²⁵ A esse respeito, destacam-se: Antero de Quental e Oliveira Martins. Cf. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *Op. cit.*, p. 262-271.

⁴²⁶ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *Op. cit.*, p. 271-272.

notoriedade no debate socializante de 1848. Ampliou-se, no plano interno, com a morte prematura de D. Pedro V, e, nos inícios do decénio de 60, com a unificação italiana. Em 1868 atingiu novas possibilidades com a revolução que destronou Isabel II de Bourbon e lançou a Espanha em busca de um novo rei, insistindo nas candidaturas de D. Luís e D. Fernando II. Reabriu-se entre 1873 e 1875 durante a primeira república espanhola, e não deixou de manifestar-se após a restauração borbónica conseguida com Afonso XII. Questão que suscitou debates inflamados de cidadãos de ambos os países e exerceu atuação constante no imaginário e na administração política do Estado. O qual não se deixou amedrontar com os alvitre da Espanha e se acomodou na “proteção” inglesa e todas as suas decorrências, quer no espaço metropolitano, quer ultramarino.⁴²⁷

O nacionalismo ibérico é distinto dos nacionalismos português e espanhol, pois estes eram favorecidos pela existência de Estados. O objetivo do nacionalismo ibérico, denominado por nome “Ibéria”, não é estritamente assimilável ao Estado português, nem ao espanhol. O que não o torna menos relevante face às demais ideologias nacionalistas do século XIX.⁴²⁸

A questão ibérica, tema que já se fazia presente no imaginário desde longa data, posta novamente em evidência em Portugal nos meados do Oitocentos, advém de duas disposições, a princípio, contraditórias, mas ambas em voga no período. Por um lado, o utopismo das luzes assente nas ideias de fraternidade universal e no pacifismo; e, por outro, a valorização das particularidades típicas do romantismo com o surgimento do Estado-Nação e o consequente movimento das nacionalidades. Este dilema que circunscreve a discussão sobre o ideal ibérico encontra-se presente no estudo pioneiro sobre o tema, de autoria de Fernando Catroga (1985), sob o título: *Nacionalismo e Ecumenismo*. Segundo o historiador português, a discussão se dava em termos de “(...) salvaguardar a identidade nacional sem bloquear a integração de Portugal nessa caminhada para a edificação da *Cosmópolis*”.⁴²⁹

A alternativa ibérica era compatível com o nacionalismo liberal, bem como, se constituía em um exemplo dele mesmo. Eric Hobsbawm afirma a importância que para

⁴²⁷ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Portugal no tempo do Romantismo. In: Museu Nacional Soares dos Reis. (Org.). *As belas-artistas do romantismo em Portugal*. Porto: Instituto Português de Museus, 1999. pp. 10-18. p. 10-11.

⁴²⁸ ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 634.

⁴²⁹ CATROGA, Fernando. Nacionalismo e Ecumenismo: a questão Ibérica na segunda metade do século XIX. *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol. 6, pp. 419-463, 1985. p. 423;

os nacionalistas liberais teve o chamado “princípio do limiar”, em virtude do qual existia a crença de que os pequenos Estados eram impossibilitados de promover a cultura ou o progresso, sendo, assim, preferíveis os grandes Estados. Portugal, ao longo do século XIX, enfrentava problemas externos e internos. O país tinha dificuldade em alçar-se como nação aos olhos dos países europeus que debatiam sobre quais países poderiam ser considerados nação. Sobre essa questão, Hobsbawm, chama a atenção para o *Dictionnaire Politique*, de Garnier-Pagès,⁴³⁰ publicado em 1843, que considerava “ridículo” que Portugal e a Bélgica constituíssem nações independentes, porque eram muito pequenas.⁴³¹

Consequentemente, sobressaíram-se, de início, os nacionalismos de tipo unificador. Um exemplo foi o, relativamente popular, nacionalismo polaco que pretendia unificar uma nação fragmentada entre três Estados para reconstruir um antigo que fosse capaz de superar o critério liberal de “viabilidade”. O “princípio do limiar” favorecia a adoção das ideias ibéricas. Após vários séculos de crescimento, ambos os Estados se viram em algumas décadas diminuídos. Retirados inclusivamente da posição de potências subalternas angariadas ao longo do século XVIII. Nesse quadro, foi propício que aparecesse uma crise. Muitos intelectuais viram-se, de novo, as voltas com preocupações como, por exemplo, as da independência e da identidade nacionais, e, do prestígio externo. Nessa conjuntura, dois acontecimentos fizeram com que se animassem as ideias ibéricas: a reunião de liberais espanhóis e portugueses no exílio; e a atitude da monarquia promovendo a involução em 1823.⁴³²

Em Portugal, a crise foi agravada por alguns acontecimentos, dentre os quais: ter-se transformado “virtualmente” durante algum espaço de tempo numa “colônia” do Brasil, onde os Braganças permaneceram a residir, mesmo após o final da guerra peninsular; e, pela demasiada interferência britânica, por vezes com o consentimento da monarquia, que conferiu a alguns sujeitos dessa nacionalidade, como Beresford, postos importantes para o governo de Portugal. Estas circunstâncias fizeram com que alguns grupos passassem a duvidar da efetividade e independência portuguesa. Ou

⁴³⁰ GARNIER-PAGÈS, Etienne. *Dictionnaire politique*: Encyclopédie du langage et de la science politiques, rédigé par une réunion de députés, de publicistes et de journalistes, avec une introduction par Garnier-Pagès, publié par E. Duclerc et Pagnerre. Paris: Pagnerre, 1843.

⁴³¹ HOBBS AWM, Eric John Ernest. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 30-31; ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 635-636.

⁴³² ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 635-636.

até mesmo, convencer-se de que o país necessitava de recursos suficientes para manter-se como um Estado autenticamente independente na Europa. A Espanha aparecia-lhes como uma nação culturalmente afim e susceptível de formar, com Portugal, um poderoso Estado na Europa. O que, com efeito, se tornaria a segunda potência colonial a nível mundial, capaz de garantir a independência política, o progresso económico, e o prestígio internacional almejado. A separação de suas colónias foi, também, traumática para os espanhóis. Um exemplo da adoção do nacionalismo ibérico como decorrente das perdas coloniais encontra-se na obra *De la situación y de los intereses de Espana en el movimiento reformador de Europa* (1848), do jornalista Andrés Borrego.⁴³³ O autor foi um dos mais fervorosos iberistas do século XIX.⁴³⁴

A percepção liberal e romântica da nação associava-se as ideias cosmopolitas, pacifistas e humanistas e, herdadas da Ilustração, almejava obter um consenso universal. Tais ideias conservaram-se com força no federalismo ibérico, porém, em geral, foram paulatinamente abandonadas, como decorrência do alargamento geral do nacionalismo. Existiam elementos favoráveis ao desenvolvimento do nacionalismo ibérico no plano cultural e, no político, como fruto dos princípios liberais. O romantismo promoveu o culto dos valores nacionais e não faltam exemplos em que nacionalismo, liberalismo e romantismo encontram-se reunidos, como, por exemplo, nas obras de José de Espronceda e Almeida Garrett.⁴³⁵ Concomitante aos fatores de tipo ideológico ou político, os fatores de mudança económica e social foram sublinhados como relevantes no sentido de serem produtores de nacionalismos.⁴³⁶ O que se refletiu diretamente na Península, a despeito de revelar certo atraso em face de outras regiões europeias.⁴³⁷

⁴³³ Cf. BORREGO, Andrés. *Autocrítica del liberalismo espanol*, comentado por D. Gómez Molleda. Madrid: Iter, 1970. p. 181. Trata-se de uma reedição do livro publicado por Andrés Borrego em 1848 com o título: *De la situación y de los intereses de Espana en el movimiento reformador de Europa*.

⁴³⁴ ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 636.

⁴³⁵ A posição de Garrett sobre a união ibérica encontra-se expressa, dentre outros textos, em *Portugal na Balança da Europa*. A ideia de pertencer à Espanha cultural e geograficamente, fenómeno que no pensamento do liberalismo deveria obter politicamente forma, encontra-se nos acontecimentos íntimos, como, por exemplo, na descrição dos seus namoros com três irmãs britânicas, quando conferiu a sua paixão ao fervor do seu sangue espanhol. A respeito dessa passagem, conferir. Cf. BRAGA, Teófilo. *Garrett e o romantismo*. In: BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa*. Vol. 29. Porto: Lello e Irmão, 1903. p. 484. Quanto ao Espronceda, os seus textos para *El Pensamiento* (1841), reclamando a união ibérica, constituem um excelente exemplo do nacionalismo romântico e liberal. Cf. ESPRONCEDA, José. *El Pensamiento*. Obras, edição, prólogo e notas de Jorge Campos. Madrid: Atlas, 1954, pp. 592-599.

⁴³⁶ Cf. GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Trad. Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1983.

⁴³⁷ ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 637.

Para José Rocamora, em rigor, não faz sentido interpretar os nacionalistas ibéricos como traidores dos seus respectivos Estados. Tendo em vista que o objetivo dos liberais iberistas era, justamente, fortalecer o Estado e sanear a economia, contudo, defendendo a identidade nacional. Os nacionalismos português e espanhol eram conflitantes entre si, porém, ambos se encontravam compatíveis com o nacionalismo ibérico. Deste modo, não surpreende a presença de partidários da união ibérica atuantes no aparelho político dos seus respectivos Estados, ocasionalmente em postos muito importantes. Acreditavam que o progresso dos países não deixaria de ser favorável na ocasião em que as situações admitissem a união.⁴³⁸

As justificativas utilizadas eram de dois tipos. Por um lado, os nacionalistas se valiam de fatores políticos, como a vontade popular, mas, por outro, aproveitavam de elementos que faziam alusão a temas de índole histórica, geográfica, religiosa, cultural, etc., sentidas por eles como determinantes. Os métodos empregados se assemelhavam aos de outros nacionalismos, sendo análogos aos utilizados pelas frações liberais na busca pelo poder. Em resumo, o nacionalismo ibérico surgiu como um nacionalismo que, principiando-se da existência de uma nação ibérica, definida culturalmente, asseverava que era apetecível que esta fosse politicamente ligada, isto é, que os Estados português e espanhol deviam unir-se.⁴³⁹

Tendo em vista que os discursos iberistas utópicos não tiveram concretização histórica, alastrando-se apenas, ainda que profundamente, nos imaginários sociais. Além disso, dadas as circunstâncias adequadas para o nacionalismo ibérico, especialmente em meados do século XIX, sincronicamente ao apogeu político do liberalismo e aos mecanismos de mudanças sociais e econômicas, como a urbanização, a alfabetização, industrialização, e a ascensão da burguesia, etc., faz-se imperioso especificar, para além das propagandas contrárias, os “possíveis” motivos que evitaram o seu êxito.

A ausência da nação ibérica não explica, pois, enquanto sentimento, o surgimento do nacionalismo é anterior ao da nação, no sentido moderno do termo. Os argumentos geográficos, históricos e culturais são iguais aos usados pelos nacionalistas espanhóis e ibéricos, com a exceção de que os nacionalistas ibéricos não poderiam apelar a um idioma comum como concentrador, como poderia fazer o português, e, o espanhol, em menor medida. Contudo, não explica o fracasso ibérico,

⁴³⁸ Ibidem.

⁴³⁹ Ibidem.

pois a unidade linguística não é deliberativa para a formação dos nacionalismos e das nações. A característica do nacionalismo ibérico de não ter conseguido inserir-se fora de uma minoria político-intelectual estabelecida, igualmente não contradiz o seu caráter de nacionalismo. Todos os nacionalismos passaram por uma fase inicial de estabelecimento restrito a estes grupos. Diversas causas internas, muitas das quais de encargo dos próprios cidadãos ibéricos, contribuíram para que não houvesse a união ibérica. Portanto, temos que tentar elucidar por quais motivos o nacionalismo ibérico, com pretextos e objetivos equivalentes a outros nacionalismos unificadores, como o italiano e o alemão, não os conquistou.⁴⁴⁰

Na área econômica ressalta-se a ausência de estímulos financeiros ou de deliberações de política econômica que impulsionassem a unificação, apesar da frequência com que foram reivindicadas pelos nacionalistas ibéricos. O comércio externo português e espanhol, em parte explicado pela semelhança das produções, foi tomado pela Inglaterra e França. Sendo comprimida a importância do comércio entre os Estados ibéricos, assim como, não houve um forte estímulo nas comunicações entre os dois Estados. Vários projetos iberistas sobre os diálogos fluviais eram insensatos,⁴⁴¹ porém quase nada foi feito do que era aplicável. A ligação ferroviária, na qual muitos colocaram suas esperanças, teve de aguardar até 1866. Outras recorrentes reivindicações, como a unificação monetária, de pesos e de medidas, igualmente não foram abordadas.⁴⁴²

No campo político, as dinastias ibéricas, de forma oposta ao que ocorria com outras de pequenos Estados da Alemanha ou da Itália, encontravam-se enraizadas desde há vários séculos. Não teve nenhum político de destaque que, apesar de simpatizante da ideia, fizesse da união ibérica seu principal objetivo. Os monarcas, de modo similar, preferiram a opção conservadora de manterem os estados como se encontravam. A união ibérica, instigada a partir das instâncias oficiais espanholas, gerou uma resistência hispanófila em Portugal. O que não acontecia na Espanha na hipótese de ser Portugal o fomentador da união. Ao longo de várias décadas existiu, por parte de alguns espanhóis, o desejo de se tornarem súditos dos Bragança como

⁴⁴⁰ SMITH, Anthony D. *Las teorías del nacionalismo*. Barcelona: Península, 1976. p. 254-261; ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 640-641.

⁴⁴¹ Sinibaldo de Mas, desejava fazer comunicar o Atlântico com o Mediterrâneo por meio de um canal entre o Douro e o Ebro. Cf. MAS, Sinibaldo de. *A Ibéria: memoria sobre la conveniencia da uniao pacífica e legal de Portugal e Hispania*. 3ª ed. Lisboa: Typographia do Progresso, [1851], 1855. p. 41.

⁴⁴² ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 643.

dinastia reinante em um possível Estado Ibérico. Os nacionalistas ibéricos praticaram equívocos que afetaram intensamente as possibilidades de atingir os seus objetivos. Como, por exemplo, a falta de empenho, nessa questão, dos políticos de ambos os lados. Outro erro foi a falta de popularidade de suas ideias. Não se utilizaram de meios propagandísticos eficientes para difundir esse pensamento na sociedade, assim como, faltou um uso da História no ensino que abordasse a criação de uma história nacional, e nacionalista, ibérica. O campo literário foi, igualmente, desaproveitado. A união ibérica ao ser considerada como um desdobramento natural dos novos tempos fez com que parte dos seus apoiadores julgasse supérfluo trabalharem para conseguí-la. Outro fator negativo foi a possibilidade de maior concorrência pelos altos cargos públicos e por prestígio social, dentre os profissionais liberais, que aconteceriam em um Estado maior. No hipotético Estado ibérico a língua mais importante seria o castelhano, o que traria desvantagens para a elite intelectual portuguesa, sobretudo os políticos e os literatos.⁴⁴³

No plano ideológico e estrutural, a diferença linguística não era uma adversidade intransponível para a criação de um nacionalismo, nem ao menos para a realização dos seus objetivos. Os problemas com relação à língua resultavam mais do seu caráter oficial e do seu papel no ensino. É certo que o ensino de diversas línguas poderia ter sido adotado, contudo, nessa conjuntura a língua mais divulgada era a utilizada, o que neste caso seria a castelhana. De modo semelhante ao que acontecia no Reino Unido ou na França, potências em que o nacionalismo ibérico se espelhava. O estado espanhol já se utilizava, para o ensino, apenas da língua castelhana, embora fosse plurilinguístico. Com efeito, não suscitava problemas na Espanha nas regiões que não falavam o castelhano, contudo, poderia trazer embaraços em Portugal, pois este se encontrava habituado ao uso oficial da sua língua e encontrava-se alheado da ocorrência de bilinguismo por parte de sua elite até o século XVII. Por outro lado, o ensino, tinha um papel de doutrinação. Devia educar os cidadãos em conformidade com o sistema político vigente e prepará-los para sacrificarem-se pela sua pátria, na ocasião em que fosse necessário. Embora, ocasionalmente, sob esta designação se ocultassem outros tipos de interesses. Tanto em Portugal como na Espanha promoveram-se, por meio do ensino, um nacionalismo coincidente com os respectivos Estados. A religião enquanto elemento aglutinador foi

⁴⁴³ Ibidem, p. 643-646.

subalternizado em benefício do nacionalismo, o que embaraçou a expansão de projetos nacionalistas diferentes.⁴⁴⁴

Segundo John Breuilly, os nacionalismos unificadores permaneceram circunscritos às elites restritas que não conseguiram dilatar a sua base social e tiveram de valer-se do apoio dos Estados cujas finalidades coincidiam com a unificação. Necessitando, ainda, que fosse concretizado em todos os Estados na mesma medida, mesmo que as situações o impedissem. Argumentações estas que são aplicáveis ao nacionalismo ibérico.⁴⁴⁵

Dentre as causas externas encontram-se: a oposição franco-britânica, mudanças na orientação do nacionalismo e as colônias. No século XVIII Espanha e Portugal tinham atuado como aliados da França e da Inglaterra, assentados em uma posição de relativa sujeição. Situação que, após as guerras napoleônicas, transformou-se, ficando ainda mais negativa para os Estados ibéricos. O motivo desta atitude advinha da perda da maioria das colônias, a qual não ficou de fora os interesses britânicos e a desvalorização da importância das antigas metrópoles. Esta situação instigou o aparecimento do nacionalismo ibérico como meio para a superação das dificuldades internas, assim como, da recuperação da notoriedade internacional. Não existiu um aval das duas potências para a aproximação ibérica, ambas divergiam entre si e com relação a influência exercida nos Estados da península, ou seja, Inglaterra e França se opuseram a união ibérica.⁴⁴⁶ Todavia, é difícil saber, ao certo, o que teria ocorrido, apesar de não faltar situações favoráveis para tal, como a conjuntura existente em 1854, quando as afinidades pela união ibérica e pela subida ao trono do monarca D. Pedro V eram muito divulgadas na Espanha e o iberismo ainda

⁴⁴⁴ A esse respeito podemos lembrar-nos do aparecimento, em 1830, do Estado belga, em clara antítese com o princípio do limiar. Resultado em parte de situações externas, como o anexionismo francês e a resultante oposição da Inglaterra. Contudo, mais do que o Estado, interessa-nos, nomeadamente, o nacionalismo. O nacionalismo belga surgiu a despeito da presença de duas línguas muito distintas entre si. Apesar disso, podia recorrer a outros fatores culturais, para além da própria vontade de estarem unidos, como, por exemplo, a ação do catolicismo face à Holanda, ou históricos, como a contiguidade com os Países Baixos, que se conservaram nas mãos da Espanha posteriormente a rebelião protestante. A separação linguística não principiou a dar problemas significativos até o período do entre guerras, após uma mudança efetuada no nacionalismo à escala europeia. Outro exemplo acerca da diversidade linguística advém da Suíça. Na Europa ocidental predominavam, e ainda se sobressaem, os Estados plurilinguísticos, apesar de que somente a língua oficial mais falada apresente caráter oficial. O português, falado em todo o Portugal é excepcional. Assim, o advento de um nacionalismo ou, inclusivamente, de um Estado ibérico não teria se constituído em um caso isolado nestas conjunturas. Cf. ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 646-647.

⁴⁴⁵ BREUILLY John. *Op. cit.*, pp. 96-97.

⁴⁴⁶ RUBIO, Javier. *Espana y la guerra de 1870*. 3 vols. Madrid: Biblioteca Diplomática Espanola, 1989. vol. 01, pp. 119-127.

tinha muitos simpatizantes em Portugal. A Inglaterra e a França encontravam-se, nesse momento, envoltas pela guerra da Crimeia, o que amortizava a sua capacidade de reação mediante uma eventual união ibérica.⁴⁴⁷

Outro aspecto que contribuiu para a não efetivação da união ibérica foram as mudanças que ocorreram na orientação do nacionalismo. A partir de 1870 o nacionalismo sofreu uma dupla viragem. Por um lado, o nacionalismo, antes utilizado pelos setores mais progressistas, sofreu uma mudança, passando a ser utilizado pelos grupos mais conservadores. Por outro, vai-se fixar cada vez mais em elementos de tipo cultural, sobretudo a língua, como fundamento da nação.⁴⁴⁸ Anterior a 1870, o nacionalismo era levado a manter ou construir grandes Estados a partir de outros menores. Aproximadamente de 1870 em diante impôs-se um nacionalismo que defendia mais os pequenos Estados culturalmente homogêneos, mesmo que essa prática levasse a dividir Estados maiores.⁴⁴⁹ Ocasão que fez com que o nacionalismo ibérico deixasse de ser visado pelas correntes nacionalistas dominantes.⁴⁵⁰

Por fim, vale ressaltar o papel das colônias que, a partir de meados do século XIX, exerceram indiretamente uma ação de recusa sobre as perspectivas do nacionalismo ibérico. Os casos português e espanhol são bastante desiguais. No contexto de expansão dos estados europeus pelo mundo, a Espanha teve que se concentrar, principalmente após a restauração dos Borbons, em manter o que restava de um império construído no século XVI. O objetivo de anexar territórios do Norte da África era um projeto capaz de competir com a união ibérica. Portugal, pelo contrário, convergiu-se para uma atividade expansionista na África subsaariana, que, se era a decorrência da procura de uma alternativa à perda do Brasil, encontra-se uma explicação no conjunto da clássica aliança com a Inglaterra. A Grã-Bretanha refutou a integração do império ultramarino no império brasileiro, que, assim, sairia fortalecido, pondo em ameaça o controle britânico no Atlântico sul. Preferiu, então, preservá-lo nas mãos da antiga metrópole, que aparecia como menos perigosa. A via da expansão colonial oferecia a Portugal um meio pelo qual o país reconquistaria a sua antiga

⁴⁴⁷ ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 647-650.

⁴⁴⁸ Esta tendência já existia anteriormente na Alemanha, contudo noutras regiões, ainda que valorizasse a relevância de elementos culturais, o que predominou foi uma concepção mais política da nação, ligada ao liberalismo. Cf. ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 646-647.

⁴⁴⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Op. cit.*, pp. 51, 112 e 130-131; BREUILLY John. *Op. cit.*, p. 23, ambos caminham neste mesmo sentido ao considerar a escassa relevância detida pelo nacionalismo unificador, desde então.

⁴⁵⁰ ROCAMORA, José António. *Op. cit.*, p. 650-651.

prosperidade e prestígio, sem necessitar de recorrer a uma medida perigosa quanto a de união com a Espanha e uma “possível” renúncia à sua independência. O que, com efeito, eliminou o iberismo na Espanha como uma opção viável, pois este buscava a união apenas se houvesse um anseio do lado português. Nesta ocasião, definitivamente desvanecida, posterior a um período, em que, sem o império brasileiro e ainda não composto o africano, pareceu imaginável que a união ibérica se difundisse entre os portugueses ou, pelo menos, entre a sua elite.⁴⁵¹

Dentre esses diversos elementos que contribuíram para o fracasso dessa empreitada, acrescente-se o importante papel que a imprensa teve na divulgação de textos, de diferentes gêneros, visando reagir às ideias propaladas de união ibérica e da formação do nacionalismo ibérico. Diversas páginas impressas foram utilizadas para criar uma identidade negativa dos espanhóis e, em contrapartida, para fomentar um nacionalismo genuinamente português.

3.3 A *Ilustração luso-brazileira* e a reação à questão ibérica.

A chamada “questão ibérica” esteve presente nas páginas da quase totalidade da imprensa periódica portuguesa do século XIX. Marcou presença, também, na revista *A Ilustração Luso-brazileira*,⁴⁵² sobretudo sob a pena de Ernesto Biester, o qual ponderou sobre as mesclas pelas quais passavam os teatros nacionais envolvendo culturas diversificadas.⁴⁵³ Segundo o autor, no futuro seria difícil reconhecer a qual país as peças pertenciam. Ressaltou que a mistura predominante se deu com a cultura espanhola, e destaca que a Ibéria se manifestava no teatro do governo, espaço que não admitia alusões políticas.⁴⁵⁴ Acontecia, nos teatros da capital, como o D. Fernando e D. Maria II, repertórios que intercalavam os dois

⁴⁵¹ Ibidem, p. 651-652.

⁴⁵² No número quatro do segundo volume, José de Torres escreveu um artigo em função da morte de José Felix Henriques Nogueira (1823-1858), um dos principais teóricos e defensores do federalismo e do iberismo em Portugal. Nesse artigo Torres comenta sobre a vida e as obras de Felix Nogueira. Cf. *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 02, n. 04, 23 jan. 1858. p. 30-31.

⁴⁵³ A polêmica também se fazia presente nos teatros espanhóis, primeiro nos dramas históricos e depois nos teatros políticos. Sobre os debates em torno da questão ibérica nos teatros Espanhóis. Cf. GARCIA, Beatriz Peralta. Portugal em el teatro político e histórico español del siglo XIX. *Historia y Política* [online], Madrid, número 29, pp. 45-73, jan. /jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=9&IDN=1310&IDA=36736>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

⁴⁵⁴ *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 04, 26 jan. 1856. p. 27.

idiomas, falava-se o português e o castelhano juntos, gerando, em alguns casos, confusões e dificuldades para a compreensão.⁴⁵⁵

O ano de 1856 conjectura um significativo ponto de inflexão no incremento do liberalismo peninsular. Em Portugal se testemunha, nesta circunstância, à primeira alternância ministerial com a composição do primeiro governo do duque, depois marques, de Loulé, o que, com efeito, provocará a consolidação da Regeneração. Na Espanha é o ano da abdicação do biénio progressista, uma experiência “(...) mal sucedida de promoção do constitucionalismo e do parlamentarismo, e de retirar dinâmica política às tentativas revolucionárias e levantamentos militares”.⁴⁵⁶ As agitações que aconteciam em solo espanhol tiveram efeito nos debates que ocorriam nos espaços de sociabilidades em Portugal. As interpretações dos eventos se davam de acordo com os posicionamentos políticos de cada indivíduo. Segundo Biester, absolutistas e moderados, progressistas e conservadores, legitimistas e republicanos, todos buscavam o triunfo da sua causa, e ao presenciarem alguma de suas bandeiras hastearem-se na nação vizinha, tinham um bom presságio.⁴⁵⁷

Sobre esses episódios, no número trinta do primeiro volume, Biester apresentou seus argumentos. Posicionou-se de modo contrário a uma, possível, união ibérica, e, asseverou que: “decididamente o *iberismo* é uma ideia irrealizável”. Em sua argumentação ressaltou que a homogeneidade do clima não significava que existiria uma uniformidade de caráter. Uma decisão que unisse os países sob os mesmos hábitos e as mesmas leis, contra os cálculos e previsões, acabaria por separar os cidadãos, como se estes habitassem em diferentes regiões. Dentre as especulações encontram-se os ódios e os fanatismos políticos, as vinganças sanguinárias, e o crescente número de mártires, pronunciamentos do povo e do poder, golpes de insurreição ou de Estado, uma vitória ensanguentada, fuzilamentos, etc., elementos que constituíam o drama pelo qual os espanhóis passavam. Conclui que, independente dos discursos empregados sobre as analogias dos dois povos e os

⁴⁵⁵ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 18, 03 maio. 1856. p. 144.

⁴⁵⁶ GONZALO, Ignácio Chato. Portugal e Espanha em 1856: a díspar evolução política do liberalismo peninsular. *Análise Social* [online], Lisboa, volume 182, pp. 55-75, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n182/n182a03.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

⁴⁵⁷ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 30, 26 jul. 1856. p. 239.

cálculos sobre as vantagens econômicas que viriam com a união, todos os argumentos perderiam eficácia mediante a índole distinta das duas nações.⁴⁵⁸

Criava-se uma forte reação à propaganda ibérica, seja a lançada internamente, ou a originária da Espanha. Essa oposição deu origem a fortes representações contundentes e pejorativas aos espanhóis, objetivava-se transmitir a ideia de sua inferioridade moral e a ameaça de invasão. A união foi identificada com a morte da pátria e o consequente aniquilamento da nacionalidade. A luta anti-ibérica projetou um horizonte de expectativas distópico, caracterizado pela tirania, miséria e opressão. Assim, destacava-se a carência constitucional e o descrédito do regime liberal da Espanha, local em que as declarações militares, os fuzilamentos e os fanatismos religiosos verificavam-se comumente.⁴⁵⁹

Os espanhóis eram representados como portadores de uma natureza intensamente cruel, desonesta e sanguinária, favorável à criminalidade e adaptada a uma diversão nacional regada à violência: as touradas. Segundo Biester, para os espanhóis há na tourada uma vida, um entusiasmo e uma animação que não se encontram em nenhum outro lugar. Desse modo, foram comuns às representações da Espanha do garrote em perpétua “embriaguez sanguinária” e “vergonhosa barbárie”, assim como, “unia posta de sangue” à “África europeia”. Em suma, a catástrofe e a humilhação da humanidade, na generalidade, e “ferrete de ignomínia da Europa do século XIX”, em particular. A sua educação era a “do curro”, sobressaindo à lei do Corão: “crê ou morre”. Dentre os personagens da tirania e crueldade eram apontados Torquemada, Filipe II e Claret. Manifestadamente, tais perfis de personalidade eram contrastados com os costumes brandos, indulgentes e liberais dos portugueses.⁴⁶⁰

Contudo, a revista também deu voz ao pensamento favorável à união ibérica. A participação na redação do escritor Latino Coelho, apoiador declarado da causa ibérica, reforça essa ideia. O autor no artigo *Uma viagem pela literatura contemporânea* ressaltou a importância das viagens de estudos feitas no exterior para o surgimento de novos literatos e cientistas em Portugal.⁴⁶¹ Enquanto não se colhia os

⁴⁵⁸ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 30, 26 jul. 1856. p. 239-240.

⁴⁵⁹ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 30, 26 jul. 1856. p. 239-240; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *Op. cit.*, p. 272-273.

⁴⁶⁰ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 30, 26 jul. 1856. p. 239-240; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *Op. cit.*, p. 272-273.

⁴⁶¹ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 01, 05 jan. 1856. p. 06.

frutos dessa empreitada no país, o jeito era a cópia do que havia de melhor nos outros Estados. Método que não deveriam perder, pois, caso contrário, seriam tão-somente portugueses, o que, nas palavras de Coelho era, na realidade, quase “horroroso”. Assunto que foi aprofundado no artigo *D. Manuel José Quintana e a literatura castelhana moderna*, onde o autor desenvolveu uma ampla reflexão sobre o desenvolvimento da literatura castelhana e portuguesa ressaltando as qualidades de ambas e suas importâncias para o prestígio geral das duas nações.⁴⁶²

Diversos textos evidenciam o parecer da revista sobre o que vinha sendo produzido de cultura naquele momento, bem como o intento de estabelecer as bases para uma literatura, história, teatro e artes nacionais que valorizassem a individualidade histórica da nação. Portugal era, no imaginário da época, uma nação detentora de um passado “grandioso”. O modo de transmitir essa grandeza às outras nações era a ampla divulgação da literatura, história, cultura, valores e tradições lusitanas. Para este feito, se utilizavam, sobretudo, da imprensa periódica.

As produções históricas, artísticas e literárias compostas e baseadas na cultura na qual se encontram inseridas são importantes para a construção e formatação de uma imagem e identidade da nação. Portanto, eram elementos fundamentais para fomentar o nacionalismo, vincado na nação portuguesa, em contraponto ao nacionalismo ibérico propagado por partes da intelectualidade do período.

Foram publicados, ao longo dos três anos, diversos textos literários como romances, crônicas, sonetos, dramas, contos, lendas, fábulas, ensaios, resenhas e artigos críticos de análise literária. Em todos esses escritos o conteúdo histórico esteve presente e atuava como parte da estética literária do período. Latino Coelho destaca que a história assentou as primeiras bases da literatura produzida nessa conjuntura. O romance foi empregado de forma lúdica, com uma função social determinada, ou seja, instruir e deleitar. A literatura seguiu a via pitoresca e descritiva, retratando os povos e as coisas e ilustrando os acontecimentos e paisagens, comumente cingidas de verdades e de múltiplas cores. Inseridos no contexto mais amplo do romantismo,

⁴⁶² *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 05, 02 fev. 1856. p. 35.

nesses artigos, o homem aparece representado em sua relação direta e indireta com a natureza, de diversas formas.⁴⁶³

De um modo geral, a escrita literária assumia uma dimensão significativa no estabelecimento da diferença, na procura da originalidade e da aspiração de autonomia. Os intelectuais portugueses, educados na cultura política nacionalista, buscaram nessa imprensa, internamente, uniformizar tradições, criar projetos voltados para uma educação agregadora, padronizar os modos de leitura e interpretação do passado e criar valores e tradições, como meio de constituir cidadãos pertencentes a uma nação territorial e linguisticamente definida. Estes escritores dedicaram-se à possibilidade de atuar na política cultural implantada pelo Estado. No sentido de que esta pudesse abranger a elite e o cidadão comum, sendo que essa política apresentava sempre uma dimensão homogeneizadora e nacional. Existia, com a confecção de múltiplos veículos de imprensa periódica, uma política de harmonização entre a população e o Estado, de modo que não fosse visível a separação entre ambos. Sociedade, nação e Estado teriam que ser confluentes.⁴⁶⁴

Nesse sentido, idealizava-se a pátria grandiosa, com um passado de glória e como um exemplo para o presente, repleta de cidadãos com biografias exemplares e feitos memoráveis.⁴⁶⁵ Isso abarcava esquecer os conflitos, as dissensões políticas e as diferenças, e rememorar os grandes indivíduos do passado e suas obras. Gerando, assim, uma identificação entre indivíduo e comunidade nacional, isto é, entre o passado e o presente, projetando-os em direção a um futuro auspicioso.⁴⁶⁶

Segundo Débora El-Jaick, as pesquisas que se propõe a verificarem as origens, os progressos das obras literárias e as condições em que surgiram os poetas, mostram a relevância atribuída aos escritores individuais. O que, para a pesquisadora,

⁴⁶³ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 03, 19 jan. 1856. p. 22.

⁴⁶⁴ SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista brasileira de História* [online], São Paulo, vol. 20, n.39, pp. 69-97, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2982.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2016. p. 70. Dentre os textos literários com forte teor nacionalista, podemos citar a poesia *Esperanças*, do autor Francisco Soares Franco Junior. Cf. A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 48, 28 nov. 1856. p. 382.

⁴⁶⁵ Dois textos, dentre muitos outros, são exemplares nesse sentido: *Felippe Lebon* e o artigo *Galeria Histórica*. Cf. A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 17, 24 abr. 1858. p. 135-136; A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 28, 10 jul. 1858. p. 219-221.

⁴⁶⁶ ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista *Niterói*. *Revista Brasileira de História* [online]. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 417-442, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a08v2958.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2016. p. 440-441.

retrata a visão de que, “(...) a glória de uma nação não é senão um reflexo da glória de seus grandes homens”.⁴⁶⁷ As revistas funcionavam externamente como difusoras da cultura intelectual portuguesa, como suporte de transmissão das ideias estabelecendo uma memória coletiva de sua tradição.⁴⁶⁸ Consequentemente, propagando discursos com viés nacionalistas, em geral, anti-ibéricos, e visando a formação de uma identidade nacional no presente.

Em Portugal a reflexão sobre a identidade nacional esteve presente na literatura e na historiografia e desenvolveu-se em várias direções após a queda do Império, em 1974-75. Diversos pesquisadores têm assinalado o papel social da história na formação da consciência nacional. Os historiadores ocupam uma posição de relevo na fixação de uma memória social, memória escrita, não raro erudita, aberta a uma pequena parcela da comunidade da qual faz parte. Essa memória coletiva nacional teve suas limitações. Como assinala Godinho, durante um longo período permaneceu manuscrita, por vezes, oral.⁴⁶⁹ Comumente ignorou as diversidades culturais e étnicas, assim como, as assimetrias regionais, para contemplar o território nacional como um todo indiferenciado. A memória da nação colaborou para ratificar a independência de Portugal e a sua permanência histórica, assim como, para conceber a coesão nacional. Dentre as especificidades do caso português, mediante a outros Estados-Nação, encontram-se: pequeno peso das minorias religiosas, étnicas e linguísticas no todo nacional, na generalidade, nele integradas sem problemas e ausência de revoltas e rebeliões locais e regionais. Em tal contexto de circunstancial uniformidade, de tempos de relativa estabilidade social e política (1851-1868; 1871-1890; 1932-1958) e de propagação de ideários nacionalistas, não espanta que a história tenha, principalmente fixado um sentido da unidade nacional.⁴⁷⁰

A forte presença dos temas históricos, com uma perspectiva nacionalista, era algo recorrente na imprensa literária do período. Na conjuntura da mentalidade romântica, apenas o passado poderia legitimar a nação.⁴⁷¹ As pesquisas históricas

⁴⁶⁷ Ibidem.

⁴⁶⁸ SERPA, Élio. *Op. cit.*, p. 70.

⁴⁶⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães. Reflexão sobre Portugal e os portugueses na sua História. *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, pp. 1-13, jul. /dez., 1982. p. 1-13.

⁴⁷⁰ MATOS, Sérgio Campos. História e identidade nacional: a formação de Portugal na historiografia contemporânea. *Lusotopie* [online], Bordeaux: França, n. 10, v. 02, pp. 123-139, jan. /jun. 2002. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/matos.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2015.

⁴⁷¹ CATROGA, Fernando. Romantismo, literatura e História. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O Liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 463-477. p. 465.

eram utilizadas como referências sólidas com o objetivo de fornecer segurança em face à instabilidade da Europa e as polêmicas travadas entre a intelectualidade sobre o iberismo, sobretudo desde meados da década de 1850.⁴⁷²

O movimento intelectual do romantismo se amparava nas concepções sobre as nações fornecidas pelo historicismo alemão. As nações eram compreendidas como organismos vivos que possuiriam seu espírito próprio, sua história singular e sua alma profunda e irracional, cuja voz consistiria no “espírito” do povo. O espírito tornou-se o elo entre subjetividade, destacada pelos intelectuais, e o universo exterior - a comunidade cada vez mais afligida por causa dos conflitos sociais, políticos e religiosos. O pensamento filosófico do romantismo alemão reabilitou o sujeito substancial, ao imaginar o indivíduo como o finito, o transitivo e temporal, fixado no infinito, na totalidade, e, desse modo, a individualidade como uma zona de passagem. A consciência dessa transitoriedade é a revelação do infinito no finito, mostra de uma verdade e uma tensão que saem de dentro do homem em direção ao mundo. Entretanto, tal consciência de si, de sua singularidade em analogia aos demais, pode ser conseguida por cada um por meio da experiência, que necessariamente emerge dentro da conjuntura histórica.⁴⁷³

Em razão dessa diferenciação e também do posicionamento do sujeito em um ambiente sócio histórico, o sentimento de nacionalidade aflora como uma expressão do eu, tendo em vista que o indivíduo se encontraria ligado ao seu povo e, assim, partilharia ao longo do tempo de sentimentos, suposições, habilidades, crenças e experimentos preexistentes com todo o âmbito familiar, a comunidade local e a nação.⁴⁷⁴ O sentimento nacional se anunciava no estudo das línguas antigas e na restauração de tradições nacionais, com o propósito de apresentar características “naturais” das comunidades, antes de serem “corrompidas” pela civilização. Além disso, adquiria sua configuração mais radicalizada nos movimentos nacionalistas de libertação, no decorrer das guerras napoleônicas e na Primavera dos Povos, em 1848. Por consequência, esse sentimento relaciona-se com o reavivar das culturas literárias nacionais em Portugal, Hungria, Polônia, Alemanha, Rússia e nos países escandinavos, dentre outros, com a afirmação das tradições nativas, das artes e da

⁴⁷² TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 849.

⁴⁷³ GUSDORF, Georges. *L'Homme romantique*. Paris: Payot, 1984. p. 43-47; ANDRADE, Débora El-Jaick. *Op. cit.*, p. 434-435.

⁴⁷⁴ WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p.190.

língua, perante uma cultura aristocrática e cosmopolita, partilhada tanto pelos grupos dirigentes locais quanto pelos invasores franceses. Johann Herder provia o fundamento para se pensar as nações. Tendo em vista que o historicismo surgia como uma teoria da nação e da história nacional, em que, para assimilar sua individualidade e indivisibilidade, apesar de toda forma de segmentação e dominação, era necessário entender as realidades e tradições populares. Uma vez que seria possível descobrir nelas a essência de uma autêntica cultura nacional.⁴⁷⁵

Na revista *A Ilustração Luso-brazileira* foram publicados diversos textos que tinham a história como tema central,⁴⁷⁶ o que demonstra a importância que o passado tinha para os desígnios do periódico. Para além dos artigos que abordaram o tema diretamente, encontram-se outra infinidade de publicações em que o passado se faz presente compondo a estrutura da escrita. Sejam nos escritos literários, biográficos, sobre lugares, vilas, cidades, curiosidades, entretenimentos etc., a história se fez presente compondo o fundo sobre o qual se assentou as narrativas. Segundo Luiz Filipe Leite, a importância depositada sobre o passado e as recordações era tanta que Portugal, naquele momento, e de forma precária, vivia mais das tradições do que

⁴⁷⁵ ORTIZ, Renato. *Cultura popular: românticos e folcloristas*. São Paulo: Olho d'água, 1992. p. 09-22; ANDRADE, Débora El-Jaick. *Op. cit.*, p. 434-435.

⁴⁷⁶ Abordando diretamente a História como tema central foi publicado 31 textos (2,3 por cento), onde se encontra presentes documentos históricos ou achados arqueológicos, o que evidenciou o fato de que o passado e a história tiveram importância para a revista. No Brasil existia interesse e um mercado que consumia publicações sobre História e sobre biografias, conforme mostra os catálogos da Editora Garnier, durante os anos de circulação da revista. Possivelmente esse fator mercadológico tenha sido uma das motivações que expliquem a grande presença dos textos históricos e biográficos na revista. Esse assunto foi tema trabalhado pela historiadora Eliana Dutra. Cf. DUTRA, Eliana Freitas. Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia. *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. pp. 67-87. Dentre os textos publicados sobre essas temáticas destacamos: *Antiguidades achadas perto de Sebastopol*, esse texto falou sobre diversos objetos descobertos pelo Coronel Monroe que se supunham serem gregos. O texto *Chronica da Rainha D. Maria II* esse texto apontou a necessidade de uma escrita da história desse período e falou sobre o ofício do historiador; o texto arqueológico *Descobrimento da torre de Babel*, escrito por Andrade Ferreira; no segundo volume o texto *Descobertas archeologicas*, esse texto falou sobre os túmulos dos reis Scythas encontrados junto à aldeia de Alexandropol e sobre vestígios encontrados dos povos que atravessaram a Rússia, dentre outras descobertas importantes para os estudos de arqueologia; outro texto de achado arqueológico fora *Curiosidades. Pasquins* esse texto falou sobre um achado arqueológico em Roma há três séculos e que teve por dono certo Pasquino. Segundo o texto, de sua prática é que veio os modernos pasquins, papeis com sátiras pregadas nas quinas; e, no terceiro volume o texto sob o título *Os thermes, em Roma* que falou sobre esse local e os achados arqueológicos ali realizados. Foram publicados ainda os documentos: *Carta do privilégio do reino de Portugal, dada por el-rei D. Manoel, em 27 de março de 1499, para o caso em que o príncipe D. Miguel da Paz, seu filho sucedesse nas coroas de Castela e de Portugal, regulando se o modo porque Portugal havia de ser governado, residindo o rei nos seus outros reinos*; *Manuscriptos inéditos*; *Carta escripta por Américo Vespúcio. Da ilha de Cabo Verde a Lourenço Pedro Francisco de Medicis, em 04 de junho de 1501*; *Uma mina de Prata da Suécia, em 1657*; *Reinado de D. Affonso VI*; e o texto *A última tentativa dos holandezes contra a cidade da Bahia*.

foi, do que das esperanças que eventualmente haveria de ser, no futuro.⁴⁷⁷ O carnaval foi uma das tradições rememoradas pela revista, como sendo um acontecimento que dava individualidade histórica para a nação.⁴⁷⁸

A importância recaía, também, para os monumentos e edifícios históricos, um exemplo de ressignificação desses marcos do passado encontra-se no Mosteiro de Santa Maria da Vitória.⁴⁷⁹ Conhecido como Mosteiro da Batalha, é um edifício construído em 1386, por D. João I de Portugal, como agradecimento à virgem Maria pela vitória na Batalha de Aljubarrota. Este mosteiro dominicano foi restaurado no século XIX, sob a responsabilidade de Luiz Mouzinho de Albuquerque, onde foram retirados diversos elementos religiosos e substituídos por outros que lembrassem a Dinastia de Aves. O objetivo foi o de apagar o passado religioso e celebrar a vitória conquistada no conflito de Aljubarrota. Foi erigido para servir de modelo dos valores portugueses e para simbolizar a memória da independência nacional. Era um testemunho dos desenvolvimentos da arte, assim como, um monumento que simbolizava o patriotismo português.⁴⁸⁰

⁴⁷⁷ *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 01, 05 jan. 1856. p. 03-04.

⁴⁷⁸ *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 06, 09 fev. 1856. p. 43.

⁴⁷⁹ Outro exemplo de preocupação com a preservação do patrimônio histórico encontra-se no artigo *Torre de Saint-Jacques-la-Boucherie*. Cf. *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 06, 06 fev. 1858. p. 43.

⁴⁸⁰ *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 09, 01 mar. 1856. p. 69.

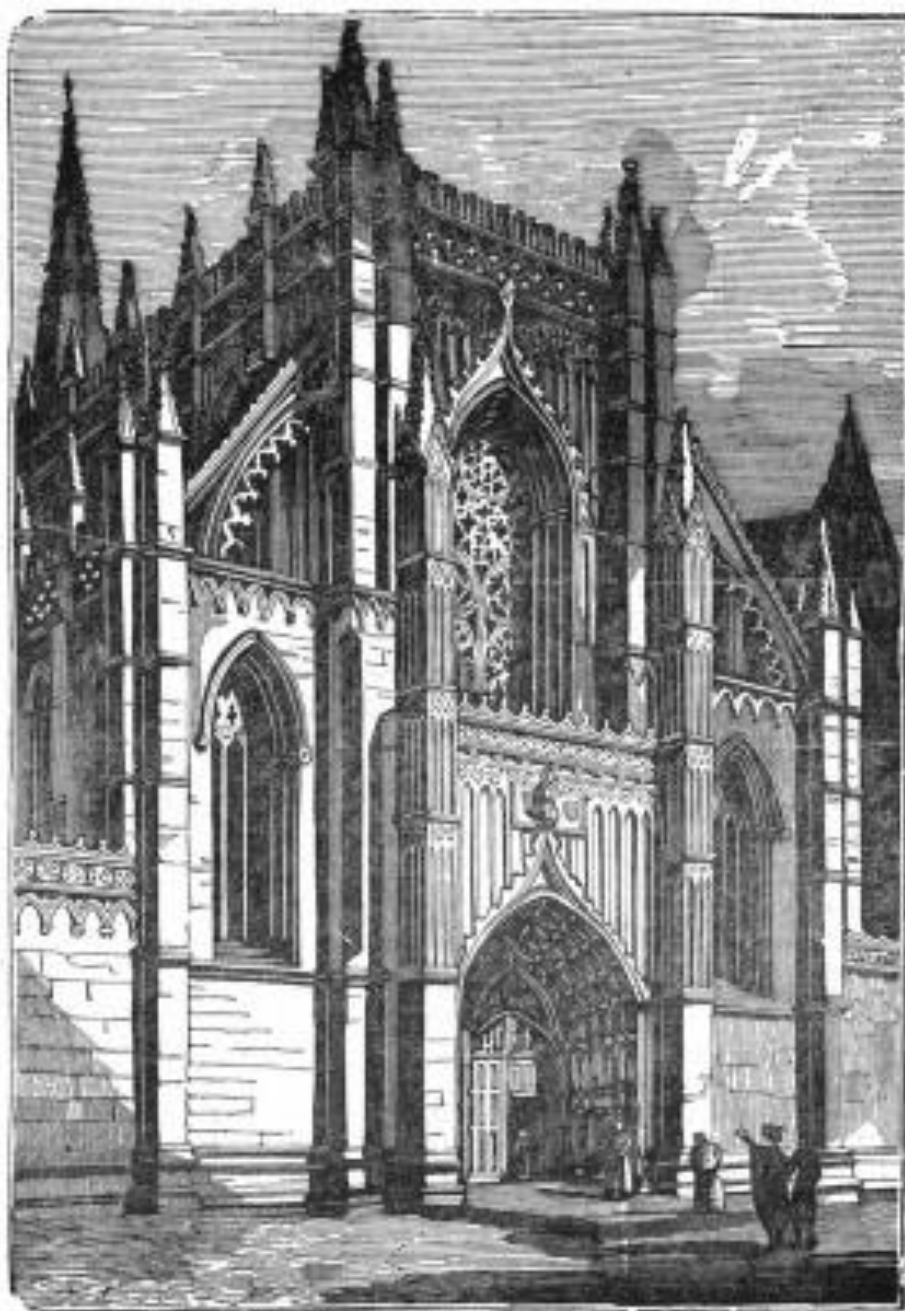


Figura 11. O Mosteiro da Batalha. [Xilogravura]. Fonte: *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 09, 01 mar. 1856. p. 69.

Os edifícios, a língua, os livros e as manifestações artísticas e culturais eram monumentos, testemunhos da continuidade histórica e da identidade portuguesa e careciam de serem descobertos, reestabelecidos ou produzidos na ocasião de não existirem.⁴⁸¹ Razão pela qual tiveram ampla divulgação na revista. Rodrigo Paganino no artigo *Esboço crítico. A redenção drama comédia em três atos* começou por afirmar o seu engajamento nacionalista, e afirmou seu orgulho em ser português e, se

⁴⁸¹ ANDRADE, Débora El-Jaick. *Op. cit.*, p. 439-440.

propôs, como objetivo principal, provar aos incrédulos que Portugal poderia ocupar um bom lugar entre as nações civilizadas. Apesar do momento não ser o mais propício, pois, as tendências se voltavam para o estrangeiro, sobretudo a Espanha. O passado é visto como um meio de se provar que já tinham existido riquezas, ciências e comércios em abundância, e, as grandezas do passado poderiam voltar a existir. Além disso, para os céticos, no passado existiam os monumentos. A preocupação se dava com relação à possibilidade ou não de deixar para o futuro acontecimentos tão gloriosos quanto os preservados pelos antepassados. Para isso era candente valorizar o presente, sobretudo as produções nacionais para garantir um futuro melhor.⁴⁸²

Em diversas conjunturas estiveram em pauta desafios internos e externos, que podiam pôr em questão a existência do Estado independente: a insuficiência das finanças públicas; os discursos inflamados em torno da polêmica iberista nos decênios de 50 a 70 do século XIX, ou imediatamente após a instauração da primeira república (1910); e a questão colonial, isto é, a ameaça que outros Estados europeus com maiores recursos expressavam na África. Nestas situações, entendem-se os motivos que justificam a importância dada por Portugal, um Estado europeu pequeno e periférico, aos estudos históricos e a publicação de fontes significativas para o conhecimento do seu passado. Assim como, que a historiografia tenha sido comumente instrumentalizada pelos nacionalismos e pelas ideologias disseminadas por correntes políticas organizadas ou pelo Estado. Com efeito, tornou-se num dos fundamentos básicos na legitimação histórica de Portugal. A formação de Portugal foi um tema abordado por múltiplos pontos de vista, levando em consideração, em muitos dos casos, as problemáticas em torno da autonomização do Estado no século XII, às origens étnicas dos Portugueses, e a edificação da nação e sua continuidade no tempo. A frequente indeterminação entre os conceitos de Estado, pátria e nação, que se contempla na historiografia oitocentista (com raras exceções, como as de Oliveira Martins e Alexandre Herculano), contribuiu para a mistura daquelas questões que contemporaneamente são analisadas de modo distinto.⁴⁸³

⁴⁸² Esse artigo é uma resenha do Drama *A Redenção*, do escritor Ernesto Biester. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 03, 19 jan. 1856. p. 22.

⁴⁸³ MATOS, Sérgio Campos. História e identidade nacional: a formação de Portugal na historiografia contemporânea. *Lusotopie* [online], Bordeaux: França, n. 10, v. 02, pp. 123-139, jan. /jun. 2002. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/matots.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2015.

Segundo Lessa, as nações se legitimam por uma interpretação do seu passado celebrizado como história oficial. Ocasionalmente, a sua “necessidade” se sustenta em um projeto de futuro reconhecido pelo Estado com variáveis graus de detalhe, solidificação e execução.⁴⁸⁴ Elementos que só se encontram presentes nas pesquisas históricas apresentadas nos artigos publicados pela revista, além disso, funcionam como uma justificativa plausível para a publicação dos mesmos. Um exemplo foi o artigo *Constância de Jesuíta*, que apresenta reflexões sobre o passado guerreiro e das empresas marítimas portuguesas no intuito de despertar na alma lusitana o sentimento de nacionalidade; partindo de um passado “glorioso” partilhado por uma dada comunidade imaginada historicamente.⁴⁸⁵

Para a transmissão de discursos de viés nacionalistas a revista ainda contou com um poderoso auxiliar: a gravura. Segundo José Murilo de Carvalho, no mundo moderno, uma das ferramentas mais eficazes para formular e consolidar identidades são as imagens gráficas. Em um país de baixa alfabetização as ilustrações foram poderosos instrumentos de comunicação.⁴⁸⁶ A revista foi produzida no contexto do romantismo em Portugal o que a influenciou diretamente, sendo perceptíveis diversas características desse movimento estético nos escritos e ilustrações publicadas. Dentre essas particularidades encontra-se o nacionalismo, que, com efeito, se volta para a exaltação, de forma exagerada, da pátria e o enaltecimento de suas qualidades. Uma especialidade desse nacionalismo foi o nativismo, ou seja, um nacionalismo exaltado por meio da fascinação da natureza, do poder da paisagem. Aspectos amplamente explorados pelo semanário nos seus artigos, sobretudo nas ilustrações. As gravuras veicularam representações de símbolos da nacionalidade portuguesa como a monarquia, os espaços portugueses, o cristianismo, os navios e a vida no mar, os brasões de diversas localidades em Portugal, grandes personalidades, edifícios, vilas, natureza exuberante e exótica, etc. Assim como, foram publicadas imagens do “outro”, isto é, representações do que não era nacional e nem português, como, por exemplo,

⁴⁸⁴ LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados* [online]. São Paulo, vol.22, n.62, pp. 237-256, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a16v2262.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2015. p. 245.

⁴⁸⁵ A exaltação do passado glorioso e guerreiro dos portugueses também se deu no artigo *Ilha Terceira*, publicado no mesmo número que o texto *Constância de Jesuíta*. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 35, 30 ago. 1856. p. 276-279.

⁴⁸⁶ CARVALHO, José Murilo. Prefácio. In: TELLES, Angela Cunha da Motta. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870*. Brasília: FUNAG, 2010. pp. 13-17.

a ilustração da cerimonia de um casamento indígena.⁴⁸⁷ Elementos importantes, tendo em vista que tanto a nacionalidade lusa como a identidade nacional se constroem com base na similitude e, em contraposição ao “outro”, ao “diferente”.⁴⁸⁸

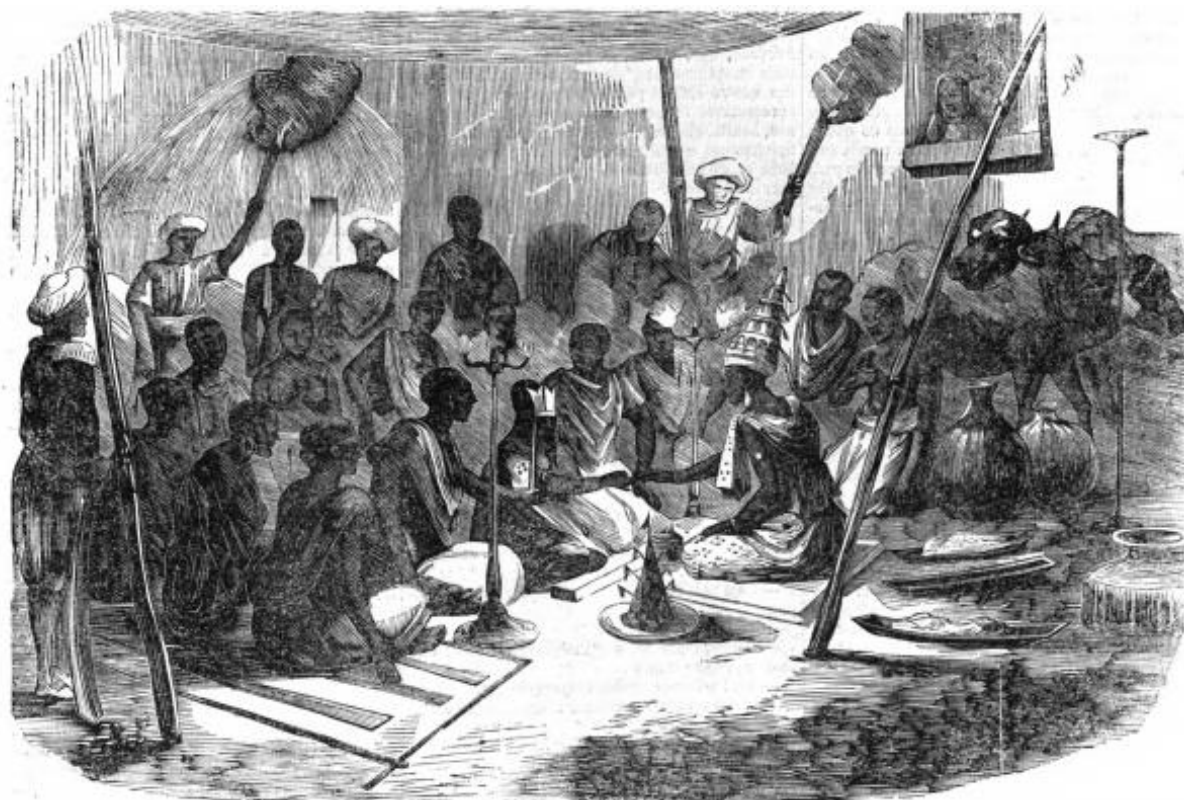


Figura 12. JÚNIOR, Vidal. *Costumes Índios*: cerimonia de um casamento. [Xilogravura]. Fonte: *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 13, 27 mar. 1858. p.101.

A defesa nacionalista esteve presente, sobretudo, nas crônicas. As reivindicações se davam, nomeadamente, sobre a nacionalidade dos dramas que eram encenados. Os teatros foram, por excelência, espaços que aglutinaram diferentes nacionalidades. Companhias francesas, inglesas, espanholas, etc., se apresentavam intercalando diferentes idiomas, o que dificultava, em muitos casos, o entendimento do público. A forte influência francesa nos costumes, dramas, trajes e apetrechos femininos, foram por diversas vezes denunciadas nas crônicas escritas

⁴⁸⁷ Sobre esse tema Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 13, 27 mar. 1858. p.101-103.

⁴⁸⁸ A preocupação com os desenvolvimentos das artes plásticas em Portugal esteve presente em diversos artigos. Múltiplas propostas de necessárias reformas nesse campo foram lançadas. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 47, 22 nov. 1856. p. 371-372; *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 20, 17 maio. 1856. p. 135. Auto identificação e percepção da diferença, assentam-se, de modo distinto, na duração temporal. Com relação ao papel da contraposição binária entre “nós” e os “outros” foi assinalado por Billig, dentre outros. Cf. BILLIG, Michael. *Banal nationalism*. Londres: Sage, 1995.

por Biester.⁴⁸⁹ Assim como, a sobreposição, nesses espaços, de interesses particulares, em contraposição aos interesses nacionais.⁴⁹⁰ O autor chega a defender a existência de alguma espécie de censura às apresentações estrangeiras.⁴⁹¹ Preocupado com o futuro do teatro em Portugal, o qual considerava atrasado, lançou as bases para uma necessária reforma geral deste.⁴⁹² Além disso, defendeu também com veemência a necessidade do aumento dos dramas nacionais e a carência de harmonia nas apresentações portuguesas, advindas da falta de ensaios regulares. Segundo Rodrigo Paganino, eram raros os repertórios originais, o que se sobressaíram foram as traduções.⁴⁹³

A revista *A Ilustração Luso-brazileira* manifestou em diversos momentos a preocupação com a formação de novos escritores e artistas portugueses e o desenvolvimento das produções nacionais.⁴⁹⁴ Essa inquietação se fez presente em diversos escritos sobre os teatros e os repertórios dramáticos que estavam sendo apresentados nesses espaços. Encontra-se presente, nas páginas impressas, o reconhecimento da necessidade de uma reforma e reorganização do teatro nacional, tanto quanto ao aumento da produção de dramas nacionais, escritos por autores nacionais, como com relação à formação de novos atores e encenadores. A revista publicou diversas críticas teatrais e reproduziu, na íntegra, alguns textos de literatura dramática.

Era unânime, no contexto, a ideia de que o teatro português se encontrava muito atrasado em relação às nações europeias mais cultas. O teatro era encarado como um meio de educar o povo e deveria, nesse sentido, contribuir para a ilustração e moralidade dos sujeitos. Com efeito, para além do objetivo de lazer, pretendia ser escola de aperfeiçoamento moral e meio de educação cívica, bem como, era um influente instrumento de mobilização política. O jornalismo especificamente teatral

⁴⁸⁹ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 08, 23 fev. 1856. p. 64; *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 31, 02 ago. 1856. p. 248.

⁴⁹⁰ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 05, 02 fev. 1856. p. 39-40.

⁴⁹¹ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 06, 09 fev. 1856. p. 43.

⁴⁹² *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 28, 12 jul. 1856. p. 222-223.

⁴⁹³ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 03, 19 jan. 1856. p. 23.

⁴⁹⁴ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 10, 08 mar. 1856. p. 80.

buscou fomentar a produção dramática e estimular o aperfeiçoamento da formação de novos atores, considerada, de modo geral, muito precária.⁴⁹⁵

A preocupação com a formação de novos escritores e o aumento das produções nacionais se apresentou, também, atrelada a problemática debatida pela revista sobre a propriedade literária. No texto introdutório sobre o segundo volume, o editor, afirma que para a publicação dos artigos contavam com a colaboração de escritores portugueses de prestígio. Estavam abertos a dar a oportunidade para que os jovens estudiosos e novos escritores que surgissem em Portugal pudessem publicar seus escritos e tornarem seus nomes conhecidos do público leitor. O editor acreditava que: “(...) ajudando assim a juventude briosa, concorre activa e poderosamente para a grande obra da civilização da pátria”.⁴⁹⁶ O comprometimento se deu, também, em não repetir artigos já publicados em qualquer outro periódico, assim como, pediu aos outros editores para terem o respeito com relação aos direitos de propriedade da revista.⁴⁹⁷ Nessa fala podemos perceber a existência de preocupações com relação à propriedade dos escritos, que no caso seria da revista. Tais inquietações apareceram em outros momentos no periódico,⁴⁹⁸ é o caso, por exemplo, dos artigos que dissertam acerca da propriedade literária dos escritores, hodiernamente conhecida como direito autoral. Dentre esses textos encontra-se o artigo, dotado de teor crítico, *A propriedade litterária*, do autor Alfredo Hogan, datando de 21 de maio de 1859.

Alfredo Hogan defendeu o direito dos autores portugueses sobre o lucro e a comercialização de seus textos, segundo ele, tudo quanto disser a respeito dos interesses literários, tanto de Portugal como do Brasil, constitui se em assunto digno

⁴⁹⁵ TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p. 703-704, 820-821.

⁴⁹⁶ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 01, 02 jan. 1858. p. 01.

⁴⁹⁷ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 01, 02 jan. 1858. p. 01.

⁴⁹⁸ Dentre esses outros momentos em que apareceu a menção à problemática da propriedade literária encontra-se o anúncio do congresso sobre esse tema que aconteceria em Bruxelas. No número 13 do segundo volume foi anunciado que ocorreria um congresso de quatro a cinco dias, na Bélgica, no dia 27 de setembro de 1858, para discutir essa questão da propriedade literária e para esse evento já havia sido convidadas todas as nações “civilizadas”. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 13, 27 mar. 1858. p. 97. No número 31 consta que o escritor e bibliotecário português, José da Silva Mendes Leal Junior, estava designado pelo governo português para ser comissário no congresso que aconteceria em Bruxelas, na Bélgica, para tratar das questões de propriedade literária. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 31, 31 jul. 1858. p. 241. Mendes Leal foi posteriormente substituído, pela academia de ciências, para participar desse congresso, pelo deputado e conselheiro Ferrão. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 35, 28 ago. 1858. p. 274.

de ser publicado na revista, pois esta possuía por objetivo a “ilustração” de ambos os países. O autor começou seu artigo da seguinte maneira:

Quizeramos ter a eloquência necessária para tratar essa grande questão de glória e de interesse, de modo que conseguíssemos trazê-la ao terreno da evidência: falta-nos, porém as forças, para contarmos com o bom resultado da empresa que nos propomos; mas se o impulso, que desejávamos dar-lhe, não é compatível com as nossas forças, convidamos todos os que teem a peito o interesse das letras pátrias para formarem connosco a cruzada, que deve campear a favor da glória nacional contra o abuso das traducções e contrafacções de que provém o desânimo, em que não podem fecundar muitas intelligências que apenas conseguem desabrochar, como as rosas de maio, para morrerem no dia seguinte.⁴⁹⁹

Segundo Hogan, não existe algo que seja mais próprio do escritor do que a propriedade da sua obra literária. Tal propriedade é sagrada e nenhum poder teria o direito de contestá-la. Haja vista que, essa propriedade é que faz com que os escritores se perpetuem, para além da própria existência, no “espírito dos povos”. Qualquer atentado a essa propriedade se constitui em um “padrão de vergonha”, uma imoralidade que caminha no sentido contrário ao desenvolvimento das civilizações. A partir do trecho acima transcrito podemos perceber o objetivo do autor no sentido de defender os direitos dos intelectuais que escreviam, sejam eles portugueses ou brasileiros, dos falsificadores. Ou seja, proteger dos sujeitos que forjavam os textos alheios para os comercializarem, ou tomarem os créditos para si dos escritos e livros que não eram seus. O que acarretava no baixo interesse em se escrever literatura, uma vez que os intelectuais que se lançassem ao ofício da escrita receberiam pouco retorno financeiro. Nesse sentido, conclama a população a se unirem à sua causa, pois dessa forma ela seria reconhecida se conseguisse apoio na sociedade.⁵⁰⁰

Ao longo do artigo, Hogan, lançou alguns questionamentos sobre a importância que teria para o país os escritores que em suas obras trariam glória para a nação. Os autores não obteriam proteção sem a garantia exclusiva dos seus trabalhos literários. Assevera que:

Com que direito hade um estranho reproduzir um livro, e especular com elle à custa de quem o compoz, ou de quem se tornou seu proprietário por ajuste com o autor? Não terá isto um nome

⁴⁹⁹ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 20, 21 maio 1859. p.158-159.

⁵⁰⁰ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 20, 21 maio 1859. p.158-159; SILVEIRA, Louise Farias da. A propriedade literária no século XIX sob o viés das revistas *A Ilustração Luso-Brasileira* e *A Ilustração*: Revista Quinzenal para Portugal e Brasil. In: Anais do XXVIII Seminário Brasileiro de Crítica Literária/ XXVII Seminário de Crítica do Rio Grande do Sul/ I Encontro Nacional de Escrita Criativa, 2012, Porto Alegre: Rio Grande do Sul. *Anais...* PUC – Rio Grande do Sul.

vergonhoso que lança nódoa no proceder moral de nações cultas? Camões e Bocage deram à pátria vivedoura glória, e a pátria deixou-os morrer à fome. Desde então, não houve mudança na sorte do escritor. O desleixo continua; e a pátria compra por uma vergonha cada nome que se lhe inscreve no livro das suas glórias literárias! O homem de letras cria-se ao acaso para morrer ao desamparo. Não há para elle outra lei invariável senão a morte, que lhe põe fim aos sofrimentos (...).⁵⁰¹

Hogan culpa o descaso do governo português para com os homens de letras em não criar leis que protegessem os direitos de propriedade dos mesmos sobre seus escritos. Os valores das obras estavam condicionados ao acaso, pois o editor não podia contar com a segurança da edição ou de sua propriedade, tanto a venda como a compra eram feitas aleatoriamente. Tendo em vista que o falsificador reproduzia o livro e vendia por um preço menor do que o editor, que pagou pelo exemplar. O autor compara esse processo com o tráfico negreiro e afirma que ambos são similantemente imorais, pois o homem que tem que negociar o fruto de sua inteligência perde a liberdade, porque, vivendo o literato no espírito da sua obra, e o fato dessas estarem sujeitas às especulações diversas, “(...) torna-se escravo de quantos a seu bel prazer a alteram reproduzem e com ela ganham”. Para ele, a escravatura era uma imoralidade impropria das nações civilizadas; e as nações, por interesses materiais, estabeleceram um tratado contra esse tráfico “vergonhoso”. Similar ao tráfico de escravos, a propriedade literária necessitava de um tratado regularizando e defendendo os interesses dos autores e editores.⁵⁰²

Alfredo Hogan discorreu sobre a importância de um tratado literário entre o Brasil e Portugal, falou sobre a especificidade da língua falada no Brasil e da independência dos dois idiomas. Segundo ele, no Brasil se fala brasileiro e não português. Apelou para o amor nacional dos brasileiros e reconheceu que a literatura portuguesa atrapalha a brasileira e ambas podiam florescer harmonicamente. Tal como, um tratado de propriedade literária entre Portugal e o Brasil seria benéfico e traria vantagens para ambos os países. O Brasil já representava um papel importante dentre as nações “civilizadas”, e, como tal, não poderia desprezar esse importante meio de civilização. Além disso, provaria o amor à sua nacionalidade ajudando os

⁵⁰¹ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 20, 21 maio 1859. p.158-159.

⁵⁰² *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 20, 21 maio 1859. p.158-159.

escritores nacionais, não os deixando esmorecer em suas tarefas de engrandecerem os anais da sua literatura.⁵⁰³

Como demonstrado no artigo, Alfredo Hogan, ciente do papel e da importância dos escritores portugueses para a construção da nação e do desenvolvimento da identidade nacional, se utilizou do espaço aberto para a publicação do seu artigo na revista e fez uma reflexão sobre sua própria profissão. Que era e continuou a ser pouco reconhecida até o final do século XIX. O autor propôs um debate crítico acerca da propriedade dos autores sobre seus escritos e denunciou o pouco poder que os escritores possuíam sobre a venda e comercialização de suas obras. O grande problema apresentado era a falta de convenções e acordos entre os países que protegessem os direitos dos criadores fora do seu país natal. Para ele, era uma questão emergencial a resolução dessa problemática, visando à emergência do prestígio literário da nação. Era necessário que os portugueses tivessem orgulho das produções nacionais e que ajudassem os escritores entusiasmando-os na sua fastidiosa missão. Havia, também, por traz desse artigo, o objetivo de, por meio dessas denúncias, conscientizar, sensibilizar e mobilizar a população em torno da causa dos escritores.

Do artigo podemos depreender que o autor acreditava na existência de uma necessidade de que o Estado deveria, de forma urgente, cuidar e proteger os homens das letras para que pudessem surgir novos escritores e se ampliassem a produção literária nacional. Uma vez que, estes trabalhariam no sentido de levar as luzes da ilustração e a “civilização” aos diversos lugares e para diferentes povos do país. Quanto mais existissem escritores e produções de obras nacionais e falando sobre aspectos e características da nação, maior seria o conhecimento a respeito das especificidades do país em comparação com os outros Estados. Tal como, o aumento das produções de obras nacionais auxiliaria no despertar do sentimento nacionalista e do patriotismo nas pessoas e a sensação de pertencimento a uma comunidade imaginada.

Essa inquietação fora partilhada por diversos intelectuais do período preocupados com a popularização de obras literárias traduzidas do estrangeiro, sobretudo da França. Essa redenção mediante os produtos estrangeiros presentes em diversos setores da cultura nacional, levou Eça de Queiroz a afirmar, em tom

⁵⁰³ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 20, 21 maio 1859. p.158-159.

irônico, que: “Portugal era um país traduzido do francês - no princípio em vernáculo, agora em calão”. A venda, a preços acessíveis, dos romances traduzidos do francês animou o comércio livreiro, pois era visto como um empreendimento seguro e rentável.

504

Segundo as historiadoras Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, essas contrafações eram feitas em grande número, principalmente dos intelectuais e escritores portugueses preferidos dos brasileiros, a saber: António Feliciano de Castilho, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco e Alexandre Herculano. As autoridades brasileiras, desde a consolidação do império, praticamente não tinham controle sobre o processo de impressão e divulgação de livros, não havendo, portanto, proteção aos direitos autorais no Brasil.⁵⁰⁵

O Código Criminal do Brasil, de 1830, no artigo 261, já definia como crime: “Imprimir, gravar, litografar, ou introduzir quaisquer escritos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos, ou traduzidos por cidadãos brasileiros, em quanto estes viverem, e dez anos depois da sua morte, se deixarem herdeiros”. Como pena para essa infração ficava estabelecido a “(...) perda de todos os exemplares para o autor, ou tradutor, ou seus herdeiros; ou na falta deles, do seu valor, e outro tanto, e de multa igual ao triplo do valor dos exemplares”. No caso dos “(...) escritos, ou estampas pertencerem a Corporações, a proibição de imprimir, gravar, litografar, ou introduzir, durará somente por espaço de dez anos”.⁵⁰⁶ Todavia, nesse período ainda não existia uma definição precisa para a ideia de propriedade literária, e a lei não foi aplicada.⁵⁰⁷

A problemática sobre a propriedade literária persistiu ao longo do século XIX. Em 1887 o escritor Louis Ulbach publicou um texto na revista *A Ilustração: Revista Quinzenal para Portugal e Brasil* (1884-1892), sob o título *A literatura no Brasil*, dirigido, em formato de carta, ao Imperador D. Pedro II, onde, de modo similar ao artigo do Alfredo Hogan, defendeu os direitos dos autores. Louis Ulbach tinha por

⁵⁰⁴ QUEIRÓS, Eça de. *Cartas e outros escritos*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1977. p. 331-332; EL-FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 53-54.

⁵⁰⁵ FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. As relações culturais ao longo do século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Organização e apresentação de Dário Moreira de Castro Alves. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, pp. 225- 252.

⁵⁰⁶ ASSEMBLÉIA GERAL. *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 24 nov. 2015.

⁵⁰⁷ FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Op. Cit.*, 2000. p. 240-242.

objetivo defender a propriedade literária dos autores a um nível mundial, por meio da Convenção de Berna. Buscou sensibilizar o imperador para que ele assinasse essa convenção,⁵⁰⁸ contudo, D. Pedro II não assinou. O acordo que tratava da questão da propriedade literária e artística entre o Brasil e Portugal só ocorreu no final do século, mais precisamente no dia 09 de setembro de 1889, quando ambos os governos:

(...) concordaram em que os autores de obras literárias, escritas em português, e das artísticas de cada um deles gozem no outro, em relação a essas obras, do mesmo direito de propriedade que as leis aí vigentes ou as que forem promulgadas, concedem ou concederem aos autores nacionais.⁵⁰⁹

No que diz respeito à livre concorrência enfrentada pelos escritores portugueses e brasileiros no século XIX, Marisa Lajolo e Regina Zilberman apontam que: “(...) de qualquer lado que se examine a questão, o grande prejudicado é o artista nacional, pois ele precisa competir, em inferioridade de condições, com o estrangeiro”. Como resultado desse processo, fragilizam-se as instituições literárias e prejudicam-se as possibilidades de profissionalização do escritor nacional. O resultado é uma literatura deficitária, que se queixa dos infortúnios em que vive.⁵¹⁰

No que diz respeito à questão da propriedade literária no Brasil e em Portugal no século XIX, a autora Tania Ferreira aponta que a problemática dos direitos não se reduzia a uma legislação local, ela necessitava de “(...) acordos e convenções internacionais que muito lentamente foram sendo incorporados e aplicados nos estados signatários (...)”. Havia necessidade, ainda, de elementos institucionais para fiscalização e aplicação dessas leis, o que, no caso brasileiro, tardaram muito.⁵¹¹ Seria importante uma legislação que regulamentasse e fiscalizasse a questão da propriedade literária, visando o despertar do interesse e o surgimento de novos escritores para que com isso florescesse a literatura nacional brasileira e portuguesa.

Além da falta de regulamentação da propriedade literária, outro obstáculo ao florescimento da literatura nacional foi a grande admiração dos portugueses a tudo

⁵⁰⁸ ULBACH, Louis. A literatura no Brasil. *A Ilustração*: Revista quinzenal para Portugal e Brasil. v. 04, ano 04, n. 16, p. 250-251, 20 de ago. 1887.

⁵⁰⁹ Correspondência Diplomática Brasileira, Arquivo Histórico do Itamaraty, 09 set. 1889, Convenção Literária Brasil-Portugal. [apud] FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Op. cit.*, p. 242.

⁵¹⁰ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura*: leis e números por detrás das letras. São Paulo: Ática, 2001. p. 68.

⁵¹¹ FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. Definindo privilégios: a questão da propriedade literária nas relações entre Brasil e Portugal (1862-1889). In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 24, 2004. Porto Alegre. *Anais...*, Porto Alegre: PUCRS, 2004. [CD-ROM]. p. 02; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Op. cit.*, 2000, p. 240-242.

quanto fosse estrangeiro, em contraposição as produções nacionais. A revista chamou a atenção para o fato de que os estrangeiros apreciavam Portugal, enquanto que os portugueses viam com desprezo tudo quanto fosse nacional, “ajoelhando-se” perante qualquer coisa que viesse de fora. Os artistas e intelectuais de outros países prestavam tributos a Portugal, o que nem isso servia como uma lição para os habitantes da nação, alerta Biester. O qual asseverou que essa admiração pelo que é de fora, sufocava as criações nacionais. Algo que necessitava ser mudado para garantir um futuro de glória à nação portuguesa nas produções culturais.⁵¹²

Finalmente, vale destacar que foram publicadas na revista artigos sobre diversas províncias, municípios e lugares de Portugal, assim como, textos sobre várias partes do mundo e sobre povos e civilizações diversas. Tais publicações sobre o universo português contribuíram na formação de uma identificação por parte dos habitantes do país e dos emigrantes luso residentes, sobretudo, no Brasil. Por outro lado, os artigos a respeito de outros lugares e sujeitos auxiliaram evidenciando a diferença, ou seja, esclarecendo o que é nacional e o que não é. Sobretudo na relação com a Espanha, por conta da polêmica em torno da união ibérica. Sob o prisma das artes, das gravuras, e dos artigos históricos e literários, a revista - além de divulgar e fomentar a criação de uma literatura nacional - veiculou em suas páginas uma interpretação da nação portuguesa, por meio do olhar de escritores e desenhistas nacionais. Nutrindo-se da ideologia nacionalista que inspirava os escritores românticos. Influenciados diretamente pelos dois maiores expoentes das letras em Portugal: Alexandre Herculano e Almeida Garret. Somando-se aos demais discursos propalados por diferentes canais de comunicação de igual caráter.

O despertar do sentimento nacionalista tinha, dentre outros papéis, uma função prática de criar o patriotismo e, com isso, as transformações necessárias ao desenvolvimento econômico, material e espiritual do país. Como exemplo foi apresentado às transformações feitas na cidade de Calcutá, uma das mais importantes do Indostão e pertencente, no período, aos ingleses. O discurso recaiu sobre a capacidade empreendedora e enérgica dos homens, quando seus esforços convergem para o engrandecimento da pátria.⁵¹³ Segundo Biester, faltava em Portugal

⁵¹² A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 03, 19 jan. 1856. p. 21-22.

⁵¹³ A *ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 14, 03 abr. 1858. p.110.

um patriotismo exacerbado, tal como se presenciava na Espanha, e nas outras nações.⁵¹⁴

Essa publicação luso-brasileira ao trazer à tona e divulgar aspectos sobre o passado glorioso de Portugal, suas qualidades literárias, seus valores, tradições, cultura, etc., possuía importância fundamental no sentido de auxiliar na construção de uma identidade portuguesa em Portugal e no Brasil. Desse modo, buscou a constituição de uma memória coletiva, social e cultural de seus leitores, sobretudo para os residentes do outro lado do atlântico, que se encontravam envolvidos em embates cotidianos contra os estereótipos e preconceitos arquitetados no imaginário dos brasileiros. Os discursos nacionalistas construídos pelos intelectuais portugueses, formadores de opinião, que escreveram na revista, reproduziam seus ideais do que acreditavam constituírem as características que singularizavam a nação e que ambicionavam serem interiorizadas pelos povos lusitanos. Ao mesmo tempo em que, ao fomentarem a produção de um discurso nacionalista genuinamente nacional, se contrapunham e ofereciam resistência, participando, deste modo, do aceso debate que envolvia o nacionalismo ibérico.

Por fim, vale destacar que, o debate sobre a união ibérica e o nacionalismo português veiculado pela revista, trata-se, como é notório, de manifestações discursivas circunscritas aos pequenos, porém influentes, grupos dos intelectuais e do público alfabetizado. Isto é, não podemos deduzir que houvesse uma partilha desse pensamento com camadas sociais mais amplas, tendo em vista que o grosso da população não sabia ler. Entretanto, não podemos ponderar que existia um afastamento completo entre este universo social e intelectual e as camadas mais vastas da população. Os mediadores culturais eram os responsáveis por estabelecer a comunicação entre ambos os setores. Entre esses, os agentes do poder de estado e os membros do clero são os mais significativos. As identidades religiosas possuem um lugar de proeminência dentre as mais antigas identidades coletivas. O clero é o responsável pela criação da maior comunidade imaginada da Europa: o cristianismo. Depois dividida e repleta de conflitos, porém persistente ao longo de milênios. Como destacou João Marques, esse clero, apesar das exceções, teve uma ação importante na mobilização popular contra o estrangeiro, ao longo da História. Em episódios como a luta contra a monarquia dos Habsburgo no século XVI e na resistência contra os

⁵¹⁴ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 15, 12 abr. 1856. p. 119-120.

exércitos napoleónicos no início do século XIX.⁵¹⁵ O estado, que sempre buscou controlar a ação eclesiástica e convergindo com essa, possui uma ação relevante em diferentes instâncias da vida social que vão dos seus próprios intermediários como os comandantes das ordenanças, câmaras municipais, aparelho judicial, etc.⁵¹⁶ Portanto, esse debate provavelmente ganhou uma dimensão maior sendo partilhado, por meio dos intermediadores culturais, entre a elite intelectual e as classes populares.

⁵¹⁵ MARQUES, João Francisco. A Tutela do Sagrado: a protecção natural dos santos padroeiros no período da restauração. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991. pp. 267-294.

⁵¹⁶ SOBRAL, José Manuel. A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social* [online], Lisboa, vol. 37, n.º 165, pp. 1093-1126, 2003. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736434J0eQU4wx7Ro77GX9.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CONCLUSÃO

A revista *A Ilustração Luso-brasileira* é um periódico luso-brasileiro, literário, ilustrado e instrutivo, publicado em Lisboa, em 1856, por responsabilidade do livreiro Antonio José Fernandes Lopes. Pertence ao contexto do romantismo e do início da expansão das publicações lusitanas do gênero revista. Preocupada com os gostos dos leitores, veiculou, sobretudo, artigos literários e instrutivos. A publicação insere-se na conjuntura de início da Regeneração em Portugal. Nesse período, da década de 50 do século XIX, caracterizado pelo alargamento da economia capitalista liberal com relativa tranquilidade para os governantes, ressaltam-se grandes transformações, industrialização em processo e mudanças diversas na imprensa, com destaque para o início das publicações luso-brasileiras.

A revista foi lançada e circulou no contexto do romantismo português, o movimento romântico possuiu, dentre suas variadas peculiaridades, o engajamento nacionalista de seus defensores. Os jornais e revistas pertencentes a esse movimento e redigidos por escritores engajados nessa estética, assim como as obras de arte ou literárias, eram confeccionadas e financiadas pela burguesia e representavam os valores e gostos estéticos, políticos, morais, religiosos, etc., dessa classe. Funcionavam, desse modo, como um veículo pelo qual era possível esse segmento da sociedade se expressar e formular uma identidade com suas especificidades próprias de acordo com a região em que se encontravam e, assim, também difundirem entre os leitores discursos nacionalistas. O que, com efeito, nessa conjuntura foi instrumentalizado no sentido de se posicionarem de modo contrário ao pensamento favorável à união de Portugal com a Espanha, difundido por partes da intelectualidade que apregoavam um nacionalismo ibérico. Portanto, tendo em vista a relevância do debate nacionalista nesse quadro, apresentamos as definições dos conceitos de nação, nacionalismo e identidade nacional. Além disso, discutimos os significados do nacionalismo em Portugal, considerando as discussões sobre a questão ibérica e o posicionamento contrário da revista acerca desse ponto de vista.

A revista foi a primeira de uma série de produções periódicas voltadas para o Brasil e Portugal, com esse objetivo já expresso em seus títulos, e, procurando estabelecer conexões entre os dois lados do oceano atlântico. Participando, desse modo, da globalização da cultura no século XIX.

Fernanda Müller, amparada nos estudos de Pierre Bourdieu, afirma que os periódicos com essas características, como as apresentadas pelas publicações luso-brasileiras, foram transformados em veículos de disseminação de ideias nacionalistas e dirigiam-se, sobretudo, para o Brasil na busca de cumprir com sua função de imprensa, no sentido em que Pierre Bourdieu a define, isto é:

(...) travando, sobretudo, uma luta política através da produção do conhecimento; buscando o reconhecimento pela produção e reprodução de capital simbólico que expressam notoriedade e respeitabilidade, afirmando sua autoridade e, por conseguinte, impondo ou criando condições para difundir e impor o conhecimento considerado legítimo e verdadeiro do sentido do mundo social, da sua significação atual e da direção em que vai e deve ir.⁵¹⁷

Os periódicos sempre desempenharam um papel fundamental na organização de grupos de intelectuais, na divulgação de ideias, nos combates políticos e literários e na atuação político-social. Independentemente do tipo de publicação, as quais podiam ser: revistas ilustradas (luxuosas ou não), jornais artesanais, jornais diários de organização empresarial ou política, suplementos literários ou revistas culturais, dentre outros, funcionaram como veículos privilegiados por meio dos quais os intelectuais do século XIX e XX se utilizaram amplamente como arma para vencer as disputas e batalhas nas quais se encontravam inseridos.⁵¹⁸

Essa importância e centralidade do papel desempenhado pelos intelectuais em seus trabalhos como jornalistas, não era, naturalmente, peculiar do mundo português. Segundo Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, os jornalistas, como escritores, e o jornalismo, como gênero, adquiriram no século XVIII, “(...) uma dignidade que havia sido prerrogativa dos livros e de seus autores”, a função dos periódicos não era só informar e entreter, mas também educar atuando com uma função pedagógica no sentido de suprir a carência de escolas e a falta de livros, ou seja, “difundir as luzes”.⁵¹⁹ Se isso era importante na Europa, no Brasil foi ainda mais significativo. A esse respeito John Armitage ao descrever a imprensa que ressurgira com a reabertura dos trabalhos legislativos, em 1826, no Brasil, escreveu o seguinte:

Se na Europa, onde há tantos e tão variados meios para se adquirir instrução, a ascendência da imprensa é em toda a parte sentida e

⁵¹⁷ BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta editora, 1998. p. 165; MÜLLER, Fernanda. *Op. cit.*, p. 257.

⁵¹⁸ JUNIOR, Alvaro Santos Simões; CAIRO, Luiz Roberto; RAPUCCI, Cleide Antonia. (orgs.) *Intelectuais e imprensa: aspectos de uma complexa relação*. São Paulo: Nankin, 2009.

⁵¹⁹ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *The spectator: o teatro das luzes – Diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 15.

reconhecida, com maior razão sua influência no Brasil é mais preponderante, visto que nele os periódicos são os únicos veículos de instrução que existem.⁵²⁰

No século XIX os intelectuais brasileiros se viam engajados na difícil missão de criação da nação e, para esse fim, envolviam-se em debates acerca da constituição da nacionalidade. Os intelectuais portugueses, cuja formação advinha da cultura política nacionalista, buscaram na imprensa criar projetos educacionais unificadores, padronizar tradições, criar valores e memórias, assim como, propor formas unificadas de ler e interpretar o passado como mecanismo estratégico de construção de sujeitos pertencentes a um país territorial e linguisticamente definido. Esses intelectuais que colaboraram com a imprensa periódica atuaram como mediadores entre a política cultural desenvolvida pelo Estado e as classes populares. Tal projeto cultural possuía uma perspectiva nacionalista e homogeneizadora.⁵²¹

Ou seja, a revista por ser luso brasileira, mas ter dedicado pouco espaço para a publicação de textos sobre a cultura brasileira e produzidos por intelectuais brasileiros, pode ter atuado no sentido de manutenção do *status quo* cultural e intelectual português. No limite podemos interpretar tal visão em termos de ser, essa empreitada, praticamente uma espécie de novo colonialismo.⁵²²

Apesar dos diversos pontos de ligação entre Portugal e Brasil, como, por exemplo, a utilização da mesma língua, e o fato de partilharem de uma cultura, história e passado em comum,⁵²³ é, nesse contexto, que observamos no Brasil a tentativa de uma ruptura, de um distanciamento das influências portuguesas e a busca da formação de uma identidade própria, de uma nação recém-independente e que havia se separado de Portugal há poucas décadas, características que, dentre outras, singularizam o romantismo brasileiro e estiveram presentes, sobretudo, na literatura. Entretanto, esse pensamento não foi homogêneo, surgiram, nesse contexto, obras

⁵²⁰ ARMITAGE, John. *História do Brasil*. (Tradutor não identificado). 3. ed. Brasileira com notas de Eugênio Egas e Garcia Junior. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943. p. 235.

⁵²¹ SÉRPA, Hélio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História* [online]. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 81-114, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2982.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015. p. 70-71.

⁵²² MONTEIRO, Isilda Braga da Costa; MAIA, Fernanda Paula Sousa. Um título para leitores de dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Isilda Santos de; SOUSA, Fernando de (orgs.). *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013. pp. 205-219.

⁵²³ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Organização e apresentação de Dário Moreira de Castro Alves. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 12.

que procuravam destacar a importância dos portugueses na constituição da nacionalidade brasileira, a obra *História Geral do Brasil...* do Francisco Adolfo Varnhagen⁵²⁴ e o IHGB, são exemplos no sentido da busca da construção e disseminação de um discurso nacionalista “oficial” que ressaltava a supremacia portuguesa na construção da nação brasileira. O IHGB auxiliou para consolidar esse campo de interpretação na historiografia brasileira da segunda metade do século XIX.

525

A revista *A Ilustração Luso-brasileira*, nomeadamente, e os demais periódicos portugueses de mesmo caráter, que buscavam realizar a divulgação da literatura e cultura dos dois países e para ambos as nações, apesar de denominarem-se “luso-brasileiros”, utilizavam-se dos textos impressos e das gravuras, para, principalmente, divulgarem as produções culturais e literárias portuguesas no Brasil. Atuando, portanto, dentro desse espaço de luta de produção e afirmação do conhecimento, transmitindo assim, os valores, imaginários, e pensamentos dos portugueses no Brasil. Os estudos de Fernanda Müller e Hélio Serpa caminham nesse sentido de interpretação. Enquanto que os pesquisadores João Alves das Neves e Arnaldo Saraiva defendem que existiram diálogos muito profícuos entre as intelectualidades brasileiras e portuguesas da época, que se deu, principalmente, por meio da imprensa periódica especializada.⁵²⁶ Segundo Hélio Serpa esses intelectuais que travaram essas batalhas na imprensa em meados do século XIX foram forjados no interior de uma cultura política nacionalista, eurocêntrica e colonialista.⁵²⁷ João Alves das Neves é um pesquisador que tem se dedicado ao estudo do relacionamento cultural luso-brasileiro, em seu livro *As relações literárias de Portugal com o Brasil* (1992) o autor demonstrou que existiram intensa e fecunda cooperação de escritores e jornalistas portugueses nos periódicos brasileiros a partir, sobretudo, da independência e acentuando-se nas últimas décadas do século XIX. Tal colaboração, embora tenha diminuído ao longo do tempo, teve expressão até meados do século XX. A

⁵²⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

⁵²⁵ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. V. 01.

⁵²⁶ Cf. Fernanda Müller, *Op. cit.*; Cf. Arnaldo Saraiva. *O modernismo brasileiro e português: subsídios para o seu estudo e para a história de suas relações*. Campinas, SP: UNICAMP, 2004; João Alves das Neves. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa Icalp, 1992.

⁵²⁷ SÉRPA, Hélio. *Op. cit.*, p. 70.

colaboração de jornalistas portugueses teve ampla repercussão nos periódicos brasileiros. Dentre esses jornalistas podemos citar: Eça de Queirós, Guilherme de Azevedo, Mariano Pina, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, visconde de Santo Thyrsó, Maria Amália Vaz de Carvalho, dentre outros. Quanto à participação de brasileiros na imprensa portuguesa, não existe nenhum estudo sistemático. Sabe-se apenas que essa foi muito menor do que a participação de portugueses na imprensa brasileira.⁵²⁸

Acrescentem-se, a essas interpretações, o fato de que esses periódicos ilustrados e voltados para a veiculação de informações instrutivas, culturais, sociais, históricas e literárias, buscaram estabelecer uma “ponte” entre Brasil e Portugal. Dois países que havia se separado não fazia muito tempo, e, por meio da utilização da gravura, recurso que estava se popularizando, buscaram difundir a leitura e facilitar o acesso às produções artísticas e literárias de brasileiros, e, sobretudo, portugueses, bem como, facilitar o acesso às notícias.

Existiram por parte desses empreendimentos que surgiram e circularam na segunda metade do século XIX tentativas, em maiores ou menores graus, de integração entre Portugal e Brasil. Duas nações que comungavam de uma história conjunta de mais de três séculos, encontravam-se separadas há algumas décadas somente, e possuíam diversas semelhanças como, por exemplo, o fato de partilharem da mesma língua, cultura e passado comuns.

Essas publicações contribuíram, em alguma medida, para a formatação do imaginário de uma identidade brasileira em Portugal, pelo filtro de editores, escritores e periodistas lusitanos, os quais fizeram suas seleções, recortes e escolhas de textos, autores, regiões e expressões culturais que julgaram representativos da cultura das diferentes regiões do Brasil da época. O mesmo pode ser dito, e com ainda mais ênfase, com relação à formatação de uma identidade portuguesa no Brasil. Nem todas as tentativas obtiveram êxitos, não havendo de fato, um trabalho concreto no sentido de estabelecer vínculos estreitos entre os dois países.

Além desses elementos, acrescente-se o importante fator financeiro, haja vista que o Brasil representava uma possibilidade importante de se aumentar o número de assinantes por ter uma população letrada maior e, sobretudo pela grande quantidade de imigrantes portugueses residentes em terras brasileiras. Nesta conjuntura, a

⁵²⁸ NEVES, João Alves das. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

travessia do oceano era difícil, vagarosa e cara, entretanto, percebe-se a existência de um esforço, por parte de alguns empresários, em investir no jornalismo, área pouco produtiva, onerosa, e dependente de um público leitor abastado. Nessa altura, a publicidade era praticamente escassa, o que significa que não era capaz de cobrir os gastos. Com efeito, nesse quadro, a manutenção desses títulos se dava, principalmente, pela fidelidade dos assinantes e de acordo com as vendas avulsas. Neste sentido, faz-se imperioso - somando-se as hipóteses acima apresentadas - acrescentar uma nova que esclareça esses investimentos: a verificação da existência do outro lado do atlântico de um público leitor muito maior que o existente em Portugal, além de uma comunidade lusa possuidora de recursos financeiros capaz de serem assinantes dessas publicações, a quem, nas palavras de Isilda Monteiro e Fernanda Maia, “(...) importava manter acesa a ligação à sua terra natal, quer por questões materiais quer por razões emocionais”.⁵²⁹

Essa publicação luso-brasileira possuía, como proposta editorial, ser destinada para ambos os países. Podemos perceber nesse projeto, para além da questão puramente econômica, a preocupação em não deixar com que se perdessem a identidade lusa dos portugueses imigrantes além mar.⁵³⁰ É de se imaginar, portanto, que a leitura da revista e dos textos históricos e literários, etc., no Brasil, dentro das residências dos vários imigrantes lusos bem-sucedidos em sua empreitada do outro lado do atlântico, tivesse algum efeito em relação à (re) construção de uma identidade que necessitava ser reafirmada mediante os problemas cotidianos.⁵³¹ Adversidades estas que comumente não eram exclusivamente de ordem subjetiva, mas sim, frequentemente, de fundo prático.⁵³² Portanto, a revista *A Ilustração Luso-brasileira*

⁵²⁹ MONTEIRO, Isilda Braga da Costa; MAIA, Fernanda Paula Sousa. *Op. cit.*, p. 205-219.

⁵³⁰ Sobre tudo se levarmos em consideração, como assinalou Carla Oliveira, o fato de que desde o século XIX, mais especificamente após a independência em 1822, se desenvolveu em determinados grupos um acirrado espírito “antilusitano” nos jornais e revistas brasileiros, particularmente na imprensa carioca, produzido e incentivado por conta da preponderância dos portugueses em diversas atividades comerciais e em trabalhos urbanos, o que, nos dizeres corrente da época, roubava o trabalho dos brasileiros. Cf. OLIVEIRA, Carla Mary S. A (re) construção da identidade portuguesa na imprensa imigrantista do Rio de Janeiro: a História de Portugal na revista ‘Lusitania’ (1929 - 1934). In: *Cultura Escolar Migrações e Cidadania*, Actas do VII Congresso LUSOBRASILEIRO de História da Educação 20 - 23 jun. 2008, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto). Disponível em: <http://web.letras.up.pt/7clbheporto/trabalhos_final.aspx>. Acesso em: 11 nov. 2015.

⁵³¹ Sobre os conflitos raciais e “antilusitanos” existentes no Brasil na primeira metade do século XIX temos a obra da historiadora Gladys Sabina Ribeiro que explora esses temas com profundidade. Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumar, 2002.

⁵³² SERPA, Élio. *Op. cit.*, p. 70.

desempenhou um importante papel no sentido de contribuir para manter sempre acesos os debates e diálogos transoceânicos entre ambas as nações. De modo paralelo, ao promoverem a produção de um discurso nacionalista genuinamente nacional, contestavam e apresentavam resistência, participando, assim, do intenso debate, em Portugal, que envolvia o nacionalismo ibérico.

Podemos perceber, ainda, na revista, a existência de uma crença na elevação do conhecimento, do nível de cultura, de instrução e ilustração, talvez não como um fim em si, mas como um método adotado para ao formar cidadãos patriotas, “ilustrados” e versados nas mais diferentes áreas conseguir um caminho ou um meio em si de melhorar a realidade do país, colocando o nos trilhos da “prosperidade”, do “progresso” e da “civilização”. Ou seja, uma ideia iluminista de crença no conhecimento como meio capaz de regenerar e transformar o país, sem deixar de lado os valores tradicionais.⁵³³ Pensamento partilhado por diversos segmentos, em Portugal, após o início da Regeneração, em 1851. É digno de nota, porém, que o ambiente escravista em que vivia o Brasil não fora visto pela publicação como um empecilho para o desenvolvimento da cultura e da civilização.⁵³⁴

Dentre os objetivos que a revista possuía e que não se concretizaram, encontram-se a proposta de estar aberta para a publicação de escritos da intelectualidade brasileira. Essa colaboração advinda do Brasil ficou restrita ao Casimiro de Abreu. Assim como, a revista se propôs a publicar textos sobre o Brasil, o que fez em uma escala muito reduzida. Quanto ao seu alcance no Brasil, podemos perceber pela localização dos correspondentes que a revista chegou as principais capitais do país. O mesmo não pode ser dito quanto às regiões mais interiorizadas,

⁵³³ Embora o passado esteja bastante presente nas preocupações da revista e assume um peso significativo nas publicações o presente não está ausente (para além de aparecer nos textos noticiosos) essa preocupação aparece nos artigos informativos onde podemos perceber a preocupação na formulação de diagnósticos e de propostas para as mais diferentes áreas, porém o enfoque foi, sobretudo, para Portugal. São exemplos disso à defesa feita do desenvolvimento da educação, o papel da mulher na educação (preocupação que aparece no texto *Revista literária Portugal e Brasil. Opúsculo Humanitário por B. A. Rio de Janeiro, 1831*), instrução militar, preocupação com a caridade, defesa de reformas nas artes plásticas e cênicas. Diferentes autores contribuíram em seus artigos esboçando essas preocupações ora apontando os problemas que necessitavam serem superados, ora propondo soluções, ou até mesmo comparando a realidade de Portugal nas mais diferentes áreas com o que se passava nessas mesmas áreas em outras partes do globo. Cf. *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 01, 05 jan. 1856. p. 03.

⁵³⁴ Muito pouco foi falado sobre a escravidão.

por não possuímos indícios sobre a circulação do periódico nessas áreas fora das capitais.

O semanário teve um papel social importante no sentido de ter conseguido fornecer aos leitores uma leitura agradável, com páginas impressas ornadas de distintas gravuras, uma multiplicidade de textos, versando sobre os mais diferentes temas, levando informações noticiosas, curiosidades, artigos literários e atualidades do mundo da cultura aos mais longínquos cantos de ambos os países. Essa ampla gama temática publicada é sinalizadora das transformações que estavam ocorrendo no período com o triunfo do capitalismo liberal. Ao mesmo tempo em que as publicações possuíam esse caráter, a revista também conseguiu veicular valores e crenças tradicionais. O periódico notabilizou-se por ter conseguido ser um suporte que possibilitou a veiculação, em suas páginas impressas, de ilustrações e artigos culturais, artísticos, instrutivos, fatos diversos, históricos e de reflexão crítica, sobretudo, sobre artes e literatura. Divulgou esses conhecimentos as várias províncias de Portugal e do Brasil ampliando o leque de leitores.

Veiculou em suas páginas artigos com teor nacionalista e, com o auxílio da gravura, potencializou a mensagem transmitida. Participando, desse modo, da acesa querela que envolvia a questão ibérica, no contexto. Além disso, funcionou como um espaço privilegiado de sociabilidades, discussões e debates promovidos pela intelectualidade portuguesa acerca das produções culturais e literárias, sobretudo, nacionais. Conseguiu contar com a colaboração de importantes escritores portugueses e auxiliou na afirmação e no desenvolvimento das publicações periódicas ilustradas em Portugal e no Brasil. Apesar de não se constituir em uma publicação inovadora, a revista é, em virtude de suas qualidades gráficas e literárias, um “caso” representativo da imprensa romântica ilustrada. Para esse fim, contribuiu o comprometimento do seu editor no estímulo do “progresso da civilização”, auxiliado pelos colaboradores que conseguiu atrair ao seu projeto.⁵³⁵

A Ilustração Luso-brasileira, assim como as demais revistas do século XIX de mesmo estilo, possui o mérito de ter conseguido juntar em uma mesma publicação uma variedade enorme de textos, sinalizadores, segundo Ana Luiza Martins, das múltiplas inovações propostas pelos novos tempos. Tendo intermediado entre o jornal

⁵³⁵ CORREA, Rita. *Ilustração Luso-Brasileira*. Jornal Universal. Hemeroteca Digital, Lisboa (19 ago. 2008): (pdf). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/IlustrLusoBr.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2013. p. 05.

e o livro, as revistas contribuíram para a ampliação do público leitor diversificando-lhe as informações. Além disso, seu custo mais barato comparado ao livro e o melhor manuseio, pois possuíam poucas folhas e ofereciam aos leitores uma leitura mais agradável contando com a presença de gravuras ilustrando diversos artigos, são fatores que pesavam, para o público leitor, em prol das revistas ao invés dos livros que eram objetos de investimentos mais dispendiosos.⁵³⁶

Por fim, vale ressaltar que a revista contou com ampla colaboração de diversos autores de destaque em Portugal, comprometidos em promover o progresso das artes e das letras, assim como veiculou conhecimentos variados e gravuras, o que satisfazia parte das expectativas que Antonio José Fernandes Lopes teve sobre esse empreendimento. O periódico provavelmente contribuiu para informar e deleitar os leitores portugueses e brasileiros daquele período que tiveram acesso a esse impresso. Mesmo não tendo sido uma publicação inovadora, surgiu na esteira da tradição ilustrada lusitana que se encontrava em ascensão e cumpriu significativamente, na medida do possível, com os objetivos propostos em seus editoriais de apresentação.

Apesar de todos os esforços empregados, no sentido de cumprir com os “nobres” objetivos propostos, faltaram, em Portugal, os meios e situações apropriadas para viabilizar com que o periódico consolidasse com o sucesso ambicionado todas as suas finalidades.⁵³⁷ Dentre os elementos que corroboraram nesse sentido, encontram-se, a forte concorrência com os jornais e revistas confeccionados em outros países, porém que circulavam em Portugal, principalmente os franceses, pois estes eram mais nítidos e bem escritos, além de serem ornados de gravuras de superior qualidade e mais baratos que os nacionais. Outro fator importante foi o atraso em que se encontravam as artes no país, no reduzido número de artistas e nas baixas recompensas financeiras destinadas a estes, além disso, no alto índice de analfabetismo e na falta de interesse pela leitura. Do ponto de vista econômico a revista encontrou dificuldades em sua jornada, são indicativos disso os constantes pedidos feitos para que os assinantes quitassem suas dívidas, preocupação que se estendeu ao longo de toda a publicação. O atraso, ou não pagamento das assinaturas,

⁵³⁶ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

⁵³⁷ *A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 01, 08 jan. 1859. p. 01.

prática comum na época, somado a outros fatores de ordem diversa, fizeram com que muitas publicações tivessem vida curta. Portanto, a não realização, em parte, dos desígnios tencionados pela revista se deu, sobretudo, por situações externas, do que pela falta de comprometimento dos seus realizadores e colaboradores.⁵³⁸

⁵³⁸ *A ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA*. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 01, 08 jan. 1859. p. 01-08.

REFERÊNCIAS

Fontes:

A Ilustração Luso-Brasileira, jornal universal. Lisboa: Tipografia de A. J. F. Lopes, Travessa da Vitória, 52. Volume I. 1856; Volume II. 1858; Volume III. 1859.

A ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 01, 05 jan. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 03, 19 jan. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 04, 26 jan. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 05, 02 fev. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 06, 09 fev. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 08, 23 fev. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 09, 01 mar. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 10, 08 mar. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 11, 15 mar. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 13, 28 mar. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 15, 12 abr. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 18, 03 maio. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 20, 17 maio. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 23, 07 jun. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 25, 21 jun. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 28, 12 jul. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 29, 19 jul. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 30, 26 jul. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 31, 02 ago. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 33, 16 ago. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 35, 30 ago. 1856.

_____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 47, 22 nov. 1856.

- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 48, 28 nov. 1856.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 1, n. 52, 27 dez. 1856.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 01, 02 jan. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 04, 23 jan. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 06, 06 fev. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 13, 27 mar. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 14, 03 abr. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 17, 24 abr. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 20, 15 maio. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 21, 22 maio. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 28, 10 jul. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 31, 31 jul. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 35, 28 ago. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 44, 30 out. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 2, n. 51, 18 dez. 1858.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 01, 08 jan. 1859.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 02, 15 jan. 1859.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 04, 29 jan. 1859.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 05, 05 fev. 1859.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 08, 26 fev. 1859.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 10, 12 mar. 1859.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 20, 21 maio 1859.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 22, 04 jun. 1859.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 29, 23 jul. 1859.
- _____. Lisboa: Tipografia do Panorama, v. 3, n. 52, 31 dez. 1859.

RELATÓRIO sobre a cultura do arroz em Portugal e sua influência na saúde pública apresentado a sua excelência o sr. ministro dos negócios do Reino pela comissão creada por portaria de 16 de maio de 1859. Lisboa. Imprensa Nacional, 1860.

Dicionários e Obras de consulta:

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* [eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

LAROUSSE, Ática. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 2001.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*: Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional. 1859.

_____. *Diccionario bibliographico portuguez*: Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomo VIII. Lisboa: Imprensa Nacional. 1867.

Bibliografia:

ABREU, Casimiro Josê Marques de; LAURITO, Ilka Brunhilde. *Casimiro de Abreu*. São Paulo: Abril Educação, 1982.

AFONSO, Graça. *O Archivo Pittoresco e a evolução da gravura de madeira em Portugal*. 2007. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/ActasdeColoquiosConferencias/textos/ArchivoPGravura.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

ALBUQUERQUE, Martim de. *A Consciência Nacional Portuguesa*: ensaio de história das ideias políticas. Lisboa: [s.n.], 1974.

ALMEIDA, A. Duarte. *Monarquia constitucional*: reinados de D. Maria II, D. Pedro V e D. Luis I, 1834-1889. Lisboa: Edição Romano Torres, 1936.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros*: emigração e retorno no Porto oitocentista. 1993, 450f. Tese (mestrado em História Moderna e Contemporânea) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal.

AMANTE, Maria de Fátima. (cord.). *Identidade nacional entre o discurso e a prática*. Porto: CEPESE; Fronteira do Caos Editores, 2011.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista *Niterói*. *Revista Brasileira de História* [online]. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 417- 442, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a08v2958.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2016.

ANDRADE, Iara. Algumas reflexões sobre o conceito de identidade nacional. In: Encontro regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio, 14, 2010, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: NUMEM, 2010. pp. 01-11. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1271958796_ARQUIVO_IdentidadeNacional.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2013.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Do gráfico ao foto-gráfico: a presença da fotografia nos impressos. In: CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro, antes do design*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. pp. 60-93.

ANTUNES, Manuel. *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, 1979.

ARMITAGE, John. *História do Brasil*. (Tradutor não identificado). 3. ed. Brasileira com notas de Eugênio Egas e Garcia Junior. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

ASSEMBLÉIA GERAL. *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 24 nov. 2015.

BALEIRO, Rita; RIBEIRO, Filipa Perdigão. A fundação de periódicos literários no terceiro quartel do século XIX: em defesa da literatura ou em prol da política e da educação? *Estudos Ibero-Americanos* [online], PUCRS, v. 39, n. 2, pp. 323-343, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/14484>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

BASTOS, José Gabriel Pereira. *Portugal europeu. Estratégias identitárias internacionais dos portugueses*. Oeiras: Celta Editora, 2000.

BELCHIOR, Maria de Lurdes. *Sobre o Carácter Nacional ou para uma 'Explicação' de Portugal. (Ensaio)*. *Nação e Defesa* [online], Lisboa, Ano VI, pp. 11-31, Jan-Mar, 1982. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2872/1/NeD21_MariadeLoudesBelchior.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BHABHA, Homi K. *Nation and narration*. Londres: Sage, 1990.

BILLIG, Michael. *Banal nationalism*. Londres: Sage, 1995.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *D. Maria II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. (Coleção Reis de Portugal).

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta editora, 1998.

BORREGO, Andrés. *Autocrítica del liberalismo espanol*, comentado por D. Gómez Molleda. Madrid: Iter, 1970.

BRAGA, Joaquim Teófilo Fernandes. *História da Litteratura Portuguesa- Introdução*. Porto: Editora Imprensa Portuguesa, 1870.

_____. Garrett e o romantismo. In: BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa*. Vol. 29. Porto: Lello e Irmão, 1903.

BRANDÃO, Fernando de Castro. *Da monarquia constitucional à República (1834-1910): uma cronologia*. Lisboa: Europress, 2003.

BRESCIANE, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 2ª ed., rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BREUILLY John. *Nacionalismo y Estado*. Barcelona: Pomares-Corredor, 1990.

BRUNO, Sampaio. *Os Modernos publicistas portugueses*. 2ª ed. Porto: Livraria Chadrón de Lello & Irmão Editores, 1987.

CABRAL, Manuel Villaverde. A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância. *DADOS – Revista de Ciências Sociais* [online], Rio de Janeiro, Vol. 46, n. 3, pp. 513 a 533, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a04v46n3.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

_____. Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo. *Análise Social* [online], Lisboa, vol. XII (45), 1976, pp. 106-126. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223913439J8oEO0wc9Bm37QI9.pdf>>. Acesso em 22 nov. 2015.

CALDEIRA, Carlos José. *Apontamentos duma Viagem de Lisboa à China*. Lisboa: Tip. de Castro & Irmão, 1852-53, vol. 02.

CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. As constituições. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O Liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 125-139.

CARVALHO, José Murilo. Prefácio. In: TELLES, Angela Cunha da Motta. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870*. Brasília: FUNAG, 2010. pp. 13-17.

CASTANHEIRA, Maria Zulmira. O papel mediador da imprensa periódica na divulgação da cultura britânica em Portugal ao tempo do Romantismo (1836-1865): matérias e imagens. In: SILVA, Jorge Bastos da; CASTANHEIRA, Maria Zulmira (org.). *Entre classicismo e romantismo. Ensaios de cultura e literatura*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. (Collection: Studies in Classicism and Romanticism, nº 2). pp. 76-106.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1962.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*. Lisboa: Almedina, 2009.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Organização e apresentação de Dário Moreira de Castro Alves. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

CATROGA, Fernando. Nacionalismo e Ecumenismo: a questão Ibérica na segunda metade do século XIX. *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol. 6, pp. 419-463, 1985.

_____. Romantismo, literatura e História. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O Liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 463-477.

CHIAVARI, Maria Pace. *O exórdio de uma cultura urbana no Brasil no final do século XIX e início do século XX: A leitura das imagens produzidas pelos fotógrafos italianos presentes naquela época no Brasil*. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 1, 2005, Campinas, SP. *Anais...* Campinas, SP: 2005. pp. 101-111. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atasleha.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

CORREA, Rita. *O Panorama (1837-1868)*. Hemeroteca Digital, Lisboa (23 de nov. 2012). (pdf) Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Panorama.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

_____. *Ilustração Luso-Brasileira*. Jornal Universal. Hemeroteca Digital, Lisboa (19 ago. 2008): (pdf). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/IlustrLusoBr.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. *Brasil-Portugal*. Hemeroteca Digital. Lisboa, 2009. (pdf) Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/BrasilPortugal.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2015.

CRATO, Nuno. *Comunicação social: A imprensa – iniciação ao jornalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

CRUZ, Manuel Braga da. Nacionalismo e Patriotismo na sociedade portuguesa actual – Alguns resultados de um inquérito. *Nação e Defesa [online]*, Lisboa, Ano XIV; n. 49, pp. 12-32, jan. /mar., 1989. Disponível em: <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD49.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

CUNHA, Luís. *A nação nas malhas da sua identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Afrontamento, 2001.

DARTON, Robert; ROCHE, Daniel. (orgs.) *A Revolução impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. Trad. Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Vol.1. São Paulo: Martins, 1954.

DECCA, Edgar Salvadori de. Tal pai, qual filho? Narrativas histórico literárias da identidade nacional. *Projeto História [online]*, São Paulo, v. 24, pp. 87-111, jan/jun. 2002. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10614/7895>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

DIAS, António Jorge. *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Coimbra: Tipografia de Atlantida, 1955.

_____. *Estudos do Carácter Nacional Português*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

DUTRA, Eliana Freitas. Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia. *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. pp. 67-87.

EL-FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ESPRONCEDA, José. *El Pensamiento*. Obras, edição, prólogo e notas de Jorge Campos. Madrid: Atlas, 1954

ETHNOGRAPHIA do jornalismo. In: *Revista Universal Lisbonense*. Tomo V, número 48, pp. 572-573, 21 de maio de 1846.

FALBEL, Nachman. Fundamentos históricos do romantismo. In: GUINSBURG, J. *O romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. pp. 23-50.

FERNANDES, Ana Alexandre. Identidade Nacional e Cidadania Europeia. In: PAIS, José Machado; CABRAL Manuel Villaverde. (Orgs.). *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras, Celta, 1998.

FERREIRA, José Maria de Andrade. *Reinado e últimos momentos de D. Pedro V*. Lisboa: Tipografia Universal, 1861.

FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada*. São Paulo: Edusp, 1994.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. As relações culturais ao longo do século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Organização e apresentação de Dário Moreira de Castro Alves. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, pp. 225- 252.

_____. Definindo privilégios: a questão da propriedade literária nas relações entre Brasil e Portugal (1862-1889). In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 24, 2004. Porto Alegre. *Anais...*, Porto Alegre: PUCRS, 2004. [CD-ROM].

FONSECA, António Manuel Godinho da. Do carácter nacional à expressão das diferenças individuais. In: LAGES, Mário Ferreira; MATOS, Artur Teodoro (cord.). *Portugal: percursos de interculturalidade*. Lisboa: Acidi, 2008. pp. 07-28.

FRANÇA, Eduardo Melo. *A recepção da literatura brasileira em Portugal durante o século XIX*. Recife: Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Letras, 304 f, 2013.

_____. A recepção de Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu e Junqueira Freire em Portugal no século XIX. *TODAS AS LETRAS X* [online], São Paulo, v. 16, n. 2, p. 110-121, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/LETRAS/v16n02/v16n02a09.pdf>>. Acesso em 31 out. 2015.

GARCIA, Beatriz Peralta. Portugal em el teatro político e histórico español del siglo XIX. *Historia y Política* [online], Madrid, número 29, pp. 45-73, jan. /jun. 2013.

Disponível em:
<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=9&IDN=1310&IDA=36736>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

GARMES, Hélder. *A cultura sino-portuguesa no século XIX e o ta-ssi-yang-kuo*. Via Atlântica, São Paulo, s/v, n. 6, p. 65-82, out. 2003. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via06/via06_06.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2012.

GARNIER-PAGÈS, Etienne. *Dictionnaire politique*: Encyclopédie du langage et de la science politiques, rédigé par une réunion de députés, de publicistes et de journalistes, avec une introduction par Garnier-Pagès, publié par E. Duclerc et Pagnerre. Paris: Pagnerre, 1843.

GARRET, João Baptista da Silva Leitão de Almeida. *Romanceiro e cancionero geral*. Lisboa: Typographia da Sociedade propagadora dos conhecimentos úteis, 1843. Vol. 1.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Trad. Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1983.

_____. *Thought and change: nature of human society series* World University. Londres, Reino Unido: Weidenfeld and Nicolson, 1964.

GEORGE, João Pedro. *A Marquesa de Paiva*. Lisboa: Leya, 2015.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Reflexão sobre Portugal e os portugueses na sua História. *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, pp. 1-13, jul. /dez., 1982.

GONZALO, Ignácio Chato. Portugal e Espanha em 1856: a díspar evolução política do liberalismo peninsular. *Análise Social* [online], Lisboa, volume 182, pp. 55-75, Jan. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n182/n182a03.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

GULLÓN, Pio. *La fusión ibérica*. Madrid: Imprenta de Gabriel Alhambra, 1861.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos avançados* [online], São Paulo, vol.22, no. 62, pp.145-159, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

GUSDORF, Georges. *L'Homme romantique*. Paris: Payot, 1984.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERCULANO, Alexandre. *Portugaliae Monumenta Historica*: Scriptores, Volume I, Fâsciculo II. Lisboa: Typis Academicis, 1860.

HERDER, Johann Gottfried. *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*. Riga: Johann Friedrich Hartknoch, 1784-91.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José; (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. pp. 341-359.

_____. Linhas gerais da cultura. In: SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. X 1ª ed. 2004. pp. 340-410.

JUNIOR, Alvaro Santos Simões; CAIRO, Luiz Roberto; RAPUCCI, Cleide Antonia. (Orgs.). *Intelectuais e imprensa: aspectos de uma complexa relação*. São Paulo: Nankin, 2009.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.

LEAL, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

LEITÃO, Rúben Andressen. *D. Pedro V, um homem e um rei*. São Paulo: Texto Editores, 2012.

LEMOS, Ester. *D. Maria II (A Rainha e a Mulher)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1954.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados* [online]. São Paulo, vol.22, n.62, pp. 237-256, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a16v2262.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2015.

LEWIS, Bernard. *O que deu errado no Oriente Médio?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LOFF, Manuel. *Un país visto desde arriba: revistas politicoculturales en el Portugal contemporáneo (1820-1974)*. Cercles: revista d'història cultural [online], Barcelona, núm: 6 Els portaveus culturals a l'espai mediterrani, v. 01, n. 6, pp. 126-156, 2003. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Cercles/article/viewFile/191148/262951>>. Acesso em 05 mar. 2016.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. 3ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.

LUCA, Tania Regina de. (Org.) *Catálogo da Hemeroteca do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)*. Assis: FCL-UNESP-Assis – Publicações, 2011.

_____. Revista *Ilustração* (1884-1892): Notas iniciais de pesquisa. In: BARBOSA, Socorro de Fatima P. *Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, pp. 209-232.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *Civilização e Barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde de Uruguai*. 2006. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2006.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Poesia e vida de Casimiro de Abreu*. São Paulo: LISA, 1972.

MARQUES, António Henrique de Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) *Nova História de Portugal: Portugal e a instauração do liberalismo*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. IX 1ª ed. 2002.

_____. Organização administrativa e política. In: MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. X, 1ª ed. 2004. pp. 184-202.

MARQUES, João Francisco. A Tutela do Sagrado: a protecção natural dos santos padroeiros no período da restauração. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991. pp. 267-294.

MAS, Sinibaldo de. *A Ibéria: memoria sobre la conveniencia da uniao pacífica e legal de Portugal e Hispania*. 3ª ed. Lisboa: Typographia do Progresso, [1851], 1855.

MATOS, José Veríssimo Dias. *História da literatura brasileira*. Brasília, DF: Universia Livros, 2011. [E-book]. Disponível em: <<http://library.umac.mo/ebooks/b24922183.pdf>>. Acesso em: 13/09/2013.

MATOS, Sérgio Campos. *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

_____. História e identidade nacional: a formação de Portugal na historiografia contemporânea. *Lusotopie* [online], Bordeaux: França, n. 10, v. 02, pp. 123-139, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/matos.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2015.

MATTOSO, José João da Conceição Gonçalves. *A identidade nacional: Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Brodrado, 1998.

_____. *Identificação de Um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325*. Oposição. Lisboa: Editorial Estampa, 1991; Eduardo Lourenço. *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. 3ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp/FAPESP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História* [online], São Paulo, v.22, n.1, p. 59-79, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742003000100003>. Acesso em: 08 set. 2013.

MARTINS, Francisco da Rocha. *Pequena História da imprensa portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1941.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Portugal, identidade e diferença*. Lisboa: Gradiva, 2007.

MEDINA, João. *Portuguesismo(s)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006.

_____. A democracia frágil: a primeira república portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José; (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. pp. 375-390.

MELLO, Fernando Ribeiro de. *De Fora para Dentro*. Lisboa: Edições Afrodite, 1973.

MELLO, Maria Cristina Nogueira de Lança. O Panorama: história de um jornal. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (monografia), 1971.

MENEZES, Fernando Chui de. Xilogravura – O sertão do nosso olhar. *Trama Interdisciplinar* [online], Ano 01, Vol. 01, pp. 180-188, 2010. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/viewFile/2151/1501>>. Acesso em: 07 out. 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Morfologia das cidades Brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP* [online], São Paulo, n. 30, p. 144-155. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25914>>. Acesso em 16 nov. 2013.

MESQUITA, Pedro Teixeira. Revista Contemporânea de Portugal e Brasil. Hemeroteca Digital. Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/RevistaContemporaneadePortugaleBrasil.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

MILL, John Stuart. *Considerations on representative government*. Londres: Parker, son, and Bourn, 1861.

MIRANDA, Joana. *Identidade nacional: do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*. São Paulo: Cultrix, 2001. V. 1.

_____. *História da literatura brasileira: romantismo, realismo*. São Paulo: Cultrix, 1984. V. 2.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa; MAIA, Fernanda Paula Sousa. Um título para leitores de dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Isilda Santos de; SOUSA, Fernando de (orgs.). *De colonos a imigrantes: i (e) migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013. pp. 205-219.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Catálogo da Hemeroteca do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap)*. Assis: FCL - UNESP - Assis, 2011.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. Relações culturais entre Brasil e Portugal: novas perspectivas historiográficas. *História da historiografia* [online], Ouro Preto, v. 01, n. 7, pp. 318-324, nov. /dez., 2011. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/289>>. Acesso em 16 nov. 2013.

MÜLLER, Fernanda. *No limiar entre literatura, memória e História: A “galeria da imprensa” Luso-brasileira na revista Brasil-Portugal (1899-1914)*. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 26, n.1, p. 255-270, jan. /jun., 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25588/14163>>. Acesso em: 08 set. 2013.

NEVES, João Alves das. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Icalp), 1992.

NEVES, Lúcia M. B. P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania M. B. da C. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

NOGUEIRA, José Félix Henriques. *Estudos sobre a reforma em Portugal*. Lisboa: Typographia Social, 1851. - 2 v.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Cultura popular: românticos e folcloristas*. São Paulo: Olho d'água, 1992.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima. Da crónica-folhetim no oitocentismo português: algumas (in) visibilidades. In: SILVA, Jorge Bastos da; CASTANHEIRA, Maria Zulmira (org.). *Entre classicismo e romantismo. Ensaios de cultura e literatura*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. (Collection: Studies in Classicism and Romanticism, nr 2) pp. 159-171.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *The spectator: o teatro das luzes – Diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.

PASCKES, Maria Luisa Nabinger de Almeida. Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (sécs, XIX e XX). *R. História* [online], São Paulo, n. 123-124, p.35-70,

ago./jul. 1990/1991. Disponível em:
<www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18636/20699>. Acesso em: 12 dez. 2014.

PASCOAES, Teixeira de. *Arte de Ser Português*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1991.

PAXÊCO, Fran. *A escola de Coimbra e a dissolução do romantismo*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, Livraria Editor, 1917.

PAZ, Abdon. *Espanã y Portugal*. Madrid: Imprenta de Isidoro Peciña, 1861.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *O jornalismo português, resenha chronologica de todos os periodicos portuguezes impressos e publicados no reino e no estrangeiro, desde o meiado do seculo XVII até á morte do saudoso rei senhor d. Luiz I*; bem como dos jornaes em lingua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo. Lisboa: Antiga casa Bertrand, J. Bastos, 1896.

PEREIRA, Leonardo de Atayde. O sentido de História para Alexandre Herculano: uma interpretação romântica (1830-1853). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10022010-154126/pt-br.php>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Portugal no tempo do Romantismo. In: Museu Nacional Soares dos Reis. (org.). *As belas-artes do romantismo em Portugal*. Porto: Instituto Português de Museus, 1999. pp. 10-18.

_____. Iberismo e nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia. *Revista de História das ideias* [online], Coimbra, Volume 31, p. 257-284, 2010. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53834/2/cmeirelespereiraiberismo000120585.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

_____. *Felizes os que então viverem! Estados Unidos da Ibéria – Uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva*. (edição de texto, introdução e notas). Braga: Edições Quasi IFLUP, Coleção Biblioteca das Utopias, 2006.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; NETO, Mauro Franco. Revista Brasileira (1857-1861): apropriações do “outro” como termômetro da ilustração. *Anos 90* [online], Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 251-280, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/RevistaBrasileiraPereiraFrancoNeto.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

PEREIRA, Miriam Halpern. Diversidade e crescimento industrial. In: TENGARRINHA, José; (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. pp. 217-240.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

PÓVOAS, Mauro Nicola. *Fragmentos de História da literatura: relatos e resultados de uma pesquisa em Portugal*. *Letras de Hoje*, Rio Grande do Sul, v. 47, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/12768/8527>>. Acesso em: 03 set. 2013.

_____. Um projeto para dois mundos: as ilustrações luso-brasileiras. In: JUNIOR, Alvaro Santos Simões; CAIRO, Luiz Roberto; RAPUCCI, Cleide Antonia. (orgs.) *Intelectuais e imprensa: aspectos de uma complexa relação*. São Paulo: Nankin, 2009. pp. 53- 75.

PRADA, António Moliner. *La Federación Ibérica y la Revolución de 1848. Ler História*, Lisboa, nº 16, 1989.

PRADO COELHO, Jacinto do. (org.) *O Rio de Janeiro na literatura portuguesa*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro. 1965.

PROSTES, Henrique de Carvalho. *Statistique de la presse portugaise 1641 à 1872*. Lisboa: Lallement Frères, 1873.

QUADROS, António. *Portugal, Razão e Mistério*. 2ª Ed. Lisboa: Guimarães editores, 1999.

_____. *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.

QUEIRÓS, Eça de. *Cartas e outros escritos*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 197?.

RAFAEL, Gina Guedes. Jornais, romance-folhetim e a leitura feminina no século XIX: influências transatlânticas? *Iris* [online]: Recife, v. 01, nº 01, p. 33-42, jul. /dez. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/schuab/Downloads/9-30-1-PB.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

RAMOS, Renato Menezes. Sobre Heróis, Dândis e Militares, em a “Ilustração Luso-Brasileira”. In: VALLE, Arthur; DAZZI, Camila; PORTELLA, Isabel (orgs.) *Oitocentos* [Tomo III] Intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2014. pp. 424-433.

RAMOS, Rui (cord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 7ª ed. 2012.

RAVARA, António Pinto. Os partidos políticos liberais na “primeira fase do rotativismo parlamentar” (1851-1865). *Análise Social* [online], Lisboa vol. XII, nº 46, 1976, pp. 363-367. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914148U2uLI4zj8Zc35SP3.pdf>>. Acesso em 31 dez 2015.

REIS, António do Carmo. O poder da imprensa no Porto Romântico. *Revista de História* [online], Porto, volume 09, pp. 291-350, 1989. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6418.pdf>>. Acesso em 27 jan. 2016.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calon a Bonfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. V. 01.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos. *História da literatura portuguesa desde as origens até a atualidade*. Cidade do Porto: Lumen empresa internacional editora, 1921. Disponível em: <<http://archive.org/stream/histriadalitera00remgoog#page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

RENAN, Ernest. "Qu' est-ce qu' une nation? (Conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882)". In: CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da. (ed.). *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)*. S/l, Editora Lulu.com, 2011. pp. 29-44.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A regeneração e o seu significado. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O Liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). *Historia de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 101-107.

_____. A restauração da Carta Constitucional: Cabralismo e anticabralismo. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). *O Liberalismo (1807-1890)*, v. 5. José Mattoso (dir.). *Historia de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 91-100.

RIBEIRO, Orlando. *A Formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987.

_____. *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

RIBEIRO, Renato Janine. "Iracema ou a Fundação do Brasil". In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. pp. 405-410.

ROCAMORA, José António. Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico. *Análise Social* [online], Lisboa, vol. 28, n.º 122, pp. 631-652, 1993. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223291686V6eKP4us1Qn25WR8.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

RODRIGUES, Ernesto. Portugal-Brasil na imprensa portuguesa de oitocentos. *Revista Convergência Lusíada* [online]. n. 32, pp. 07-19, julho - dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/323.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

RUBIO, Javier. *Espana y la guerra de 1870*. 3 vols. Madrid: Biblioteca Diplomática Espanola, 1989. vol. 01.

SALES, Germana Maria Araújo. "Ainda romance": trajetória e consolidação do gênero no Brasil oitocentista. *Floema*, Bahia, Ano VII, n. 9, p. 73-90, jan./jun. 2011.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1991.

SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Ilustração brasileira (1854-1855) e a ilustração luso-brasileira (1856, 1858, 1859): uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa*. 2007. 327 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 2 v.

_____. Ilustração Brasileira (1854-1855): Uma leitura apresentativa de nossa primeira revista ilustrada. *Revista Ágora* [online], Vitória, n. 09, p. 1-15, 2009a. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1930>>. Acesso em 10 dez. 2014.

_____. Guanabara (1849-1856): considerações sobre um período do Romantismo brasileiro. In: ROBERTO, Cairo Luiz; AZEVEDO, Silvia Maria; PEREIRA, Márcio Roberto (orgs.). *Dispersa memória: Escritos sobre representação e memória na literatura brasileira*. Bauru, SP: Editora UNESP, 2009b. pp. 197-211.

_____. Ideias críticas: revista Guanabara (1849-1856). In: XI Congresso Internacional da ABRALIC, tessituras, interações, convergências. 13 a 17 de julho de 2008 USP – São Paulo, Brasil. *Anais...* Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/074/BENEDITA_SANTANNA.pdf>. Acesso em 10 out. 2014.

SANTOS, Manuela; RAFAEL, Gina Guedes. (orgs.) *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998. V. II.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos. *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

_____. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). *Análise Social* [online], vol. XV (57), 1979, 69-115. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989683G4pJl3dx8lt15TY4.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

SANTOS, Renata. *A imagem gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SARAIVA, Arnaldo. *O modernismo brasileiro e português: subsídios para o seu estudo e para a história de suas relações*. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

SARDICA, José Miguel. *A Regeneração sob o signo do consenso - A política e os partidos entre 1851-1861*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013.

_____. A política e os partidos entre 1851-1861. *Análise Social* [online], Lisboa, vol. 32, (141), 1997, p. 279-333. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841071B6tBX9hq5Jn11LV2.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Imaginar é difícil (porém necessário). [Apresentação]. In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 09-17.

SÉRPA, Hélio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História* [online]. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 81-114, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2982.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal* - Volume IX (1851- 1890): o terceiro liberalismo. Lisboa: Editorial Verbo, 2007.

SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. X 1ª ed. 2004.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel. *A Identidade Portuguesa*. In: MATTOSO, José. (dir.). *História de Portugal*. Vol. 04: António Manuel Hespanha (cord.). O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 19-37.

SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira. *O Panorama (1837-1844): Jornalismo e ilustração em Portugal na Primeira metade de oitocentos*. Covilhã – Portugal: LabCom, 2014.

SILVA, Luís Augusto Rebelo. Introdução. *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa, número 01, pp. 03-05, 01 de abr. de 1859. p. 03.

SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa da. *O Espelho Fraterno: O Brasil no discurso do republicanismo português (c. 1889 – c. 1914)*. 2012. 351 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, História, Universidade de Lisboa, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Évora, Lisboa, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7373/1/ulsd063777_td_Maria_Silva.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2014.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Sousa da Silveira: o homem e a obra, sua contribuição à crítica textual no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença Edições; [Brasília]: INL, 1984.

SILVEIRA, Louise Farias da. A propriedade literária no século XIX sob o viés das revistas *A Ilustração Luso-Brasileira* e *A Ilustração: Revista Quinzenal para Portugal e Brasil*. In: Anais do XXVIII Seminário Brasileiro de Crítica Literária/ XXVII Seminário de Crítica do Rio Grande do Sul/ I Encontro Nacional de Escrita Criativa, 2012, Porto Alegre: Rio Grande do Sul. *Anais...* PUC – Rio Grande do Sul.

SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Trad. Cláudia Brito. Lisboa: Gradiva, 1991.

SOBRAL, José Manuel. O norte, o sul, a raça, a nação. Representações da identidade nacional portuguesa. *Análise Social* [online], Lisboa, Volume 34, (171), pp. 255-284, 2004. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218705452Q0nRE7ep1Tg38ZJ4.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

_____. A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social* [online], Lisboa, vol. 37, nº 165, pp. 1093-1126, 2003. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736434J0eQU4wx7Ro77GX9.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

STICKEL, Erico João Siriuba. *Uma pequena biblioteca particular*: subsídios para o estudo da iconografia no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2004.

SOUSA, Fernando. Introdução. In: SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. X 1ª ed. 2004. pp. 09-16.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma História do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974. *BOCC – Biblioteca Online de Ciência da Comunicação da Universidade da Beira* [online]. Covilhã: Portugal, pp. 01- 85, 2008a. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>>. Acesso em 07 jan. 2016.

_____. Uma breve História do jornalismo no Ocidente. *BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação* [online], Covilhã – Portugal, p. 01-284, 2008b. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

SOUSA, Jose Manuel Motta; VELOSO, Lúcia Maria Mariano. *História da imprensa periódica portuguesa*: subsídios para uma bibliografia. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. 1987.

TENGARRINHA, José. *Nova História da imprensa portuguesa*: das origens a 1865. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de leitores, 2013.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). O liberalismo (1807-1890), v. 5. José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

ULBACH, Louis. A literatura no Brasil. *A Ilustração*: Revista quinzenal para Portugal e Brasil. v. 04, ano 04, n. 16, p. 250-251, 20 de ago. 1887.

VARGUES, Isabel Nobre; TORGAL, Luís Reis. Produção e reprodução cultural. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (org.). O Liberalismo (1807-1890), v. 5. José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 575-603.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do*

Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

VICENTE, Filipa Lowndes, *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX*. Alges: Gótica, 2003.

VILHENA, Júlio de. *D. Pedro V e seu reinado*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921.

WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ANEXOS

1. Relação dos colaboradores da revista *A Ilustração Luso-brasileira* (1856; 1858-1859).

A.

A. H.

A. H. d'Oliveira Pires.

Alexandre Herculano.

António de Serpa.

A. Da Silva Tullio.

Alfredo Oliveira Pires.

Alfredo d'Attaide.

Alfredo Possolo Hogan.

Andrade Ferreira.

Antonio Maria Garcia Junior.

Antonio Mendes Leal.

Arturo de Marcoartu.

Augusto C. O. Braga.

B.

B. S. Magalhães.

Camillo Castello Branco.

Casimiro Abreu.

E. A. Calas.

Ernesto Biester.

F. D. D'Almeida e Araujo.

F. E. Leoni.

F. E. Payant.

F. M. Bordalo.

F. F. Benevides.

F. P.

Francisco Serra.

F. S.

F. Soares Franco Junior.

G. A. M.

Henrique Van Deiters.

Hipolito Pereira Garcez.

Ignácio de Vilhena Barbosa.

J. A. Da Silva.

J. A. X. de Magalhães.

José de Torres.

J. C. L.

J. C. da Costa.

J. I. d'Araujo.

J. J. Mendes Cavalleiro.

J. M. Latino Coelho.

Joaquim Rodrigues Guedes.

João Guilherme Teixeira.

João d'Aboim.

João Dantas de Sousa.

J. R. d'Oliveira Santos.

José da Silva Mendes Leal Junior.

Julio Cesar Machado.

Ignácio de Vilhena Barbosa.

Lopes de Mendonça.

Luiz Augusto Palmeirim.

L. A. Rebello da Silva.

Luiz Filippe Leite.

M.

Marquez de Rezende.

M. J. Pereira Marinho.

M. P. da Fonseca e Castro.

Moraes Carvalho.

Moreira.

N. V. D.

P. V. D.

Pinto Neves.

R. A. de Bulhão Pato.

R. Paganino.

S.

Souza Monteiro.

2. Reprodução do primeiro número e modelo de catalogação da revista.

A catalogação para a aferição de dados foi feita sobre os 156 números da revista e foram levados em consideração os seguintes itens: a data de publicação, o ano, o número, a página, o título dos artigos, uma breve descrição dos conteúdos, qual foi o autor/colaborador, o título das ilustração, a autor das gravuras, os artigos que abordam a questão nacional e os textos que falaram sobre a relação entre Portugal e Brasil. Abaixo encontra-se a reprodução total do primeiro número de publicação da revista, assim como apresentamos uma tabela sobre a catalogação desse número.

A ILLUSTRAÇÃO

LUSO-BRAZILEIRA.



LISBOA : — Anno 35600 rs. — Semestre 15920 rs. —
Trimestre 15900 rs. — Numero avulso 120 rs.

VOL. I. — NUM. 1. — SABBADO, 3 DE JANEIRO DE 1856.

PROVINCIAES — FRANCO — Anno 45000 — Semestre 25100
Ultramar e estrangeiro (moeda forte) 55000 rs.

INTROITO.

A *Illustração* em palestra com os leitores. — Prova-se que se entra por se achar a porta aberta, e que se não porque se entrou. — Exconjurando aos programmas. — Emprego actual da Fama. — Declara-se a introdução concluída.

— Com que, temos introdução?
— É verdade, temos introdução: o título o está dizendo.
— E para que serve uma introdução?
— Naturalmente para introduzir o leitor no jornal, que ainda não conhece, visto começar a sua existência, e alumiá-lo na habitação nova em que vai penetrar, visto que pegou n'esta folha.
— Estamos fartos de introduções.
— Não pomos duvida. Mas, assim como não ha casa sem porta, não ha jornal sem introdução.
— Porque?
— Boa é essa! porque? Porque se ha de entrar por alguma parte, porque se ha de principiar por alguma coisa.
— Porque não principias logo... por outra?
— Sempre será principiar por alguma. Mudá-lhe o nome, que importa? Ficará o acto. O acto é começar, é abrir, é inaugurar, finalmente é entrar. Se não for por esta fôrma será por aquella; mas será. Não entres pela porta, entrarás pela janella. Ha quem prefira este modo de... não diremos introdução, posto ser aqui o mais proprio termo... ha quem prefira, diziamos, este modo de accesso, principalmente os que têm predilecções illegaes por alguma pertença do proximo em contravenção com dous mandamentos da lei de Deus, os mais essenciaes para o estado actual da sociedade, e por isso mesmo os mais frequentemente infringidos. Esses mesmos, porém, introduzem-se... por desgraça alheia.

A unica differença é que, desprezando as sendas triviaes, fazem porta da janella. O leitor pôde fazer como elles, sem levar os mesmos intuitos, bem entendido. Pôde só passar por esta porta, que nem se encurva em labores gothicos, nem perfila a esquadria romana, nem apruma columnadas gregas, nem pompeia sobre áditos soberbos, nem aspira em summa a ser mais do que é, uma porta ou entrada, humilde e singela, para os que entendem que ha certas cousas que se não de fazer eternamente do mesmo modo, visto que sempre se fizeram, e se fizeram assim, desde que o instincto despertou no homem, o homem na sociedade, e a sociedade no mundo... cousas simples, cousas communes talvez, cousas prosaicas de certo, como é o entrar por uma porta, e abrir uma porta para entrar, — mas cousas de pratica universal e perenne, e portanto de verdade provavel...

— Quereis ver as taes verdades provaveis? Pôde-se objectar a esse poderoso raciocinio — que uma porta serve tanto para entrar como para sair, o que não é menos reconhecido, nem menos provado, nem menos universal.
— Eis justamente o que de todo confirma a nossa primeira e gravissima these, pois que para sair é preciso entrar, e só se quem entrou, como o attestaria, se fosse preciso, um dos mais ingenuos e sabidos annexins populares. N'estes termos pois, e pondo ponto ás digressões, o leitor, como já nos dizendo, pôde passar por esta porta, sem mesmo lhe tirar o chapéu, se quizer, pois que não temos cá o *laus perenne*, e metter-se pelas janellas, que não faltarão n'esta galeria, e muitas d'ellas ornadas de ricos entalhes e de finos rendados, como só as delineam e executam os entendidos architectos e os esculptores pri-

mosos, cujos nomes darão razão de suas obras. Se o leitor porém se introduzir por alguma d'essas janellas magnificas, em vez de cruzar esta porta modesta, — e louvar-lhe-hemos a preferencia, — nem por isso deixará de ter a sua introdução: tel-a-ha unicamente escolhida a seu sabor, no que, francamente, fará muito bem.

— Mas que prova esse longo arrazoado?
— Prova exactamente o nosso thema.
— Que thema?
— Que uma introdução é uma coisa indispensavel.
— É uma coisa banal, por mais que se diga. Todos fazem introduções.

— Todos fazem portas para entrar, sem exceptuar os que entram pelas janellas. É banal? Será. É banal como a luz, como o amor, como o prazer. Todos também querem ver, todos querem amar, todos querem gosar. Já vêdes que ha banalidades, antigas, usuas, quotidianas, que se não trocam, — que não trocáveis, — por uma boa porção de innovações. Reconhecidas estas importantissimas, e sobre tudo juvenillissimas verdades, deixae-nos dizer-vos duas palavras da nova *Illustração*, que será nacional para dous mundos, que leis de certamente passar pelos olhos, que talvez acabeis por acompanhar com os vossos votos.

— Assim seja. Agora dizei breve.
— É pouco. Tem havido seculos que se tem feito homens. Assim foi o seculo de... E scuso de vol-o dizer se o sabeis; se o não sabeis ainda mais escusado é porque o não entenderéis.

— Ao caso, vamos ao caso. Este seculo, em vez de se fazer homem como o de... o tal... fez-se...

— Vamos ao nosso caso, é verdade. — Este seculo fez jornal. O jornal agora propende a fazer-se livro.

— É philosophia?

— Nada, é só uma reflexão. Mensaes, hebdomadarios, ou quotidianos, os jornaes, crescem de dia para dia em dimensões, e, concorrendo todos a um fim commun, cada um completa o seu vizinho, trazendo permanentemente abertas, e incessantemente renovadas as paginas em que a curiosidade humana quer achar a vida diaria. Já não basta a historia: essa julga tarde, e carece de tempo e reflexão para fixar os seus juizos. É indispensavel a chronica, mas uma chronica nova, a chronica ainda ardente das commoções, immediata, palpitante, diriamos, se este não fosse já um vocabulo estragado pelo abuso, como tanta cousa boa.

— Mas que tem com a *Illustração* essa chronica?

— O que tem! É ella mesma.

— Ella, que?

— Ella, *Illustração*.

— Ah!... Fazeis um programma?

— Um programma! *Fade retró*. Nada de injurias. A *Illustração* disse no seu prospecto tudo o que tinha para dizer. No mais quer que a julguem pelas obras. Abre as portas á phantasia, e não as cerra á verdade. Muitas verdades se podem dizer molejando, no leve estylo que desafia o riso facil, sem despir a gravidade nas cousas serias. A *Illustração* será como as suas companheiras do mesmo titulo que as outras nacies têm adoptado e feito prosperar. A fama deveria pronder-lhe azas aos pés e á cabeça como a certo nune fabuloso, pois que tem de soar de um outro hemispherio; mas a fama tem agora muito que fazer por outro lado, ao que parece, e ella, a nossa *Illustração*, contenta-se por em quanto com a celeridade dos meios de locomoção conhecidos, sem recusar a may-

thologia, nem devassar o segredo das machinas aerias. A fama assentos praça de corneta nos exercitos do Oriente, e toca á chamada do alto d'uma cortina desmantelada de Malakoff, ou de uma canhoneira fumegante de Inkermann. Tem muito que fazer, e nem pôde dar uma volta por aqui. Bem que de longe, substituiremos nós a fama, ausente com motivo justificado. Destinada a dous povos, irmãos por sangue, por costumes, por lingua e religião, lembrar-se-ha sempre a *Illustração* d'onde vem e para onde vai; buscará ser d'ambos e para ambos, segundo a sua natureza, e os seus meios. A *Illustração* não tem pretenções a uma gravidade doutoral, nem se compraz nos donaires solemnes e mesuras compassadas das galas officiaes. Garrida, apurada, amiga das modas e loucálinhas, gosta de ondejar e coquetear de um para outro lado, com os zephiros, com as abelhas, com as flores, — triplice e galante officina d'onde vem todo o mel. Mas também não se exime da sinderza onde for precisa. Não é um ateneu; é um locutorio: mas um locutorio que admite toda a pratica decente. Quem quer passa, doita os olhos, entra, conversa, e, se leva alguma cousa para meditar, é commodamente reclinada em regaco voluptuoso, e melindrosamente envolta e resguardada entre os tenues recamos e as gazes transparentes d'essa fada etherea, coroada de estrelas e calçada de flores, que se chama imaginação. O seu condão será preparar delicias. Buscar-se-ha assortir condimentos para todos os paladares, pondo o cuidado em que a especiaría não leve a boca, livre para o sorriso. Procurar-se-ha que o prazer affague, e não queime.

— Muito bem. Não fazeis programma, e ali está um programma em regra...

— Um programma não; e só uma lista de obrigações.

— Segue-se agora o modo de cumpril-as.

— N'essa parte é que não entrámos: deixámo-la ao tempo, que é o grande fundador de todos os creditos, e o grande mestre de todos os desganhos.

— Excelente. Mas a introdução onde fica?

— Qual introdução?

— A introdução de que nos principiastes a fallar!

— A introdução está feita.

— Não é mais do que isto?

— Mais nada.

— Não falla ao menos sete vezes em Byron, a proposito dos *dous primos* da Idanha, nem doze em Linneo e Cuvier a proposito dos goivos do Passeio?

— Não leva a minima apara da erudição. Que que-reis? É dia de magro cá por casa.

— E chamaes introdução a uma cousa d'essas, assim indigesta, infezada, quasi imperceptivel, sem o acompanhamento e o ornato de duas ou tres duzias de nomes sonoros, sem o minimo cartaz de theorias novas, ou remendadas, que vem a dar no mesmo?

— Chamemos-lhe introito.

— E por que ha de ser introito e não introdução?

— Por que ha de ser alguma cousa, valha-nos Deus!

Pois que tivestes a paciencia de nos seguir até aqui, — o que nós, sinceramente, no vosso caso talvez não fizesse-

mos, entrastes com effeito as portas da nova *Illustração*; e, introdução ou introito, cá estaes. Portanto está concluido o essencial.

— Podemos despedir-nos?

— Se quizerdes: em tanta paz, espero; para voltar-

des muitas vezes. Introduçáo ha só uma.

— Ainda bem.

— Somos d'essa opinião.

MENDES LEAL JERONIM.

REVISTA POLITICA.

O novo anno ainda entra com a campanha aberta, e com probabilidades mais de paz que de guerra, posto que alguns jornais allemães propagam boatos pacíficos. O poderio e recursos immensos dos contendores, a lucta de oppostos principios, caprichos e ambições, o pundonor nacional empenhado de parte a parte, são os elementos em que se funda a opinião dos que aguardam largo periodo de combates, e que a reforçam apontando para os preparativos bellicosos dos alliados em gente e armas, em construcções navaes e machinas de guerra de novo invento. A estas disposições da França e da Inglaterra responde a Russia fortificando ainda mais as suas praças maritimas, e até as duas grandes capitais do imperio, procedendo a repetidas levadas de recrutas para engrossar seus numerosos exercitos.

Os pregoeiros da paz estribam-se nas tendencias e espirito do seculo, nos sacrificios que têm exaurido os cofres das nações belligerantes, exigindo pezosos impostos a par do tributo de sangue, nos enormes prejuizos para o commercio, em que a Russia tem tido o mais avantajado quinhão, e sobretudo nos esforços das potencias que a espaços têm feito o officio de medianeiras, a Prussia, a Baviera, e com especialidade a Austria.

Esta ultima acaba de enviar, segundo refere um recente despacho da theographia particular, o conde de Esterhazy em missão especial á corte de S. Petersburgo. Diz-se que é portador do ultimatum do gabinete de Vienna relativamente a propostas de paz, o qual retirará o seu embaixador se ellas não forem acolhidas. Mas, dado que sejam verdadeiras as condições que se presume contidas n'essa proposta, accettil-a-ha na actualidade a Russia? Constatára, sem outra vez tentar a sorte das armas, na suppressão da esquadra e na desmantelção das suas praças do mar Negro, e em ceder a porção da Bessarabia onde o Danubio, pelas famosas sete-bocas, despeja no mesmo mar as suas aguas? E terá esta cedença alguma relação com o pensamento de formar dos dous principados Danubianos, a Valaquia e a Moldavia, um estado independente, privando-se a Russia do direito de protectorado que sobre os mesmos lhe cabia em virtude de tratados anteriores?

Por outra parte aquiescerão as potencias occidentaes ás mencionadas condições pura e simplesmente, sem estipular outras, nem sequer a respeito das despesas da guerra? Estarão essas potencias satisfeitas com os processos moratorios da Austria em todos os bons officios que allega; se o estão, para que lhe pedem contas (se é exacto o ultimo despacho de Berlin) da intentada redução do seu exercito, fundada na neutralidade e no excesso das despesas?

Cremos que a imprensa não está habilitada para responder a estas questões, nem ao menos por induções ou hypothèses. O paquete inglez, que está a chegar de Southampton, talvez esclareça o objecto da missão do conde Esterhazy, e venha ampliar ou explicar outras noticias, de que não fallámos, por evitar prolixidade, e para não deo o risco de as vermos tão breve annulladas ou expostas em contrario sentido.

Comtudo, duas ha que não devemos omitir porque se apresentaram revestidas de caracter official: a entrega de Kars, e a alliança da Suecia. São conhecidas apenas pelas resumidas partes theographicas, e é provavel que o paquete nos informe mais largamente. A primeira já se esperava, se a praça não fosse a tempo soccorrida ou pelas forças de Omer pachá, a quem dão um exercito de quarenta mil homens, que obrigasse o general russo Muravioff a levantar o cerco, ou pela divisão de Selim pachá, que lhe mettesse dentro algum contingente de tropa fresca, e de mantimentos, de que sobretudo precisava. Kars (praça forte nos confins da Armenia turca, cabeça de um governo de hachá entre os de Erivan e de Erzerum) não pôde sustentar-se contra os apertos do assedio, e capitulou, por absoluta carencia de viveres, ao cabo de mui longa e briosa resistencia.

Trasladando-nos do theatro da guerra na Asia para a Europa, achámos que a alliança da Suecia não é por ora o que se presumia quasi geralmente; pelo menos segundo se lê n'uma parte transcripta do *Moniteur*. Julgava-se que não se publicaria antes da entrada da primavera o resultado da missão do general Canrobert, e que em todo o caso seria uma liga formalmente hostil á Russia, com o compromisso de olhar a Suecia activamente da mesma maneira que a Sardenha se ligou e cooperou com os alliados. Achámos, porém, agora uma convenção com a Suecia para o caso de que esta soffra alguma quebra de sua independencia ou de integridade territorial por parte da Russia, convenio ou tratado em que a potencia escandinava se obriga a nunca ceder á sua poderosa vizinha uma porção qualquer de terreno, nem mesmo direitos alguns de pastagens, pescarias etc., e as potencias occidentaes tomam o encargo de auxiliar a Suecia com as forças navaes sufficientes para a proteger de toda a tentativa invasora, ou attentatoria do jus adquirido. Como, porém, a noticia tambem nos chegou mui resumida, aguardámos informações ultteriores.

Da Criméa nada de novo; o inverno apresentava-se rigoroso, e contra os seus effeitos se tinham prevenido muito bem as tropas, afim de não padecerem as calamidades que em 1854 as atormentaram e lhes rarearam as fileiras.

Em Hespanha seria em breve promulgada a constituição ou lei fundamental do estado, tão porfiada e laboriosamente discutida. Não tomaram consistencia os boatos de crise ministerial: Espartero, e O'Donnell são os homens principaes da situação. Os facciosos carlistas severamente escarmentados cessaram suas correrias, e muitos se tem apresentado ao indulto.

Do nosso reino o facto notavel mais recente é a comunicação recobida de Londres, mencionando ter o sr. ministro da fazenda contrahido um emprestimo, cujas condições ainda se ignoram, e obtido a cotação dos fundos portuguezes de divida externa n'aquella praça, em virtude de ajustes feitos com os possuidores dos mesmos que se julgavam lesados por algumas medidas do nosso governo. Finalmente, parece que tambem melhorará o negocio do caminho de ferro de leste; e do complexo de todos estes felizes resultados proceda a alta de dous por cento nos nossos fundos, indicio do restabelecimento do credito caído.

ROMANCE.

IR A ROMA E NÃO VER O PAPA.

(AVENTURAS DE UM CAÇADOR.)

CAPITULO I

Em que figuram alguns nomes europeos, e em que se dá conta de quem era o senhor Luiz Louet, personagem principal d'esta muiltipla verdadeira historia.

Em 1834, Alexandre Dumas passava por Marselha, dirigindo-se do meio-dia da França á raia da Italia. Todos sabem que as letras francezas são populares entre nós, e Alexandre Dumas popularissimo entre ellas, conhecido, como é, pelas repetidas representações dos seus dramas, e pelas numerosas versões dos seus romances.

Quem ler as Memorias do ingenhoso e inesgotavel escriptor verá que é a caça uma das suas maiores predilecções; e, sem discutirmos, se elle é ou não um atirador de merito, sabemos que ninguém conta melhor tudo o que respeita áquelle exercicio, considerado por uns como arte nobre, sentido por outros como paixão violenta.

Alexandre Dumas, passando, demorára-se em Marselha, e fazia-lhe as honras da cidade o chistoso Méry, o antigo collaborador de Barthelemy, o poeta fecundo, o espirituoso romancista que sabe dar ao paradoxo o colorido da verdade, e á verdade a grandezza do paradoxo.

Uma tarde, Méry e Dumas, perto da embocadura do Huveaume, que tem a ambição de passar por um rio com o pretexto de ter uma foz, vagueavam juntos pelo formoso passeio do Prado, á beira do mar, conversando ambos, com a thezanna de dous grandes espiritos, e a intimidade affectuosa dos que têm coração para se estimarem como irmãos, apesar de competirem como émulo. O assumpto da conversação dos dous insignes escriptores não era, como se poderia suppor, nem a analyse da procreação da magnifica trilogia dos *Stoicereanos*, nem a investigação das causas que deram tão brilhante matiz áquelle deslumbrante conto da *Genève* no *Nizam*, que parece escripto, como de qualquer outro diria o proprio Méry, com um rai de sol, n'uma folha de palmeira, ao pé das ruínas de alguma Babel indica.

Dumas, o poeta, não estava ali; estava Dumas o peregrino, Dumas o caçador.

O auctor do *Monthe-Christo* perguntára prosaicamente ao auctor da *Floresta* se em Marselha se gostava de caçar.

Méry, indolente como um meridional, não podia, n'estes assumptos, fallar por si; mas fallava dos outros com o deslante graciosissimo, que, segundo dizem, lhe é peculiar.

—Meu carro Alexandre—dizia elle—todo o marsehez nasceu caçador.

—Bem:—replicou Dumas, esfregando as mãos com o gesto satisfeito de quem recebe uma noticia agradável—é que se caça nos arredores de Marselha?

Alexandre Dumas, como elle proprio nos diz, nasceu entre matas.

—Em tempos normaes—acudiu Méry—o caçador marsehez atira ao pintasilgo, ao pintaroxo, á folosa, ao pardal, ou a qualquer outro volátil de iguaes dimensões. As suas ambições não vão mais longe. Raramente se elevam até ao melro, e nunca até á codorniz. Quanto á perdição, é para elle a phenix: acredita, por li'o terem dito, que só uma existe no mundo, e que essa renasce das suas cinzas, e se deixa ver aos homens, de tempos em tempos, antes ou depois das grandes catastrophes, como para annunciar a colera ou a clemencia de Deus. A respeito da lebre, não fallamos: é universalmente reconhecido em Marselha que a lebre é um animal fabuloso, no genero do dragão de Rhodes, ou do unicornio do escudo britannico. Saberá mais, meu caro Alexandre, que o caçador de Marselha, dominado da languidez do clima, não vae procurar a caça: espera que ella venha procurá-lo. Ora, como nem os pintasilgos, nem os pintaroxos, nem as folosas, nem mesmo os pardaos, apesar da sua multiplicitade proverbial, têm nenhuma razão particular para virem pousar justamente nas arvores em que o seu inimigo os espera, o caçador vê-se obrigado a recueta a artificios mais ou menos engenhosos, no intuito, um pouco traçoireiro, de atrahir os pobresitos. E por isso que ha de ver o caçador marsehez geralmente seguido de um garoto, que transporta, n'uma ou mais gaiolas, um ou mais passaros

das especies citadas, conforme as predilecções de cada qual. O sero das aves é indifferente, pois que os machos são destinados a atrahir as fêmeas, e as fêmeas a atrahir os machos. Suspensas as gaiolas nos ramos inferiores dos pinheiros, os passaros captivos servem de chamariz aos passaros livres. Iludidos pelos gorgeios das companheiras, algumas aves mais ingenuas têm a candura de virem pousar nos ramos superiores. Deve-se dizer porém que, apesar da finura do estratagemma, o caso não é vulgar, e vae-se tornando rarissimo, em razão de se obstar n'este unico expediente a malicia do caçador marsehez.

—D'esse modo as caçadas—interrompeu Dumas rindo—não brillam pela abundancia?

—Não—tornou Méry com um serio imperturbavel—são nomeadas só pela raridade. Eu lhe digo o calculo que tenho feito. Em regra, o caçador marsehez faz as suas esperas de outo em outo dias, aos domingos. Ao cabo de outo d'estas esperas, ou seja em virtude da idade ainda tenra, ou porvir das regiões remotas, uma ave innocente pousa a gelo nas arvores. De outo d'estas aves o curioso mata uma. D'aqui resulta que, somadas todas as despesas, um pardal vem a sair-lhe por oitenta mil réis, e um pintasilgo por cem. Mas tambem, no dia em que o caçador mata um pintasilgo ou um pardal, é grandemente da sua familia, como Nemrod na presenca de Deus.

—E não ha mais variedade?

—Ha apenas uma variante. O fraco do caçador marsehez é acreditar que ha uma epocha do anno em que passam, pelos arredores da cidade, nuvens de pombos bravos. N'esta epocha, atravessa o caçador uma vara de marmelleiro atado de arvore a arvore, e, n'esta vara transversal, crava uma vareta perpendicular, aguçada no extremo, á qual vareta prende com um cordel curto um pombo manso. D'esta forma, o pombo chamiza, não podendo nunca pousar na vara transversal, é obrigado a voar penosamente. Na opinião dos nossos caçadores, este vôo eterno algum dia ha de chamar a si o vôo ignoto dos consideraveis bandos de torquizes, quando passarem atravessando de Africa para o pólo.

—Diz bem, é uma variante. Não ha muita differença no officio.

—É a mesma idéa fundamental. Prova firmeza de caracter. Se effectivamente passassem os pombos bravos; é provavel que em pouco tempo ficassem ao facto do ardid; mas o caçador marsehez confessa ingenuamente que nunca viu um torquize. Apesar de tudo, insiste em affirmar que, se não passaram, não deo passar. Ao cabo de quatro domingos, o pombo domestico morre ethico. Ora, como a supposta passagem dos pombos bravos dura tres mezes, a variante referida custa mais o preço de tres pombos ao caçador. Em todo este tempo, ainda em cima, não tem licença de matar nem uma arvore, porque o vôo phrenetico do pombo prisioneiro mette um medo horroroso a todos as outras tribus aladas.

—Obrigado, Méry—tornou Dumas estendendo o beijo inferior com expressivo desdém.—Estou sufficientemente informado a este respeito.

—Ainda não—replicou Méry—espero que esta noite farei conhecimento com o typo mais perfeito do caçador marsehez.

—Caçador de pardaos?—acudiu Dumas.

—Caçador de melros—responden Méry, com orgulho ironico.—Não temos melhor.

—E onde havemos de achar esse phenomeno?

—Em minha casa—replicou o poeta—se me quizer fazer o favor de ceiar comigo.

—Acceito—redarguiu o auctor de *José Balsamo*.

—Encontrar-nos-hemos no theatro. Dá-se hoje a *Semiramis*,—rematou Méry separando-se do seu amigo.

Effectivamente, dava-se a *Semiramis* no theatro italiano de Marselha em 1834, como, ainda ha pouco, se deu entre nós a opera os *Capuletos*, com a formosa Julietta no ultimo periodo do seu amor culpado. Seguramente, Assur na colonia dos antigos phoenices não podia ser mais infeliz do que Romeo na cidade de Ulysses.

A noite, os dous escriptores reuniram-se no theatro como haviam ajustado.

—O nosso caçador modelo?—perguntou Dumas.

—Não só o teremos á ceia; mas já o temos aqui—responden Méry.

—Onde?

—Além.

—No primeiro banco?

—Na orchestra mesmo.

—É o terceiro baixo?

—O immediato, o quarto.

—Como! Aquelle velho secco, alto, calvo, engravatado de branco, encadernado de preto, de sapatos como saiveiros, e tornozellos como promontorios?

—Esse mesmo.

—E é um caçador, aquillo?

—A perola dos caçadores! Julga-o-ha ouvindo-o. Acompanha-nos logo.

—E como hei de eu julga-o ouvindo-o só? Parece-me que o julgaria melhor vendo-o.

—Ha de julga-o pela narração dos seus feitos.

—Hum!—respondeu Dumas, pouco esperançado na physionomia.—E como se chama esse devoto de Santo Huberto?

—Chama-se o senhor Luiz Louet, quarto rebeção grande, ou baixo, no theatro lyrico de Marselha, e heroe de lances variados, não menos originaes do que as aventuras

ras picarescas, inventadas pelo nosso compatriota e collega Lesage.
Continua.

MEENES LEAL JUNIOR.

GARRETT E CAMÕES.

(Elegia recitada no theatro normal de D. Maria II, na noite de 9 de dezembro de 1835, anniversario da morte do visconde de Almeida Garrett.)

I

Entre os nomes d'aquelles que não morrem,
Gravou-se eterno de Garrett o nome!
Seculos sobre seculos decorrem,
E a acção d'elles taes nomes não consome.

Dão-lhes, prostrados, mais augusto vulto,
Por que a historia os resgata do abandono;
E as gerações lhes fazem, para culto,
Do tumulo um altar, da campá um throno.

A onda dos tempos, na voraz procella,
Não nos cobre dos rolos fugitivos;
Cresce, elevando-os para Deus com ella,
E, mais perto do sol, brillam mais vivos.

E sobem mais nas orlas d'este oceano,
E o curvo firmamento vão abrinindo,
Té que, engastados no horizonte humano,
Estreitas novas, ficam refalguindo.

II

Garrett é d'estes! — vivido suspira
O espirito nas azas da memoria:
Não morre o canto onde só a lyra,
Não morre o nome onde vive a gloria.

E vive! — A flor d'um povo aqui o acclama,
N'este recinto a que afflue fremente,
E a patria ingrata do cantor do Gama,
Remindo o seu passado, honra e presente.

Não vides os deus genios abraçados?
Um rijo e austero, como o arnez que veste,
Sizudo o outro, como os seus cuidados,
E ambos cingidos as c'ras de epreste?

III

Eil-os, Garrett e Camões,
Filho e pai da mesma raça,
Bebendo na mesma taça
As mesmas inspirações.
Eil-o, o poeta soldado,
Pelo rosto mutilado
Deixa, grave, transalzar
O sorriso, triste e raro,
Ao ver o filho preclaro,
Que lhe vem aos pés cair.

Sobre elle a fronte pendendo,
E co'a fronte o lauro santo,
D'onde goteja inda o pranto
Que o fez grande, martyr sendo,
A mão lhe estende possante,
Que, trahilhando incesante,
Luctou c'o mar, sua escola,
Brandia na espada a victoria,
Ergueu um templo de gloriã,
E acabou... pedindo esmola.

Diz-lhe depois: — «Vem, meu filho,
«Vem descansar nos meus braços:
«Não deploras terreos laços,
«Não chores mundano trilhio. —
«Eu vivi! — Fui peregrino!
«Poz-me á boca o meu destino
«D'um veneno o longo trave,
«Deu-me essa vida amargosa
«A miséria por esposa,
«E por amigo um escravo.

«E que podia, Senhor,
«Da vã fadiga quebrado?
«O que a ninguém é vedado,
«Um raio de sol e amor. —
«Nem isso, filho! — Perdido,
«Sem voz, sem alma, vencido,
«Implorei, — vergonha immensa! —
«Rota a lyra, a esperança morta,
«Dos umbraes da minha porta
«A caridade... a indifferença.

«Não soubeste ao menos, não,
«Como dóe esta agonia,
«Que a alma torra em cinza fria,
«Cinza de extincto vulcão;
«Nem como, gasto o desejo,
«De tanto fogo, o do pejo
«Sobre o rosto só ficou:
«Nem quanto as minguas consomem,
«Nem como, em fim, chora um homem...
«Quando chora o que cantou!»

«Não pac, não mestre, — exclama
«O outro fervido poeta, —
«Caístes, rendido athleia,
«Mas deixando eterna fama.
«Tres seculos, inclinados,
«Ao mundo tem dito, em brados,
«A vossa gloria e tormento;
«E o povo, a quem destes tanto,
«Repetirá vosso canto
«Nos degraus d'um monumento.

«Essa c'roa, que venero,
«Cobre espinhos, ruilante;
«Tive-a o Tasso, teve-a o Dante,
«E a vós legou-vos-a Homero.
«Sei que esses amargos louros
«Custam da vida os thesouros;
«Sei-o, mas sei que, a final,
«A par dos reis hospedado,
«Da injuria será vingado
«O Homero de Portugal.»

«Vingaste-me tu, — replica
«Do Oriente o grande cantor, —
«O monumento maior
«No que me ergueste me fica.
«Entraste nos corações
«D'um Bernardino, d'um Camões;
«Recolheste a nossa herança;
«Resurgiste-nos, ativos,
«C'os desejos sempre vivos...
«E sempre morta a esperança.

«Cantaste, e do olvido eximes
«Quanto em torno a ti vejo.
«Repara: é longo o cortejo
«De tantas sombras sublimes.
«Eis um Sousa, eis um Pombal,
«Alben-Afen, e Bernal;
«E o Alfageme, que á batalha
«Levando a espada mais dura,
«Como o povo, que figura,
«Pelega se não trabalhava.

«Eis Aida, a pudica rosa,
«E Adozinda e seu condão;
«Eis a virgem de Lervão
«Menos feliz que formosa.
«Flores do campo ou da acerra,
«Filhas são da nossa terra.
«Eis, toda graça e harmonia,
«Como um grupo de Canova,
«A imagem, candida e nova,
«Da etherea e casta Maria.

IV

«Estes são, — segue em voz alti-sonante
«Do Adamastor o vate sublimado, —
«Estes são teus braços, — estes ávante
«Teu nome hão de levar, e o triste fado
«Do que a lyra tentou fazer prestante;
«D'estes formaste o monumento honrado,
«Que as nações saudam, de toda a parte,
«Por que á patria o sagrou engendo e arte.

«Mais que os bronzes e os marmores robusto,
«Aos vindouros dirá que o luso solo
«Virgillis teve, se não teve Augusto;
«Mau grado ao esquecimento, inveja, ou dolo,
«Dirá que, inerite em fim, vencida a custo,
«A gloria a ingratitude sujeita o collo,
«E a eternidade extraiu do horror profundo
«Quem, como Atlante, já susteve um mundo.

«Marmores! bronzes! — Tardo e ocioso preito
«Que cinzas guarda, que a vaidade cobre,
«Tenue porção d'esse metal suspeito,
«Co' a voz do affecto, o óbolo do pobre
«Util levára ao desprezado leito,
«Que o mundo fez da dor, e Deus fez nobre,
«E onde o genio, esquecido do universo,
«Junto ao sepulchro, amaldiçoou o berço!

«D'estes não foste. — Mais do que eu ditoso,
«Viste ainda, na extrema despedida,
«Alvorecer teu astro, e, luminoso,
«Dourar-te a c'roa que te foi cingida.
«A voz dos povos fez-te glorioso,
«A mão dos reis agradeceu-te em vida;
«E en vejo, em fim, aos raios d'essa aurora,
«Que avança o mundo, e o seculo melhora!»

V

Disse, e calou. — Dizer-lhe mais quem ha de? —
Fallou agora, ouvindo-o, as vossas almas:
Melhor que a minha voz, a da saudade
Lhe viça os louros, e lhe enflora as palmas.

Bradae-lhe vós, que ahi seu genio inspira,
Clamae-lhe vós, que honraes sua memoria:
«Não morre o canto onde vibra a lyra,
«Não morre o nome onde vive a gloria!»

MEENES LEAL JUNIOR.

REVISTA LITTERARIA.

BRAZIL.

I

Portugal e Brazil. — Opusculo humanitario por B. A.
Rio de Janeiro, 1834.

Os laços que a differença das nacionalidades para sempre desatou, parece que ainda os está apertando hoje a identidade dos idiomas. O Brazil tem mais futuro que passado; Portugal, por ora, e ainda mal, vive mais das tradições do que foi, do que das esperanças do que ha de ser. Todavia, qualquer dos dous países co-irmãos, cada vez que for peregrinar pelas proprias recordações, ou se aventurar para além dos horizontes que a actualidade lhes não consente por ora transpor senão com o espirito, qualquer dos dous, dizemos, ou antes ambos, terão inevitavelmente de se encontrar n'esse campo neutro.

Mais perto ou mais longe da successiva realisação de nobres aspirações, mais ou menos possuidores dos elementos que as deverão ir preparando, todos os povos andam animados pelo mesmo impulso providencial.

O bello na arte, como na sciencia, como na politica, que talvez seja um composto de tudo isso, é um só; os caminhos é que são diversos, segundo as circumstancias e as indoles de cada paiz. A perfectibilidade, da forma politica principalmente, é, por assim dizer, o Protheu de todos os tempos, que tanto mais seduz, quanto mais se esquivava e refoge.

Todas as bandeiras levando rumos varios demandam, entre bonanças e tempestades, praxagens que os hydrographos d'outr'ora não conheceram por certo, mas cuja latitude e longitude se nos veiu denunciando de revelação em revelação.

É por isso que se escreve para todo o mundo, quando se logra a probabilidade de se haver feito avançar, ainda que um milimetro apenas as barreiras do conhecido. Assim como se não pôde prescindir d'um certo encyclopedismo, ao menos quanto basta para se apreciarem com gratidão os mutuos descobrimentos, que de dia para dia se vão effectuando quer na ordem moral, quer na ordem physica, assim também as linguagens tendem a fazer-se cosmopolitas. As que o não podem ser, ou por lhes ter passado a saizão propria, ou por não disporem de condições taes que o consigam, contentam-se, e que remedio? com a cyphra domestica de que não podem sair. A idéa, entretanto, é que não pede passaporte, porque não é de nenhuma terra, porque de todas e de toda é.

A lingua portugueza não é das que mais tem por que se doa da circumscripção. A brasileira, que não é outra, pôde atravessar affeita para o velho mundo, que tem segura a hospitalidade de amigos.

Eis porque nos interessa tanto a sua litteratura nascente. O livro que o Brazil nos mandou, ainda mesmo que de cosmopolita não possa obter os fóros, é aqui bem vindo, e tanto, como se entre nós fosse escripto. Se o assumpto de que tratar tiver com as nossas cousas, prosperidades ou magoas, alguma relação, mais bem vindo será. Se de penna feminina houver saído a obra, além de todas as razões que já tinhamos para o festejar, acresce esta da novidade; pois que para as letras portuguezas ainda é, e será talvez por muito tempo, um acontecimento virem tomar a mão na pratica da imprensa, aquellas que para naturaes conselheiras nossas dotou a Providencia.

Começamos portanto esta revista pela rapida analyse d'um livrinho, que, sob o titulo modesto de *Opusculo Humanitario*, publicou em 1834 no Rio de Janeiro a sr.^a D. Nize Floresta Brasileira Augusta.

Duas letras só pretendim esconder n'aquella publicação o nome da sua auctora. Para nós não era anonymo o escripto; não devera selo-se para ninguém, e diremos o porque.

A these do livro, é que a educação da mulher tem muita influencia sobre a moralidade dos povos, e que o característico mais saliente da sua civilização, é ella. A hypothese, a illustração do Brazil pela educação da mulher.

Bem humanitarias seriam as academias que propuzessem these similhante. Em quanto a convicção d'esta verdade da moderna sociologia não houver calado bem fundo, não só em todas as intelligencias, mas em todos os corações, mui longe andará tudo o que de mais progressivo se imaginar para um paiz. «Poucos homens, diz um dos mais arisolidos defensores da educação popular (1) são capazes de comprehender a humanidade e ainda menos de lhe consagrarem todo o seu amor. A maior parte d'elles não se podem unir a ella senão pelo intermedio da familia. Supprimi este vinculo; para logo cairão no mais profundo e triste dos egoismos; e do homem só.»

A auctora não quebra lanças pela emancipação da mulher, mas conhece com lastima, que não é a mulher ainda o que devia ser; a primeira educadora de seus filhos, a mais util amiga do homem. Não se detem em vagas discussões contra os governos, no que dá mais um documento de bom senso. Olhou com a perspicacia do medico e a piedade da enfermeira para a gravidade do mal. Fex-lhe o diagnostico; desvelou-se no tratamento. Pertencendo, como sem duvida pertence á classe dos escriptores moralistas, e não ignorando a origem da enfermidade, escreveu uma lição severa como pedira o assumpto, se-

(1) Mr. Prosper Dupont

veríssima até, como lhe exigia a propria consciencia á vista do objecto santo que se propoz, para paes e mães de familia. E a estes que cumpre convencer, e, vencidos ou convencidos, levá-los a prepararem para o dia de amanhã, o que o dia d'hontem lhes não legou.

Algumas paginas são vehementes; é a linguagem da mulher na sua phase mais varonil. Que muito? se a causa que advoga tem tantos palradores por si, e tão poucas adhesões verdadeiras a seu favor!

Sem o falso orgulho nacional, que tanto entibia os escriptores d'alma, nos mostra constantemente o reverso de uma medalha brilhante.

Procura pelas narrações mais ou menos carregadas dos viajantes estrangeiros, não aquelles capitulos em que se relatam com enthusiasmo, as magnificencias que o Creador se delicia em espargir pelo solo americano; não abre os seus livros para se rever n'aquellas descripções em que a reminiscencia européa se engolfa mais suavemente pelas

viçosas amplitões d'uma natureza vivaz e magestosa; não lhes pede as recordações d'uma terra essencialmente hospitaleira; não; — procura com a solícita avidéz de quem não perdeu as esperanças de remedio, justamente aquelles pontos onde vae bater a censura mal ou bem condimentada para ouvidos nacionaes. A resignação quasi que a abandona, quando exclama: « Os erros da patria são como os de nossos fillos; queremos nós mesmos censurá-los e puni-los, mas não podemos soffrer vel-os stigmatizados por estranhos a quem nada devem. »

Muitas vezes disscorrei estar a auctora escrevendo de Portugal. E que a educação popular, na mais verdadeira acceção da palavra, ainda em raros paizes foi comprehendida. Este verbo ainda não encarnou entre o espirito publico. A fatal confusão de instrução com educação tem baralhado as mais rudimentares noções da doutrina civilisadora d'esta epocha. É mister que a companhia do homem se associe com elle na grande obra do fu-

turo. Para isso, é indispensavel desarraigar inveterados preconceitos. « Sigámos o exemplo, diz a auctora, do pobre e corajoso explorador de nossas virgens florestas, exposto aqui e ali á mordedura de venenosos reptis, para rotear um campo que outros terão de semear, e onde hão de colher saborosos fructos. »

A intenção é elevada; a causa, sympathica; o empenho, philosophico. Não é preciso ter estudado como Vi-rey todos os segredos da mysteriosa condição feminina, para sentir que se o escriptor humanitario conhece todo o valor da mulher como instrumento unico de moralisação, é mais do que ninguém a mulher quem sobreleva, quando se constitue em evangelisadora de tão religiosa missão.

Terá todavia algumas sombras o livro, que embarguem a forma de rivalisar com a importancia da materia?

Continúa.

LUIS FILIPE LEITE.

O senhor D. Pedro V, que a nossa estampa representa, pôde com razão appellidar-se o Desejado.

Quando em 16 do setembro de 1837, as girandolas e as salvas annunciaram á capital, que acabava de nascer o successor do throno constitucional, e um penhor de duração para a dynastia de D. Pedro, o jubilo pintou-se no semblante de todos, e os olhos, que se alongavam ansiosos para o futuro, fixaram-se com amor no principe que, ainda no berço, já parecia fadado para encerrar a arena resolvida das dissensões civis.

Creado ao collo de todos os carinhos, o esplendor da corôa prometida não cegou n'elle o ardor da sciencia, nem affogou no orgulho as nobres qualidades de uma indole, nobremente dotada.

Crescendo em annos, o fillo da rainha, o neto do duque de Bragança, representante benquerido de tanta gloria, e de tão preciosos sacrificios, cresceu tambem em virtudes, e em prendas.

Na senhora D. Maria II, a ternura maternal, a força de extremosa; era esmerada, vigilante, casta severa com escolha.

O paco das Necessidades, por onde correram a infancia e a adolescencia do principe, pôde apontar-se para exemplo, e como escola.

As horas de estudo, as horas de recreio, e de intimidade, e as horas consagradas á educação religiosa, distribuidas com regularidade, e mantidas sem differença, alternaram a cultura do espirito com o indispensavel desafogo da juventude.

Mestres irrepreheniveis nos costumes, respeitados pelo caracter, e applaudidos pelo saber, foram encarregados de guiar os primeiros passos do herdeiro do throno, e dos infantes seus irmãos, gravando nos seus animos tenros as mais firmes e claras noções dos deveres moraes, e

enraizando no seu coração, facil em se abrir a todas as idéas generosas, o sentimento christão, e as tendencias caritativas, realce da alma.

Nos monarchas elogia-se a magnanimidade, mas ainda se admiram mais os beneficios silenciosos, que a mão esconde e a bocca não assoalha.

Este segredo de levar ao alvargue do pobre, e á solidão da adversidade, o remedio de pungentes padecimentos, e as doces consolações da esperanza, este raio de luz,

zilio, e com ella vae respondendo ás difficuldades arduas, que o mando suscita até aos mais experimentados.

Mancebo só no calor e na generosidade dos affectos, apresentou-se, aos dextro annos, com a reflexão ponderada, que presuppoz a ficção constitucional da maioridade, mas que raramente se verá em outros.

Nas suas viagens, para elle tão fecundas e aproveitadas, o soberano illustrou o nome portuguez nas mais polidas côrtes da Europa; e discorrendo com os doutos em

emanado directamente de Deus para alumiar a consciencia, e alentar o infortunio, foi uma das occultas virtudes da rainha D. Maria, que revelaram sobre o seu tumulto a saudade e as lagrimas dos infelizes; e entalhando-a no peito de fillos dignos dos seus desvellos, aperfeiçoou com ella a obra da sua educação, primor de cuidados e assiduidade, que na historia e na gratidão de Portugal será sempre um dos seus maiores louvores.

A semente cafu sobre inclinações fecundas; e levantando-se do bofeto do estudo para se assentar á meza do despacho, presidindo ao governo da nação, o sr. D. Pedro V, seu não honvesse herdado, mereceria a corôa!

A modestia, que é o pudor da verdadeira sciencia, muitas vezes acanha em publico o seu espirito, que sem fadiga pôde unir agora mesmo aos trabalhos do poder a constancia no estudo.

Mas quantos puderam apreciar de perto a solidéz e a variedade dos seus conhecimentos, são unanimes em proclamar o pasmus, com que descobriam amanhecidas em idade tão verde as faculdades, e completos os dotes adquiridos, que só costuma o tempo amadurecer.

Entrando no caminho da vida pela porta mais perigosa, a da realza, sobre tudo em epochas inquietas, como a nossa, o principe chamou a prudencia em seu auxilio.



ILLUSTRAÇÃO LUSO-BRAZILEIRA.

3

assumplos, que eram o alvo constante dos esforços d'elles, arrancou-lhes testemunhos insuspeitos, que d'esta vez não vestiam as cores da lisonja, nem disfarçavam a verdade com as phrases calculadas da adulação.

O senhor D. Pedro V em 16 de setembro de 1855 tomou as redes do poder monarchico; mas a verdadeira data do seu reinado começará a abrir-se naturalmente mezes depois.

E quando os eleitos do povo, filhos da urna desasombrada por elle, puderem unir ao seu o voto legitimo do paiz, e concordar no formoso pensamento de restaurar a decadencia esta nação, que só espera e precisa que mãos

honradas a ajudem, conseguirem fazer ouvir do throno a voz imperiosa das verdadeiras necessidades, então, (assim o auguramos) é que a elevada intelligencia do monarcha ha de brilhar plenamente nas eminencias do governo, e que a bondade do seu coração chegará a todos.

Eis a nossa esperança, e o desejo ardente dos que se consolam das illusões passadas, confiando nas promessas de um porvir nada remoto; e os auspícios têm sido tão ditosos até hoje, que a illimitada confiança dos subditos no soberano é já um elogio precioso, para quem, como elle, sabe prezar as cousas pelo seu valor, e não pelas apparencias.

L. A. REBELLO DA SILVA.



Ismail pachá (General Kmetz).

Kmetz nasceu em Pokoragy, (Hungria) formosa aldeia situada em uma eminencia a duas milhas, pouco mais ou menos, de Rima-Szombath, no condado de Gomorer, onde seu pae, sacerdote protestante, exercia as funcões do seu ministerio. Morto este, Jorge Kmetz que tinha então apenas cinco para seis annos, acompanhou sua mãe para Nyregyhaz, no condado de Szabolcs, onde ambos,

em casa de um tio, também ministro protestante, encontraram agasalho e amparo. Frequentou Jorge Kmetz com aproveitamento a escola elemental d'aquelle lugar; passou depois a estudar no collegio protestante do districto, e d'ahi, volvidos alguns annos, partiu para Presburgo, afim de concluir n'esta cidade os estudos preparatorios, sendo toda a sua ambição formar-se em alguma das uni-

versidades allemãs. Não podendo, porém, conseguir que se lhe tornasse effectivo o subsidio de 40 florins, que lhe havia sido promettido, e a final fôra por singular equívoco conferido a outro estudante do mesmo nome, tomou-se Jorge Kmetz de tão profundo desgosto, que abalou para Vienna, e assentou praça. O seu procedimento distincto valeu-lhe um adiantamento rapido na nova carreira que abraçara, pois em 1848 era já official superior. Ardeente liberal, Jorge Kmetz adoptou a causa dos maggyares, e defendeu-a sempre com lealdade e extraordinario esforço. Em agosto de 1849, vencida a lucta a favor da casa de Hapsburgo, o general Kmetz viu-se obrigado, como muitos outros personagens distinctos, a buscar na Turquia um asylo contra a intolerancia dos seus adversarios. Musulmano, Jorge Kmetz, sob o nome de Ismail pachá, é actualmente um dos mais intelligentes, e mais valerosos generaes do exercito turco. A defeza de Kars, mormente o brilhante feito de armas de 29 de setembro, só per si illustraria o mais consummado cabo de guerra.

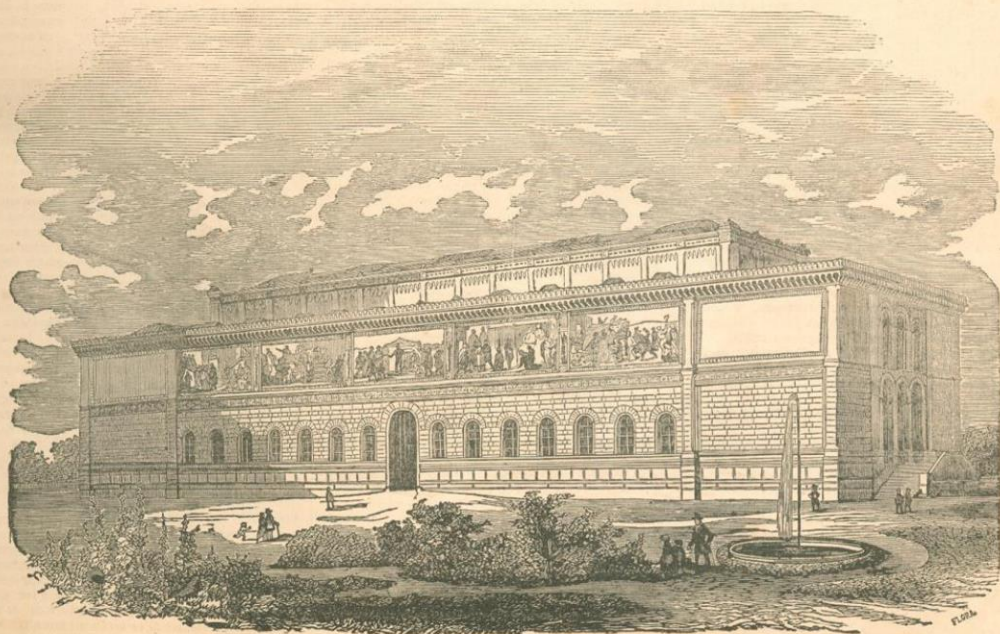
Ismail pachá tem quarenta e cinco annos. A gravura representa o general no acto de receber de um official inglez um precioso cachimbo. Assevera a *Illustração Inglesa* que o retrato do famoso guerreiro está admiravelmente parecido.

NOVA PINAKOTHECA DE MUNICH.

Munich, de todas as cidades de Alemanha, é sem contestação a mais rica de monumentos modernos; e a nova pinakotheca, edificada a expensas do rei Luiz, para repositório de pinturas, e desenhos do seculo XIX, merece ser contada entre os mais sumptuosos.

A pinakotheca começou-se a construir no outono de 1846, sob a direcção do primeiro architecto da casa real, que também fizera a planta, concluindo-se no anno de 1847. É de estylo bysantino, e tem 367 pés de comprimento, sobre 101 de largura e 98 de altura, compo-se de dous pavimentos corridos, e um outro menor sobre a cornija. A entrada principal olha para o levante, e compo-se de tres arcos; a escadaria é de marmore, com balaustrada de bronze. Em frente da entrada ha uma grande sala, na qual se observa o retrato, em corpo inteiro, do monarcha fundador, vestido de cavalleiro da ordem de Santo Huberto; este retrato é pintado por W. Kaulbach. Além d'este salão ha outras cinco salas, de razoada dimensão, e uma sala enorme de 93 e meio pés de comprimento sobre 53 de largo, em cujas paredes se admiram 25 quadros de pinzagens, devidos ao pincel facil de Bottman. O pavimento inferior reparte-se em oito salas, e deve receber as pinturas de actualidade, desenhos, cartões, pinturas em porcelana, e em crystal; além d'isto ha ali duas salas para cada artista poder tirar as copias que desejar.

Não nos parece de melhor gosto o plano da pinakotheca; entretanto não pôde deixar de confessar-se que todas as partes do edificio conservam perfeita harmonia en-



Nova Pinakotheca de Munich.

tre si, e com o estilo de architectura adoptado, o que sem dúvida é a mais essencial condição em toda a obra de caracter monumental.

UMA VIAGEM PELA LITTERATURA CONTEMPORANEA.

(OFFERTICA AO SR. A. HERCULANO)
L. A. REBELLO DA SILVA.

Hoje em Portugal quem quer estudar, tem um meio facil e nada desagradavel; habilidade para uma viagem. Assim o decretou a moda! Aprende-se passeando!

O paiz paga a exportação dos seus futuros sabios um tanto cara; mas que importa? Quem tem boca vai a Roma, e depois d'este proverbio só ficará ignorante quem absolutamente não quizer pôr-se a caminho.

É verdade que as letras e as sciencias, salvas honrosas excepções, por ora não lucraram muito com o novo methodo ambulatório, mas apezar de tempo tempo vem, e em todo o caso sempre é bom ir imitando—é geito, que não deve perder-se, porque sem elle ficaríamos só portuguezes, o que na realidade seria quasi horroroso!

Em presença de modelos tão autorisados, que remedio senão seguir-se os passos de quem não sairá de todo nullo esta excursão humilde e plebeia, feita a pé, e sem estrepito ou ostentações.

Succede aqui o que acontece em mais alguma parte — em Hespanha, por exemplo. Sahemos muito mais do que se passa entre estranhos, do que temos noticia do que vai no meio de nós.

A curiosidade leva-nos a estudar de perto os rasgos criticos de Gustavo Flaubert, as deliciosas novellas esboçadas de Charles Dickens, as delicias phantasias de Alfred de Musset, e os equilibrios arrojados de Dumas (pai) o bránculo, cujos cem braços escrevem todos ao mesmo tempo; e em quanto applaudimos uns, e nos apaixonamos pelos outros, parecemos-nos pequenas, enfezadas e despididas as obras dos nossos escriptores.

É um mal e uma injustiça, e devemos cuidar em os atalhar. Nem tudo o que luz é ouro, dizem os nossos velhos com prudencia. Hoje pôde traduzir-se o mesmo adagio, por outras palavras. Nem só o que vem de fóra é bom! Estamos certos de que a verdade não ha de desmentir-nos!

Foi, por isso, que nos deliciaríamos a passear também, mas só pelos jardins da litteratura amena.

Dizer que não nos liangemos de os ter percorrido com fructo, e que não nos faltariam pinturas de effeito para encher uma pasta de amador, seria presumir da nossa perspicacia, e louvar-nos o nosso lapis, bastante fraco, de mais o conhecemos, para retratar com simillhança, e deixar-nos diversas physionomias aquelle ar proprio e particular de cada uma — que é a vida.

Não! Retratos assim só a mão de Timon os fez um dia, sobre a carteira da camara dos deputados de França; só Guizot, Villemain e Sainte Beuve os traçaram com admiravel perfeição, nos inimitaveis quadros que o remanso das fadigas lhes permitte acabar.

Viajar com esses gigantes da intelligencia era o mesmo, que tentar o pigmeu a aposta absurda de medir os seus passinhos pelas passadas de um colosso. Estamos longe de tão estolidos vaidades! Longe de nós a idéa de entrar na arena que elles atravessaram.

O nosso proposito, muito mais modesto, vai em harmonia com as nossas forças. Lançamos apenas, ao correr da pena, n'estas paginas rapidas, as sensações que nos causaram os livros e os homens, as cousas e as idéas.

O que procuramos foi julgar com imparcialidade, e observar sem azedume, e sem liosja. O azoragado de José Agostinho, e o thurubulo dos incensadores são para nós igualmente repugnantes.

Sinceridade de opiniões podem esperal-as d'estes estudos, porque nos esmeramos em a manter. O resto sahi como cabia em nossos acanhados recursos, e se não merece mais é porque não soubemos, nem valemos.

Emprehendemos a jornada com a mesma sem cerimonia e desaffecção, com que o turista-typico, crava na cabeça o seu chapéu de palha, e empunha o bordão do costume, para renovar as suas peregrinações. Não contem pois, com peçadas malas, nem com apparatus carregados de erudição. Sainos apenas munidos do nosso *keep-note*, e recolhemos igualmente leves, trazendo só de mais algumas notas corridas, alguns esboços e uma outra tentativa de desenho mais extenso.

Dito isto em boa paz, e para que não succeda tomarmos-nos pelo que não somos, entrámos sem mais demora no assumpto, e pedimos ao leitor a desculpa que é do estylo conceder, e os auctores — de todos os formatos — re-

querem em ar de quem paga uma cortezia, e nada mais. Mas d'esta vez é forçoso confessarmos, que a sua paciencia não deve ter penado pouco — se leu tudo até aqui.

Antes, porém, de invadir as possesões d'esta nova e tão rica provincia litteraria, façamos um instante alto, em frente do retrato d'um dos seus mais insignes e illustres cultores.

É um homem de estatura mediana e porte modesto. As linhas da sua physionomia denunciam logo a origem arabe. Olhos pequenos, mas rasgados, vivos e penetrantes, nariz aquilino e tez morena. Os labios delgados, fecham nos cantos por duas linhas que lhe dão uma expressão satyrica, e que segundo Lavater revelam d'algum modo o espirito epigrammatico e sarcastico que tão bem sabem verberar. A fronte larga e espacosa deixa adivinhar a vasta intelligencia que ali reflecte. A cabeça pende-lhe ordinariamente sobre o peito, como inclinada sob o peso das idéas, denotando ao mesmo tempo o espirito pensador e reflectido que o caracteriza. A sua figura não impõe; entre a multidão passará até despercebida, confundindo-se com o vulgo, porque não fere a vista, nem chama a attenção; mas quando a alma se lhe derrama na physionomia, aquecida pelo fogo da palavra, quando esta lhe relienta espontanea dos labios, transforma-se: as feições animam-se d'um esplendor e d'uma belleza que não se lhe conhece, examinando-as mudamente. Illumina-se de eloquencia! Já o vimos assim, quando, com o coração resgado de profunda dor, e inspirado pela solemnidade e pelo grandioso do quadro, de pé, sobre a sepultura do visconde d'Almeida Garrett, descreveu n'um improvisado sentido e brilhante, em traços largos e correctos, em imagens severas e opulentas, o vulto transcendente do que foi seu mestre e amigo, e um dos maiores nomes litterarios d'este seculo. Era a transfiguração do genio, effectuada n'aquelle ultimo e saudoso abraço intellectual entre o mestre e o discípulo: era o passado apontando para o presente, era um nome já vivo na posteridade indicando outro que ha de vir a pertencer-lhe.

Rebello da Silva nasceu a 2 d'abril do anno de 1821. Logo que a idade o permitiu frequentou os estudos de humanidades que constituem a educação classica, distinguindo-se, segundo lhe temos ouvido confessar muitas vezes, em todas as aulas, pela mais constante e invencivel preguiça. Tinha 17 annos, quando em 1838 se fundou n'uma casinha da rua da Alameda a sociedade philomatica, e ali a emulação despertou o desenvolvimento intellectual, e certa facilidade de fallar em publico; ali se exerciciou, e não pouco deveu aquellas palestras juvenis para pouco a pouco ir ganhando a reputação de orador, que hoje goza, e que tem sabido cultivar e perfeccionar, a ponto de ser actualmente um dos primeiros, ou o primeiro (fica para mais tarde resolvermos o problema) do nosso paiz.

Foi então que Rebello da Silva, verdadeiramente principiou a estudar, e foi no periodico d'essa sociedade de manobras, intitulado o *Cosmorama Litterario*, que fez as suas primeiras armas, publicando alguns curtos ensaios, e escrevendo a — *Tomada de Ceuta*.

Em 1839 cursou a universidade de Coimbra, donde se demorou menos de dois annos, estudando o primeiro anno mathematico e philosophico, e provando n'elle a mais decidida repugnancia pelas sciencias exactas, e mais ainda pôde ser, pela disciplina das aulas, regulada pela corda do sino. Uma grave enfermidade de peito, que durou dois annos, e que o teve proximo da sepultura, obrigou-o a recolher-se em 1841 a Lisboa, e a suspender toda a applicação. Quando as suas forças lh'o consentiram, tornou a dedicar-se com fervor ás letras, e escrever na *Revista Universal*, um romance já de bastante valor, *Raíso por homio*, publicado no anno de 1842 e 1843, devendo muito para se abalançar a tentar o genero ao seu amigo e nosso mestre Alexandre Herculanu, cujo amigo de adquirir n'aquella epocha. Foi o auctor do Eurico e da Abobeda quem lhe encaminhou os primeiros passos, ministrando-lhe com nobre franqueza todos os subsidios da sua erudição, e os valiosos auxilios da bibliotheca da Ajuda. O Sr. A. F. de Castilho não se interessou menos por esta primeira estreia do joven escriptor.

A data d'este romance em diante decidiu-se a verdadeira vocação de Rebello da Silva, e principiou a pizar a carreira litteraria sem hesitação.

Antes de apreciar as obras, diremos ainda alguma cousa acerca da pessoa do auctor.

Rebello da Silva, apesar de muito moço ainda, soube adquirir mais cedo do que é vulgar a sua madureza de reflexão e pensamento, á custa de muito estudo e applicação. Antecipou-se aos annos na cultura previa do seu espirito, e mal avistou o horizonte largo e brilhante, que se abria diante d'elle, colligiu todas as forças e empenhou todos os recursos, para fortalecer e caracterizar a sua vocação, necessariamente ainda balbuciente, conseguindo vencer assim quasi de uma vez o espaço que media entre ambos, antes do tempo que de ordinario amadurece as faculdades.

O homem de talento fez-se homem de saber. Poetas gregos e latinos, classicos portuguezes e franceses, historiadores e economistas, escriptores profundos e estylistas elegantes, todos folheou, com todos pensou, e em todos meditou. Rico d'erudição, mas d'erudição legitima e solida, e não de contrabando e só nominal, amestrado nos segredos dialecticos, versado na historia, e iniciado nas bellezas e elegancias da lingua, os seus escriptos reflectem

sempre a profusão de diamantes que lhe esmaltam a imaginação, uns puros, e sobre si, mas d'um subido valor, outros engastados nos mais finos e phantasticos arabescos.

Pasma-se, vendo assim chegar um homem aos trinta annos, com as idéas da idade madura, apesar de vivermos n'uma epocha em que a experiencia amanehece cedo, porque vivemos muito em um só dia; mas aquella experiencia é outra, e só se adquire empalidecendo sobre os livros.

A sua adolescencia litteraria atravessou o seculo da renascença, e hoje prepara-se para a completar, auxiliando-a poderosamente nas suas ramificações mais importantes.

No momento em que escrevemos estas linhas, parecem-nos que as aspirações de Rebello da Silva são puramente litterarias. Folgamos com isso. O horizonte da politica tolda-se de nuvens, o das letras rasga-se brilhante e radioso. Do primeiro ha só a obter tempestades e naufragios, no segundo pôde-se obter prosperidade e bonança. O sol d'este fulgor agora esplendido, em quanto o do outro vai no occaso.

Escudado com um nome já illustre nas letras contemporaneas, continuando a cultivar-as não tem a colher senão tranquillidade e gloria.

N'esta epocha essencialmente egoista, geralmente invejosa e cheia de convenções, devida a maioria ao espirito de facção, que sempre a tem dominado, quando se manifesta uma vocação nova, raros a animam e acolhem. Rebello da Silva aparta-se d'esta phalange parasyta, seja dito em seu elogio.

Nunca duvidou estender abertamente a mão a quem lh'a pede com sinceridade, nem se eximiu nunca de as guiar com os seus conselhos e lição. Se lhe aponta as sinuosidades do caminho, se lhe indica os precipícios, não é para os desconfortar, mas para os advertir e alentar. Eis a verdadeira prova da incontestada supremacia do talento.

Na generalidade a critica exerce-se d'um modo singular. Parece que antecipada prevenção acompanha qualquer livro, mesmo antes de ser lido. É de S... a obra? Ha de ser por força excellente! É de N...? Será soffivel, mas nunca boa! Partindo-se d'este principio nunca se altera o juizo que de futuro deve fazer-se. Regra geral; discute-se sempre o individuo.

Depois da leitura, muitas vezes acontece saírem falsas as opiniões de preconceito, e achá-se o livro de N... superior ao de S... mesmo porque não ha talento, por mais vigoroso, que uma ou outra vez se não engane ou erre, nem tão pouco é milagre revellar-se uma vocação subitamente cheia de força e enthusiasmo.

Para a critica, porém, isso não significa nada. Convidada intimamente do merito relativo das duas obras, não duvida confessar-lhe n'um momento de intima expansão; mas se um dia tem de apparecer na tribuna publica da imprensa para avaliar as duas produções, sustenta o erro, e desmente a evidencia esquivando-se a tratar do assumpto e substituindo-o por um immenso prologo — cahe enorme sobre o tronco de um pigmeu, — falla, cita, compara, declama, louva e censura, mas sempre a respeitosa distancia do objecto. Tão aquillo é para fugir ao exame serio, e remata por força com tres vulgaridades rasas acerca do livro, e outras tantas cortezias rasgadas ao auctor.

Segreda-se ao assistir a uma leitura ou uma representação, ao ouvir d'um e d'outro, que o escriptor não tem estylo, que lhe falta vigor e colorido, mas não se diz em alta voz. E porque? Porque pertence a *critique* aquelle nome, e foi elevado e chrysmado por ella, classificou-o entre as reputações privilegiadas, deu-lhe carta d'alforria, e não pôde portanto voltar atrás, e fazer de um ente sublime um simples mortal!

Não queiramos suppor que ignoramos que ha nomes, que postos no frontispicio de um livro, o auctoriamos. Conhecemos alguns d'esses, e somos dos primeiros a saudalos. Alexandre Herculanu e Almeida Garrett, dois gigantes que dominam de toda a sua altura este seculo litterario entre nós, estão n'esse caso. Com elles, ao depois, alguns mais, bem poucos, que souberam honrar os mestres, aproveitando-lhes a lição e o exemplo. Mas n'essa numero, inscreveram-se muitos, que estão longe de o merecer. A seu tempo o mostraremos.

Onosso privilegio de viajante levon-nos a deixar o trilho batido para correremos atraz de uma digressão... Não será o ultimo incidente d'esta qualidade... Prepare-se o leitor.

Agora aqui descansaremos um pouco da excursão á critica dos criticos, e depois se continuará a jornada pela estrada direita — fazendo as menos pausas e voltas, que for possivel.

ENESTO BIESTER.

Continúa.

CHRONICA SEMANAL.

Acceptando esta tarefa, juramos a nós mesmo cumprir-a conscienciosamente. Para isso julgaremos as cousas em nos lembrarmos dos homens. Não obedeceremos a despois nem a sympathias, mas só á nossa convicção. Boa ou má havemos de sempre ter uma, é esta que nos ha de guiar; e oxala que uma boa estrella a illumine, e lhe aponte o bom caminho n'este dedalo da critica. Invocamos em nosso auxilio o condão miraculoso, de que alguma fada benigna dotou as pennas elegantes de Jules Janin, Gustave Planche, Gautier, e Jules de Premaroy, que tão bem

sabem julgar e dizer, — dizer com finura e julgar com rectidão, — fada cujo feitiço se revela nos encantamentos do estilo, no primor da linguagem, e na elevação dos conceitos. E feita esta invocação, tirámos o chapéu, cumprimentámos cortezmente os leitores, e começámos a conversação no mesmo estilo e forma em que tencionámos prolongar a todos os sablados. Fallaremos primeiro da companhia franceza, cuja introdução no nosso theatro normal deu origem a graves contendas. Gastaram quasi a palavra nacionalidade, e debalde. O que me parece, porém, é que a applicavam mal. Porque? dirão. É o que nós vamos tentar provar: porque aos nossos olhos, a nacionalidade está no theatro escripto, e não no fallado, está no drama, e não no actor. Póde o artista ser chim ou russo, um vez que represente no *Fr. Luis de Souza*, ou nos *Homens de marmora*, em declam ou russo que seja, a nacionalidade do drama ficou de pé. Póde o actor ser portuguez dos quatro costados, e representar superiormente no idioma nativo *Les filles de Marbre*, ou o *Angelo* de Victor Hugo, que lhe não tirou a individualidade primitiva. Hoje o theatro de Gil Vicente é conhecido pelos livros, e ninguém indaga para acabar de o nacionalisar, por quem, e onde foi representado. O mesmo idioma que ali se fallava, e ainda hoje se falla muita vez no theatro normal, tem tanto de portuguez, como o theatro... de normal. É por estas razões que nos affectou pouco a vinda da companhia franceza, e ainda que adversos a ella, nos abstivemos de emitir opinião, convencidos como estamos de que o mal está na origem, e que só preparando novos elementos no pessoal, melhorando cada vez mais o repertorio, com obras dignas da elevação da arte, se poderá atingir o fim proposto. Como tem estado, nem francezes, nem turecos, nem quanta reforma-renovação lhe deitarem, realçam o pensamento da sua fundação: mas o vicio não está só no atractor relativo dos actores, está também nas prevenções e preconceitos da sociedade mais influente. Chamar esta a frequentar a primeira scena portugueza, diziam os competentes ser o fim d'esta nova aquisição, e que para o conseguir alternariam os espectáculos. Effectivamente começou assim, mas durou pouco. A elegancia revoltou-se, queixou-se, reclamou e triumphou. E porque se revoltaria a elegancia? Por amor da arte? Qual! Por capricho ou por moda. Quem sabia francez, queria ter occasião de o mostrar, e quem não sabia, de fingir. Fingir, dirá o leitor, pois n'uma sociedade essencialmente franceza, por espírito d'imitação, ha quem o não saiba? Se ha, e pessoas das que lá passam por illustradas, pela opinião que souberam ganhar á custa d'um silencio exteriormente mediativo! Conseguem ás vezes dizer um ou outro galicismo, mas innocentemente. Á força de os ouvir. São indivíduos que não pensam, não sentem, não fallam, não julgam, nem inventam, repetem só, e quasi sempre mal, seja dito em abono da verdade, e em louvor dos seus oráculos. E sabem que mais, teriam mais pena se vissemos acabar a especie, mas não passaríamos por esse desgosto, porque a vemos apurar-se diariamente. É que são deveras apreciaveis, como typos. Não ha nada mais comico, do que observal-os n'uma noite de representação franceza. Sacrificámos muita vez, de bom grado, alguns dialogos d'uma peça a esta contemplação. Parece-nos ainda veloz, encostados no banco da frente, prestando a maior attenção ás palavras da actriz ou do actor, e espreitando no gesto, d'este ou d'aquelle, se devem traduzir-se n'um sorriso ou n'um leve assentimento de cabeça, e quando não conseguem interpretar por esta forma a verdade da intenção, olham disfarçadamente em roda de si, para ler na physionomia dos entendedores a expressão que devem dar a sua. N'esta observação trabalhosa e expectante, repete-se na scena um acto espirituoso, que dispersa a hilaridade geral, repare então n'elles, e veréis que se foram os ultimos a achar o riso, foram também os ultimos a terminá-lo, olhando immediatamente maravilhados e triumphantes para os camarotes, como para lhe darem a entender que perceberam. A attenção escrupulosa com que estão á *deixar*, convergiamos. O mais habil comparsa de scena, e confirma a ideia velha e mais que discutida, de ser esta vida uma comedia, onde todos representam o seu papel, mais ou menos importante, de maior ou menor vult, com talento ou sem elle, applaudidos ou pateados. Na qualidade de comparsas d'esta comedia universal era, portanto, injustiça negar-lhes superioridade e aptidão. No numero dos apreciadores da scena franceza figura vantajosamente esta classe, que dá o seu voto, e declama sobre o merito dos artistas!

Mas o facto é que o theatro francez é outra vez *moda*, o que equivale a dizer que está debaixo da protecção de uma rainha despótica, mas tão formosa e voluptuaria, que os mais austeros não lhe resistem, deixando-se insensivelmente captivar, e acabando quasi sempre por se tornarem escravos d'ella, ou pelo menos satellites involuntarios. Enumerar portanto todos os planetas (de ambos os sexos) que giram sob a influencia d'esta deusa, que escapou á mythologia grega, (o que prova que ha tres mil annos quando Hesiodo a collegiu, esta ainda não existia, seria tão difficil como pretender analysar o Apocalypse, — salvás as devidas proporções.

Convençados d'isto, desviaremos os olhos da sala, para o filar no palco, de que supomos ver subir n'este momento o panno. Á vista dos actores, diremos francamente a opinião que formámos da companhia, desde o seu debut no *Demi-monde*. Mademoiselle Fontenelle n'esta comedia representou com tanto talento, intelligencia e

finura, sabendo juntar á verdade da inflexão a naturalidade do gesto, a malicia da physionomia ao espirituoso da phrase, a descolladura á elegancia, que a consideramos a melhor actriz franceza que tínhamos visto em Lisboa. Desempenhando depois outras peças obrigou-nos a modificar o juizo que tínhamos feito, pois embora executasse algumas com intelligencia, nunca mostrou igual superioridade. O papel da *Baronne d'Ange*, foi, a nosso ver, um verdadeiro triumpho, mas não soube sustentá-lo, nos que se lhe seguiram. Mademoiselle Requeville foi a sua antithese. O exito brilhante que mademoiselle Fontenelle, alcançou no *Demi-monde*, conquistou-o ella successivamente nas comedias *Peril en la demeure*, *Par droit de conquête*, *La joie de la maison*, e *La Camaraderie*, legitimando assim o seu merito, e revelando a superioridade que tem sobre os seus collegas. Provou ser o primeiro talento do actual companhia, tanto pela pureza da dicção, como pelo relevo mimoso que sabe dar aos papeis de que a incumbem. Quando a paixão falla, sabe revesti-la de uma sensibilidade cheia de distincção, que attrahe, prende e commove naturalmente, sem tentar á força incluí-la, e nem impõe-se. Sacrifica até muita vez o effecto á verdade, o que nós, longe de censurar, applaudimos, porque entendemos ser esta uma das condições que tanto o actor como o auctor devem ter em vista no drama moderno. Se o fim d'este é quasi sempre retratar a sociedade, copiando do vivo, e reproduzindo similhantes as diversas physionomias, — ainda que, devendo sempre obedecer a certas e determinadas convenções que não podem deixar de existir no theatro; — o actor a quem compete animar as feições, e imprimir-lhe a individualidade propria, não deve nunca afastar-se do circulo marcado e conhecido, para se envolver n'outro imaginario e impossivel.

Mr. Lugnet, na comedia, é um actor intelligente e de boa presença, que sabe tirar partido das situações e dar verdadeiro realce ao dialogo, ferindo justas as intenções, e imprimindo-o com naturalidade; no drama, porém, é falso, exagerado, a ponto de frisar ás vezes a caricatura, como aconteceu no *D. Juan d'Autriche*. Mr. Lemaitre é perfeitamente o opposto do seu collega: certo acanhamento que se lhe nota na comedia, onde parece estar confuso, é vantajosamente resgatado na parte dramatica a que sabe dar colorido, imprimindo-lhe verdadeiro sentimento e modulando-o admiravelmente na voz, que lhe são sonora e vibrante. Distribuição n'este sentido os papeis, a cada um d'estes actores, as comedias hão de lucrar no desempenho. Resta-nos fallar de Mr. Minne, *premier comique*. A sympathia que tem adquirido na platéa, pela hilaridade espontanea que lhe sabe provocar, faz o seu clogio, e estamos convencidos que esta duplicaria, se evitasse certa monotonia na declamação que muita vez o prejudica. Tudo mais não mediocredades, que não soffrem analyse especial.

Feita esta rapida apreciação dos actores francezes, rematemos com uma pequena observação, que explica até certo ponto, se não completamente, a vantagem que levam os nossos, no desempenho geral de qualquer peça. Esta vantagem é a harmonia, a afinação, o *ensemble*, na phrase d'elles, com que a executam, que produz estes resultados conseguindo assim esconder defeitos, palliar mediocridades, e salvar enfim a parte pelo todo. E a harmonia é, a nossos olhos, a primeira necessidade da declamação, necessidade tão indispensavel como a afinação n'uma orchestra. Póde esta compôr-se de artistas de primeira ordem, de reputações até colossais, se cada um tocar no tom que lhe parecer, por mais inspiradas e severas que forem as suas melodias, o charivari será evidente. Collocaes outra ao lado, composta d'artistas inferiores, e mesmo mediocres, mas afiinados na mesma corda, que a execução ha de parecer superior. Ora é fôrça confessar, que nunca o theatro portuguez peccou tanto a este respeito, como actualmente. De que procederá isto? Procede a nosso ver da falta de ensaios regulares. Não basta a um actor decorar o seu papel, comprehendê-lo e repeti-lo, é necessário que module a voz e ajuste as inflexões, com os demais personagens, para poder tirar verdadeiro effecto, evitando assim uma certa frieza que se estabelece no dialogo, e que insensivelmente se communica á platéa, destruindo metade da impressão que podia produzir. Appliquem os meios de sarar este mal, que o resultado ha de ser favoravel para os actores e para a arte.

O repertorio do theatro normal n'estes ultimos mezes, compoz-se do *Alcázar*, do sr. Corvo, que não desagradou; da *Dalila*, esmerada imitação do sr. Antonio de Serpa, que teve um exito brilhante e merecido. E realmente a *Dalila* é um drama, como raras vezes apparecem. Todos os traços são ali firmes, correctos, energicos e artisticos. *Sertorius* é um colosso artistico, a *Princesa Falconieri*, uma estatua brillantemente esculada. Distanciou-se tanto das *Apasias Phryni*, ultimamente apresentadas na scena franceza, como uma escultura de *Benvenuto Cellini* ou *Miguel Angelo*, da de qualquer factor vulgar. É um primor d'arte, executado com mimo e elegancia, e foi geralmente bem desempenhado. O *Homem de Mundo*, que se lhe seguiu, é uma comedia chistosa, abundante de situações comicas e de peripetias engraçadas, que despertam o riso e inspiram interesse. É uma lição de moral contada indiscreta e levemente. — A *Adriana Lecouvreur*, que resuscitaram para o beneficio da sr.^a Emilia, é uma tradução indigna da nossa primeira scena, e é deveras para estranhar que havendo ali um jury essencialmente litterario, como o conselho dra-

matico, e tão melindroso a este respeito, que duplicou a censura dos originaes, não mantivesse igual rigor com similhante versão. A sr.^a Emilia teve rasgos brillantes, e confirmou a opinião de ser esta uma das suas melhores e mais felizes creações, o que nos admira, porém, é que não hesitasse em repetir similhante linguagem.

No Gymnasio, os *Deus Mendos*, original do sr. Lacerda, continuam a chamar a concorrência, e a excitar applausos freneticos; estes motivos são sufficientes para animarem o seu esperançoso auctor, na carreira a que se dedicou.

Em S. Carlos reina o barulho dentro e fora. Cantar é o que lá se ouve menos. Conserva ainda o rotulo do lyrico, é uma teima do annuncio, que illude momentos os *dilettanti*, ouvindo o Bartheolimi. O mais é para ser ouvido, segundo o conselho d'um espirituoso amigo nosso, com o *binocle* ás vezes, para ao menos haver a illusão da distancia das vozes.

A dança traz a mocidade dourada em pleno alvoreço, resuscitando todas as noutes as eternas e decantadas guerras do Alecrim e Mangerona, (phrase folhetinistica). A *Fleury* e *Clavel*, são os dous pomes da discordia danstane. Nós não disputamos nenhum, porque apreciámos ambos. Admirámos na *Fleury* a poesia voluptuosa das formas, e na *Clavel* a gentileza vaporosa dos passos. A nossa observação danstane, é toda mythologica.

Temos a annunciar duas grandes novidades litterarias, uma apuradora tradução do *Othello*, pelo sr. Rebello da Silva, escripta no estylo viril e castigado do distincto escriptor, e uma comedia original, do sr. Antonio de Serpa, *Um casamento e um despacho*, satyza frizante, vassada no molde da actualidade.

Já lá vae um anno depois que o paiz perdeu um d'estes homens que illustram um seculo e o apontam á posteridade nas paginas immortaes que lhe soube legar. No dia 9 de dezembro commemorou-se no theatro normal o anniversario da morte do visconde d'Almeida Garrett. Se este nome não está, por vergonha nossa, gravado n'um monumento, foi ao menos lembrado n'um canto de saudade. Ninguém-lhe embura uma memoria, que elle conquistou a n'esses colossos em que se elevou, construindo pelas proprias mãos, creando-o pelo seu genio, e de cima dos quaes domina ainda o seculo.

A poesia do sr. Mendes Leal, intitulada *Camões e Garrett*, que o sr. Rosa recitou na noite de 9, e que este jornal transcreve, é uma obra digna do assumpto, e grande como elle. Ligando estes dous nomes, disse quasi tudo, porque são astros que só a grandes distancias vem illuminar o mundo, e cujo brilho não morre. O sr. Mendes Leal inspirou-se profundamente, sentiu, e, poeta verdadeiro também, subiu até elles, leu-lhes n'alma, e revelou-os similhantes. O que herdou d'elles, mostrou-o, e de tal herança diremos que lhe coube a maior parte. Para justificar as nossas palavras, accrescentaremos só uma: leiam.

ENRISTO BUSTEN.

O PRINCEPE BEBUTOFF.

Quando chegam á Europa a noticia de haver a garnição de Kars repellido, no dia 29 de setembro passado, um assalto das tropas russias commandadas pelo habil general Muravieff, correm ao mesmo tempo o boato, de que este bravo official, dolorosamente impressionado pelo desaire infligido ao exercito moscovito, enlouquecera, vendo-se o seu chefe de estado maior compellido a chamar a principe Bebutoff, a fim de assumir a direcção suprema. Este boato, como muitos outros com que os novellos políticos entretêm a attenção publica, parece não se ter verificado; entretanto, nem por isso deixa o principe Bebutoff de ser um personagem de actualidade, pertencendo-lhe por conseguinte um lugar na modesta galeria que hoje inauguramos.

O principe Bebutoff goza no exercito russo a reputação de um official experimentado e distincto. Natural da Georgia, e do mais nobre sangue, o principe Bebutoff, como a sua familia, seguiu sempre com lealdade a causa dos dominadores da região em que nasceu. Tendo bastou para ser chamado e cumulado de honras na corte de S. Petersburgo, obtendo, ainda em verdes annos, uma collocação vantajosa no exercito do czar. Começada a lucta gigante entre a Russia e a Turquia, e que depois se empenharam as duas mais poderosas nações do globo, o principe Bebutoff marchou com uma divisão do exercito do principe Woronzoff, para a Georgia, com instrucções de aproximar-se ás fronteiras turcas, ameaçando as seriamente. No mez de outubro de 1853 as tropas russas, desbaratadas em um primeiro encontro com os musulmanos, mas depois reforçadas com varios regimentos, acampavam nas proximidades de Kars. Todos os reveses que as forças musulmanas na Asia soffreram durante esse anno e no seguinte attribuem-se á capacidade militar do principe Bebutoff. Batidos em varios recontros, mal abastecidos e mal commandados, os turecos foram á final compellidos a retirar sobre Kars; era isto em agosto de 1854. Quando se preparava para atacar esta praça, o principe Bebutoff teve, porém, de abandonar a toda a pressa o acampamento, deixando a artilheria de sitio encravada, pois lhe havia chegado noticia de que o implacavel inimigo dos russos, o circassiano Schamyl, entrára na Georgia á frente de alguns milhares dos seus indomitos guerreiros. O principe Bebutoff conduziu então o seu exer-

rito a Gumri, obrando assim com prudência e habilidade. Não sabemos quês têm sido posteriormente as operações d'esta general. Talvez que os próximos paquetes nos tragam a este respeito curiosas informações. Poderemos de certo avaliar um pouco melhor os conhecimentos estratégicos do príncipe Bebutoff, quando soubermos dos seus movimentos em presença de um adversário tão temível como Omer pachá, que actualmente commanda em chefe todas as forças ottomanas na Asia.

O príncipe Bebutoff conta hoje cincoenta annos de idade, pouco mais ou menos, e professa, como toda a sua família, a religião christã, do rito arménio.

CORTES.

SESSÃO REAL DE ABERTURA EM 2 DE JANEIRO DE 1856.

Pouco antes de uma hora da tarde, abriu-se a sessão das cortes geraes, estando presentes os srs. ministros da corôa, e presidindo o em.^o cardeal patriarcha. A deputação, que foi nomeada para receber e acompanhar sua magestade e o sr. infante D. Luiz Filipppe, compunha-se dos dignos pares duque da Terceira, marquez das Minas, da Ribeira Grande, Pombal, Vallada, e Ponte de Lima; condes de Mesquitella e da Louzã, barões de Pernes, de Lazarim, e Monte Pedral, e D. Antonio José de Mello; e dos srs. deputados Cunha Sotomaior, Mello Freyre, Dr. Alberto, Xavier da Silva, Cyrillo Machado, F. da Gama, Silva Sanches, Albergaria Freire, Miguel do Canto, Vellex Caldeira, D. Rodrigo de Menezes e Ferreira Novaes. Sua magestade entrou na sala a uma hora, seguindo-se todas as prescrições do programma previamente publicado no *Diário do Governo*. O sr. D. Pedro V dirigiu ás cortes um discurso bastante extenso. Concluiu a leitura d'este discurso, sua magestade e o sr. infante condestavel saíram da sala com o mesmo cortejo com que haviam entrado, era hora e meia da tarde, ficando assim aberta a actual sessão ordinaria, que é a ultima da presente legislatura.

As tropas, achavam-se postadas em alas nas ruas pela forma costumada, e apresentaram-se no maior acio e lustre. O segundo regimento de lanceiros e a cavalaria da guarda municipal, constituíam a guarda de honra a sua magestade.

CAMARA DOS DIGNOS PARES.

SESSÃO DE 3 DE JANEIRO DE 1856.

Não se tendo reunido numero sufficiente de dignos pares para se abrir a sessão, foi esta adiada para o dia 7.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS.

SESSÃO EM 3 DE JANEIRO DE 1856.

A camara dos deputados procedeu n'esta sessão á eleição do presidente e vice-presidente, em lista quintupla. A meza provisoria da camara compunha-se do sr. visconde de Monção, presidente decano, e dos srs. J. M. Latino Coelho e Sousa Machado. Corrido o escrutinio saíram eleitos os srs. Julio Gomes da Silva Sanches, Vicente Ferreira Novaes, Justino Antonio de Freitas, Sarmento Saavedra, e Augusto Xavier Palmeirim. Estiveram presentes á sessão 56 srs. deputados.

NOTICIARIO.

—No dia 1 do corrente chegou a Lisboa, no paquete do norte, sua ex.^a o sr. Fontes Pereira de Mello, ministro dos negocios da fazenda, e obras publicas, da sua viagem a França e Inglaterra. Não se sabe oficialmente resultado da commissão do que fôr encarregado no estrangeiro; diz-se, porém, que contractára um forte emprestimo para ser applicado a obras publicas, e que conseguira tambem ajustar a construção dos caminhos de ferro de Santarem á fronteira de Hespanha, e de Santarem ao Porto com uma poderosa companhia franceza. Em breve poderemos julgar das vantagens que trouxe ao paiz a missão do sr. ministro.

—Já têm sido vistos alguns soldados com o novo uniforme, que vae adoptar-se para o exercito: é desgracioso e improprissimo. Melhor fôr que em vez de mudar os uniformes militares, que diga-se aqui de passagem, nenhum exercito os tinha nem mais elegantes, nem mais accommodados ao clima e necessidades do soldado, se cuidasse da instrução e disciplina, infelizmente um pouco descuidada; e primeiro que tudo, se procurasse substituir as actuaes e pessimas espingardas por carabinas de Mini.



O Príncipe Bebutoff.

Entretanto, fideis ao nosso programma, logo que appareçam os figurinos do novo uniforme, dal-os-hemos na *Illustração*.

—Consta-nos que se prepara uma grande expedição para Mossamedes. O fim é, principalmente, explorar as minas de cobre que se descobriam no feracissimo sertão d'aquella esperancosa colonia. Foi, pelo chefe da expedição, freitada a barca *Margarida*, do respeitavel negociante sr. A. J. d'Oliveira. Diz-se que passam de trezentos os colonos já ajustados. Julgamos indispensavel, que esta expedição seja acompanhada de um sacerdote, pelo menos. Na provincia de Angola o clero é tão pouco numeroso ainda, que algumas das igrejas dos presidios estão sem pastor; não nos parece pois digno de uma nação catholica que se exponha um tão grande numero de almas a ficarem privadas por muitos mezes de todos os socorros espirituaes. Pedimos ao governo que tome seriamente em consideração esta nossa advertencia.

—Parece que a companhia de navegação luso-brazileira ajustára finalmente a construção de um novo vapor para a carreira transatlantica. Folgaremos que o nosso informador nos não illudisse, e que a companhia luso-brazileira, creada sob tão grande numero de auspícios, e já proprietaria de dous dos melhores barcos que surcam as aguas do oceano, se resolve a empregar todos os meios para que as viagens dos vapores portuguezes para o Brazil se tornem regulares, como convem ao commercio, e aos interesses da propria companhia.

—Diz-se que o sr. ministro da fazenda e obras publicas contractára com poderosos capitalistas inglezes a construção de um porto artificial nos *Leixões*, e de um ramal de caminho de ferro para unir o dito porto artificial á cidade do Porto. Oxalá que esta noticia se verifique, e que a barra do Porto cesse de ser o sorvedouro de vidas e de fazenda, que tem sido até hoje, para nossa vergonha.

—Até o fim do mez corrente espera-se que se abra á circulação a secção do caminho de ferro de Leste de Lisboa ao Carregado. Folgaremos que assim seja. A *Illustração* dará os desenhos de algumas das obras de arte construidas n'esta importantissima linha ferrea, que tão agourada tem sido.

BIBLIOGRAPHIA.

OBRA PUBLICADA PELO EDITOR DA ILLUSTRACÃO LUSO-BRAZILEIRA.—LIVRARIA, RUA AUREA, 227 e 228.

PANORAMA, semanario de instrução e litteratura, redigido por muitos escriptores distinctos. Publica-se regularmente todos os sabados um numero contendo 16 columnas de fol., com excellentes gravuras em madeira. Preço por anno, em Lisboa, 1\$300 rs.; semestre, 700 rs.; nas provincias, por anno 1\$570 rs.; semestre 830 rs. Publicou-se o t.^o n.^o do 13.^o vol., 8.^a da presente se-

rie, contendo varios artigos pelos srs. José de Torres, Ignacio de Vilhena Barboza, etc. e duas gravuras.

POEZIAS, de M. M. Barbosa de Bocage, edição completa em 6 volumes de 8.^a fr. 4\$320.

NATUREZA DAS COISAS, poema de F. Lacerda Carro, trad. do Dr. Lima Leitão. 2 vol. 8.^a fr. 800
VIDA DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO, por L. A. Rebello da Silva. 2 vol. em 8.^a fr. 960

Esta excellente obra, saudada com unanime elogio pela imprensa periodica, constitue a primeira parte dos *Fatos da Igreja* do mesmo autor.

POEZIAS, de L. A. Palmeirim. 2.^a edição augmentada. 1 vol. 8.^a fr. 600

OS HOMENS DE MARMORE, drama em 5 actos por J. da Silva Mendes Leal Junior. 1 vol. 8.^a fr. 480

O HOMEM DE OURO, drama em 3 actos (continuação do antecedente) pelo dito. 1 vol. 8.^a fr. 300

A HERANÇA DO CHANCELLER, comedia em 3 actos, e em verso, pelo dito. 1 vol. 8.^a fr. 400

RUMORES DE ECONOMIA POLITICA para uso das escolas por P. A. Marques Pereira. 1 vol. 8.^a fr. 200

ADICÇÕES AO MANUAL DO TABELLEIRO, por F. V. da S. Bartadas. 1 vol. 8.^a fr. 200

MEMORIAS DA LITTERATURA CONTEMPORANEA, por A. P. Lopes de Mendonça. 1 vol. 8.^a fr. 720

MEMORIA LEGAL, por Seilliot; tradução do Dr. Lima Leitão. 2.^a edição. 2 vol. 8.^a fr. 1\$200

A CRUZ, drama em 5 actos por Luiz de Vasconcellos. 1 vol. 8.^a fr. 320

UM QUADRO DA VIDA, drama em 5 actos, por Ernesto Biester. 1 vol. 8.^a fr. 480

OTHELLO, ou O MOURO DE VENEZA, tragedia em 5 actos. Imitação por L. A. Rebello da Silva. 1 vol. 8.^a fr. 300

EXPEDIENTE.

A revista que havíamos feito dos jornaes scientificos nacionaes e estrangeiros, tivemos de a retirar por falta de espaço; outro tanto aconteceu com a parte destinada ao estudo das cousas que respeitam ao commercio e industria.

Temos já em nosso poder alguns artigos escriptos expressamente para a *Illustração* pelas nossas melhores penas: no seguinte numero enceteremos a publicação de um trabalho do nosso amigo o sr. Latino Coelho sobre a litteratura castelhana moderna.

No prospecto, que fizemos largamente circular declaramos que ficavam francas as columnas da *Illustração* a todos os que cultivassem as lettras, assim em Portugal, como no Brazil, pois que este periodico é destinado a viver para ambos os paizes, tão irmãos a muitos respeito; aqui renovamos solemnemente o offerecimento, agradecendo desde já aos escriptores distinctos que se dignaram espontaneamente prestar-nos a sua cooperação, sem a qual nos seria impossivel fundar, e muito menos sustentar um hebdomadario da cathogoria da *Illustração Lusobrazileira*.

ENIGMA.



LISBOA: — Typographia do Panorama, travessa da Victoria, 32.

01		A Ilustração Luso-Brazileira- 05 de janeiro de 1856- Nº 01					
Nº	PÁGINA	SEÇÃO			ICONOGRAFIA. Ilustração.	Questão nacional	Relação entre Portugal e Brasil.
		TÍTULO	DESCRIÇÃO	COLABORADOR/AUTOR			
01	Capa-01	Introito.	Introdução do novo periódico ao leitor e proposta editorial.	Mendes Leal Junior			
	2	REVISTA POLITICA	Panorama Histórico de Guerra e conflitos pela Europa.	M.			
	2	ROMANCE- Ir a Roma e não ver o papa (aventuras de um caçador) cap. 1	Aventuras de um caçador em Roma.	Mendes Leal Junior			
	3	GARRETT E CAMÕES.	Elogio recitado no teatro normal de D. Maria II, na noite de 09 de dezembro de 1833, aniversário da morte do visconde de Almeida Garrett.	Mendes Leal Junior			
	3	REVISTA LITERARIA BRASIL- Portugal e Brasil-Opúsculo Humanitário por B. A. Rio de Janeiro, 1831.	Análise do livro opúsculo humanitário 1834, da autora Nize Floresta Brasileira Augusta.	Luiz Filipe Leite		 Nacionalidade	 Relação entre Portugal e Brasil.
	4		Texto sobre D. Pedro V	L. A. Rebello da Silva	D. Pedro V.		
	5	Nova Pinacoteca de Munic.	Criação da nova pinacoteca em		Nova Pinacoteca de Munic.		
			Munic.				
	6	UMA VIAGEM PELA LITERATURA CONTEMPORÂNEA (Oferecida ao s.r. A. Herculano) L. A. Rebello da Silva.	Texto sobre Rebello da Silva.	Ernesto Biester		 Literatura-nacionalismo.	
	6-7	CRONICA SEMANAL	Discussão a respeito da nacionalidade portuguesa.	Ernesto Biester			
	7	O príncipe Bebutoff.	Texto biográfico sobre o Príncipe Bebutoff.				
	8	CORTES	Sessão real de abertura em 02 de janeiro de 1856.				
	8	Câmara dos dignos pares	Anuncio sobre o adiamento para o dia 07		Príncipe Bebutoff.		
		Câmara dos senhores deputados	Sessão em três de janeiro de 1856.				
	8	NOTICIÁRIO	Volta de viagem à França e Inglaterra do ministro dos negócios estrangeiros a Portugal		Enigma		
	8	BIBLIOGRAFIA	Obras publicadas pelo editor da Ilustração Luso-brasileira-Livraria rua áurea, 227 e 228.				
	8	EXPEDIENTE	Comentários sobre os diversos cadernos e textos que não puderam ser publicados por falta de espaço, assim como -	Anuncio de que a revista é para Portugal e o Brasil e está aberta a publicação de textos de autores de ambos os países			